

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

**ROCHESTER SANTANA DE LIMA**

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA CHINA: A  
UNIVERSIDADE TSINGHUA COMO EXPRESSÃO DA POLÍTICA  
EDUCACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS**

**VITÓRIA**

**2025**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

ROCHESTER SANTANA DE LIMA

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA CHINA: A  
UNIVERSIDADE TSINGHUA COMO EXPRESSÃO DA POLÍTICA  
EDUCACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros

VITÓRIA

2025

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

L732i Lima, Rochester Santana de, 1988-  
A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA CHINA : A UNIVERSIDADE TSINGHUA COMO EXPRESSÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS / Rochester Santana de Lima. - 2025. (recurso não paginado). : il.

Orientador: Rogério Naques Faleiros.

Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. China. 2. Educação Superior. 3. Socialismo com características chinesas. 4. Internacionalização. 5. Universidade Tsinghua. I. Faleiros, Rogério Naques. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

---

# A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA CHINA: A UNIVERSIDADE TSINGHUA COMO EXPRESSÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS

**ROCHESTER SANTANA DE LIMA**

*Tese submetida ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Política Social.*

Aprovada em 27 de fevereiro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA



Documentos institucionais digitalizados  
Resolução nº 001/2015 do Conselho  
de Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo

**Professor Doutor Rogério Naques Faleiros**  
Orientador/Universidade Federal do Espírito Santo



Documentos institucionais digitalizados  
Resolução nº 001/2015 do Conselho  
de Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo

**Professora Doutora Maria Lúcia Teixeira Garcia**  
Universidade Federal do Espírito Santo



Documentos institucionais digitalizados  
Resolução nº 001/2015 do Conselho  
de Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo

**Professor Doutor Rafael Vieira Teixeira**  
Universidade Federal do Espírito Santo



Documentos institucionais digitalizados  
Resolução nº 001/2015 do Conselho  
de Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo

**Doutor Helder Gomes**  
Doutor em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo



Documentos institucionais digitalizados  
Resolução nº 001/2015 do Conselho  
de Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo

**Professor Doutor Hugo Figueira de Souza Corrêa**  
Universidade Federal Fluminense

**Professora Doutora Jade Margareth Sit Tsui**  
Southwest University/China

Dedico este trabalho ao meu amado filho, Martín.

## AGRADECIMENTOS

Por concluir esta tese, devo agradecimentos à minha família, que me ampara silenciosa e cuidadosamente nos momentos de incerteza.

Agradeço a meus amigos, com muitos dos quais tenho o privilégio de conviver desde a infância, além das amizades que pude fazer e não perder ao longo da vida. Estão sempre ao meu lado.

Sou grato às minhas professoras e aos meus professores, tanto do Departamento de Serviço Social quanto do Programa de Pós-Graduação em Política Social na Universidade Federal do Espírito Santo.

Agradeço ao professor Paulo Nakatani, a quem admiro imensamente e tive o privilégio de ter como orientador durante quatro anos.

À professora Jade Sit Tsui, colega militante e pesquisadora.

Ao professor Zhiming Long e seu grupo de estudos e pesquisa na Escola de Marxismo da Universidade Tsinghua, por viabilizarem estágio técnico-científico em Pequim e Shenzhen e coleta de dados relevantes para a pesquisa.

À professora Maria Lúcia T. Garcia, por ter me confiado várias tarefas relacionadas à internacionalização do PPGPS, fundamentais para imersão no próprio tema da pesquisa, mas principalmente ressignificando minha relação com a pós-graduação no Brasil e em parcerias internacionais.

Ao professor Rogério Naques Faleiros, por ter aceitado o desafio de assumir a orientação desta pesquisa já em andamento, a tempo e com disponibilidade para contribuir de forma decisiva com a tese.

Amplio os agradecimentos à CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - pela concessão da bolsa para realização da pesquisa, e à FAPES - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo, por ter viabilizado a pesquisa de campo na China.

Muito obrigado!

## RESUMO

As relações sociais no capitalismo contemporâneo são fortemente marcadas por seu caráter mundializado, tendo as diferentes nações papéis fundamentais na manutenção deste modo de produção. Contudo, desde o último período do século XX, a China tem se colocado como polo dinamizador de relações comerciais e geopolíticas que não podem ser deixadas de lado ao considerarmos o atual estágio do capitalismo, e sua política para a educação superior tem acompanhado tal expansão. A tese a seguir analisa o papel da internacionalização da educação superior no processo de desenvolvimento econômico e social da experiência de transição ao socialismo do chamado socialismo com características chinesas, tendo em conta as particularidades do modelo de desenvolvimento assumido pelo governo central deste país desde as reformas para abertura de sua economia, em 1978. Considerando que a política para a educação superior na China acompanha a elaboração e execução de diferentes níveis de planificação das políticas econômicas e sociais no país, analisamos o processo de internacionalização da educação superior a partir da concepção adotada por seu governo central desde 1985, ano em que tal estratégia surgiu como imperativo nas propostas educacionais, até os dias atuais. Neste sentido, apresentamos a experiência da internacionalização da Universidade Tsinghua (Tsinghua University), uma das principais instituições de ensino superior da China, designada por programas governamentais como modelo para a adoção de ações e projetos pioneiros para as estratégias de desenvolvimento da educação superior na China, com o intuito de atribuir intencionalidade às formas como o governo central organiza e promove a internacionalização no país. Apreende-se de documentos oficiais, desde 1985, princípios e estratégias adotadas pelo Governo Central que revelam um modelo de educação superior compatível com um esforço de transição típico do chamado socialismo com características chinesas, que evidenciam a Universidade Tsinghua como expressão do projeto nacional para a Educação Superior, através da incorporação de ações e programas destinados à internacionalização.

**Palavras-chave:** China; educação superior; socialismo com características chinesas; internacionalização; Universidade Tsinghua.

## ABSTRACT

Social relations in contemporary capitalism are strongly marked by their globalized nature, with different nations playing key roles in maintaining this mode of production. However, since the latter part of the 20th century, China has become a driving force behind commercial and geopolitical relations that cannot be ignored when considering the current stage of capitalism, and its higher education policy has accompanied this expansion. The following thesis analyses the role of the internationalization of higher education in the process of economic and social development in China's transition from socialism, regarding the particularities of the development model adopted by the country's central government since the reforms to open up its economy in 1978. Considering that China's higher education policy accompanies the elaboration and execution of different levels of economic and social policy planning in the country, we analyze the process of internationalization of higher education in the country based on the concept adopted by its central government from 1985, the year in which this strategy emerged as an imperative in the government's educational proposals, to the present day. In this sense, this thesis analyzes the case of the internationalization of Tsinghua University, designated by government programs as a model for the adoption of pioneering actions and projects for higher education development strategies in China, aiming on attributing intentionality to the ways the central government organizes and promotes internationalization in the country. From official documents since 1985, principles and strategies adopted by the Central Government are learned, which reveal a model of higher education compatible with a transition effort typical of the so-called socialism with Chinese characteristics, which highlight Tsinghua University as an expression of the national project for Higher Education, through the incorporation of actions and programs aimed at internationalization.

**Keywords:** China; higher education; socialism with Chinese characteristics; internationalization; Tsinghua University.

## RESUMEN

Las relaciones sociales en el capitalismo contemporáneo están fuertemente marcadas por su carácter globalizado, con diferentes naciones desempeñando papeles fundamentales en el mantenimiento de este modo de producción. Sin embargo, desde finales del siglo XX, China se ha convertido en un centro dinámico de relaciones comerciales y geopolíticas que no puede ser ignorado al considerar la etapa actual del capitalismo, y su política de educación superior ha acompañado esta expansión. La siguiente tesis analiza el papel de la internacionalización de la enseñanza superior en el proceso de desarrollo económico y social en la transición china del socialismo, teniendo en cuenta las particularidades del modelo de desarrollo adoptado por el gobierno central del país desde las reformas de apertura de su economía en 1978. Considerando que la política de enseñanza superior en China acompaña la elaboración e implementación de los diferentes niveles de planificación de la política económica y social del país, analizamos el proceso de internacionalización de la enseñanza superior en el país a partir del concepto adoptado por su gobierno central desde 1985, año en que esta estrategia surge como un imperativo en las propuestas educativas del gobierno, hasta la actualidad. Teniendo esto en cuenta, esta tesis analiza el caso de la internacionalización de la Universidad de Tsinghua, designada por los programas gubernamentales como modelo de adopción de acciones y proyectos pioneros para las estrategias de desarrollo de la educación superior en China, con el objetivo de atribuir intencionalidad a las formas en que el gobierno central organiza y promueve la internacionalización en el país. De los documentos oficiales desde 1985 se desprenden principios y estrategias adoptados por el Gobierno Central, que revelan un modelo de educación superior compatible con un esfuerzo de transición propio del llamado socialismo con características chinas, que destacan a la Universidad de Tsinghua como expresión del proyecto nacional de Educación Superior, a través de la incorporación de acciones y programas orientados a la internacionalización.

**Palabras clave:** China; enseñanza superior; internacionalización; socialismo con características chinas; Universidad de Tsinghua.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Províncias e regiões administrativas especiais da China contemporânea, em publicação do Guia Geográfico	13
Figura 2 - Mapa dos mais importantes projetos industriais durante o Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957)	67
Figura 3 - Localização das principais IES na China	100
Figura 4 - Expansão da China no cenário da propriedade intelectual global	116
Figura 5 - Fotografia da sonda lunar Chang'e	117
Figura 6 - Países que compõem a Belt and Road Initiative (Cinturão & Rota - a Nova Rota da Seda) em dezembro de 2023	120
Figura 7 - Competências Globais	147
Figura 8 - Escolas Internacionais que compõem a Tsinghua Global Strategy	149
Figura 9 - Estrutura do Plano de Trabalho da AUA 2020-2023	158
Poster - “Papai, esta é a forma de escrever estes caracteres”	75

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento econômico da China entre 1960 e 1978.	71
Gráfico 2 - Expansão das matrículas e IES na China após a Revolução Cultural	80
Gráfico 3 - Participação da China e Estados Unidos no PIB Global entre 1980 e 2020.	90
Gráfico 4 - Maiores portadores de títulos do tesouro estadunidense	122
Gráfico 5 - Países de origem de estudantes internacionais na China	135

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Universidades Chinesas notáveis criadas durante a República da China	63
Tabela 1 - Documentos Oficiais para Educação Superior do Partido Comunista Chinês	38
Tabela 2 - Fatos e Números: educação na Nova China	74
Tabela 3 - Lista de universidades que compõem o vigente projeto Double First Class	110
Tabela 4 - Os maiores bancos em 2024 por ativos em posse	123
Tabela 5 - Expansão da Educação Superior desde a República Popular da China	126
Tabela 6 - Número de IES por tipo e pessoal acadêmico	131
Tabela 7 - Número de estudantes em educação formal por tipo e nível em 2022	132
Tabela 8 - World University Rankings 2024	144
Tabela 9- Rankings por Disciplina da Universidade Tsinghua na US News and World Report (2022)	146
Tabela 10 - Números da Tsinghua em 2022	146
Tabela 11 - Programas Conjuntos na Universidade Tsinghua	153
Tabela 12 - IES membros da AUA	158
Tabela 13 - IES membros da UKCHA	159
Tabela 14 - IES membros do GAUC	160
Tabela 15 - IES presenciais co-fundadoras e/ou participantes do Global Mooc	161
Tabela 16 - Principais laboratórios de P&D para atividades acadêmicas e em parceria via UICC	165
Tabela 17 - Centros de Pesquisa com instalações próprias nos campi Pequim e Shenzhen	166
Tabela 18 - Empresas afiliadas da Tsinghua Holdings	168
Tabela 19 - Subsidiárias da Tsinghua Holdings Co. Ltd.	169
Tabela 20 - Maiores Spin-offs da Tsinghua Holdings	170

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADB - Asian Development Bank - Banco de Desenvolvimento da Ásia

ARC - Anti-Rightists Campaigns - Campanhas Anti-Direitistas

ASEAN - Association of Southeast Asian Nations - Associação de Nações do Sudeste Asiático

AUA - Asian Universities Alliance

B&RI - Belt and Road Initiative – Iniciativa Cinturão e Rota

BM - Banco Mundial

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul

CALDI - China-Africa Leadership Development Institute

CIDIH - China-Italy Design Innovation Hub

COMAC - Commercial Aircraft Corporation of China

CGCD - Center for Global Competence Development

CGV - Cadeias Globais de Valor

C&T - Ciência e Tecnologia

CT&I - Ciência, Tecnologia e Inovação

EEES - Espaço Europeu de Educação Superior

ES - Educação Superior

ELP - Exército de Libertação Popular (PLA - People's Liberation Army)

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

FOCAC - Forum on China Africa Cooperation - Fórum de Cooperação África-China

GAUC - Global Alliance of Universities on Climate

GCR - Gas Cooler Reactor

GIX - Global Innovation Exchange Institute

GMOOC - Global Massive Online Open Courses

HSK - Hanyu Shuiping Kaoshi

HRS - Household Responsibility System

IA - Inteligência Artificial

IDP - Investimento Direto no País

IED - Investimentos Estrangeiros Diretos

IES - Instituições de Ensino Superior

ISSC - International Students and Scholars Center  
ISO - International Organization for Standardization  
KMT - Kuomintang  
LPI - Learning Planet Institute  
MIT - Massachusetts Institute of Technology  
MOOC - Massive Online Open Courses  
MOE - Ministry of Education of the People's Republic of China  
NTE - New Technology Enterprises - Novas Empresas de Tecnologia  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
ONU - Organização das Nações Unidas  
Open FIESTA - Open Faculty for Innovation, Education, Science, Technology and Art  
PCCh - Partido Comunista da China  
PIB - Produto Interno Bruto  
P&D (R&D) - Pesquisa e Desenvolvimento  
PQ - Plano Quinquenal  
RAE - Regiões Administrativas Especiais  
RPC - República Popular da China  
RSD - Rota da Seda Digital  
SEA - Tsinghua Southeast Asia Center  
SIGS - Tsinghua Shenzhen International Graduate School  
TCFL - Teaching Chinese as a Foreign Language  
THE - Times Higher Education  
TI - Tecnologias de Informação  
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação  
TBSI - Tsinghua-Berkeley Shenzhen Institute  
TULAC - Tsinghua University Latin America Center  
TVE - Township and Village Enterprises - Comitês de Vilas  
UIR - University-Industry Relationship - Relação entre Universidade e Indústria  
UICC - University-Industry Cooperation Committee  
UID - United in Diversity  
UKCHA - United Kingdom - China Humanities Alliance  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URE - University-run Enterprises - Empreendimentos administrados por universidades

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WIPO - World Intellectual Property Organization

ZEE - Zonas Econômicas Especiais

ZTE - Zhong Xing Telecommunication

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A CHINA NO CIRCUITO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA	44
2.1 Choque com o ocidente ou Século da Humilhação	46
2.2 A República da China (1911-1949)	55
3. O ESFORÇO EDUCACIONAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (1949-1979)	66
3.1 Revolução Cultural e a educação na Nova China	70
3.2 O rescaldo da Revolução Cultural e a chamada para a <i>modernização</i> da educação superior	76
4. A EDUCAÇÃO SUPERIOR DE PORTAS ABERTAS	83
4.1 Os marcos da ocidentalização sob Deng Xiaoping	85
4.2 Novas lideranças no PCCh e a continuidade do projeto de massificação e diferenciação	94
5. EDUCAÇÃO SUPERIOR E INTERNACIONALIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE CHINESA	126
5.1 Panorama da Educação Superior na China contemporânea	131
5.2 Universidade Tsinghua como expressão do projeto do PCCh para Educação Superior	140
5.2.1 Mapa Situacional da Universidade Tsinghua	142
5.3.2. Principais ações e indicadores de internacionalização da Universidade Tsinghua	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	177
ANEXOS	192

Figura 1 - Províncias e regiões administrativas especiais da China contemporânea, em publicação do Guia Geográfico



Fonte: Guia Geográfico (s.d.)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.guiageo.com/china.htm>. Acesso em: 12/01/2025.

O sistema de romanização/transliteração que utilizaremos neste trabalho será o *pinyin* (ou, mais formalmente, *hanyu pinyin*). O *pinyin* substituiu o sistema Wade-Giles, amplamente utilizado durante boa parte do século XX, e se tornou o padrão de transliteração para o ensino de Mandarim como segunda língua, bem como a romanização em toda a China Continental, Hong Kong, Macau, Singapura e Malásia. A grafia de nomes próprios em trabalhos acadêmicos também deve adotar o *pinyin* como padrão internacional, conforme instrução da *International Organization for Standardization (ISO)*<sup>2</sup> de 1991, e revisada em 2015.

Abaixo exemplos de grafias de nomes próprios pelos sistemas *pinyn* e Wade-Giles:

NOME (em Mandarim simplificado)	WADE-GILES	<i>PINYIN</i>
毛泽东	Mao Tsé-Tung	<b>Mao Zedong</b>
周恩来	Chou En-lai	<b>Zhou Enlai</b>

A padronização permite que territórios geográficos e nomes próprios historicamente consagrados sejam mantidos conforme a romanização do sistema Wade-Giles, como apresentados eventualmente neste trabalho:

NOME (em Mandarim simplificado)	WADE-GILES	<i>PINYIN</i>
蔣介石	<b>Chiang Kai-shek</b>	Jiang Jieshi
北京市	<b>Peking (Pequim)</b>	Beijing

Para os casos em que uma nomenclatura foi historicamente consagrada em idioma estrangeiro, apontaremos sua transliteração em *pinyin* seguida da nomenclatura tradicional, seja no texto ou em nota de rodapé.

---

<sup>2</sup> A padronização internacional é revisada a cada 5 anos conforme critérios estabelecidos pelos agentes envolvidos. As revisões podem suprimir a normatização anterior referente à matéria (Cf. ISO 7098:2015: Information and documentation — Romanization of Chinese. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/61420.html>).

## 1. INTRODUÇÃO

Tem sido bastante comum em círculos acadêmicos, profissionais, políticos e até mesmo em noticiários e meios de comunicação<sup>3</sup>, definições a-históricas ou apriorísticas a respeito da natureza ou conjunturas no Estado chinês. Expressões como socialismo de mercado e capitalismo de Estado e suas mais criativas variações inundam o senso comum e o ambiente acadêmico, mas geralmente falham em explicitar, a partir do rigor metodológico do materialismo histórico-dialético, o que se passa com o país que será a próxima grande potência mundial - isso sim, concebido com quase unanimidade. Num esforço para contextualização da formação social moderna da China, a partir do método explicitado, argumentamos que as políticas para a condução da educação superior no país, dentre elas a internacionalização da educação superior, compõem um elenco de estratégias multidimensionais para a construção do chamado socialismo com características chinesas<sup>4</sup>.

Tratando do tema da internacionalização da educação superior na China, a presente tese tem como objeto a relação entre internacionalização da educação superior na China com o processo de desenvolvimento econômico e social da experiência de transição ao socialismo do chamado socialismo com características chinesas, através da análise do caso da Universidade Tsinghua.

A China, *Zhongguó*, em linguagem tradicional, ou *Zhōnghuá*, no termo oficial adotado pela República Popular da China, significa, com o que se pode extrair de proximidade aos termos nas lógicas linguísticas ocidentais, “o país do meio”. A denominação expressa a visão das diferentes dinastias dominantes no país há mais de 4 mil anos de que a China seria a maior civilização do mundo conhecido. Hoje, com uma população de aproximadamente 1,412 bilhão de pessoas, a maior do planeta, junto com a Índia<sup>5</sup>, e um Produto Interno Bruto (PIB)

---

<sup>3</sup> Exemplos podem ser encontrados diariamente em publicações de grande alcance. Em 27 de dezembro de 2019, Walden Bello escreve para a Carta Maior sobre as características do que chama “O capitalismo com características chinesas”, numa evidente referência ao autoproclamado socialismo com características chinesas (BELLO, 2019). Alguns dos maiores portais de notícia do Brasil dedicam colunas específicas sobre China, veiculando notícias e opiniões.

<sup>4</sup> Discorreremos mais adiante a respeito deste conceito, mas que pode ser resumido em uma concepção oficial adotada pelo Partido Comunista Chinês (PCCh), declaradamente incorporando o marxismo-leninismo às particularidades do desenvolvimento social e econômico do país em distintos momentos históricos. Uma crítica reiterada ao conceito é sua flexibilidade, podendo-se atribuir as mais distintas ações de governo a uma leitura própria da realidade (Carrion, 2004).

<sup>5</sup> Estimativas das Nações Unidas em 2022 eram de que a China, com índices de diminuição do crescimento, seria, em 2024, ultrapassada pela Índia, cuja população continuaria a crescer (United Nations, 2022).

estimado em 17,72 trilhões de dólares em 2023 (Banco Mundial, 2024), a China inicia o século XXI retomando o estatuto que tentou construir durante milênios em sua história:

[...] a República Popular é uma força motriz da economia mundial; o maior exportador, seja para a União Europeia, o Japão ou os Estados Unidos; o maior detentor de reservas cambiais do mundo; o país que durante um quarto de século apresentou o maior e mais rápido crescimento da renda per capita jamais registrado, e para a maior população do mundo. Suas grandes cidades não têm rivais em matéria de ambição comercial e arquitetônica, seus produtos são vendidos em toda parte. Seus empreiteiros, agentes comerciais e diplomatas cruzam o mundo em busca de novas oportunidades de negócios e áreas de influência. Cortejado tanto por antigos inimigos quanto por amigos, pela primeira vez na sua história o Reino do Meio se tornou uma verdadeira potência mundial, estendendo sua presença a todos os continentes (Anderson, 2010, p. 1).

Isto não significa, todavia, que tenha alcançado tal posição no cenário geopolítico global de forma fortuita ou isolada. Ao levar em conta o imenso potencial econômico e social da milenar civilização e diferentes etnias habitantes no território da China, Jonathan Spence (1995) considera que houve, ao longo dos séculos, uma forte tradição diplomática ao lado de estratégias de manutenção ou expansão dos domínios dinásticos e consolidação de diferentes formas de governo: um sistema ético construído fora das bases religiosas tradicionais ocidentais – o confucionismo – que valoriza a construção e preservação de um certo grau de autossuficiência, mas obstinado a conhecer a diversidade (expressa nos limites políticos dos impérios e regimes em ascensão ou queda)<sup>6</sup>.

Contudo, sabe-se que as relações entre os países e governos não são apenas interações conscientes ou deliberadas, mas muitas vezes motivadas pela expansão social e econômica dos sujeitos, no seio do próprio processo civilizatório, até que se tornem alternativas políticas determinantes nos diversos aspectos da vida social. Sob a ordem do capital, a tendência à constituição de um mercado global (Marx, 1983, p. 125) impulsiona estas relações, e assim o fez para a constituição da China moderna.

Neste aspecto, a China constitui caso emblemático: até meados da década de 1970, por exemplo, a República Popular da China manteve relações muito próximas com a União das

---

<sup>6</sup> Um dos exemplos disto na história recente do país é o contexto do Movimento Quatro de Maio, iniciado em meio a protestos estudantis em Pequim, em 1919. Durante o conturbado período da República da China, marcada por interferências estrangeiras na tomada de decisões no país, camponeses, estudantes, artistas e intelectuais exigiam reformas culturais e sociais no país. Protestos se expressavam na tentativa da restauração e fortalecimento da cultura, história, tradição, folclore e hábitos tradicionais chineses, após quase um século de interações forçadas com o ocidente e o que acabou por se conceber, pelos integrantes e simpatizantes ao Movimento, como a perda de referências populares chinesas. Em outro exemplo de atuação consciente, agora vinculada a uma política de governo já muitos anos após a instauração da República Popular da China, Henry Kissinger, diplomata norte-americano, sugere habilidades diplomáticas chinesas sutis e enigmáticas, capazes de apressar ou retardar eventos importantes entre os blocos socialista e capitalista em plena Guerra Fria (Kissinger, 2011).

Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, em menor medida, com o então chamado bloco socialista, que consistia, naquele momento, em quase três quartos de toda a porção terrestre do planeta, além de composições geopolíticas como o Movimento dos Não Alinhados e papel imponente na Conferência de Bandung (1955)<sup>7</sup>. As dinastias que antes governaram no território também estabeleceram ou viram ser estabelecidas suas relações com o ocidente e vizinhos asiáticos. As tradicionais Rotas da Seda e Porcelana e rotas de navegação para o sudeste asiático e a África estiveram entre as comercialmente mais relevantes. O século XIX, que antecedeu o fim da última dinastia imperial chinesa, a Dinastia Qing<sup>8</sup> – que governou por cerca de 300 anos, até 1911 – ficou marcado pela presença estrangeira no país, tendo permanecido, esta última, de forma mais ou menos dominante durante toda a República da China (1911-1949).

O caminho da internacionalização da educação superior na China começou a ser traçado no final do século XIX, quando do início da era moderna da educação superior chinesa. Tal fenômeno evidenciava a confluência entre a política externa e necessidade de aprofundamento científico e cultural entre China e Estados Unidos, que se estreitava já após o fim da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), quando da assinatura do Tratado de Wanghia (1845)<sup>9</sup> e a chegada dos primeiros imigrantes chineses aos Estados Unidos da América (EUA) após o conflito que envolveu a Dinastia Qing, Reino Unido e a Companhia Britânica das Índias Orientais (García, 2016).

Contudo, mesmo após a proclamação da República da China, em 1911, a presença de professores e estudantes estrangeiros no país era residual (García, 2016) e tornou-se praticamente obsoleta durante a Guerra Civil, iniciada em 1927, até a Revolução de 1949. Após este período, num cenário de polarização sem precedentes inaugurado pela Guerra Fria e com a regressão da educação superior na China durante a Revolução Cultural, com o

---

<sup>7</sup> Encontro de 29 países de África e Ásia, em abril de 1955, sediado em Bandung, capital da província de Java do Oeste, Indonésia. Realizada no contexto da Guerra Fria, a Conferência expressou as intenções de garantia da soberania e anticolonialismo dos participantes, todos membros do que iria se constituir formalmente, no ano seguinte, como o Movimento dos Não-Alinhados (então ao Bloco Socialista, capitaneado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ou Bloco Capitalista, encabeçado pelos EUA). O então premiê da RPC, Zhou Enlai, sobreviveu a uma tentativa de assassinato a caminho da Indonésia, e teve importante papel para a realização da Conferência, conduzindo uma política de apaziguamento junto aos delegados declaradamente anticomunistas (Hong, 2022).

<sup>8</sup> Dinastia de etnia Manchu, povos provenientes da região da Manchúria, nordeste da atual China, e, portanto, considerado estrangeiros para demais etnias que habitavam as demais regiões do país, especialmente a maioria étnica Han (Jowett, 2013).

<sup>9</sup> Considerado como o primeiro dos Tratados Desiguais - dos quais trataremos adiante - foi um Tratado entre China e Estados Unidos, assinado em 1844 na então colônia portuguesa de Macau, e que designava ao país norte-americano os mesmos privilégios forçosamente concedidos ao Reino Unido após a derrota da China na Primeira Guerra do Ópio, em 1842 (Koon, 2012).

fechamento de instituições de ensino e cancelamento de matrículas, o processo de internacionalização tornou-se nulo.

Na atualidade, notadamente após o início da política de portas abertas<sup>10</sup>, a imponente posição da China no cenário internacional coexiste com medidas de ingresso de capitais estrangeiros em uma série de segmentos desta sociedade. No campo da educação, mais precisamente da educação superior, o qual discutimos aqui, a relação entre políticas de governo e tendências internacionais definiu um sistema complexo e que pretende se colocar de forma também dominante no cenário internacional, por meio de instituições *world-class*, publicações nos canais mais conceituados internacionalmente e alcance relevante para a produção de conhecimento em nível global. Significa, em nossa opinião, não só a adoção de ações de internacionalização, mas uma determinada intencionalidade (Fu, 2015).

A constituição de um sistema de educação superior<sup>11</sup> (ES) internacionalmente competitivo (MOE, 2018a) exigiu, desde 1978 e o início da chamada política de portas abertas, a adoção de uma série de normativas e estratégias para o setor. Estas ações envolveram sua diversificação e massificação, mantendo, todavia, a busca pela garantia de elevado grau de governabilidade e descentralização, investimentos em ciência, tecnologia e inovação, alterações na estrutura de financiamento e administração, absorção da força de trabalho de egressos e formação de docentes e pesquisadores, com rigorosos planos a serem adotados para a consecução de cada um destes objetivos.

A internacionalização da educação superior na China, portanto, está entre os aspectos mais significativos da mediação entre intencionalidade das ações de governo e tendências globais que passam a fazer parte do léxico político, econômico e institucional chinês a partir da década de 1980. Conceitos que fazem referência à internacionalização estão expressos em muitos documentos oficiais e planos de governo desde 1985. A partir das reformas de

---

<sup>10</sup> Expressão amplamente concebida como estratégia de reordenamento econômico do país após as decisões da 3ª Sessão Plenária do 11º Comitê Central do PCCh, em 1978. Emana das vitoriosas propostas de modernizações de Deng Xiaoping na 3ª Sessão Plenária, que preconizam a necessidade de reformas para abertura econômica da China aos mercados internacionais levando em conta as particularidades chinesas de um processo de transição a partir de uma base material pobre e uma imensa população vivendo em áreas rurais, com pouca área cultivável (Carrion, 2004, p. 49-50). A política de portas abertas representa um importante marco para a educação superior na China e será tratada na Seção II deste trabalho (Zong; Zhang, 2017).

<sup>11</sup> No Brasil, é possível utilizar os termos educação superior e ensino superior sem qualquer prejuízo conceitual. Optamos pela utilização de ambos os termos, tratando por educação superior ao nos referirmos a um sistema e suas categorias, e ensino superior ao nos referirmos a instituições e modalidades de ensino. A linguagem internacional especializada já concebe os termos *tertiary education* (educação terciária) e *post-secondary education* (educação pós-secundária), ambos com conotações que pretendem diferenciar tais sistemas ou instituições dos princípios e instituições que compuseram a lógica tradicional que marcou a construção histórica do termo *higher education* (Brunner, 2006).

abertura econômica do final da década de 1970 e seguindo a tradição de planejamento das políticas pelo Partido Comunista da China (PCCh), a China abre mão de um modelo de educação superior considerado restrito e elitizado que se constituiu desde as últimas décadas da Dinastia Qing e perdurou até meados da década de 1960, quando do início da Revolução Cultural<sup>12</sup>.

O sistema de ES é significativamente heterogêneo, incorporando instituições de ensino superior (IES) públicas, geridas em âmbito municipal, distrital ou provincial, privadas, acadêmicas, profissionais (vocacionais), universidades de excelência em pesquisa e inovação, entre outras modalidades institucionais. Por diverso que seja, responde ao Ministério da Educação, que, por sua vez, incorpora estratégias definidas enquanto prioridades expressas nos Planos Quinquenais ou publicações de áreas específicas.

A centralização da gestão do sistema permite sua interlocução com outras estratégias-chave (tradução do inglês *key strategies*) adotadas pelo PCCh em outra frente da internacionalização, que é a internacionalização de capital, a partir do fortalecimento, a partir da década de 1980, do sistema nacional de inovação, possibilitando que a China ingressasse cada vez mais em mercados tradicionalmente dominados por corporações ocidentais, especialmente nos segmentos de ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Dedicando foco à CT&I, o país criou um ambiente aberto de inovação (Fu, 2015), em intercâmbio permanente de conhecimentos, recursos e mercados, e que associou-se às ações de pesquisa e desenvolvimento (P&D neste trabalho, comumente escrito como R&D - do inglês *research and development*).

É justamente esse ambiente de pesquisa e inovação internacionalizado que dirige as ações de internacionalização da educação superior, especialmente entre aquelas instituições consideradas de ponta no país, que conduzem suas ações em conformidade com as diretrizes de diferenciação, massificação e diversificação administrativa.

A massificação, principal paradigma para condução do setor após a política de portas abertas, surtiu efeito, e em 2017, se tornou o país com o maior número de estudantes no exterior e o terceiro maior destino de estudantes internacionais, atrás apenas dos EUA e Reino Unido (MOE, 2018b), mencionando apenas estes dois aspectos de seu atual projeto de

---

<sup>12</sup> Campanha político-ideológica oficial do Partido Comunista da China entre 1966 e 1976, conduzida por Mao Zedong, líder do partido no período, com o objetivo declarado de extinção das *quatro antiguidades* (ideias, hábitos, cultura e costumes). Tal campanha foi decisiva para os rumos do PCCh nos períodos que a sucederam e, portanto, nos deteremos a seu respeito em item específico no decorrer do trabalho.

internacionalização. Se tornou, ainda, concorrente internacional dos EUA ou liderança em mercados globais em setores de tecnologia e inovação em segmentos como biomedicina, indústrias química e farmacêutica, comunicações, motores e baterias elétricas e máquinas leves e em todos os segmentos associados a estas indústrias.

Neste sentido, nesta tese buscamos responder como o governo da República Popular da China organiza e promove a internacionalização da educação superior enquanto estratégia na construção de seu autodeclarado socialismo com características chinesas. Seu objetivo, portanto, é **analisar o papel da internacionalização da educação superior no processo de desenvolvimento econômico e social da experiência de transição ao socialismo do chamado socialismo com características chinesas, a partir da Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre a Reforma da Educação (1985), evidenciando a Universidade Tsinghua como sua forma de expressão.**

Ao tomarmos como *locus* empírico o caso da Universidade Tsinghua, referência da internacionalização da educação superior na China, nos deparamos com a necessidade metodológica de conceituar elementos concernentes ao tema a partir da própria experiência de desenvolvimento econômico e social do país desde a instauração da República Popular da China, bem como de análises críticas de sua formação social moderna e contemporânea. Algumas questões norteadoras acompanharam a construção desta análise, tais como: de que maneira a formação social moderna na China possibilitou a organização de um sistema de educação superior dedicado à construção de um modelo autônomo de desenvolvimento social e econômico? Em que medida a organização atual da educação superior na República Popular da China rompe com políticas educacionais adotadas mesmo antes de sua própria existência? Até que ponto a chamada política de portas abertas promoveu a incorporação de ações e medidas tipicamente ocidentais para a concepção e organização da educação superior no país? Qual é o impacto da internacionalização para a atual configuração da educação superior na China e como está expressa na principal Universidade do país?

Argumentamos que a internacionalização da educação superior não pode ser concebida de forma unívoca, uma vez que seus princípios, planejamento, execução e avaliação referem-se a sistemas de educação específicos. Ao considerarmos que cada sistema de educação superior concerne aos problemas das sociedades em que se encontram, podemos depreender que a internacionalização da educação superior se vincula aos esforços de ou para tais sistemas em superarem os desafios com os quais se deparam.

Entretanto, conceitos mais amplos podem ser utilizados para situar ou identificar a internacionalização, a despeito de que as estruturas particulares dos sistemas de ES apresentam, invariavelmente, motivações e justificativas próprias. Concordamos com Altbach e Knight (2007, p. 290, tradução nossa) ao se referirem à internacionalização como “políticas e práticas adotadas por sistemas acadêmicos, instituições ou até mesmo indivíduos para lidar com um ambiente acadêmico global<sup>13</sup>”. Esta definição pretende incorporar conceitos mais gerais em torno de justificativas que tendem a ter suas próprias particularidades, e é a partir das particularidades do sistema de ES na China que nossas análises buscaram suas referências no decorrer deste trabalho.

A internacionalização da educação superior apresenta-se, hoje, em escala global e é um dos paradigmas fundamentais para aferição da qualidade das instituições, bem como estratégia de diferentes governos<sup>14</sup> para integração e intercâmbio entre diferentes culturas e economias, sempre atendendo a uma perspectiva de desenvolvimento. Estes paradigmas, contudo, expressam o que pode nos aparecer tanto como gargalo, quanto potencialidade dos processos de internacionalização: nenhum sistema de educação superior está desvinculado de um determinado padrão civilizatório que caracteriza os países ou dos modelos de desenvolvimento por elas assumidos. A forma e as intencionalidades de como a internacionalização é incorporada pelo sistema educacional na República Popular da China (RPC) deve ser entendida, neste sentido, como expressão deste regime e, portanto, da constituição histórica deste regime.

Ao se colocar numa experiência de transição, a China assume – não livre de disputas – seu próprio projeto de desenvolvimento, e tem de buscar a partir da particularidade da formação das classes sociais no país as estratégias para construção do socialismo. Não se trata, portanto, de reduzir as contradições do período pós-revolução de 1949 e, especialmente, pós-Mao, à crítica de Elias Jabbour (2012, p. 92), de que o desenrolar teórico de uma premissa *circulacionista* – ou que considere a China como um Estado tipicamente capitalista – pode desembocar na síntese segundo a qual se considera capitalista qualquer Estado que

---

<sup>13</sup> No inglês original: policies and practices undertaken by academic systems and institutions, and even individuals, to cope with the global academic environment (Altbach; Knight, 2007, p. 290).

<sup>14</sup> Na China, como indicaremos mais adiante, programas de governo com intuito de conceber, definir parâmetros e recursos para ações de internacionalização vigoraram a partir de 1985, após a Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China Sobre a Reforma do Sistema Educacional. No caso brasileiro, por exemplo, a despeito da existência de ações independentes de internacionalização, o Programa Institucional de Internacionalização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-PRINT) passou a vigorar apenas em 2018.

mantenha relações comerciais na esteira do mercado mundial, independentemente das formas de produção internas em cada país.

Há de se reconhecer, contudo, a importância de uma definição nacional de socialismo (Jabbour, 2012, p. 62), evitando concepções arbitrárias acerca das diferentes alternativas de desenvolvimento, e que se estabeleceu no léxico político e econômico das últimas quatro décadas sob a alcunha de socialismo com características chinesas<sup>15</sup>. Significa dizer que as contradições expressas na realidade de uma experiência revolucionária tão organicamente vinculada ao movimento do capital em escala global fazem emergir uma série de desafios, e para muitos dos quais a internacionalização da educação superior significa uma abordagem estratégica.

De maneira alguma está encerrado o debate a respeito das formas de expressão econômicas e sociais do regime capitaneado pelo PCCh: desde 2018, o chamado Pensamento de Xi Jinping (Xi Jinping Thought on Socialism with Chinese Characteristics for a New Era) foi incorporado à Constituição chinesa (Xinhua News, 2018), que afirma estar o país em plena consecução de um regime socialista, numa trajetória típica da concepção marxista-leninista e influenciada pelo Pensamento de Mao Zedong<sup>16</sup>, conduzida pela doutrina política da Teoria das Três Representações para o avanço das forças produtivas, do avanço da cultura e dos interesses da grande maioria da população chinesa (Bo, 2004) e que absorve o chamado conceito científico de desenvolvimento, que integra o marxismo à realidade contemporânea da China (Wen, 2004).

Há, contudo, correntes de pensamento que consideram as reformas pró-mercado do final da década de 1970 como o encerramento da possibilidade de construção do socialismo, das quais destaca-se a do sub-imperialismo chinês, que se tornou, a partir de então, aliado do ocidente no rumo da expansão e valorização de capital (Bond, 2022), ou, concebem o país não como uma frente sub-imperialista, mas uma verdadeira potência imperialista em formação (Rousset, 2014).

A ascensão de um determinado regime político e sua condução de um Estado no capitalismo não significa a concretização de seus princípios fundamentais. Importa reconhecer a

---

<sup>15</sup> Sistema teórico amplamente utilizado durante o governo de Deng Xiaoping para designar a condução de um regime que ainda se pretendia uma transição ao socialismo, ao passo que lançava mão de recursos típicos dos mercados capitalistas. Aprofundaremos a respeito de seus princípios e características no decorrer desta tese (Jabbour; Gabriele, 2021).

<sup>16</sup> A experiência revolucionária chinesa deveria ser encampada por frente única progressista que incorpora a particularidade rural e pré-industrial do país (Zedong, 2000).

particularidade das formas e a natureza de determinado regime, bem como as condições de lidar com formações sociais complexas. Nos motiva investigar, desta forma, como a formação social moderna da China tornou possível a emergência de um regime de autodeclaração socialista, notadamente marcado pelo controle que exerce sobre os meios de produção considerados estratégicos, e a detenção de dispositivos estratégicos no processo de acumulação.

Problematizamos, ao longo deste trabalho, que está em curso uma experiência de transição<sup>17</sup> socialista, não somente pelo reconhecimento do processo auto-declarado pelo PCCh, uma vez que “modos de produção não se constituem como estruturas estanques, a transição socialista não ocorreria de acordo com a mera vontade política de uma vanguarda consciente” (Gomes, 2016). Mesmo assim, reconhecemos, em acordo com Wen Tiejun (2011) que a experiência chinesa, de fato incorpora o processo de industrialização como um processo econômico de produção industrial por meio de capital, mas também um objetivo político de Estado num contexto pós-colonial em busca de sua soberania após um longo processo revolucionário (Snow, 1973).

O reconhecimento de um Estado em transição é expressão, também, da fuga a concepções que dividem o desenvolvimento de capital na China em dois períodos: da tomada do poder, em 1949 até a morte de Mao Zedong, em 1976, notadamente marcado por restrições impostas limites institucionais e mal-administrados regimes de propriedade agrícola e industrial; e um período de estrito desenvolvimento após as reformas de abertura econômica em 1978, onde se posicionam as críticas a um modelo de desenvolvimento que passou a operar sob a égide capitalista. Concordamos com Wen Tiejun (2021) que concepções que opõem a dualidade de destes supostos modelos distintos de desenvolvimento podem deixar de lado a análise de um processo com diversas rupturas:

Como um país em desenvolvimento tardio, com recursos per capita abaixo da média, a China seguiu o caminho da acumulação interna, enquanto o modelo ocidental de desenvolvimento expansionista e predatório não pôde ser seguido. Sob uma condição de escassez de capital, a China dependeu do investimento estrangeiro em diferentes períodos e de maneiras variadas e, portanto, teve que arcar com o custo, tanto financeiro quanto institucional, incluindo dívidas externas e contradições institucionais [...] estrutura dual urbano-rural, conflitos de interesses entre governos central e locais, adaptação e transição institucional para acomodar o

---

<sup>17</sup> Apropriada aqui a partir da proposta de Gomes (2016), que “não significa passagem de um lugar a outro e, sim, mudança de situação, ou de condição. Mais precisamente, trata-se de conceber um processo de transitar, a partir das condições em vigor num determinado momento, para uma situação posterior, projetada como completamente diferente e superior, o que requer, portanto, transformações radicais. Também não se refere aqui a alterações isoladas, em situações locais, mas das mais abrangentes modificações nas formas de produção e de reprodução da vida humana no planeta.

investimento estrangeiro, seja a sovietação na década de 1950 ou a americanização desde a década de 1980 (Wen, 2021).

A emergência histórica de uma experiência declaradamente em transição socialista, em 1949, teve a tarefa de superar quase um século de um padrão de acumulação que serviu aos interesses de uma elite imperial, de potências colonialistas/imperialistas, militares nacionalistas e latifundiários detentores de imenso poder político e militar no país, os chamados *Dujun*, ou Senhores de Guerra. Mesmo assim, sabemos que uma experiência socialista de transição não encerra a divisão social do trabalho, ou seja, não permite a superação do trabalho alienado, reproduzindo, por isso, o fetiche da mercadoria e as desigualdades sociais. Portanto, concebendo a luta de classes como motor das contradições expressas na sociedade, nos parece relevante investigar como o PCCh, em sua condução do Estado chinês, buscou enfrentar os desafios educacionais em sua experiência de transição.

O esforço para construção de políticas educacionais numa experiência de transição ao socialismo e confluentes com as estratégias adotadas pelo PCCh envolveu uma série de ações cujos principais elementos remetem à própria formação da República Popular da China. Entre elas, podemos destacar sua concepção de Estado e desenvolvimento e as metodologias adotadas para superar condições de privação material num país composto majoritariamente por camponeses, e que pretendia modernizar/intensificar sua produção industrial. Os resultados alcançados pelas políticas educacionais na República Popular da China foram significativos, virtualmente erradicando índices de analfabetismo, que atingia o percentual de 80% da população no início da década de 1950, bem como na garantia de cerca de 99% de matrículas de crianças em idade escolar, além de uma taxa de matrícula educação superior a 50% da população egressa da educação básica<sup>18</sup> (Jin, 2016).

Levamos em consideração que, ao longo dos setenta e cinco anos da República Popular da China, diferentes gerações defrontaram-se com conjunturas domésticas e internacionais distintas. Importa, portanto, realizar as mediações entre as possibilidades históricas e as estratégias adotadas pelo governo central na China para a construção de seu sistema educacional e o alcance de alguns dos resultados apresentados acima, e, mais detidamente, seu sistema de educação superior.

---

<sup>18</sup> Concebemos como educação básica, aqui, o período gratuito e compulsório de nove anos (*nine year compulsory education*) que pode ser remetido, em comparação, à educação primária mais educação secundária no ocidente. Pode assumir formatos diferentes para as realidades do campo e das cidades na China (MOE, 2009).

Vigorou nos primeiros anos após o estabelecimento da RPC um modelo de organização da ES influenciado pela experiência soviética, com alto grau de especialização, centralização administrativa e número reduzido de vagas e matrículas. O chamado modelo soviético foi predominante até os momentos finais da Revolução Cultural, em 1976, quando iniciou-se uma profunda reformulação no interior do PCCh, mas ainda assim foi responsável pela expansão da educação superior na China. Após o hiato provocado por esta campanha oficial do PCCh, e seguindo os princípios assumidos num cenário de abertura econômica e flexibilização dos mercados, passa a entrar em vigor um modelo de educação superior balizado pela massificação e diferenciação entre as instituições, bem como maior autonomia administrativa para as províncias e, especialmente, as regiões administrativas especiais (RAE)<sup>19</sup>.

Os princípios e as ações de internacionalização da ES na China são confluentes, portanto, com as estratégias do sistema na experiência de transição ao socialismo do chamado socialismo com características chinesas. Iniciada após a política de portas abertas e o reconhecimento formal da República Popular da China como Estado soberano na diplomacia internacional, em 1979, a internacionalização da ES chinesa enquanto série de ações e medidas tem seus objetivos, estratégias e avaliações estabelecidos sob o signo da modernização, a qual nos referimos aqui como o processo de massificação, diferenciação, privatização e descentralização administrativa.

Os esforços de modernização no país, mesmo apresentando características comuns aos sistemas de educação superior de países periféricos do capitalismo mundial, não subjugaram a ES na China aos ditames do mercado educacional global. Apesar da existência de elementos típicos da mercadização<sup>20</sup> da educação superior, o governo central jamais perdeu o controle sobre os setores considerados estratégicos para seu desenvolvimento. Ao contrário, criou programas de fortalecimento de instituições-chave, especificamente sob os Projetos 211

---

<sup>19</sup> São consideradas as regiões administrativas especiais (RAE) na China as províncias de Hong Kong e Macau. Ambas foram colônias europeias até o fim do Século XX. Hong Kong foi incorporada ao Império Britânico após a conquista da região com a vitória na I Guerra do Ópio, em 1941, e permaneceu como parte da administração da Coroa Britânica até 1997, quando foi oficialmente entregue à China. Macau, estabelecida pelo Império Português como um ponto de troca na região ainda no período da Dinastia Ming, em 1557, esteve sob administração formal de Portugal até 1999. Gozam de grande autonomia administrativa em relação à chamada China Continental, permanecendo o Congresso Nacional Popular como a mais alta instância política e jurídica. Importante não serem confundidas com as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), das quais trataremos mais adiante (Wang, 2012).

<sup>20</sup> Entende-se como *mercadização* da educação superior seu deslocamento em relação ao mercado, seja pela privatização de instituições, força de trabalho ou suas funções de ensino e pesquisa (Brunner, 2006, p. 3).

e 985<sup>21</sup>, logrando o estabelecimento de nove universidades chinesas entre as cem instituições mais importantes do planeta, de acordo com o Times Higher Education World University Rankings (THE) para 2022<sup>22</sup>.

Dados do último censo da educação no país, realizado em 2018, indicaram, também, que os investimentos do governo central em educação mantiveram-se acima de 4% do PIB por 7 anos consecutivos, considerando o total aproximado de 520 bilhões de dólares (3,7 trilhões de de yuan) no referido ano (State Council, 2019). Os números indicam um aumento de cerca de 8% em relação ao ano de 2017, e representaram, de acordo com o censo, 4,11% do PIB da China, mantendo os gastos do país próximos à média global (Banco Mundial, 2022).

Ao chegarmos na segunda década do século XXI, as mediações que justificam a intencionalidade, objetivos e resultados da internacionalização na China permanecem em metamorfose, como demonstramos neste trabalho.

Como objetivo, portanto, propusemos analisar o papel da internacionalização da educação superior no processo de desenvolvimento econômico e social da experiência de transição ao socialismo do chamado socialismo com características chinesas, a partir da Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre a Reforma da Educação (1985), através do caso da Universidade Tsinghua.

Apresentam-se os seguintes objetivos específicos: analisar a formação social da China através de sua inserção no circuito internacional do capitalismo em sua fase monopolista, estabelecendo relações entre ações sistemáticas de potências europeias no sudeste asiático e suas implicações políticas e sociais na região, a fim de identificar as condições sociais para constituição de um sistema de educação superior dependente e periférico; analisar o processo de construção das políticas para a educação na República Popular da China, a fim de identificar concepções e intencionalidades presentes num regime declaradamente em fase de transição ao socialismo; descrever o processo de reorganização da educação superior na China após a chegada de Deng Xiaoping ao poder e a adoção da política de portas abertas, verificando a articulação de princípios e estratégias próprias do socialismo com características chinesas com premissas e indicadores internacionais de expansão e qualidade, que permitiram a incorporação da internacionalização ao léxico das políticas para a educação

---

<sup>21</sup> Os Projetos 211 e 985, criados em 1995 e 1998, respectivamente, constituíram-se no carro chefe da política para a educação superior na China, com o intuito de posicionar universidades selecionadas entre as mais competitivas globalmente (Xu, 2017). Detalhes sobre estas ações são relevantes para este trabalho e serão abordados mais à frente.

<sup>22</sup> Dentre as quais, sete encontram-se na China Continental, e duas em Hong Kong (THE, 2022).

superior no país; analisar o panorama da educação superior na China contemporânea, em seu impacto expresso por indicadores internacionais, bem como através da adoção da internacionalização como estratégia para manutenção da transição no seio do socialismo com características chinesas, através do caso da Tsinghua University.

A tese que apresentamos é a de que o governo da China concebe, promove e organiza a internacionalização da educação superior enquanto uma de suas estratégias para a condução de um projeto de desenvolvimento e transição socialista, ao mesmo tempo em que incorpora indicadores internacionais para aferição de qualidade e competitividade internacional, sem que haja prejuízo programático à sua autodeclarada concepção de socialismo com características chinesas, ou seja, que leva em conta sua formação social recente. Isto porque o sistema de ES e sua internacionalização está fundada em regimes próprios de propriedade, regulação e planejamento estatal, fazendo com que as ações de internacionalização por universidades world-class na China, como é o caso da Universidade Tsinghua, expressem a intencionalidade da própria propriedade, regulação e planejamento do governo central.

Para a construção deste posicionamento, lançamos mão de abordagem qualitativa para evidenciar elementos que expressam a contradição entre as propostas de internacionalização assumidas enquanto tendência em países centrais do capitalismo ocidental, que tem estabelecido paradigmas comuns para internacionalização, e a concepção estratégica dedicada à política para a educação superior pelo Partido Comunista da China, marcada por uma série de ações típicas dos modelos ocidentais. São estes últimos os elementos que precisam ser aqui explorados, antes de serem caracterizados como tendência/evidência de uma forma ocidental ou de outra, sumariamente autônoma/nacional.

Nosso esforço para contextualizar a formação social moderna da China exige a retomada do que consideramos a inserção definitiva do país no circuito do capitalismo monopolista global. Convergimos, aqui, com a caracterização realizada por Jonathan D. Spence (1995), denominando-o choque com o ocidente – que se refere a metade do século XIX até a virada para o século XX – período em que estiveram colocados na China os intensos processos de ebulição social e econômica que se tornaram condições irrevogáveis para as tentativas de constituição de um sentido próprio de nação na China. Tratava-se de um cenário global de acirramento da exploração através da constituição de regimes neocoloniais por potências capitalistas do ocidente. Argumentamos, desta forma, que no referido período houve uma série de mudanças na própria forma e natureza das relações estabelecidas entre potências

capitalistas e China, a rigor, determinantes para o esgotamento da Dinastia Qing e do regime imperial, e a constituição de duas repúblicas no país.

O período entre o segundo quartel do século XIX até a metade do século XX e a vitória do movimento revolucionário contra os japoneses e potências imperialistas após a II Guerra Mundial é concebido na China como o Século da Humilhação, que supera, portanto a concepção de Jonathan Spence (1995), e concebe a era dos tratados desiguais, iniciada com a 1ª Guerra do Ópio, em 1840, e a dominação estrangeira formal/organizada no país, que perdurou até o início da Guerra Civil, em 1927 (Spence, 1995).

Arguimos que não foi possível, no período, o estabelecimento de um sistema organizado, centralizado ou descentralizado, de educação. Contudo, a dinâmica social do período permitiu a emergência histórica dos sistemas de educação constituídos a partir da República da China (1912-1949), mesmo que ainda de maneira incipiente, e após a instauração da República Popular da China (1949-presente) (China Daily, 2021).

Duas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860) marcaram a presença do Império Britânico. Missionários franceses e de outras nacionalidades de maioria católica também chegaram à China neste período, determinantes para conflitos internos como a Rebelião Nien (1851-1868) e a Revolta dos Taiping (Rebelião Taiping ou Guerra Civil Taiping, 1850-1864). Acirrou-se, no período, a presença política e militar do Japão no país, controlando portos e incipientes regiões industrializadas. Alemães e russos controlavam portos e rotas internas de distribuição e a segunda metade do século XIX marcou o que Fairbank<sup>23</sup> e Goldman (2006) conceberam como o Século dos Tratados (*Treaty Century*), marcado por uma série de tratados desiguais impostos à China por potências imperialistas que retiraram das autoridades locais a gerência sobre a estrutura produtiva e logística de cerca de 85 portos em diferentes cidades, do sudeste ao nordeste chinês (Kissinger, 2011).

Este momento caracterizou-se, no que concerne às ações educacionais pelas autoridades imperiais e estrangeiras presentes no país, pelo processo de modernização sob as égides ocidental e japonesa. A educação superior no país foi organizada por diferentes segmentos da sociedade, sem que houvesse uma designação oficial quanto às autoridades específicas ou a constituição de políticas educacionais sistêmicas. Contudo, instituições tradicionais chinesas perderam influência à medida que conhecimentos ocidentais passaram a se apresentar como

---

<sup>23</sup> Em nota de curiosidade, John King Fairbank, prominente historiador estadunidense, é estudante egresso da Universidade Tsinghua, onde estudou História após obter graduações com distinções em Harvard e Oxford (Ranker, 2024)

alternativa para superação do que se considerava, na perspectiva da ocidentalização, como atrasos científicos, culturais e econômicos (Wu; Zha, 2018).

A modernização (ocidentalização) forçada e os esforços do Movimento de Auto-Fortalecimento, sob os auspícios da sabedoria chinesa como estrutura fundamental, saberes ocidentais para uso prático (Fairbank; Goldman, 2006) não foram suficientes para garantir a manutenção do regime imperial, que sofreu de maneira irreversível os impactos da derrota na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895). O anti-imperialismo que motivou a Rebelião dos Boxers (1899-1901) foi sufocado e, no rescaldo da perda da influência do regime imperial sobre a Coreia, a Manchúria, e os vários portos e cidades do sudeste do país já sob controle de potências estrangeiras, a Dinastia Qing sucumbiu após o Levante de Wuchang, em 1911, e em 1º de janeiro de 1912, instaurou-se a República da China (RC) (1912-1949).

Os primeiros movimentos para a construção de um sistema de educação superior tiveram lugar com a própria proclamação da República da China, através da importação de elementos dos modelos de Japão, Europa Continental e Estados Unidos (Wu; Zha, 2018, p. 4). Durante as instáveis administrações nacionalistas da RC, houve rápido crescimento no número de matrículas e instituições, mas a ausência de um projeto de desenvolvimento organicamente estabelecido em um governo fez com que o sistema de educação superior no país não assumisse características próprias.

A expulsão dos japoneses e o fim da II Guerra Mundial, conflitos em que a participação de organizações civis e militares comunistas proporcionaram vínculos orgânicos com as lutas operárias e a produção no campo, fez com que fossem retomadas as disputas com o Partido Nacionalista (Kuomintang - KMT) pela centralização administrativa e a constituição de uma nova República, caracterizando a terceira fase da Guerra Civil, com a expansão das organizações comunistas. A República Popular da China foi instaurada 01 de outubro de 1949, após um longo período de luta armada desde o sul até o nordeste do país, que promoveu o crescimento e popularização do Exército de Libertação Popular (ELP) e suas referências comunistas (Bedeski, 1975).

Os primeiros anos da República Popular da China (RPC) foram marcados por um grande esforço para a construção do socialismo, com todas as contradições e dificuldades que um processo como esse carrega (Nabuco, 2011), na tentativa de implementação de indústria pesada e aos finais da Guerra Civil, que precedeu e sucedeu os próprios conflitos da II Guerra

Mundial, também ocorridos no país, e ao início de uma estafante e custosa guerra na Coreia (1950-1953).

Não obstante, surgiram aí as possibilidades de constituição de um sistema nacional de educação e de um sistema próprio de educação superior vinculado a um determinado projeto de desenvolvimento. O modelo soviético de educação superior foi incorporado, num primeiro momento, promovendo maior especialização em torno das diferentes áreas de conhecimento, em detrimento de formações generalistas. Houve também a centralização do sistema de educação superior junto ao Ministério da Educação, além da extinção de todas as instituições vinculadas a estruturas religiosas ou autoridades estrangeiras.

A política econômica e social neste período também teve grande influência do modelo soviético de centralização e planejamento. O primeiro Plano Quinquenal adotado pelo PCCh, entre 1953/55-1957), iniciou a reforma agrária através centralização administrativa das terras, e propôs a intensificação do processo de industrialização nas cidades. O período foi marcado por rígidas orientações de representantes oficiais do governo, especialmente no campo.

Com o fracasso das estratégias para desenvolvimento econômico a partir do campo<sup>24</sup> e a intensificação de disputas internas no PCCh, criaram-se as bases para a Grande Revolução Cultural e Proletária (1966-1976). Esta campanha, largamente conduzida pelo próprio Mao Zedong, tinha como objetivo declarado a extinção das quatro antiguidades: ideias, cultura, costumes e hábitos (*Jiù Sīxiǎng*, *Jiù Wénhuà*, *Jiù Fēngsù* e *Jiù Xíguàn*), através do deslocamento de quadros do partido, militantes, servidores públicos, entre outros, a ações que os permitissem aprender com as lições da Revolução. A Revolução Cultural promoveu grande impacto sobre a estrutura da educação na China, graças à destruição de arquivos de escolas e fechamento de universidades, visando reduzir o que se considerava um abismo entre trabalho intelectual e manual.

A despeito da significativa desarticulação da estrutura de planificação devido à expulsão de quadros do Partido e empresas estatais, o desempenho econômico do país foi considerado positivo durante a Revolução Cultural (Snow, 1973, p 29), marcando a retomada da produção agrícola a níveis desejados após o fracasso do Grande Salto Adiante e a consolidação do

---

<sup>24</sup> A revolução da terra envolveu uma série de determinantes anteriores ao próprio processo revolucionário. Contudo, as formas de sociabilidade camponesas constituíram importante base de apoio ao próprio PCCh durante e após a Guerra Civil. É possível argumentar que a revolução da terra foi um dos principais elementos de legitimação do regime (Sit; Wong, 2014), a despeito da avaliação negativa do próprio PCCh sobre o Grande Salto Adiante – como discutiremos em capítulos posteriores – e a luta dos camponeses por melhores condições de vida durante os primeiros anos da República Popular da China.

processo de industrialização no campo e nas cidades. Contudo, a realização da campanha promoveu a desarticulação da própria política para a educação. Quadros acadêmicos foram afastados permanentemente e a condução do sistema de educação superior, ao final da Revolução Cultural, a RPC teve de lidar com seu próprio distanciamento do que viria posteriormente a ser a política de portas abertas.

Na virada das décadas de 1960 para 1970, China e URSS desvelaram seus conflitos de fronteira, o que possibilitou a aproximação geopolítica do PCCh com os EUA em plena Guerra Fria, já às vésperas de sua saída do Vietnã. Percebia-se aí, argumenta Gomes (2016), os mais evidentes sinais da crise estrutural que assolaria países capitalistas, com quedas nas taxas de crescimento em países economicamente desenvolvidos.

O contexto geopolítico e econômico global, bem como o enfraquecimento da influência de sujeitos políticos que impunham oposição frontal à condução de Mao Zedong no PCCh – explicitamente Hua Guofeng, seu sucessor formal, e a Gangue dos Quatro – permitiram, desta forma, considerar a política de portas abertas enquanto processualidade histórica, ao invés de uma decisão eventual de novos líderes no PCCh (Kissinger, 2011).

Iniciou-se, após a reabilitação de Deng Xiaoping ao PCCh e sua posterior designação à posição de liderança do Comitê Nacional da Conferência Política Consultiva<sup>25</sup> no Partido, em 1978, uma série de reformas políticas e econômicas de abertura do país aos mercados estrangeiros. Tratava-se da virada histórica para o desenvolvimento do *socialismo com características chinesas*, um ponto de inflexão para a condução do Estado chinês, e, portanto, para as políticas para a educação (Bernet, 2020).

Houve a retomada de grandes obras e da indústria naval, de investimentos em transportes e comunicações, engenharia espacial e armamentos, o que exigia a emergência de novos programas de ciência e tecnologia, que até o final da década de 1960 estiveram em segundo plano nas políticas de governo, ou estiveram prejudicados pela paralisação das universidades durante a Revolução Cultural. Tratou-se de uma série de reformas institucionais e em legislações e projetos de qualificação para o trabalho com vistas à perspectiva de uma modernização conectada com preceitos tradicionais dos mercados no capitalismo. As mudanças na abordagem à política para a educação envolviam a reprofissionalização da força

---

<sup>25</sup> Comitê interno à estrutura do Partido Comunista da China, com caráter consultivo nas tomadas de decisão em diferentes setores do Estado, e cuja liderança tende a expressar a maioria no interior do Partido (Snow, 1973). Deng Xiaoping apenas emergiu como *líder supremo* (ocupando o agora extinto cargo de Presidente do Comitê Consultivo Central) e chefe das Forças Armadas, presidindo a Comissão Militar Central, em 1982. Mao Zedong e Zhou Enlai, respectivamente, ocuparam este lugar antes de Deng Xiaoping.

de trabalho chinesa, bem como o encorajamento do *talento* e das iniciativas individuais<sup>26</sup> (Nabuco, 2011).

A chegada de Deng Xiaoping ao poder em 1978 tornou-se um marco também para a expansão da educação superior, conduzida por operações de governo com finalidades confluentes com os novos princípios estabelecidos. Houve um deliberado processo de *diferenciação* entre estas instituições, com algumas delas sendo apontadas universidades-chave para o desenvolvimento e outras como instituições com padrão internacional<sup>27</sup> (Pepper, 1990).

Tornaram-se explícitas as intenções de massificação. Com o reconhecimento formal da RPC pelos EUA, em 1979<sup>28</sup>, ações de internacionalização puderam compor o léxico institucional no contexto de abertura econômica. Evidenciou-se significativa expansão do sistema de educação superior a partir de 1978, quanto ao índice de matrículas, número e natureza de instituições, desde centros de pesquisa e desenvolvimento e excelência às chamadas escolas terciárias vocacionais, mecanismos de ranqueamento, e o surgimento de instituições privadas de ensino superior (Goodman, 2015).

Na trajetória específica da internacionalização, a China, desde o fim da Dinastia Qing, em um período de modernização/transição para modelos educacionais que fugiam às influências mais diretas do Confucionismo, emula sistemas internacionais em sua política para a educação, que se manteve, a rigor, mais ou menos descentralizada, a depender dos diferentes regimes que comandavam seu governo (Wu; Zha, 2018).

Influências de Japão, EUA e Europa marcaram o final da Dinastia Qing e o período do Kuomintang. Após a fundação da RPC, em 1949, a influência soviética, também já presente em instituições de ensino desde a década de 1920, se espalhou pelo país, e consolidou medidas de especialização, unificação e centralização da política para a educação. Sua estrutura fundamental envolvia um pequeno número de universidades dedicadas a estudos

---

<sup>26</sup> Conceito de Capital Humano foi sumariamente incorporado pelo PCCh ao tratar da educação.

<sup>27</sup> Há o incentivo por parte do Ministério da Educação da República Popular da China e do próprio governo central ao desenvolvimento de *world-class universities*, como propusemos abordar na pesquisa.

<sup>28</sup> Estabelecida em 1º de Outubro de 1949, a República Popular da China não foi imediatamente reconhecida por seus pares na diplomacia internacional. O reconhecimento formal da autoridade e soberania da RPC pela Organização das Nações Unidas (ONU) e outras organizações multilaterais ocorreu apenas em 1971. No mesmo ano, Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos da América, anunciou sua visita ao país, que ocorreu na semana de 21 a 28 de Fevereiro de 1972. Dentre os muitos significados históricos e políticos da missão de Nixon à China, estava o reconhecimento da chamada China Continental como autoridade diplomática na região, concedida, até então, apenas à Taiwan. O estabelecimento de relações formais entre os países culminou em 1979, com o reconhecimento da República Popular da China como Estado soberano e única autoridade sobre Taiwan (Kissinger, 2011).

teóricos em artes e ciências em determinadas regiões, e um grande número de instituições técnicas que surgiram para atender à crescente industrialização (Wang, 2013). O contexto socioeconômico no fim dos anos 1950 era a mobilização para o Grande Salto Adiante e, a partir da segunda metade da década de 1960, a Revolução Cultural (Nabuco, 2011).

Com a política de portas abertas e a adoção de estratégias de mercado em vários setores da economia chinesa, a política para a educação adota também princípios como qualidade e competitividade, e esforços são feitos para que instituições de ensino superior fizessem parte de um mercado global no campo da educação, através de rankings, exercícios e avaliações. O governo chinês estimula, nas fases mais recentes da internacionalização, o aumento da reputação de suas instituições (Liu, 2017).

Mergulhadas neste cenário de expansão, as ações de internacionalização da ES foram formalmente incorporadas aos planos de governo em 1985 com a Decisão do Comitê Central do PCCh para Reforma do Sistema de Educação (MOE, 1985). Desde então, fazem parte de uma série de documentos oficiais para a educação, e existem em instituições de diferentes portes e regimes administrativos, evidenciando sua relevância como parte das estratégias de desenvolvimento adotadas pelo governo central.

Considerando que não há uma concepção unívoca do que é a internacionalização, uma vez que se relaciona a um determinado esquema de organização da política para a educação superior, e esta última, por sua vez, a uma determinada perspectiva de desenvolvimento, concebemos internacionalização assumindo as proposições de Knight (2004), *a*) ações internacionais, como mobilidade, parcerias, conexões e contatos, projetos, programas e iniciativas internacionais; *b*) serviços educacionais oferecidos a outros países através de arranjos como *campi* internacionais, com atividades remotas, virtuais ou presenciais; *c*) inclusão de elementos internacionais, globais ou interculturais nos currículos e no processo de ensino-aprendizagem; *d*) projetos de desenvolvimento transnacionais e mercado de serviços educacionais internacionais.

A incorporação da internacionalização às políticas para a educação fez com que o governo central desempenhasse importantes papéis no processo. O crescimento econômico, significativo desde a instauração da República Popular da China, e organicamente vinculado a um modelo de desenvolvimento ocidentalizado a partir da abertura econômica em 1978, proporcionou as condições materiais para o desempenho destas funções, somando-se à tradição de planejamento das ações de política econômica e social pelo PCCh. Ações de

internacionalização foram elaboradas e/ou trazidas de experiências pioneiras em outras regiões, com o intuito de que o sistema de ES na China pudesse lidar com o ambiente acadêmico global (Zheng; Kapoor, 2021).

Após a criação dos Projetos 211 e 985, em 1995 e 1998, respectivamente, e os esforços para construção de *world-class universities* na China, incrementaram-se às supramencionadas ações de internacionalização, a oferta e o valor das bolsas de mestrado e doutorado de estudantes internacionais. Estímulos ao retorno de estudantes chineses do exterior também passaram a fazer parte do léxico institucional nas ações de internacionalização, buscando evitar o fenômeno do *brain-drain*<sup>29</sup>. Ambos os projetos estão, hoje, extintos, e suas propostas congregam-se na construção do projeto Double First Class (Liu; Turner; Jing, 2019).

A instalação de escolas internacionais em território chinês tem ganhado destaque nas últimas décadas, com dados do último censo educacional (MOE, 2018a) indicando a existência de 564 instituições nestes moldes, alocadas principalmente em Pequim e Xangai. Terceiro maior destino de estudantes internacionais do planeta, também abriga em suas instituições públicas, de diferentes portes e regimes administrativos, programas de estudos internacionais de todos os continentes.

A posição da China no cenário geopolítico global no século XXI impulsionou o crescimento dos Institutos Confúcio, carro-chefe do ensino de idiomas e cultura chinesa no exterior. A Nova Rota da Seda, ou Iniciativa de Cinturão e Estrada ou Cinturão e Rota (do inglês *Belt & Road Initiative – B&RI*), que realiza investimentos em infraestrutura para desenvolvimento econômico em cooperação entre países membros, também teve grande impacto no processo de internacionalização através do oferecimento de materiais, pessoal e programas de cooperação internacional capitaneados pela China para treinar pessoal qualificado em países que fazem parte dos acordos comerciais (Paliszewska-Mojsiuk, 2019).

Neste contexto de ações de fortalecimento de instituições chinesas no exterior, aumento de instituições estrangeiras na China, expansão das parcerias entre universidades chinesas e de outros países e melhor aproveitamento para ocupação estratégica de estudantes chineses regressos ao país de origem, bem como da condução dos programas 211 e 985, a Universidade Tsinghua assumiu posição de destaque nacional e internacional nas métricas de

---

<sup>29</sup> Ao tratar dos impactos econômicos do *brain drain* (comumente traduzido para o português como fuga de cérebros), Kwok & Leland (1982, tradução nossa) apresentam o fenômeno como uma situação em que “profissionais hábeis (treinados) deixam seus países de origem com o objetivo de buscar oportunidades promissoras em outras regiões.

internacionalização. Consistentemente colocada entre melhores e mais respeitadas universidades do mundo<sup>30</sup>, de acordo com o Times Higher Education Ranking 2024 (THE, 2024), a Universidade Tsinghua ocupa 16ª posição global entre as melhores instituições de ensino superior do planeta (ao lado da Peking University), a 1ª posição entre as asiáticas e a 10ª global entre as instituições mais reputadas (atribuindo maior peso a indicadores de publicações internacionais).

Além dos cursos de graduação e pós-graduação regulares ofertados, há uma série de programas continuados de internacionalização vinculados à Universidade Tsinghua. No âmbito curricular, a agenda de internacionalização é conduzida pela *Global Competence*, que pode ser traduzida como Competência Global, entendida como a busca permanente pela incorporação de competências fundamentais para o convívio e trabalho com diferentes culturas e ambientes acadêmicos e profissionais (Tsinghua, 2022b). Tsinghua conta, ainda, com o Escritório de Educação Internacional (*Office of International Education at Tsinghua University*), fundado em 2015, com o objetivo de potencializar abordagens internacionais entre estudantes facilitando interações através de eventos culturais, esportivos, apoio acadêmico e para a vida no *campus*.

Na pós-graduação, as ações de internacionalização são capitaneadas pela Tsinghua Shenzhen (Tsinghua Shenzhen International Graduate School – SIGS). Fundada em 2001, buscou incorporar elementos compreensivos globalmente para formar egressos capazes de contribuir com o desenvolvimento econômico e social da região de Shenzhen, parte da chamada Área da Grande Baía (Guangdong–Hong Kong–Macau) (Tsinghua Shenzhen International Graduate School - SIGS, 2020).

Graduação e pós-graduação da Tsinghua atuam localmente e em parcerias internacionais através da Tsinghua Holdings, corporação 100% pública, vinculada à Universidade, com empresas afiliadas em diversos ramos do segmento de CT&I.

Estas e outras ações situam a Universidade Tsinghua como uma referência da internacionalização da educação superior na China e em posição de liderança global, quanto aos princípios adotados, recursos destinados e resultados alcançados, seja para satisfação de

---

<sup>30</sup> Desde 2019, a Universidade Tsinghua posiciona-se na primeira colocação entre as chinesas em diferentes rankings de desempenho internacional, como QS World University Rankings (2020), US News Global University Rankings (2020), Times Higher Education World University Rankings (2020), ARWU World University Rankings (2019). Em rankings de área, Tsinghua posicionou-se, em 2020, na primeira posição global em Engenharias e Ciências da Computação, sexta colocação em Ciências Materiais, sétima posição em Química e na sexta posição global em empregabilidade de egressos (Tsinghua, 2022a).

métricas internacionais, bem como para sua manutenção como referência nacional. A apresentação deste panorama institucional permite, portanto, uma apreensão orgânica desta experiência de internacionalização de destaque global, fundamental para apreender elementos de intencionalidade, planejamento, execução e avaliação de resultados.

Para alcançar os objetivos propostos nesta tese, utilizamos metodologia de pesquisa documental para realizar estudo do caso da Universidade Tsinghua (Tsinghua University).

A pesquisa documental se fez necessária graças à tradição de planejamento, publicização e avaliação das políticas conduzidas pelo PCCh, especialmente sob a forma dos Planos Quinquenais, que incorporam aspectos mais gerais das estratégias para crescimento econômico e desenvolvimento de indicadores sociais. Há também uma série de diretrizes específicas para o campo da educação.

O interesse global pelos princípios, características e impactos da educação superior na China é crescente na atualidade. Por ser o país que mais envia estudantes ao exterior, terceiro destino mais procurado por estudantes, com rápido crescimento no volume de citações em periódicos considerados de ponta em diversas áreas do conhecimento e com algumas de suas universidades entre as mais prestigiadas do planeta (Times Higher Education World University Rankings, 2024; Bernet, 2020), há uma vasta bibliografia disponível a respeito da educação superior na China.

A seleção de bibliografias para a revisão de literatura se deu através de pesquisas em repositórios institucionais especializados e com alcance internacional, acessados através da Plataforma Cafe, vinculada à Coordenação de Apoio a Pessoal Docente (CAPES). Também foram utilizadas plataformas de domínio público como Google Acadêmico, Scielo, livros e publicações em periódicos especializados.

Também constituiu o processo de elaboração desta tese Estágio Técnico-Científico na Tsinghua University, em Pequim, e na Tsinghua Shenzhen International Graduate Studies, em Shenzhen, pelo período de trinta dias. A Universidade Tsinghua é Membro da Liga C9<sup>31</sup> na China e, de acordo com a Times Higher Education World University Rankings (2024), primeira no ranking entre as mais importantes universidades na Ásia e desde 2011 entre as 20 universidades mais importantes do mundo.

---

<sup>31</sup> Grupo das nove universidades mais prestigiosas no país, e para as quais são destinadas a maior parte dos recursos públicos para ensino, pesquisa, programas de internacionalização e articulação com setores estratégicos da indústria e comércio no país (Bernet, 2020).

O período *in loco* permitiu vivenciar o acesso a programas, projetos, ações de internacionalização, através da observação e registro da estrutura organizacional de suporte a estudantes e pessoal acadêmico internacional, implementação de princípios curriculares, utilização de idiomas, especialmente o inglês, e parcerias entre IES chinesas e internacionais.. A vida no *campus* (*campus life*) e vivência estudantil (*student life*) na Universidade Tsinghua possibilitaram, ainda, a sistematização de atividades e eventos organizados sob os marcos de uma das mais relevantes universidades internacionais do planeta.

O Estágio Técnico-Científico na Universidade Tsinghua foi supervisionado pelo Professor Zhiming Long, vinculado à Escola de Marxismo desta mesma Universidade. Entre as atividades propostas, estiveram as visitas ao Escritório de Educação Internacional da Universidade Tsinghua (Office of International Education at Tsinghua University), no *campus* de Pequim, à sede do Centro para o Desenvolvimento de Competência Global (The Center for Global Competence Development – CGCD), também localizada em Pequim, e ao Instituto Internacional de Estudos Pós-Graduados Tsinghua Shenzhen (Tsinghua Shenzhen International Graduate Studies - SIGS), na Cidade de Shenzhen, Distrito de Nanshan, sudeste da China.

Atualmente em seu 14º Plano Quinquenal, o governo da China disponibiliza em portais oficiais trechos ou documentos na íntegra de planos quinquenais anteriores, bem como planos de ação, decisões do Comitê Central do Partido Comunista da China e relatórios oficiais a respeito das ações adotadas. Documentos oficiais apresentam justificativas e objetivos das ações de internacionalização no país.

A análise dos conteúdos foi realizada a partir de três etapas, em acordo com o proposto por Bardin (2016): 1) pré-análise: sistematização das ideias iniciais, conduzindo a um esquema de leitura e análise, manifesta entre a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e objetivos e elaboração de indicadores para interpretação; 2) a exploração do material, verificando dados relevantes obtidos nos textos e documentos, e 3) tratamento dos resultados obtidos, codificando os dados obtidos através de palavras-chave ou temas-chave para análise, e situando-os à luz do materialismo crítico-dialético para sua interpretação final.

A escolha dos documentos seguiu as regras da exaustividade, homogeneidade, e pertinência, à medida em que foram analisados todos os documentos disponibilizados em portais oficiais do governo central onde havia referência ao tema da internacionalização, conforme dispostos na Tabela 1, que esboça a sistematização dos documentos que foram analisados, conforme os

critérios da exaustividade, homogeneidade e pertinência (Bardin, 2016). Outros documentos oficiais de governo encontrados e que não correspondem aos critérios estabelecidos, compõem diferentes etapas de análises bibliográficas, tendo sido relevantes para a contextualização do tema da internacionalização.

Tabela 1 - Documentos Oficiais para Educação Superior do Partido Comunista Chinês

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	CONTEÚDO	ANÁLISE DE CONTEÚDO PARA INTERNACIONALIZAÇÃO
Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre a reforma do sistema educacional	State Council; MOE	27/05/1985	Corolário dos novos princípios e ações para reforma educacional após a chegada de Deng Xiaoping ao poder	Palavras-Chave e corolário dos novos princípios e intencionalidades para a educação superior pós-1979
Higher Education Law of the People's Republic of China	State Council; MOE	29/08/1998	Corolário dos novos princípios e ações para reforma educacional, no final do século XX	Palavras-Chave no processo de reforma da educação superior pós-1979: “O Estado encoraja e apoia trocas e cooperações internacionais na educação superior <sup>32</sup> ”
2003-2007 Action Plan for Invigorating Education	MOE, Zhou Ji	24/03/2004	Relatório do Plano de Ação (New Action Plan) que teve objetivo de promover reformas educacionais	Abertura a cooperações e trocas com instituições internacionais; envio e recepção de estudantes internacionais; mercados educacionais internacionais (p. 4)
Report on the Outline of the Eighth Five-Year Plan for National Economic and Social Development (1991-1995)	State Council	1991	Indicadores das principais ações do oitavo plano-quinquenal (1991-1995)	Estratégias para aprendizado com experiências ocidentais em educação superior através de cooperações e intercâmbios
Report on the Outline of the Ninth Five-Year Plan for National Economic and Social Development (1996-2000)	State Council	1996	Indicadores das principais ações do nono plano-quinquenal (1996-2000)	Novos modelos de administração das IES e gestão do sistema
Report on the Outline of the Tenth Five-Year Plan for National Economic and Social	Zhu Rongji (Premier of the State Council)	05/03/2001	Indicadores das principais ações do décimo plano-quinquenal (2001-2005)	Palavras-Chave no processo de reforma da educação superior pós-1979. Um dos objetivos principais para o período é: “Fortalecer a inovação tecnológica na China apoiando

<sup>32</sup> Tradução oficial para o inglês, disponibilizada pelo Ministério da Educação: “The State encourages and supports international exchange and cooperation in higher education”.

Development (2001)				a educação e pesquisa e desenvolvimento <sup>33</sup> ”.
Guidelines of the 11th Five-Year Plan for Economic and Social Development of the People’s Republic of China	State Council	2006	Indicadores das principais ações do décimo primeiro plano-quinquenal (2006-2010)	Expressam as principais reformas no plano educacional para alcançar objetivos regionais e nacionais de desenvolvimento.
Outline of China’s National Plan for Medium and Long-term Education Reform and Development (2010-2020)	Central Government	07/2010	Plano de ação para reformas na educação	Plano de ação que tem ações de internacionalização entre seus principais objetivos
Guidelines of the 12th Five-Year Plan for Economic and Social Development of the People’s Republic of China	State Council	2011	Indicadores das principais ações do décimo segundo plano-quinquenal (2011-2015)	Expressa as principais reformas no plano educacional para alcançar objetivos regionais e nacionais de desenvolvimento.
13th Five-Year Plan for Economic and Social Development of the People’s Republic of China	State Council	17/03/2016	Indicadores das principais ações do décimo terceiro plano-quinquenal (2016-2020)	Expressa as principais reformas no plano educacional para alcançar objetivos regionais e nacionais de desenvolvimento.
14th Five-Year Plan for Economic and Social Development of the People’s Republic of China	State Council	29/10/2020	Indicadores das principais ações do décimo quarto plano-quinquenal (2021-2025)	Expressa as principais reformas no plano educacional para alcançar objetivos regionais e nacionais de desenvolvimento.

Elaboração própria.

O recorte temporal utilizado para contextualizar o processo revolucionário e a constituição da República Popular da China foi o Século da Humilhação, iniciado a partir da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), e que expressou os marcos da inserção definitiva do país no circuito internacional do capital em sua fase monopolista. Argumentamos que se iniciaram aí uma série de conflitos e decisões resultantes da forte presença estrangeira, bem como pela assunção pelo poder imperial de que suas bases de governo se tornavam, por isso, enfraquecidas.

Compreendemos que a particularidade do desenvolvimento histórico da sociedade chinesa criou as condições para a emergência da República Popular da China após um longo período de guerra civil e mobilização popular. Da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), passando

<sup>33</sup> Tradução oficial para o inglês, disponibilizada pelo Ministério da Educação: “Strengthen China’s technological innovation by supporting education and research and development”.

pelas Revolta Taiping (1850-1864) e Nian (1851-1868), Guerra dos Boxers (1899-1901) e os conflitos internos e a Guerra Civil que marcaram a República da China (1911-1949), o país vivenciou turbulências sociais e instabilidade econômica por mais de um século até a confirmação da vitória da revolução comunista em 1949. O novo regime, também suscetível à instabilidade e turbulências sociais, buscou se consolidar em meio aos avanços e contradições políticas e sociais de uma experiência de declarada transição ao socialismo com conflitos em seu próprio território e regiões de fronteira durante a Guerra da Coreia (1950-1953), em meio à Guerra Fria, à crise estrutural do capital e mundialização financeira.

Importa destacar, também, a escolha metodológica por não retomar detalhadamente alguns dos mais relevantes processos sociais que envolveram a construção da sociedade chinesa na antiguidade, considerando o caráter do presente trabalho. Spence (1995) afirma que qualquer análise criteriosa sobre a China moderna deve regressar, ao menos e impreterivelmente, à Dinastia Ming e seus quase três séculos de dominação, encerrados em meados do século XVII, sobre grande parte do território atual do país. Isto se não levarmos em conta a infinidade de aproximações possíveis entre a China atual e os períodos mais pretéritos de sua formação, possíveis de serem realizadas em trabalhos antropológicos, arqueológicos, historiográficos etc., mas que não foram abordados aqui.

Desta forma, a presente tese está exposta em quatro itens subsequentes, após o presente item introdutório. No Item 2, contextualizamos as mudanças estruturais pelas quais passou a sociedade chinesa a partir do chamado choque com o ocidente, instaurando o início do Século da Humilhação, inaugurando ou intensificando conflitos entre etnias, antigos grupos sociais e autoridades imperiais, e, sobretudo, promovendo a formação e consolidação de classes sociais na China sob os marcos do capitalismo em sua fase monopolista. Argumentamos que esta discussão apresenta aspectos da formação social do país no contexto de sua inserção no capitalismo global, considerando a presença estrangeira num cenário internacional de expansão dos monopólios, a intensificação e o arrefecimento do imperialismo sob seus moldes tradicionais.

Ainda no Item 2, contextualizamos o regime que buscou se estabelecer após a Revolução Xinhai, ou Revolução Chinesa de 1911. A República da China, também marcada por turbulências sociais e instabilidade política e econômica, caracterizou-se como um marco para a superação de um regime imperial milenar, sendo a expansão da presença de potências capitalistas na Ásia fundamental para a garantia das possibilidades históricas para sua

realização. Verificaremos, ainda, como algumas das reconfigurações globais de organização do capital, como as I e II Guerras Mundiais e a Revolução Russa de 1917, foram decisivas para os rumos da sociedade chinesa nos anos que se seguiram, tal como a luta da classe trabalhadora no país para a vitória das forças revolucionárias e a instauração da República Popular da China, em 1949.

O Item 3 trata especificamente da República Popular da China e os primeiros passos de um esforço revolucionário particular: um país em que cerca de 90% da população vivia no campo, com incipiente processo de industrialização em zonas costeiras, com a presença de uma significativa elite latifundiária, e durante um período de embargos e sanções internacionais no contexto da Guerra Fria.

A Revolução Cultural, considerada por Edgar Snow (1973) como motivação e resultado de disputas no interior do PCCh, com o efeito de dissolver a estrutura interna do próprio Partido e até mesmo do governo do país, será detalhada neste Item, considerando seu impacto para a política de educação superior no período e nos anos que a seguiram. Também está contido neste capítulo o debate a respeito das motivações, justificativas e efeitos da política de portas abertas, que inauguram uma série de dispositivos de mercado ao projeto de desenvolvimento nacional e às medidas de construção de um modelo de transição ao socialismo com características chinesas. Iniciada em 1978, com a chegada de Deng Xiaoping à liderança do PCCh, a política de portas abertas foi decisiva para a conformação da política para a educação e para a educação superior no país, considerando a relevância atribuída, a partir de então, a determinados setores, conceitos e habilidades considerados estratégicos pelo PCCh para o desenvolvimento do país.

Na sequência, o Item 4 tem o objetivo de contextualizar os pilares para a modernização da educação superior na China a partir das políticas de abertura econômica, após a chegada de Deng Xiaoping à liderança do PCCh. Trata-se de um período de desvelada incorporação de princípios mercadológicos para a administração de recursos no país, nos níveis nacional e regionais, além do reconhecimento de que estratégias da chamada *política de portas abertas* exigiram mudanças na própria organização da estrutura administrativa, criando, também, novas necessidades educacionais. Discutiremos a construção de um sistema de educação superior na China sob a égide da modernização, qualidade e competitividade (Mok; Han, 2016), e como estes princípios marcaram as primeiras incorporações da internacionalização ao léxico da educação superior no país asiático.

O Item 5 apresenta um panorama da educação superior e da internacionalização da educação superior da China. Situando a construção da ES no país diante das estratégias de desenvolvimento adotadas pelo governo central, analisaremos o esforço para superação do modelo soviético e a escolha pela massificação e diferenciação do sistema. Consideramos que tal escolha envolveu a adoção de princípios que se constituíram enquanto tendência internacional, algumas das quais, como a construção de hierarquias institucionais no interior do sistema de ES, preconizadas por organismos multilaterais. No que diz respeito às alternativas próprias da experiência chinesa, problematizamos o papel da ES para a consecução de políticas de governo.

Neste mesmo Item analisamos o processo de internacionalização no caso da Universidade Tsinghua, à luz dos conceitos que envolvem a internacionalização em geral, bem como suas justificativas e objetivos para os modelos de internacionalização expressos no país. Considerando as normativas oficiais que passam a compor os planos de governo a partir da década de 1980, discorreremos sobre como a evolução da internacionalização, desde o início da política de portas abertas, até os dias atuais, expressa relevante papel na transformação do sistema de ES chinês, desde a busca por sua retomada após a Revolução Cultural, até sua conformação como o maior sistema de ES do planeta. Argumentamos que a Universidade Tsinghua e sua condição de laboratório para ações de internacionalização tiveram grande protagonismo para a constituição do panorama atual da internacionalização na China e de sua posição enquanto potência global no campo da educação superior.



“China – O Bolo dos Reis... e dos Imperadores” (Chine - Le Gateau des Rois... et des Empereurs). Cartum francês, publicado em janeiro de 1898 no periódico *Le Petit Journal*, ilustrando a divisão da China entre governantes estrangeiros. Caricaturados estão a Rainha Vitória, do Reino Unido, William II, do Império Germânico, Nicholas II, da Rússia, o símbolo da República Francesa Marianne, e um representante Samurai do Império Meiji. Um desesperado burocrata chinês é ilustrado sem alternativas.

## 2. A CHINA NO CIRCUITO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA

Não se pode atribuir apenas à posição que ocupa no cenário geopolítico e econômico global no início do século XXI o fascínio e o temor que a China desperta no público do ocidente e sua integração em tantos aspectos da vida social nos demais países orientais. Por sua própria antiguidade<sup>34</sup> ou pela magnitude de seus feitos ao longo dos últimos 75 anos, desde a instauração da República Popular da China, e certamente pela forma como as civilizações antigas e modernas ainda permanecem vivas na atualidade, retomar a história deste país constitui um desafio. Em nosso caso, também um desafio metodológico, para evitar estabelecer arbitrariamente relações causais entre aspectos antigos, modernos e contemporâneos (Löwy, 1994) da sociedade chinesa (Anderson, 2010).

No caso da educação superior na China, em particular, isto poderia ser apelativo: uma civilização que viu a formação de uma pequena camada de letrados, os mandarins, que há pelo menos 1400 anos se constituíram enquanto burocratas utilizando-se do estudo de história, filosofia e línguas. Até os anos finais da última dinastia que governou o país, a Dinastia Qing, exames imperiais rigorosos (*keju*) selecionavam indivíduos para atuarem como oficiais em importantes cargos na administração do Império. Tais experiências podem ser remetidas às formações em “escolas normais” no ocidente ou como a quase generalidade da educação superior no mundo contemporâneo, pelo menos desde as revoluções burguesas na Europa. Atribuir, portanto, uma relação causal entre os mandarins do ano 600 d.C. e o ensino superior na República Popular da China seria um equívoco metodológico, a despeito das influências que uma prática possa ter sobre a outra.

Reconhecemos que a China estabeleceu, ao longo de sua história, relações comerciais com grande número de nações no continente asiático, algumas delas constituindo sociedades presentes na contemporaneidade, como povos na Sibéria, Mongólia e atual Índia, entre outras. A Rota da Seda, referindo-se ao tecido produzido quase exclusivamente na China, foi determinante para relações comerciais entre algumas das cidades mais importantes da Antiguidade, conectando os atuais continentes asiático, africano, europeu e Oriente Médio, através de percursos por terra e rotas oceânicas fundamentais para a constituição da chamada Modernidade.

---

<sup>34</sup> É possível atribuir a existência de uma sociedade chinesa a, ao menos, 4100 anos, considerando aspectos culturais e políticos comuns entre os diferentes grupos étnicos e em diferentes territórios pertencentes à região. Entre historiadores do tema, não há consenso sobre a continuidade, mesmo não-linear, desta civilização (De Bary; Bloom, 1999).

Durante o período que convencionou-se chamar Mercantilismo, entre os séculos XVI e XVIII, presenciava-se na região a acumulação de excedentes através da exploração do trabalho em propriedades agrícolas, aluguel da terra e concessões de uso, comércio, produção de mercadorias, empréstimo de dinheiro e outras atividades econômicas comuns àquelas amplamente postuladas como determinantes para o surgimento do capitalismo na Europa (Appel, 2015). Quanto à própria formação e consolidação do capitalismo na Europa e seu espraiamento aos demais continentes, a China também teve papel relevante, especialmente através da manutenção do comércio de mercadorias como seda e chá.

Contudo, é no período caracterizado por Jonathan Spence (1995) como *choque com o ocidente* - da metade do século XIX até a virada para o século XX - que estiveram colocados os intensos processos de ebulição social e econômica que se tornaram condições irrevogáveis para a constituição de um sentido próprio de nação. Tratava-se de um cenário global de fortalecimento capitalista em sua fase monopolista, de acirramento da exploração do trabalho e recursos naturais, através, dentre outras, de regimes neocoloniais por potências capitalistas do ocidente. Argumentamos, desta forma, que no referido período houve uma série de mudanças na própria forma e natureza das relações estabelecidas entre potências capitalistas e China, determinantes para o esgotamento da Dinastia Qing e do regime imperial, e a constituição de duas repúblicas no país (Spence, 1995).

As forças políticas e sociais que passaram a se expressar no rescaldo da inserção da China no circuito do capitalismo monopolista do século XIX e culminaram com a proclamação da República da China, instaurada em janeiro de 1912, são tratadas no segundo momento deste capítulo. Trata-se do esforço para centralização administrativa de uma região historicamente dividida entre etnias e grupos sociais pré-capitalistas, conduzido por um regime nacionalista, de influência europeia e burguesa, e que se defrontou com as manifestações políticas e econômicas de um país em evidente efervescência social.

A ascensão das organizações sociais e militares conduzidas por comunistas e operários nas grandes cidades chinesas, ainda durante a República da China, é tratada também no terceiro item. A participação de tais organizações foi determinante em sua oposição às influências burguesas do Partido Nacional do Povo ou Partido Nacionalista Chinês (KMT), bem como para o enfrentamento aos Senhores de Guerra (*Dujun*), que constituíram as forças em disputa na Guerra Civil Chinesa, entre 1927 e 1949, além de terem atuado de forma decisiva durante a participação da China na II Guerra Mundial (Spence, 1995).

Elaboramos, com isso, sobre a formação das classes sociais e do modo de produção capitalista na China a partir de uma perspectiva histórica, em detrimento de conceitos pré-estabelecidos a respeito da natureza e formas de expressão do regime iniciado a partir da vitória dos comunistas na Guerra Civil e com a constituição da República Popular da China, em 1949.

## **2.1 Choque com o ocidente ou Século da Humilhação**

Argumentamos que a segunda metade do século XIX é um importante momento para a inserção da China no circuito do capital em sua fase monopolista. Por certo não há um marco temporal preciso, mas a intensificação da presença de potências imperialistas como o Império Britânico, dos franceses e dos alemães, acarretou a expansão do comércio e diplomacia entre Europa e Ásia, além de ter acirrado conflitos internos já existentes no país graças às alterações nas estruturas de produção e propriedade, levando ao que Spence (1995) considera como o choque com o ocidente.

A fase monopolista do capitalismo, consagrada neste período, foi marcada, afirmam Baran e Sweezy (1974), por tendências de movimento de capital ao crescimento de excedente sem que, ao mesmo tempo, se proporcionassem mecanismos adequados para sua absorção. Considerando excedente não absorvido como excedente não produzido, os autores argumentam que são constituídos excedentes em potencial, não deixando vestígios nas estatísticas de lucros e investimentos, e sim nas estatísticas de desemprego e capacidade ociosa (Baran; Sweezy, 1974, p. 218).

Gigantescas corporações, típicas do período, e pequenas empresas não correspondiam entre si no *modus operandi* do modo de produção, afirmam Sweezy e Baran (*idem*, p. 60), com os grandes negócios funcionando como elementos dominantes, e posicionando pequenas empresas na extremidade receptora do movimento global do capital, a despeito de seu papel relevante no funcionamento do sistema. A atuação destas corporações que passaram a surgir especialmente na Europa e Estados Unidos, eram instrumentalizadas pelos próprios Estados nacionais.

Tratava-se de uma fase de desenvolvimento do capitalismo em plena expansão para os demais continentes, e a qual, na segunda metade do século XIX, tinha suas principais potências econômicas e militares organizadas sob a forma de impérios (de fato ou por

auto-intitulação). O império moderno foi, para Hobsbawm<sup>35</sup> (2012), de tipo colonial, e até o início da I Guerra Mundial, responsável pela repartição arbitrária da Ásia e África entre poucos Estados. A expansão temporal destes impactos mesmo após o fim da Dinastia Qing consagrou-se como o Século da Humilhação, uma vez que a República da China expressava a manutenção desta mesma estrutura de propriedade e subjugação política que ocasionou o fim do Império.

Mesmo considerando as diferenças analíticas para conceber as mudanças ocorridas no capitalismo na segunda metade do século XIX, é impossível desvincular a organização do império moderno e suas novas colônias da tentativa de construção de uma economia global, que acabou por intensificar rivalidades regionais, conflitos étnicos, territoriais e políticos que, por chegarem a culminar na própria eclosão da I Guerra Mundial, expressavam seu caráter sistêmico. A expansão dos territórios das potências capitalistas e de suas economias promoveu significativas mudanças no quadro geopolítico e econômico global, além do desenvolvimento de tecnologias, mecanismos de transporte e comunicações. Há de se ressaltar também as alterações na dinâmica da periferia do capitalismo mundial, onde estava posicionada a China, bem como o aprofundamento de estruturas econômicas que intensificaram o caráter exportador das novas colônias e áreas de influência, através de mecanismos políticos que garantiam as vocações exportadoras destes países e sua importância para o abastecimento dos cada vez mais consumidores mercados nos EUA e Europa, especialmente.

Sob a ótica das potências imperialistas, apesar da intrínseca relação entre colônias, regiões de influência e suas metrópoles, estes últimos jamais se tornaram também independentes de suas exportações ou dedicaram a maior parte de seus investimentos para o controle desses territórios (Baran; Sweezy, 1974), o que caracteriza outra expressão da desigualdade no imperialismo do fim do século XIX.

Este, em especial, era o caso da Grã-Bretanha, cujo desenvolvimento econômico no período esteve vinculado às suas incursões ultramarinas e economias satélites (Hobsbawm, 2012). Se considerarmos as nações informalmente vinculadas à Coroa britânica e aqueles países que formalmente compunham sua organização política, pode-se dizer que a Grã-Bretanha chegou a controlar, no fim do século XIX, a maior parte da porção terrestre do planeta, organizando

---

<sup>35</sup> Numa caracterização histórica que não pretende alcançar a crítica da economia política a partir de um mirante marxista. Para uma compreensão rigorosamente dialética do período em questão e do império na contemporaneidade, conferir Borón (2004).

importações e exportações entre estes territórios e até mesmo buscando estabelecer seus padrões culturais às partes mais longínquas do mundo. Neste sentido, o caso da relação entre Reino Unido e China é particular, já que a Coroa Britânica jamais controlou formalmente a administração imperial, nem tampouco pôde considerá-la como um Estado-Fantoches, a despeito de suas diversas formas de financiamento a grupos rebeldes no país e pelas duas Guerras do Ópio.

Até a metade do século XIX, o ópio existente na China era produzido e vendido na Índia em regime de leilão, e então levado a Guangzhou<sup>36</sup> por oficiais licenciados pela Companhia das Índias Orientais, megacorporação britânica que controlava toda a operação e, até 1858, possuía exército próprio e governava a Índia. O transporte, venda e distribuição de ópio na China era ilegal e constituía etapa fundamental do próprio comércio triangular de matérias-primas e suprimentos entre Índia, China e posterior envio de mercadorias para a Grã-Bretanha, especialmente o chá.

Fairbank e Goldman (2006) argumentam que a escassez de prata na região, utilizada para o pagamento do crescente preço do ópio em Guangzhou, ampliou drasticamente a utilização de cobre para o pagamento de tributos pela população, alterando, inclusive, a coleta de impostos e capacidade de renda da administração imperial, bem como modos de vida da população local por conta da crise monetária causada pela falta de moeda.

A reação do Governo Qing foi a substituição de oficiais de segurança e diplomacia comercial, bem como a tentativa de barrar a entrada e armazenamento de ópio em Guangzhou, que após 1834 era coordenado por mercadores autônomos, e não mais exclusivamente pela Cia das Índias Orientais. A esta altura, a política britânica era baseada na pressão para negociar não mais com mercadores locais, mas diretamente com a administração Qing, o que não agradava aos próprios governantes Manchu, receosos com a percepção generalizada dos demais países que operavam ali acerca de sua diplomacia, e que ainda tinha de lidar com elevadas taxas de câmbio entre prata e cobre e seus impactos para a região.

Finalmente deflagrado em 1839, o conflito colocou as incipientes forças armadas imperiais frente às mais avançadas frotas de barcos a motor do planeta, pesadamente armados, e que contavam, ainda, com o apoio de comerciantes britânicos no país. A vitória britânica foi oficializada pelo Tratado de Nanquim, considerado o primeiro dos Tratados Desiguais pela administração Manchu, obrigando a concessão de Hong Kong, o pagamento de indenização

---

<sup>36</sup> Capital e importante rota comercial na província de Guangdong (Cantão).

pelos custos da guerra, a cobrança de tarifas moderadas para o comércio na região de Guangzhou e eventuais portos de livre comércio que viriam a ser estabelecidos após a assinatura do Tratado. A Grã-Bretanha gozaria, ainda, do status de nação favorecida junto ao poder imperial, estabelecendo pontos de extraterritorialidade britânica na China (Fairbank; Goldman, 2006).

Com estrangeiros estabelecidos no país e o comércio exterior em plena atividade, oficiais chineses foram forçados a acolher missões diplomáticas estrangeiras e foram enviados ao ocidente para o aprendizado de práticas de guerra, especialmente. A política externa adotada pela Dinastia Qing passou a ser definida pela garantia de condições para realização de atividades comerciais pelos Europeus, em busca de seu declarado Auto-Fortalecimento<sup>37</sup>, através de medidas para a manutenção de sua estrutura de poder, em um cenário em que as interações políticas, econômicas e culturais com o ocidente eram inevitáveis e punham a China em posição de subalternidade. Empreendimentos tão diversos quanto os navais e empresariais junto ao comércio de grãos e produção de tecidos e armamentos, diplomáticos e educacionais com o ocidente marcaram ações institucionais e individuais de pequenos empresários, investidores e oficiais ligados ao governo (Fairbank; Goldman, 2006).

Persistiram, mesmo assim, unidades dispersas de formação superior tradicionais dos mandarins e membros da elite administrativa e política na Corte, que buscavam impor limites à presença estrangeira no país. Havia neste período ainda forte influência de instituições como o Guo Zi Jian, escolas para familiares de imperadores, e Tai Xue, modalidade de aprendizado superior que incorporava textos clássicos de escolas confucianas como conteúdo curricular único (Fairbank; Goldman, 2006).

Já a segunda Guerra do Ópio (1856-1860), que aconteceu em um momento em que a Dinastia Qing já se encontrava enfraquecida pelos conflitos internos e a possibilidade de ressurgimento de guerras civis, teve como estopim o confisco de um navio chinês com bandeira inglesa, mas ainda envolvia o comércio legal e ilegal de mercadorias através de portos controlados pela Inglaterra, especialmente aquelas advindas da Índia, então colônia da Coroa Britânica (Spence, 1995).

---

<sup>37</sup> O Movimento de Auto-Fortalecimento (*self-strengthening movement*) (1861-1895) diz respeito a ações de governança no interior da Dinastia Qing no sentido de frear contestações populares e amenizar a influência estrangeira no país durante o período do *choque com o ocidente*. A rigor, ações governamentais neste período expressavam o reconhecimento da fragilidade do Império, especialmente ao admitir a incorporação de saberes e princípios ocidentais na administração pública, educação, diplomacia, etc. (Ge, 2011).

O Tratado de Nanquim (1842), que determinou as sanções para o fim da Primeira Guerra do Ópio e inaugurou o chamado Século dos Tratados Desiguais (*Treaty Century*) já se encontrava obsoleto. Novos portos, corredores logísticos e plantas industriais foram adicionadas aos domínios estrangeiros após o fim da Segunda Guerra do Ópio, expressando o caráter de profunda subalternização da administração imperial (Fairbank; Goldman, 2006).

Também fez parte do contexto no período a Revolta Taiping, série de insurreições de camponeses e artesãos, em sua maioria de etnia Han, que surgiu no campo em 1850 e chegou a enfrentar tropas imperiais no sul do país e em direção a Pequim, em oposição aos governantes Manchus. Fortemente influenciados por missionários cristãos – o que pode ser ilustrado pelo fortalecimento do Mandato do Céu<sup>38</sup> em oposição à Dinastia Qing, impuseram pesadas derrotas ao Império no sul do país (Fairbank; Goldman, 2006).

Entre 1851 e 1864, A Revolta Taiping acabou por se tornar uma sangrenta guerra civil que envolveu uma massa empobrecida de camponeses, artesãos e proletários urbanos, contestadores de uma ordem social que se formava em torno de um nascente operariado industrial e da pequena e tradicional camada de letrados – mandarins – organizadores da vida pública e ansiosos por reformas políticas e administrativas para o enfraquecimento da elite manchu dominante. E isto num contexto crescente de pressões estrangeiras pelo domínio dos mercados e construção de suas bases políticas no país. Os resultados econômicos e sociais da guerra civil foram devastadores, com aproximadamente 30 milhões de mortos e um grande abalo sobre a decadente Dinastia Qing (Letizia, 2007).

O sincretismo religioso que marcou o movimento, combinando princípios do cristianismo como a ideia de um reino divino e a construção utópica de ordem e disciplina baseada nos mesmos valores confucionistas tradicionais que o movimento alegadamente tentava desmobilizar, como simplicidade e resiliência, compunham um arcabouço ideológico que, contraditoriamente, contestava a presença estrangeira na China. Mesmo assim, o sentido supostamente nacionalista de defesa do país contra estrangeiros não se expressava em reformas políticas para determinada classe ou grupo social, mas sim na busca pelo reflorescimento de uma moral chinesa perdida após séculos de comando Manchu e devastada durante a Era dos Tratados Desiguais e Século da Humilhação.

---

<sup>38</sup> Conceito filosófico que concede justificativa ao governo imperial seu direito de governar e o direito de rebelião do povo, caso o governo não corresponda a seu mandato. Durante a Revolta Taiping, surgiram formas de organização autônoma na província de Jiangxi que contestaram a autoridade da Dinastia Qing (Nabuco, 2011).

Mesmo após o arrefecimento dos conflitos da Revolta Taiping, suas repercussões jamais se dissiparam. Missionários cristãos na China abriram escolas e formaram estudantes que ocuparam cargos na estrutura do governo, influenciaram o ensino e prática da filosofia, matemática, medicina, astrologia, e contribuíram para disseminação de conhecimentos de história ocidental. A fundação da Tongwen Guan, em Pequim, pelo Departamento de Assuntos Estrangeiros da administração Qing, sob enorme pressão estrangeira, foi ilustrativa desse processo. Tongwen Guan se tornou, então, a primeira escola de ensino superior sob moldes ocidentais no país, formando estudantes em línguas, filosofia, astronomia, matemática, geografia e direito internacional.

Ao norte, os Manchus enfrentavam a organização do movimento Nian, influenciados por princípios religiosos vinculados à antiga Sociedade do Lótus Branco<sup>39</sup>, promovendo confrontos com forças imperiais e, em 1860, contribuindo para a fuga da corte de Pequim para Jehol, atual cidade de Chengde, na província de Hebei. A vitória dos Qing sobre os Taiping e Nien envolveu o recrutamento de forças regionais mercenárias, expressando forte sentido de descentralização, e foi possível graças ao alinhamento com antigas nobrezas rurais e os leais funcionários do Estado, os mandarins.

Coube aos mandarins, após conflitos que marcaram a guerra civil do século XIX, a preservação da organização política do país, num contexto de turbulências sociais e econômicas que inviabilizaram a permanência da antiga estrutura de poder. Portos no Mar do Sul da China estavam controlados por potências europeias e não havia meios para combater a pirataria. Os altos tributos cobrados pela corte eram desafiados por camponeses, artesãos e mercadores que, estes últimos, se vinculavam à crescente burguesia no país.

O que Letizia (2007) chama de “choque entre modernizadores (ocidentalizadores) e conservadores” envolveu, portanto, diferentes classes, interesses, ambições geopolíticas e coloniais, e até mesmo etnias em disputa, marcando os turbulentos últimos anos do século XIX na China. Não obstante, permaneceria ainda, até a eclosão da Revolução de 1911, sob domínio imperial de uma dinastia decadente, mas que impunha contundentemente seu poder, em especial a partir da chegada de Cixi, a imperatriz conhecida como Rainha-Mãe, e com a imponente presença dos mandarins organizando a administração do país, especialmente no nordeste, considerando a emergência da burguesia na costa sul e sudeste. Conforme aponta Letizia (2007, p. 24):

---

<sup>39</sup> Proeminente movimento sócio-religioso de origens budistas que incorporou de outras organizações aspectos de luta política e eventual contestação ao Mandato do Céu (Ter Haar, 1999).

Enquanto manteve sua plena dominação sobre a China, até 1853, a dinastia Qing foi um baluarte contra a intrusão ocidental, embora cada vez menos eficaz, por impedir o desenvolvimento de uma classe mercantil chinesa e se recusar a mobilizar o povo chinês contra a agressão externa. Já a elite dirigente de letrados que ascende ao poder a partir de 1853, busca deliberadamente associar-se às potências ocidentais em condição subalterna, porque quer salvar a dinastia Qing, e não defender a burguesia chinesa. Mas nessa associação subalterna, a dinastia Qing se torna supérflua. Porque, depois de ter se mostrado incapaz de organizar a luta contra os Taipings, a única base social chinesa que lhe resta no fim da guerra civil, os mandarins tradicionais, começa a perder autoridade intelectual, a partir da fundação do Tongwen Guan [...] leva à extinção dos concursos para a função de letrado tradicional em 1901. E a dinastia, de 1853 em diante, não fez mais que sobreviver, até a abdicação do último imperador, Xuantong (1908-12, depois conhecido por seu nome pessoal, Puyi), neto de Cixi.

Este foi um período de modernização/transição para modelos educacionais que fugiam às influências mais diretas do Confucionismo, através da emulação de sistemas em instituições educacionais, em um sistema que manteve a longa tradição de descentralização administrativa em diferentes territórios no país. A influência do Japão na constituição da educação superior da China foi, em grande medida, determinada pelo longo intercâmbio entre os países em relações comerciais, diplomáticas ou forçadas pela presença dos japoneses no nordeste da China. Assim,

Os grandes massacres de 1853-68 combinados com o predomínio crescente dos capitalistas ocidentais e a concentração das iniciativas industriais nas cidades da Costa vão gradualmente criando nessas cidades uma economia integrada ao mercado mundial, dominado pelas grandes potências. É na Costa que surge um proletariado industrial de tipo ocidental, uma burguesia de negócios mais ligada ao Ocidente do que ao interior da China e uma nova intelectualidade formada em universidades de tipo ocidental e no exterior (Letizia, 2007, p. 24).

A virada para o século XX foi marcada por novas interações forçadas com o ocidente e pelo enfraquecimento, por pressões internas e externas, de referências políticas (império), econômicas (ampliou-se o comércio naval e relevância dos territórios na costa leste), culturais (com a chegada de princípios e lógica ocidental quanto à filosofia, matemática, medicina e outras áreas do conhecimento) e filosóficas (confucionismo) milenares. A Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), que envolvia a disputa dos dois países pelo controle da Coreia e a manutenção da presença japonesa em territórios estratégicos na China, também contribuiu para o enfraquecimento da Dinastia Qing. A vitória japonesa, que contava com uma poderosa armada, obrigou os chineses a aceitarem novas imposições constituintes do Século dos Tratados, entre elas, cedendo ao Japão o controle sobre Taiwan e portos na região da Manchúria, perdendo seus privilégios tributários na própria Coreia e, sobretudo, curvando-se às exigências japoneses, o que, mais uma vez, publicamente descaracterizou sua auto concepção de mandatários do Céu.

Estas transformações, ocorridas como resultado do processo de ocidentalização forçada no país após o choque com o ocidente, mesmo enfrentadas pela Dinastia Qing através do Movimento de Auto-Fortalecimento, foram determinantes para o ocaso histórico do regime imperial na China. Tanto as elites imperiais Manchu quanto proeminentes organizações urbanas de maioria étnica Han adotaram a doutrina da “sabedoria chinesa como estrutura fundamental, sabedoria ocidental para utilidade prática”. Esta doutrina derivava do reconhecimento, por parte do Império, da inferioridade militar perante as potências, à exemplo do Reino Unido, que logo patrocinaram suas próprias investidas na China, o que exigiu, no primeiro momento, a modernização (ocidentalização) da armada chinesa e sua frota de barcos a vapor.

Os impactos educacionais repercutiam sobre as elites dominantes. Os assim chamados *níveis superiores* de educação na China Imperial estavam baseados na necessidade de construção/capacitação de quadros para estrutura organizativa/administrativa do Estado. Durante séculos<sup>40</sup>, pode-se dizer que, ali, a maior expressão histórica deste sistema foi a realização dos Exames de Serviços Cívicos, responsável por selecionar candidatos aptos a ocuparem e reproduzirem estruturas burocráticas para a manutenção dos regimes e dinastias. A partir da Dinastia Tang (608-907), aprovados no Exame Imperial eram chamados de Mandarins, que se tornaram a base da elite política e administrativa da China.

Ying Bai (2019) argumenta que este mecanismo, que pode contribuir para um esquema que, a priori, é baseado no mérito e não na linhagem familiar para a constituição de uma *elite dominante de intelectuais burocratas*, acabou por motivar estas mesmas elites ao aprendizado e investimentos em educação em modelos confucianos tradicionais, com pequena dedicação a *formas de conhecimento instrumentais* (grifos do autor), como ciências e tecnologias ocidentais.

Estrutura e conteúdo para realização dos exames permaneceram significativamente estáveis durante os mais de 1300 anos de sua aplicação, com três níveis de qualificação (local, provincial, nacional), e as tradicionais obras confucianas Quatro Livros e Cinco Clássicos<sup>41</sup> (Ying, 2019). Aos três níveis de classificação eram concedidos privilégios e prestígio (apesar

---

<sup>40</sup> Registros da utilização de ferramentas de escrita e linguagens para a seleção de candidatos através do Exame Imperial, em detrimento de mecanismos estritamente hereditários, remontam à Dinastia Sui, ou seja, datam do ano 581 a 618 da Era Comum. O exame foi formalmente abolido no final da Dinastia Qing, em 1905, mais de um milênio depois (O’Sullivan; Cheng, 2022).

<sup>41</sup> Supostamente escritos pelo próprio Confúcio em cerca de 300 antes da Era Comum, incorporados como currículo central para os Exames Imperiais por serem considerados como essência do pensamento confuciano (Nylan, 2008).

de grandes distinções entre os níveis), bem como a possibilidade de coletar impostos e acessar fontes de renda distintas daquelas vinculadas ao trabalho no campo. Até o final do século XIX, estima-se que, apesar de constituírem apenas 2% da população do país, os mandarins controlavam cerca de 25% da renda nacional (*idem*, 2019).

Ciência e tecnologia, argumentam Fairbank e Goldman (2006), poderiam ser utilizadas, de acordo com elites Han e Manchu, desde que houvesse a preservação de valores confucianos. Contudo, tal slogan desconsiderava que navegações armadas e a motor e aciarias traziam consigo sua própria filosofia, frontalmente oposta a valores confucianos, e evidenciava que os últimos esforços do poder imperial de manutenção de seu regime através do que viria a ser o Movimento de Auto-Fortalecimento estava fadado a sucumbir frente à implacável ocidentalização:

Sob o clássico e, portanto, não-estrangeiro slogan do Auto-Fortalecimento, líderes chineses começaram a incorporar do ocidente armas e máquinas, apenas para se verem sugados a um inexorável processo em que uma adoção leva à outra, de maquinaria à tecnologia, de ciência a todo o processo de aprendizagem, de aceitação de ideias a mudanças institucionais, e eventualmente de reforma constitucional à uma revolução republicana (Fairbank; Goldman, 2006, p. 217, tradução nossa).

Assim, a administração Qing estabeleceu parcerias pontuais para envio de estudantes chineses para o exterior, ficando estes esforços a cargo de patrocínios individuais por parte de comerciantes e industriais que atuavam no país. Importantes quadros da administração republicana após a Revolução Xinhai iniciaram seus estudos no exterior no período que marca o Auto-Fortalecimento. Em 1872, Yung Wing liderou a Missão Educacional Chinesa, de 120 estudantes, além de alguns professores em Connecticut, EUA, com o objetivo de garantir que princípios e a moral confuciana não fossem colocados à prova durante os estudos ocidentais, apesar de ter assumido publicamente posições progressistas e declarado apoio ao movimento republicano na virada para o século XX<sup>42</sup> (Fairbank; Goldman, 2006).

Wu Ting-fang foi um influente diplomata para a administração Qing, cumprindo missões no Peru, Espanha e EUA, e que chegou a ocupar a posição de Premier da República da China após a Revolução Xinhai. Também acabou por se tornar um dos importantes quadros do

---

<sup>42</sup> Ainda na década de 1870, determinações de autoridades locais impediam estudos militares para chineses nos EUA, evidenciando um forte sentimento anti-chinês. Em 1882, foi aprovado o Ato de Exclusão Chinesa (Chinese Exclusion Act), que proibia, inicialmente por 10 anos, a imigração de chineses aos EUA, com exceção de estudantes, professores e diplomatas. O Ato foi renovado inúmeras vezes até a aprovação do Ato de Imigração e Nacionalidade de 1965 (United States of America. Department of State. *Chinese Immigration and the Chinese Exclusion Acts*. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1866-1898/chinese-immigration>. Acesso em: 14/01/2025).

movimento reformista com experiências internacionais de estudos, tendo sido educado na Faculdade Anglicana de Hong Kong, chegando a atuar na Sociedade Lincoln (*Lincoln's Inn*) de Londres, em 1876 (Fairbank; Goldman, 2006), na formação e qualificação de juristas antes de voltar a Hong Kong. Yung Wing, formado em Yale em 1954, foi levado aos EUA por iniciativa de missionários americanos. Após seu regresso à China, chegou a atuar como assistente de Zeng Guofan, um dos mais destacados oficiais do Império (Kissinger, 2011).

Experiências esporádicas de educação internacional durante a Dinastia Qing, contudo, não se concretizaram em parcerias sistemáticas, apesar de terem expressado a dimensão educacional do sentido de modernização que viria a ser implementado após a constituição da República da China, e que o Movimento de Auto-Fortalecimento incorporou enquanto estratégia para sobrevida do decadente regime (Letizia, 2007).

## **2.2 A República da China (1911-1949)**

Como resultado da efervescência social e política deflagrada nesta conjuntura, e a despeito do Movimento de Auto-Fortalecimento, a dinastia Qing foi destituída após a Revolução de 1911, a Revolução Xinhai (Brophy; Garnaut; Tighe, 2012).

Iniciada com a Revolta de Wuhan, em 10 de outubro de 1911, a Revolução Chinesa foi deflagrada, essencialmente, no eixo Nanjing-Xangai, grandes centros urbanos e de governo no período. Envolveu movimentos anti-imperialistas de trabalhadores e estudantes, movimentos contrários à manutenção do Império e da Dinastia Qing, e forças armadas ligadas aos manchus, então responsáveis pela administração política do país (Brophy; Garnaut; Tighe, 2012).

Em finais de 1911, o Imperador Puyi foi destituído de suas funções políticas e cerimoniais por nacionalistas e rebeldes após a vitória do movimento revolucionário. Tal revolução marcou o fim de mais de dois mil anos de comando imperial e mais de trezentos anos de dinastia Manchu, a Dinastia Qing, provenientes do nordeste do país e etnia minoritária num território majoritariamente Han. A República da China foi instaurada em 1 de janeiro de 1912, em meio a uma grande efervescência social e instabilidade política. Sun Yat-Sen, que, com a vitória da Revolução Xinhai retornou do exílio, foi eleito como líder provisório da República e do Kuomintang (Snow, 1973).

O período também foi marcado por conflitos e disputas por poder, no interior do próprio partido e entre opositores ao novo regime, comunistas, agricultores, monarquistas, artesãos etc. (Spence, 1995). A consolidação da nova República envolveu a emergência de duas grandes lideranças do KMT, que acabaram por se tornar figuras centrais no período. Sun Yat-sen, chamado “pai da República”, passara sua infância no Havaí, e havia se formado em Hong Kong, ainda uma colônia inglesa, e Chiang Kai-shek, importante membro das forças armadas que governou de 1928 até 1949 na China continental<sup>43</sup>, havia construído sua carreira militar no Japão sob os moldes da Restauração Meiji<sup>44</sup> (Fairbank; Goldman, 2006).

Sun Yat-sen, primeira liderança da República da China, declarado presidente provisório em 1 de janeiro de 1912, governou por pouco mais de um mês e abdicou em fevereiro, sucumbindo frente à superioridade política e militar de Yuan Shikai entre nacionalistas e rebeldes contra a Dinastia. Após retornar de exílio no Japão, em dezembro de 1912, Sun Yat-sen articulou a criação do Partido Nacional do Povo ou Partido Nacionalista (Kuomintang - KMT), que alcançou resultados expressivos nas representações eleitas das primeiras eleições da República da China, mas que não assumiu o controle do país, seja através da escolha do Presidente, da nomeação de um Primeiro Ministro ou pelo controle real do Parlamento através da Assembleia Nacional (Fairbank; Goldman, 2006).

A organização política da China no período entre 1913 e 1916 foi centralizada nas decisões do antigo General da Dinastia Qing, Yuan Shikai. Sob sua liderança, a República da China contraiu significativos empréstimos estrangeiros, especialmente com Reino Unido e Japão, e, em menor medida, Estados Unidos, mas não logrou alcançar a estabilidade política necessária para assegurar a integridade destes mesmos empréstimos, já que estes países temiam o caráter autoritário do novo governo. Yuan Shikai promoveu atentados contra lideranças do KMT e pressionou o recém-formado Parlamento para elegê-lo em um mandato de cinco anos, para, finalmente, entre outubro e novembro de 1913, dissolver o Partido e ordenar Sun Yat-sen ao exílio no Japão (Spence, 1995).

O campo da educação no período expressava o cenário político e econômico conturbado no país. O novo governo encontrava as bases materiais de sua preservação junto aos consórcios bancários internacionais, que àquela altura já haviam realizados altíssimos investimentos em

---

<sup>43</sup>Com a vitória dos comunistas e a instauração da República Popular da China, Chiang Kai-shek retirou-se para Taiwan, onde governou até 1975 (Kissinger, 2011).

<sup>44</sup> Restauração Meiji ou Honorable Restauração, que culmina em 1868 com a articulação entre sujeitos políticos no Japão para derrotar aspectos de organização política típicos do período feudal, ou o Shogunato, e fortalecer o poder imperial com a promessa de sua modernização através da ocidentalização. Cf. Aquino et al (2003).

corredores logísticos que ligavam Pequim aos portos controlados por potências estrangeiras, absolutamente interessadas na estabilidade política da região. Contudo, Jonathan Spence (1995) argumenta que mesmo em meio à instabilidade, Yuan Shikai foi responsável pela expansão e atribuição de compulsoriedade às escolas para meninos para alfabetização e estudos de Confúcio, em cidades como Nanquim, Pequim e Xangai.

As ações do novo governante foram vistas como a tentativa de estabelecer um novo império e, por isso, acabou deposto após agitação popular, considerando que boa parte dos sujeitos envolvidos no processo revolucionário do período, além de camponeses, comerciantes, industriais urbanos, missionários e demais estrangeiros eram absolutamente contrários ao retorno de um regime imperial. A deposição de Yuan Shikai deu início à chamada era dos Senhores de Guerra, ou *Dujun*, que concentravam poder político e policial nas províncias do leste do país.

Foi durante o período dos Senhores de Guerra que surgiu o anti-imperialista Movimento Quatro de Maio, impulsionado por estudantes e intelectuais, esboçando uma perspectiva própria de nação chinesa. Com teor particularmente nacionalista<sup>45</sup>, estudantes, operários e artesãos ligados ou simpáticos ao Movimento contestavam a presença do Japão como verdadeiro condutor da política chinesa, ainda mais influente após a morte de Yuan Shikai em 1916 e o saldo promovido por seu movimento de desarticulação aos ranques do KMT, contrário às suas investidas de restaurar a monarquia.

Considerado como o primeiro grande momento do comunismo chinês, recebeu este nome em homenagem aos protestos (e memória à repressão) realizados em 04 de maio de 1919, na Praça da Paz Celestial (Tiananmen), por estudantes de diversas instituições de ensino contra a fraca resposta do KMT aos interesses estrangeiros no país e aos prejuízos levados à China pela assinatura do Tratado de Versalhes. Apesar da influência que exerceu sobre futuros militantes do futuro Partido Comunista da China, o Movimento Quatro de Maio era, quando do seu surgimento, um eclético levante cultural anti-imperialista, e grande parte de seus membros originais pertenciam às famílias que possuíam condições financeiras suficientes para custear os estudos de seus filhos (Spence, 1995).

O fim da I Guerra Mundial e a eclosão da Revolução Russa impactaram sobremaneira os rumos da República da China. A Alemanha, concessionária até 1914 do Território da Baía de

---

<sup>45</sup> Pois considerava a ameaça do desaparecimento das raízes e culturas chinesas após tantos anos de opressão manchu e estrangeira.

Jiaozhou (Kiautschou Bay), na província de Shandong, no sul da China, saiu derrotada do conflito e condenada pelo Tratado de Versalhes a pesadas reparações. Viu-se, por isso, forçada a entregar o território ao Japão, que o agregou às demais zonas ocupadas ou áreas de influência no litoral sul e sudeste, que mais tarde acabaram por acirrar as contestações do Movimento Quatro de Maio. Mesmo as potências europeias vencedoras na I Guerra Mundial e que ocupavam ou realizavam comércio na China tiveram de lidar com a reorganização de seus territórios, especialmente na Europa e na África, com o final do conflito a provocar profundas alterações na organização neocolonial capitalista monopolista, que marcou praticamente toda a segunda metade do século XIX e início do século XX (Stephenson, 2009).

A Revolução Russa em 1917 e a construção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas também repercutiu pesadamente na então República da China. Em 1921 foi criado o Partido Comunista da China (PCCh), apresentando-se como oposição ao KMT. Letizia (2007) aponta a influência da Revolução Russa na intensificação do Movimento Quatro de Maio, não necessariamente composto por comunistas e que contava com forte mobilização estudantil, mas que forçou o Partido Nacionalista a mudanças de rumo que culminaram na aproximação com a URSS<sup>46</sup>. Nunca houve, porém, qualquer indício de alinhamento entre estas frentes, bem como no caráter independente e desarticulado da condução política chefiada pelos Senhores de Guerra, as formas de organização promovidas pelo Partido Comunista, com destaque para as uniões camponesas e os sindicatos foram fortemente reprimidas.

Os *Dujun*, contudo, articulavam o comércio com países estrangeiros e o crescimento industrial localizado, a produção no campo – já que eram, a rigor, grandes proprietários de terras –, e até mesmo sua própria estrutura militar. Entre 1916 e 1927, caracterizou-se o momento em que determinaram um controle político de fato, descentralizado, e não necessariamente articulado da política interna e externa na China, marcando um período de consolidação de disparidades regionais e de classes que marcaram profundamente a formação social do país no século XX (Jabbour, 2012).

---

<sup>46</sup> O próprio Sun Yat-sen iniciou, em 1923, acordos de cooperação com a URSS, que recebeu para treinamentos em suas fileiras militares o prominente nacionalista Chiang Kai-shek. Em 1925, ao reassumir o governo de Guangdong, Sun Yat-sen incorporou conselheiros russos à estrutura administrativa e designou oficiais russos para o comando da academia militar de Huangpu, responsável por formar um exército de aproximadamente 85.000 homens vinculado ao KMT (Letizia, 2007). Durante a Guerra Civil da República da China, a deserção de alguns oficiais e milhares de formandos de baixa patente nesta academia e a aproximação com camponeses e trabalhadores urbanos foi decisiva para a resistência da República Soviética de Jiangxi e a composição das fileiras da Longa Marcha.

Desde 1926, Chiang Kai-shek havia expulsado todos os comunistas dos cargos de direção do KMT, a despeito do crescimento e fortalecimento dos comunistas após insurreições operárias em importantes centros urbanos como Xangai, Cantão e Wuhan. O aumento das mobilizações e maior significado das referências comunistas entre a militância nacionalista no país fez com que, sob o comando de Chiang Kai-shek, fosse rompida pelo KMT a Frente Única com o PCCh, iniciando a repressão contra seus membros.

Demandas da burguesia crescente na costa do Mar do Sul da China foram incorporadas pelo KMT, como repressão às greves e organizações da classe trabalhadora em regiões como Xangai e Cantão, a partir de 1926, forçando, no processo, a retirada dos comunistas para a Província de Jiangxi, onde, em 1929, foi criada a República Soviética de Jiangxi<sup>47</sup>. Fez parte deste cenário de perseguição, ainda, o Massacre de Xangai, em 12 de abril de 1927, em que cerca de 8 mil comunistas foram publicamente executados e decapitados, presos ou desaparecidos. Estima-se que apenas naquele ano, como resultado da tentativa de centralização do poder pelo KMT, aproximadamente 50 mil comunistas foram executados (Carrion, 2004).

Sob o comando de Chiang Kai-shek, o KMT incorporou a burguesia das maiores cidades da costa, centralizou os poderes dos antigos Senhores de Guerra nas províncias em que isto era possível<sup>48</sup>, sem jamais expurgar completamente as forças estrangeiras existentes no país (Smedley, 1944).

A ofensiva contra o PCCh fez com que os comunistas nas principais cidades do país procurassem se reorganizar entre as populações do campo, especialmente no Sudoeste chinês<sup>49</sup> e regiões de vocação agrária, tradicionalmente no interior do país. A Base Revolucionária Central construída na Província de Jiangxi em 1931, estabelecida como República Soviética de Jiangxi e liderada por Mao Zedong, caracterizou-se como um

---

<sup>47</sup> A República Soviética de Jiangxi – também conhecida pela sigla em inglês CSR – foi estabelecida oficialmente em 1931 e teve Mao Zedong como um de seus principais líderes. Enfrentou as investidas do exército vinculado ao governo de Chiang Kai-shek e dos mercenários e forças armadas ligadas aos Senhores de Guerra, que temiam sua expansão. Criou um banco independente e adotou moeda própria. Seu colapso envolveu a retirada em massa das forças comunistas na região, iniciando um recuo militar estratégico que viria a constituir a Longa Marcha.

<sup>48</sup> Zhang Zuolin, proeminente Senhor de Guerra na Manchúria, coordenou ações colaboracionistas com o Japão.

<sup>49</sup> O Sudoeste da China corresponde à região geograficamente localizada no sul do país. É assim denominada em referência à sua localização na *China Interior* ou *Dezoito Províncias*, conforme termo utilizado pela administração mandarim durante a Dinastia Qing. Ao considerarmos que a Dinastia Qing foi liderada pela etnia Manchu, habitantes do nordeste, pode-se verificar o componente étnico para concepção política e territorial no país. A designação Sudoeste também é utilizada por órgãos oficiais de governo na República Popular da China e inclui as províncias de Sichuan, Chongqin, Yunnan e Ghizhou. A Região Autônoma do Tibet foi incorporada à designação contemporânea, à diferença das concepções utilizadas no período imperial e da República da China.

movimento civil e militar fundamental para a vitória dos comunistas na Guerra Civil, em 1949, por ser considerada o germe da Longa Marcha após as resistências aos ataques promovidas pelas ações de “cerco e aniquilamento”<sup>50</sup> do KMT.

A República da China, sob o KMT, falhou em seu esforço de modernização com viés nacionalista, argumenta Wen Tiejun (2021), considerando que após uma década de crescimento, entre 1920 e 1930, a crise que emanou do ocidente afetou a economia do país. Com a organização da produção agrícola concentrada nos Senhores de Guerra e uma ainda incipiente estrutura industrial, a China se viu forçada a abandonar o padrão prata<sup>51</sup> e a adotar moeda em papel num contexto de hiperinflação. A pretendida modernização financeira esbarrou em altos custos, contribuindo para o enfraquecimento do KMT. O declínio das bases para o governo nacionalista passou também pelo alto custo da participação da China na II Guerra Mundial, com conflitos iniciados pela invasão japonesa ao norte da China em 1937, que seguiu a Invasão à Manchúria em 1931<sup>52</sup>. Neste período,

[...] após o seu rico processo de evolução política, administrativa e técnico-científica, acompanhado pelo desenvolvimento de relações mercantis relativamente avançadas na Antiguidade, não estavam presentes todas as condições para a modernização (industrialização) da China, *pari passu* com a experiência europeia (Gomes, 2016, p. 64).

O esforço para o estabelecimento de um sistema de educação próprio neste período envolveu a incorporação de modelos internacionais, como o americano, francês, alemão e japonês. Características destes modelos eram as instituições nacionais de educação superior, com administrações locais e com alto grau de autonomia, que cresceram em número e importância durante a década de 1920 (Hantian, 2018), mesmo que estivessem sempre vinculadas às necessidades regionais, num período em que os Senhores de Guerra exerciam grande poder político no país, de forma descentralizada. O desenvolvimento de instituições de ensino superior (IES) sob os moldes do encontro entre tendências internacionais e tradições

<sup>50</sup> Investidas do Exército Nacional Revolucionário, exército organizado pelo Kuomintang, contra as bases do PCCh em Jiangxi (Bedeski, 1975; Hsu, 2012).

<sup>51</sup> Havia acordos entre governos de países do continente americano, especialmente México e EUA, para estabilização do preço da prata para comércio com a China. Após a crise de 1929, muitos países se recusaram a permanecer com os termos dos acordos (Wen, 2021).

<sup>52</sup> Historiadores divergem quanto à existência de um conflito permanente com o Japão desde 1931. Algumas perspectivas de análise mais tradicionais do período consideram a Invasão da Manchúria, em 1931, como um prelúdio à II Guerra Mundial e parte de um importante contexto de expansão armamentista no Pacífico (Sun, 1993; Gordon, 2006). Há, ainda, a concepção de que os movimentos de resistência chinesas, a partir da declaração de Guerra feita pelo Japão à China, em 1937, representam o início dos conflitos (Coble, 2007) e, neste sentido, concebe aí o início da II Guerra Mundial (Hsiung; Levine, 1992). Já em 2017, o Ministério da Educação da China decretou a substituição do termo “guerra de oito anos”, criticando a ampla divulgação da II Guerra Mundial na Ásia como um conflito iniciado em 1937, e alegando que a Invasão à Manchúria em 1931 e a rendição do Japão em 1945 caracterizaria uma guerra de 14 anos (Sun, 2017).

confucionistas foi prejudicado pela Guerra Civil que se intensificou a partir da década de 1930.

O cenário social e político da China permanecia instável e, a rigor, a nova Guerra Civil, oficialmente datada entre 1927-1949, expressava as novas forças contestatórias no país e uma estrutura de poder marcada pelo fortalecimento do KMT e a consolidação de seu poder político em detrimento dos Senhores de Guerra. Tinha como força motriz a insatisfação com a presença estrangeira, com o Japão a concentrar cada vez mais poderes, influências e territórios, especialmente após a Invasão da Manchúria, em 1931, e a consequente dependência/estagnação econômica. As escolas primárias para meninos, agora compulsórias e com programas de alfabetização e estudos confucianos continuavam como o paradigma da política educacional. Nas universidades, ainda marcadas por um caráter de restrição e elitização ao acesso, a manifestação de cientistas e intelectuais passou a ser mais duramente enfrentada por Chiang Kai-shek, e enquanto a Guerra Civil se intensificava, intensificavam-se também a censura, as prisões e expulsões de professores, estudantes e pessoal de ensino superior (Spence, 1995).

A resistência às campanhas de “cerco e aniquilamento” do KMT às cidades dominadas pelo Exército Vermelho de Operários e Camponeses no interior do país deu início a Longa Marcha (1934-1935/36), fundamental para o fortalecimento de Mao e Zhou Enlai nas tomadas de decisão do Exército e junto ao Comitê Central do PCCh<sup>53</sup>, e responsável por uma série de vitórias militares que contribuíram para aproximar a luta anti-imperialista e, em especial, o sentimento da necessária vitória sobre a presença do Japão, no campo das organizações comunistas. A Longa Marcha, tendo percorrido mais de doze mil quilômetros (Snow, 1973) desde a Província de Jiangxi, no sul, passando por boa parte do oeste habitado e chegando ao norte da China, se tornou símbolo da resiliência comunista/anti-imperialista e consolidou bases orgânicas para organização comunista numa porção significativa do país.

O início da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1949) marcou uma aliança formal entre o então Exército Vermelho e o KMT, o que não chegou a significar o fim das hostilidades entre os primeiros e tropas particulares dos Senhores de Guerra que ainda exerciam alguma influência no norte do país. A dedicação das potências europeias nos conflitos em seu continente tornou mais complexa a tarefa do exercício de suas influências na China , a

---

<sup>53</sup> Liu Bocheng (2015), em sua Visão Retrospectiva da Longa Marcha, ressalta as divergências no interior do PCCh e em suas relações com os camponeses quanto às estratégias a serem adotadas para enfrentar as investidas dos nacionalistas.

despeito dos importantes avanços do Japão em territórios do sudeste asiático, outrora zonas de influência ou colônias de França e Inglaterra, principalmente (Letizia, 2007).

Após a II Guerra Mundial e a decisiva expulsão dos japoneses do território chinês, em 1945, as difusas organizações armadas vinculadas ao PCCh, uniões de camponeses e operários envolvidas na Guerra Civil, bem como regimentos coordenados por comunistas na então vigente aliança com o KMT, congregaram-se sob a forma do Exército de Libertação Popular (ELP) (People's Liberation Army - PLA). A Guerra Civil, a partir de então, esteve marcada por confrontos entre forças armadas vinculadas aos comunistas e nacionalistas. A aliança entre China, União Soviética e EUA estabelecida durante a Guerra, passou a encontrar os percalços que marcariam as relações do pós-Guerra:

Em 14 de agosto de 1945, as forças japonesas de 1.250.000 de homens na China e 900.000 na Manchúria concordaram com a rendição incondicional. No mesmo dia, o governo nacionalista assinou acordos com a União Soviética e os Estados Unidos. Esses acordos aceitavam tanto a ocupação temporária da Manchúria pela União Soviética quanto o controle temporário de Xangai e de várias outras cidades estratégicas pelo Exército e pela Marinha dos EUA [...]. Enquanto isso, seis divisões dos 13º e 52º exércitos nacionalistas foram transportados por uma força anfíbia dos EUA para a Manchúria. Em um esforço para permitir que os comunistas chineses ganhassem terreno, o exército soviético impediu que os nacionalistas desembarcassem em três portos. Quando conseguiram desembarcar em Chinghuangtao e se mudar para o interior da Manchúria, os comunistas já haviam concentrado suas forças lá. O general Douglas MacArthur também enviou ordens a Tóquio para que as tropas japonesas na China se rendessem aos nacionalistas, enquanto as da Manchúria entregassem suas armas às tropas soviéticas. As tropas japonesas também foram ordenadas por Chiang Kai-shek a manter seus suprimentos militares, manter a ordem e se defender contra o ataque comunista chinês. Unidades comunistas, agindo por iniciativa própria, atacaram guarnições japonesas em mais de 100 ocasiões durante setembro. Os nacionalistas assumiram com sucesso o controle da maioria das cidades no leste, sul e centro da China, mas o campo ao seu redor estava muitas vezes em mãos comunistas. As tropas comunistas também conseguiram tomar o controle de 59 cidades, principalmente no norte e na Manchúria (Jowett, 2013, p. 344-345, tradução nossa).

Grande parte do armamento utilizado no conflito vinha de seus parceiros internacionais, EUA – até o embargo que impuseram à concessão de armas às forças nacionalistas – e URSS. Chiang Kai-shek alcançou importantes vitórias nos principais centros urbanos, mas jamais conseguiu superar as forças comunistas que transitavam nos arredores das grandes cidades, no norte e oeste do país. Com a expulsão dos nacionalistas da China Continental, forçando-os ao exílio em Taiwan, foi proclamada por Mao Zedong a República Popular da China, 01 de outubro de 1949 (Snow, 1973).

A fantoche República da China teve de lidar com resistências reacionárias internas, ligadas ao falido poder imperial, com uma frágil centralidade política, informalmente extinta por latifundiários dez anos após a chegada ao poder dos nacionalistas republicanos, contínuas

invasões e ocupações japonesas - a ponto de que a II Guerra Mundial tenha se iniciado, para os chineses, em 1937 (dois anos antes da invasão da Polônia por forças alemãs). Comunistas, altamente organizados no campo e em importantes incursões nos centros urbanos, desde o início da década de 1920 impuseram-se como relevante sujeito político na disputa pelo controle do país. Em meio a esta persistente ebulição social, não houve espaço para a constituição de princípios ou objetivos para a educação superior (Letizia, 2007).

O cenário de conflitos que envolveu toda a diversidade de sujeitos políticos em disputa na República da China (1911-1949) foi grande dificultador para a constituição de um modelo próprio de desenvolvimento. Desta forma, sua vinculação estratégica com um sistema de ensino superior, argumentamos, não pôde ser posta em prática, permanecendo mais ou menos inalterados os paradigmas herdados do período colonial de formação em escolas da elite para atuação próxima à estrutura do Estado. Mesmo assim, a efervescência política e social e os abalos econômicos que marcaram o período fizeram com que surgissem instituições de ensino superior, associações estudantis, de intelectuais e organizações de classe, mas que se dedicariam aos esforços internos de um país em crise. Apresentamos algumas das principais universidades chinesas que iniciaram suas atividades durante a República da China no Quadro 1. Outras IES foram criadas no período, porém apenas recentemente adquiriram *status world-class*, distantes nos rankings nacionais e internacionais de excelência (Times Higher Education, 2024).

Quadro 1- Universidades Chinesas notáveis criadas durante a República da China

UNIVERSIDADE/ANO DE FUNDAÇÃO	CIDADE/DISTRITO/PROVÍNCIA
Sun Yat-sen University (1924)	Haizhu - Cantão
Beijing Institute of Technology (1940)	Pequim
Harbin Institute of Technology (1920)	Nan'gang - Harbin - Heilongjiang
Jilin University (1946)	Changchun - Jilin
Northwestern Polytechnical (1938)	Xi'an - Shaanxi

Fonte: QS Top Universities, 2024. Elaboração própria.

A constituição de uma República com anseios notadamente nacionalistas, ao menos pelo próprio movimento rebelde responsável pela Revolução, não logrou explicitar um projeto próprio de educação nos primeiros anos da RPC. O encontro das tradições milenares para a concepção da educação em nível superior na China e as tendências ocidentais de organização

deste campo coexistiram à medida que sujeitos políticos e sociais da República da China estiveram também em disputa. Ambas as dimensões desta relação, seja em contradição ou convergência, fizeram parte da organização da educação no país nos períodos que se seguiram (Luo; Yang, 2013).

Concebemos, desta forma, que o cenário de disputas internas iniciadas com o choque com o ocidente, perpassando a Revolução Xinhai e a tentativa de constituição da República da China, até o momento da vitória da Revolução em 1949, não permitiu que estivessem presentes as condições históricas para a construção de um sistema de educação superior.

Analisamos, no capítulo seguinte, os esforços para uma concepção própria e a construção da política de educação no país após a chegada do Partido Comunista e de Mao Zedong ao poder. Nossa intenção, portanto, é ilustrar os conceitos e princípios assumidos na República Popular da China para a política de educação, relacionando-os aos desafios sociais e econômicos impostos ao país na primeira fase da autoproclamada transição ao socialismo.



Poster de propaganda do período da Revolução Cultural. Estudantes, motivados pela figura de Mao Zedong, empunham livros e armas contra a elite burguesa e acadêmica em *Um Chamado ao Grande Proletariado*. Fonte: Universidade de Michigan.

### 3. O ESFORÇO EDUCACIONAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (1949-1979)

A chegada do Partido Comunista ao poder, em 1949, marcou o início de um grande esforço para a construção do socialismo, com todas as contradições e dificuldades que este processo carrega (Nabuco, 2011). Em um país em que cerca de 90% da população vivia no campo, as primeiras ações de reforma agrária, controle da produção e distribuição de insumos e dos fluxos migratórios (*Hukou*)<sup>54</sup> esbarraram em barreiras burocráticas e, concretamente, nos desafios inerentes a tão profundas alterações na estrutura social e econômica da China. O modelo de planificação através de Planos Quinquenais (que ainda persiste), tomou por exemplo, em um primeiro momento, o modelo soviético, a despeito das diferenças entre os países e os regimes. Planos subsequentes alteraram alguns princípios e prerrogativas.

Saywell (1980) discorre que a educação é um dos campos mais impactados por mudanças de paradigmas na condução do governo central chinês, considerando direções distintas no período imediatamente posterior à vitória na Revolução, o período do Grande Salto Adiante, o reconhecimento do fracasso no Grande Salto, a Revolução Cultural e a Política de Portas Abertas.

Importa ressaltar que parte destes desafios se relacionava com a construção de novos paradigmas da vida em sociedade, um projeto de desenvolvimento nacional conduzido pelo PCCh após um século de conflitos no interior do país, com imponente presença estrangeira, além do envolvimento com dois enormes conflitos internacionais, na II Guerra Mundial e na Guerra da Coreia (Snow, 1973).

Após um desempenho considerado ruim no primeiro Plano Quinquenal (1953-1957)<sup>55</sup>, com as primeiras medidas de reforma agrária através da distribuição de terras entre famílias e vilas, a proposta de Mao Zedong para o período subsequente era o Grande Salto Adiante. Ressalta Nabuco (2012) que este tinha o objetivo de fazer aumentar a produtividade no campo e incentivar formas para sua industrialização, bem como a industrialização nos centros urbanos, promovendo fluxos migratórios coordenados pelo governo central, numa série de ações que envolviam também a mobilização de massas e ação direta de dirigentes locais.

---

<sup>54</sup> Sistema de registro de residência, criado em 1958, baseado no local de nascimento (rural/urbano) e relação de trabalho (agrícola/não agrícola). Fundamental, afirma Nabuco (2012), para os controles migratórios que constituíam a força de trabalho no campo e nas cidades, antes e depois das reformas e abertura econômica.

<sup>55</sup> Contexto de sovietação. Consultores da URSS contribuíram com os rascunhos da versão final. Tinha como principal objetivo o desenvolvimento econômico com ênfase na indústria pesada, produção e aperfeiçoamento de minério de ferro, aço e maquinário para construção civil e infraestrutura (State Council, s.d.).

O Grande Salto foi marcado por rígidas orientações de representantes oficiais do governo para a população no campo, metas de produtividade e a abdicação da vocação das terras e capacidades dos agricultores. As cotas estabelecidas pelo Comitê Central para a colheita de grãos foram apenas oficialmente alcançadas, e, indica Nabuco (2012), não refletiam a escalada da fome e péssimos desempenhos, de 1957 a 1961, que inviabilizaram a acumulação. Preocupados em não alcançar as cotas, oficiais apresentavam, estação após estação, números não condizentes com a realidade, mas que evitariam que fossem condenados a sofrer acusações de derrotismo ou inclinações à burguesia graças a seu insucesso.

Figura 2 - Mapa dos mais importantes projetos industriais durante o Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957)



Pôster do período indicando plano de industrialização, com tipo e local de instalação de indústria pesada. Desenhista desconhecido, originalmente publicado em 1956. Fonte: Chinese Posters, s.d.

Desafios impostos após a vitória dos comunistas num país majoritariamente composto por camponeses e incipiente desenvolvimento industrial, com elevados índices de analfabetismo e reduzida capacidade de absorção de força de trabalho qualificada pela indústria exigiram ações para massificação do letramento da população. Combinava-se a isso a necessidade de formação avançada para operação da indústria pesada em crescimento (State Council, s.d.).

Para acompanhar as transformações nas estruturas de produção e de propriedade para superação do Grande Salto Adiante, a política de educação teve de passar por suas próprias

transformações. Na educação básica, as propostas iniciais acompanharam o chamado modelo soviético, e o foco estava na formação de força de trabalho qualificada aos novos desafios industriais em planejamento. De 1952 a 1957, por exemplo, o número de matrículas de crianças em idade escolar passou de 51 milhões para 64 milhões. A partir de 1957, especialmente a partir da retomada de uma prática já utilizada pelo PCCh antes mesmo de sua chegada ao poder, que era o sistema de estudos formais em matemática e linguagem, combinado ao ensino de técnicas para trabalho no campo. Ao final de 1965, cerca de 116 milhões de crianças estavam matriculadas na educação básica e aproximadamente 14 milhões na educação secundária, o que representava 85% das crianças e adolescentes em idade escolar<sup>56</sup> (Saywell, 1980).

Nos primeiros anos da RPC, ainda durante a adaptação para um sistema de educação superior com marcante influência soviética, após herdar um sistema difuso e influenciado por potências colonialistas do ocidente, a presença de estudantes estrangeiros na China era apenas simbólica, não alcançando mais do que algumas dezenas (Hantian, 2018).

Ao final da década de 1960, cerca de 80% da população vivia no campo. Mesmo assim, o Segundo Plano Quinquenal (1958-1962) manteve os parâmetros para desenvolvimento urbano e de indústria pesada, a despeito do reconhecimento das dificuldades provocadas por déficits fiscais advindos do Grande Salto.

O foco para a política da educação era notadamente a alfabetização, através de instituições parte-escola, parte-trabalho<sup>57</sup>, em que o histórico de militância e participação em organizações de classe ocupavam grande papel para o avanço escolar. Este modelo, predominante na educação básica, repercutia na triagem de ingressos para a educação secundária e superior, num contexto de poucas IES, reproduzindo a noção de centros de excelência de influência soviética.

Para tanto, alguns dispositivos ideológicos, como as Campanhas Anti-Direitistas, eram postos em prática. Oficialmente em vigor entre 1957 e 1958, estas tiveram como objetivo oficial

---

<sup>56</sup> Autores como Saywell (1980) e Otsuka (1998) tornaram-se referências no estudo das políticas educacionais na RPC atribuindo um binarismo entre o que chamam de *redness vs. expertness* (neologismo que vulgarmente traduzimos para o português como vermelhidão vs. expertise). Esta dualidade, aparentemente oposta, contudo, tende a conceber a educação apenas como uma série de instrumentos e abordagens neutras, e que devem repelir elementos ideológicos de sua materialização, com o qual não concordamos. Não há experiências educacionais neutras, mas, sim, experiências dedicadas a enfrentar os problemas definidos por sujeitos políticos em disputa.

<sup>57</sup> Modelo educacional bastante difundido na educação básica após a Revolução de 1949, traduzido para o inglês como *Labor Education*. Para maiores aproximações às diferentes concepções do modelo ao longo do tempo, conferir Guoroi Fan e Jiixin Zou (2020).

impedir a disseminação de ideias liberais, associadas à burguesia chinesa ou internacional, através da prisão e perseguição de estudantes, cientistas e intelectuais. Esteve intrinsecamente vinculada à garantia de que as orientações do Grande Salto Adiante fossem levadas à cabo sem oposição dos governos locais, contribuindo, como indicam Zeng e Eisenman (2018), para mascarar resultados ruins do desenvolvimento agrícola no período.

Com alcance nacional, estima-se que a ARC tenha denunciado publicamente mais de 500 mil professores, artistas, escritores, médicos e oficiais de governos locais (Zeng; Eisenman, 2018), promovendo corte de salários ou rebaixamento de funções, e causando um impacto duradouro na política de educação, mas não o suficiente para enfrentar novas formas de organização do trabalho e militância no campo. A reforma da terra seguiu os rumos da coletivização após o encerramento do Grande Salto Adiante.

Com o recuo do Grande Salto Adiante, passou a ser permitida a organização de pequenos mercados locais, aos poucos reduzindo as cotas de grãos e desarticulando a coletivização centralizada em oficiais, e promovendo o retorno de milhões de trabalhadores dos centros urbanos para o campo. Contudo, a avaliação negativa do período e tentativa de superar os atrasos promovidos pela política não poderiam ser declaradas abertamente, ainda sob o risco de imposição de alcunhas burguesas (Nabuco, 2015).

Escolas primárias e secundárias foram descentralizadas para a estrutura administrativa dos comitês de vilas. Histórico de militância e organização ainda tinha relevância no avanço escolar, a despeito de maior autonomia na concepção dos currículos e elaboração de exames para progressão. Instituições de excelência administradas pelo governo central permaneciam como as mais disputadas (Saywell, 1980).

Nos anos que antecederam a Revolução Cultural, a educação na China priorizava a cidade sobre o campo, expertise sobre ideologia, habilidades intelectuais sobre militância, caracterizando um cenário tido por Mao Zedong como revisionista, e que deveria ser frontalmente combatido (Saywell, 1980). Os dez anos da Revolução Cultural tiveram, portanto, como uma de suas motivações, uma virada política, administrativa e ideológica na política para a educação.

### 3.1 Revolução Cultural e a educação na Nova China

Concordamos com Sit Tsui *et al.* (2018) e Wen Tiejun (2021) ao concebermos o caráter nada tradicional do processo revolucionário liderado pelo PCCh: no período, o paradigma central da elaboração marxista a respeito de um determinado processo revolucionário punha o operariado e os pobres dos centros urbanos como sujeitos revolucionários centrais, vanguarda da tomada do poder e condução posterior de tal processo. Mas este, definitivamente, não foi o caso da China. Em 1949, estes sujeitos representavam menos de 7% da população no país, e as principais cidades sofriam com hiperinflação e desemprego.

Sob a pressão das invasões imperialistas, governos chineses precedentes buscavam subservientes a modernização, independente de sua ideologia. No entanto, como os custos institucionais provenientes da acumulação primitiva de capital necessária para a industrialização não poderia ser transferido para o exterior, crises internas estavam fadadas a ocorrer (Sit *et al.*, 2018, p. 4).

Em um país composto majoritariamente por pequenos camponeses, o processo revolucionário teve de lidar com a desocupação de forças estrangeiras nas principais cidades e portos, como Pequim, Nanquim e Xangai, além de se organizar contra o poder local e descentralizado dos latifundiários *Dujun*, em todo o interior leste. O sucesso da Nova China dependeria, portanto, do desenvolvimento no campo (Wen, 2021).

A revolução no campo teve de incorporar diferentes iniciativas de reforma agrária, principalmente a redistribuição individual das terras (1949-1954) e a coletivização das terras (1954-atualidade, de diferentes formas), bem como da reforma da terra, nomeadamente, as iniciativas para promover a superação da produção agrícola estritamente vinculada às necessidades dos centros urbanos, potencializando o que Sit Tsui *et al.* (2018) e Wen Tiejun (2021) concebem como *sannong*, ou as três dimensões irredutíveis do setor agrário: camponeses, sociedade rural e agricultura.

Desde o princípio da revolução no campo, em 1949, uma série de pactos entre governos central e provinciais garantem a manutenção política e jurídica das estruturas de propriedade e das três dimensões do *sannong*. Estes envolveram grandes medidas de apoio e incentivo governamental, além de alterações na própria estrutura de propriedades do país, como a redistribuição de terras em larga escala, sob Mao Zedong, até 1976, passando pelo Sistema de Responsabilidades proposto por Deng Xiaoping e prosseguido por Jiang Zemin, com grande papel dos Comitês de Vilas<sup>58</sup> (*Township and Village Enterprises* - TVEs) para absorção de

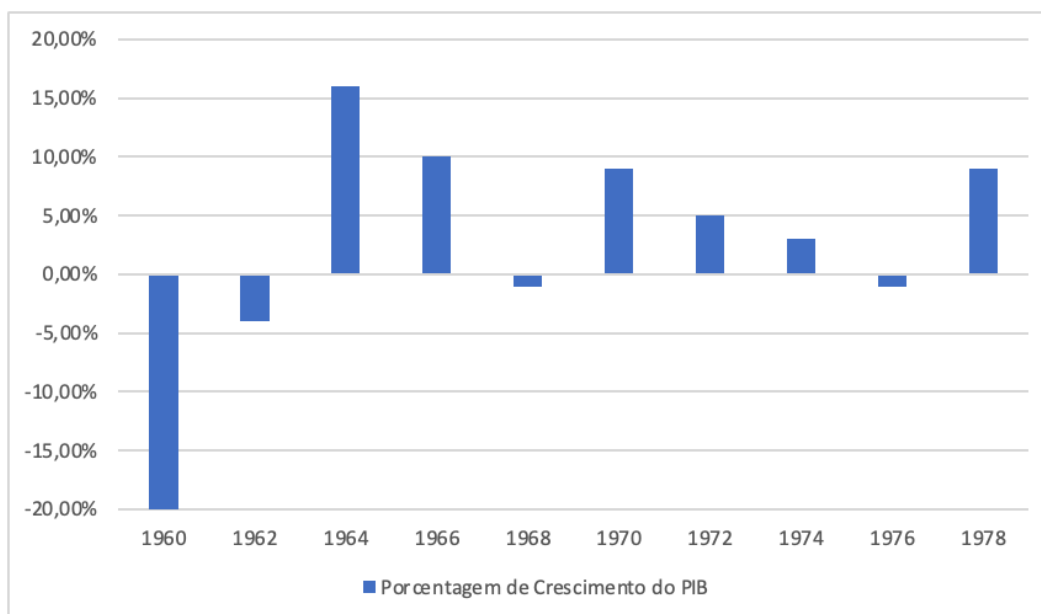
<sup>58</sup> As *Township and Villages Enterprises* (TVE's), que traduzimos para o português como Comitês de Vilas, são empresas de capital misto, estatal e privado, instalados no campo com o objetivo de otimizar a produtividade do trabalho, empregando trabalhadores "liberados dos trabalhos na terra" (Nabuco, 2012), e que foram

força de trabalho e produção industrial no interior/fora dos grandes polos industriais urbanos, até as iniciativas do Novo Campo Socialista (*New Socialist Countryside*), propostas por Hu Jintao. Na contemporaneidade, sob Xi Jinping<sup>59</sup>, iniciativas de *revitalização rural* culminaram na renovação da estrutura de propriedade rural centrada no direito ao uso da terra e administração coletiva por mais trinta anos (Sit *et al.*, 2018).

Esta particularidade da estrutura produtiva na China teve uma dupla importância para a manutenção dos índices de crescimento do país, argumenta Wen Tiejun (2021): a própria *industrialização* do campo, não só pela incorporação de novas máquinas e tecnologia e que transformaram a China em um dos maiores importadores de soja e fertilizantes do mundo, mas também por possibilitar que crises internas fossem suavizadas<sup>60</sup> pelo potencial agrícola interno, envolvendo as três dimensões do *sannong*.

Disputas no interior do PCCh e desafios para garantir estabilidade econômica, a despeito dos já significativos números do crescimento econômico do país, fizeram iniciar o que Mao Zedong considerava uma campanha para superação de elementos burgueses na sociedade chinesa, a Grande Revolução Cultural e Proletária (Partido Comunista Chinês, 2015).

Gráfico 1 - Crescimento econômico da China entre 1960 e 1978.



Fonte: Macrotrends, 2023.

determinantes para industrialização em regiões alternativas aos grandes centros e à estrutura de comunas, que vinha se desfazendo desde o fim do Grande Salto Adiante. Isto viabilizou o emprego de força de trabalho em indústrias sem que houvesse necessidade de migração para as grandes cidades, contribuindo para o controle de fluxos migratórios e exigindo a formação de força de trabalho especializada em instituições pós-secundárias.

<sup>59</sup> Egresso da Universidade Tsinghua, graduado em Engenharia Química (Ranker, 2024).

<sup>60</sup> Wen Tiejun (2011) utiliza a expressão em inglês *soft landing*, à qual toscamente traduzimos para suavizadas, ao referir-se ao que considera as dez grandes crises internas da China desde a chegada do PCCh ao poder, em 1949.

Ao fim do Grande Salto Adiante e início das campanhas da Revolução Cultural, a educação superior não havia acompanhado a massificação da educação básica. Cerca de 600 mil estudantes estavam matriculados em aproximadamente 180 instituições em todo o país (Saywell, 1980).

A Revolução Cultural, campanha político-ideológica oficial do Partido Comunista da China entre 1966 e 1976, teve entre suas motivações disputas internas concernentes às estratégias para a condução do país, e a declarada necessidade de extinção das quatro antiguidades (antigas ideias, hábitos, cultura e costumes). Entre seus objetivos, visava estimular que a população aprendesse com as lições da Revolução os modos de vida necessários para escapar aos ditames objetivos e subjetivos de uma nação subserviente às elites imperiais e, posteriormente, imperialistas (Snow, 1973).

A busca por mudanças organizativas e no comportamento individual, em prol de um sentimento revolucionário coletivo, levou jovens chineses das equipes Mao Zedong de propaganda operário-camponesa a fechar as escolas para que estudantes pudessem aprender com a revolução, e a mobilização crescia rapidamente, sob lemas como: “é preciso destruir para poder construir” e “a rebelião é justificada” (Snow, 1973).

A destruição “deliberada” da estrutura organizativa do partido envolveu a destituição e quadros acusados de disseminação de atitudes e ideias pequeno-burguesas vinculados aos velho quatro, submissão de intelectuais e professores à crítica de suas ações, direcionando-os aprender com a revolução, destruição de arquivos de escolas e fechamento de universidades, tendo sido enviados para realização de reeducação professores e funcionários, visando reduzir o que se considerava um abismo entre trabalho intelectual e manual. Instalações e símbolos culturais foram destruídos (Snow, 1973).

As escolas primárias e secundárias voltaram às suas atividades entre 1967 e 1969, enquanto instituições de ensino superior retomaram suas classes a partir de 1971, com profundas alterações nos currículos em todos os três níveis, atribuindo grande importância à trajetória político-organizacional de estudantes, além de significativa reformulação nos quadros administrativos das escolas e faculdades, a exemplo da reformulação no próprio PCCh (Snow, 1973; Li; Meng, 2022).

É fundamental situar a Revolução Cultural num contexto de distanciamento entre China e União Soviética. No auge da Guerra Fria, os dois países retomaram, inclusive, conflitos territoriais em regiões de fronteiras, alguns iniciados décadas antes. Tropas chinesas e

soviéticas foram destacadas para a região da Manchúria, ilustrando a gravidade das divergências, em pleno cenário de Diplomacia Triangular (EUA x URSS x China). As animosidades emergiram do posicionamento do PCCh em se desvincular de um modelo de desenvolvimento já caracterizado como “total sovietação”, oportuno durante a Guerra da Coreia (1950-1953), mas que tendia a transformar apoio financeiro e tecnológico em dívida externa num longo prazo, num futuro frontalmente rejeitado pelo governo central chinês (Wen, 2021).

Tal distanciamento repercutiu grandemente sobre os parâmetros e estratégias adotadas pela China para consecução de seu próprio desenvolvimento econômico e social em diferentes setores. Para a constituição de um sentido próprio de *sannong*, o PCCh abandonou a estratégia de desapropriação integral de terras e sua redistribuição entre famílias e indivíduos, passando a adotar as estratégias da coletivização com direito ao uso da terra e das já mencionadas TVEs. Nas cidades, o esforço inicial de constituição da indústria pesada e bélica, fortemente dependente de apoio de capital soviético, também foi substituída por um sistema centralizado de transferência de força de trabalho para o campo, de incipiente industrialização e organização coletiva descentralizada para o uso e distribuição de renda da terra (Wen, 2021).

Na educação, os parâmetros de excelência de influência soviética envolviam a constituição de uma elite intelectual capaz de rivalizar com os EUA para a constituição de parques tecnológicos de última geração, o que exigia formas de organização específicas para a educação primária, secundária e superior. Tais parâmetros também foram abandonados. Algumas das modificações, recorda Saywell (1980), envolveram 1) a transformação do ginásio/ensino médio, de um sistema de seis para cinco anos; 2) abolição dos exames para ingresso na secundária; 3) adoção de currículos que dialogavam com elementos do cotidiano do trabalho no campo e nas cidades e estudos sobre política e ativismo; 4) corpo docente composto por trabalhadores das próprias fábricas e, em muitas regiões, 5) escolas conduzidas integralmente dentro das fábricas e/ou lavoura, na chamada educação no local. Em todas as experiências, o regramento para presença e participação estudantil era adaptado à realidade da produção local.

Estas medidas provocaram impacto significativo na educação básica chinesa. As matrículas na educação básica quadruplicaram no período, alcançando 58 milhões de crianças e adolescentes em 1977.

Tabela 2 - Fatos e Números: educação na Nova China

	<b>1949</b>	<b>1979</b>
<b>POPULAÇÃO</b> (em milhões de pessoas)	540	969
<b>ANALFABETISMO</b> (entre 15 e 45 anos) (em porcentagem da população)	80	35
<b>CRIANÇAS MATRICULADAS EM ESCOLAS PRIMÁRIAS</b> (em porcentagem de indivíduos em idade escolar)	20	93
<b>SEQUÊNCIA DE GRADUADOS DO ENSINO PRIMÁRIO PARA O ENSINO SECUNDÁRIO</b> (em porcentagem de jovens em idade escolar)	6	60
<b>INGRESSOS NO ENSINO SUPERIOR</b> (em porcentagem da população total)	1,56	2,7

Fonte: Statista, 2021. Elaboração própria.

O modelo soviético na educação superior pré-Revolução Cultural era particular: permitia a existência de um sistema que não rompia com as formas estabelecidas desde o período imperial, passando pela República da China, ambos com imponente presença estrangeira. Sua estrutura fundamental envolvia um pequeno número de universidades dedicadas a estudos teóricos em artes e ciências em determinadas regiões, e muitas instituições técnicas que surgiam para atender à crescente industrialização (Wang, 2013).



Poster publicado em 1954, intitulado “Papai, esta é a forma de escrever estes caracteres”, apresenta algumas camadas da *luta contra o analfabetismo* no contexto do campo. Fonte: Chinese Posters, sem data.

Certamente, profundas alterações na educação básica tiveram grande impacto na educação superior, além da adoção de medidas próprias para ingresso e avaliação. Durante os cinco primeiros anos da Revolução Cultural, não houve contato entre estudantes e pesquisadores chineses e comunidade acadêmica internacional. A política para a educação superior passou a expressar as próprias divergências entre Mao Zedong e sua ala no PCCh, ameaçada pela presença da Gangue dos Quatro<sup>61</sup>, bem como a emergência de um sentido de modernização do país num sentido ocidental, e os primeiros sinais do que consideravam uma necessária abertura econômica (Lyrio, 2010; Kissinger, 2011).

A gradual reabertura das IES, após 1972, também exigiu mudanças nos exames de ingresso e avaliação. Currículo e pessoal docente foram alterados. Ao invés de conteúdos teóricos, testes físicos e de aptidão ao ambiente político de combate ao revisionismo capitalista eram

<sup>61</sup> Grupo interno do PCCh, imponente durante o período da Revolução Cultural, mas acabou por perder terreno nas disputas do PCCh com a ascensão de Hua Guofeng e, posteriormente, Deng Xiaoping. O nome Gangue dos Quatro refere-se a Jiang Qing, Zhang Chunqiao, Yao Wenyuan e Wang Hongwen (Kissinger, 2011).

aplicados. Durante a graduação, estudantes também passavam períodos de um a dois anos realizando trabalhos manuais no campo ou nas fábricas, nos principais centros urbanos. Camponeses e operários passaram a compor bancas de avaliação, o que provocou reação de setores mais tradicionais da comunidade acadêmica. William Saywell (1980) retrata parte do conturbado momento da ES durante a Revolução Cultural:

No início de 1975, foi nomeado pela primeira vez um Ministro da Educação desde o início da Revolução Cultural, Zhou Rungzin era um crítico declarado dos baixos padrões e quase ausência de pesquisa científica [...]. Gestores da Universidade Qinghua (Tsinghua) escreveram a Mao reclamando dos baixos padrões educacionais na Universidade, argumentando que alguns ingressantes “não eram sequer capazes de ler um livro”. Mao entregou a carta a um grupo de estudantes radicais na Qinghua e os disse para lutarem contra os “desviantes de direita no setor educacional” [...]. Em fevereiro de 1976, morre Zhou Enlai. Em abril, Deng Xiaoping é rebaixado. Parecia que a vitória dos radicais estava próxima ou, ao menos, poderiam controlar setores como a educação. Mas, meses depois, morria Mao, e semanas após sua morte, em setembro de 1976, a Gangue dos Quatro era dizimada [...]. Nos três anos seguintes, as novas lideranças haviam desmantelado dezenas das medidas de Mao do período (da Revolução Cultural), mas nenhuma foi tão rapidamente revertida quanto a política para educação (Saywell, 1980, p 7-8).

Os resultados alcançados pelas políticas educacionais na República Popular da China foram significativos, porém, novas mudanças estavam por vir, com o enfraquecimento da Gangue dos Quatro e a reabilitação de Deng Xiaoping e da ala moderada do PCCh, que clamava, para a educação e para a sociedade chinesa como um todo, um sentido de modernização balizado em premissas tipicamente ocidentais.

### **3.2 O rescaldo da Revolução Cultural e a chamada para a *modernização* da educação superior**

A intensa campanha iniciada por Mao que abalou as estruturas internas do PCCh e a política social na China emanou da desvelada ruptura do país com a União Soviética, quando colocadas as mais evidentes condições para a abertura do país às relações comerciais com o ocidente. Os Estados Unidos, do presidente republicano Richard Nixon (1969-1974), num cenário de enfraquecimento de seu país na Guerra Fria, graças à avançada reconstrução europeia após o fim da II Guerra e buscando ampliar relações econômicas com países asiáticos, a despeito do fracasso de suas intenções na Guerra do Vietnã, agora disputavam com a União Soviética por maiores aproximações políticas e econômicas com o governo chinês (Gomes, 2016).

Tornaram-se cada vez mais evidentes as confluências entre pressões externas sobre o país, com destaque para estratégias de aproximação dos EUA e mudanças no chamado Bloco Socialista, capitaneado por Moscou, em diligência explícita com o governo chinês, que convergiu em um período de contestações internas à Revolução Cultural, ocasionando um período de transformações geopolíticas para a China. De acordo com Gomes (2016), promoveu-se uma aproximação qualitativa com os Estados Unidos, em busca de um novo salto em sua modernização industrial interna.

[...] Mao derivou para uma entente com os Estados Unidos ainda durante a Revolução Cultural. A visita de Nixon e seus resultados, por mais espetaculares que tenham sido, permaneceriam uma abertura diplomática sem maiores consequências enquanto ele vivesse. Graças a ela, porém, quando ocorreu o redirecionamento para as reformas internas, a China contava com uma situação propícia na arena internacional. Uma amizade cautelosa, de preferência a um antagonismo calculado, criou as condições para que o centro nervoso do capital mundial e sua pletera de sucursais regionais já estivessem preparados para estender ajuda financeira à China, aos primeiros sinais de abertura para a economia de mercado (Anderson, 2010, p. 11).

Para Wen Tiejun (2021), a condução do governo central à abertura econômica não significou meramente a capacidade de alavancar a produção industrial, mas sim a continuidade de um objetivo pós-colonial, na tentativa de se consolidar algum tipo de reconhecimento e competitividade no mercado internacional. Para o caso da China, que enfrentou diversos dilemas coloniais, significou assumir seu papel periférico na relação entre os mercados.

O aporte para acumulação industrial na China derivou da exploração agrícola interna e se beneficiou de mudanças no cenário geopolítico global que determinaram alterações econômicas significativas nas relações entre os países. Este processo, para Wen (2021), pôde ser observado em dois momentos distintos: o primeiro, pelo que chama de oportunidade histórica e sem precedente para a China de transferência industrial de países desenvolvidos para países em desenvolvimento após a II Guerra Mundial. A primeira ocasião foi a Guerra da Coreia, na década de 1950. A China recebeu, em troca de sua participação no conflito, recursos para o estabelecimento de complexos logísticos da indústria militar pesada da União Soviética. Já a segunda onda de industrialização viria com o restabelecimento da aproximação com ocidente e Japão, aproveitando-se de sua influência cada vez maior na região da Ásia-Pacífico.

Na segunda metade da década de 1960 e início da década de 1970, evidenciaram-se os primeiros e mais marcantes sinais da crise estrutural que assolaria o capitalismo mundializado nas décadas seguintes, com quedas nas taxas de crescimento em países economicamente

desenvolvidos. Potências imperialistas europeias e o Japão tinham, neste momento, melhores condições para a contestação do padrão estadunidense de regulações comerciais, fortemente sustentado pelo dólar. A conversibilidade dólar-ouro, estabelecida pelo Acordo de Bretton Woods<sup>62</sup> como uma das formas de controle dos mercados internacionais de câmbio foi descartada pelos EUA, o que contribuiu para o surgimento de dispositivos de especulação com as moedas nacionais e com o próprio dólar através de instrumentos de conversão cambial em mercados de apostas e cotações futuras, num processo especulativo até então inédito em economias capitalistas (Gomes, 2016).

Gomes (2016) chama atenção, ainda, para reduzidas alternativas de investimento num momento em que se via fortalecer dispositivos de especulação financeira e elevação no preço do barril de petróleo. Esta última, por sua vez, abalou também as economias de países do bloco socialista, e fez com que os EUA buscassem retomar seu protagonismo a partir de novas investidas na então decadente corrida armamentista e, sobretudo, a adoção de políticas que tinham como objetivo a reconstrução de sua hegemonia financeira, como a apropriação de rendas especulativas e controle sobre a negociação da dívida dos chamados países subdesenvolvidos, bem como na imposição de superávits aos países sob seu espectro político, como forma de compensar seus crescentes déficits.

Neste novo cenário, antes mesmo da oficialização do discurso do socialismo de tipo chinês, Zhou Enlai, premiê da República ainda sob a liderança de Mao Zedong, afirmou a necessidade de construção do socialismo “em dois passos”, conforme ressalta Gomes (2016): industrialização integrada (estruturas de produção de meios de consumo e meios de produção) autônoma da China, num primeiro momento, e, em seguida, modernizações na defesa, agricultura e ciência e tecnologia, evidenciando sua relação com o próprio modelo de desenvolvimento do país num cenário de concessões do regime e abertura econômica.

Quando da transição para o governo de Deng Xiaoping, a retomada de grandes obras e da indústria naval, de investimentos em transportes e comunicações, engenharia espacial e armamentos exigia a emergência de novos programas de ciência e tecnologia, que até o final da década de 1960 estiveram em segundo plano nas políticas de governo, ou estiveram prejudicadas pela paralisação das universidades durante a Revolução Cultural. Para tanto, o governo tratou da construção de novas universidades e projetos de qualificação para o

---

<sup>62</sup> Acordo assinado entre os representantes da então Aliança das Nações Unidas, em julho de 1944, no contexto do fim da II Guerra Mundial, que estruturava um padrão monetário internacional conversível em ouro (WACHTEL, 1988).

trabalho com vistas à perspectiva de modernização que passou a vigorar no país através de reformas ao regime para o que mais tarde seria concebido como a construção de um socialismo de tipo chinês (Gomes, 2016).

A reorganização interna do PCCh no período logrou um de seus objetivos, que era o afastamento da Gangue dos Quatro da cúpula do Partido, e teve como resultado no processo o retorno de Deng Xiaoping às instâncias de tomada de decisão da organização. Henry Kissinger (2011), um dos mais influentes e controversos<sup>63</sup> diplomatas do período, afirma que:

“Na esteira da Revolução Cultural e dada a presença ameaçadora de Mao e da Gangue dos Quatro, o pragmatismo comum era uma posição ousada em si mesmo. [...] Após a Revolução Cultural ter elevado a busca do fervor ideológico a selo de autenticidade, a conclamação de Deng a uma volta à ordem, ao profissionalismo e à eficiência – quase um discurso clichê no mundo desenvolvido – era uma proposição ousada”. Deng fazia duras críticas à condução da política chinesa ainda com Mao ativo e com forte presença da Gangue dos Quatro (Kissinger, 2011, p. 318-319).

Os dois anos que seguiram a morte de Zhou Enlai e Mao Zedong, dissolução da Gangue dos Quatro e reabilitação de Deng Xiaoping – para posições que jamais havia antes alcançado no Partido – serviram à retomada de conceitos ocidentais para a educação superior. Entre 1976 e 1978, Hua Guofeng serviu como liderança no PCCh, e testemunhou o retorno da ocidentalização, que jamais havia sido deixada de lado, seja durante a República da China, seja no período de sovietação, ou mesmo durante a Revolução Cultural, argumenta Pepper (1990), sendo este último momento apenas mais eficaz em tornar veladas as aspirações consideradas burgueses da elite acadêmica chinesa.

Os resultados dessas mudanças foram significativos. Entre 1978, ano em que as primeiras reformas econômicas foram promulgadas, e 1984, a renda média dos camponeses chineses dobrou. O setor privado, impulsionado pela renovação de incentivos econômicos individuais, subiu para constituir cerca de 50% da população industrial bruta em uma economia que havia sido comandada quase exclusivamente por ordem governamental. O produto interno bruto cresceu a uma taxa média de mais de 9% ao ano durante toda a década de 1980 – um período de crescimento econômico sem precedentes e quase ininterrupto que continua até o presente momento, a despeito dos resultados positivos de crescimento durante praticamente todo o período em que Mao esteve no poder (Macrotrends, 2023).

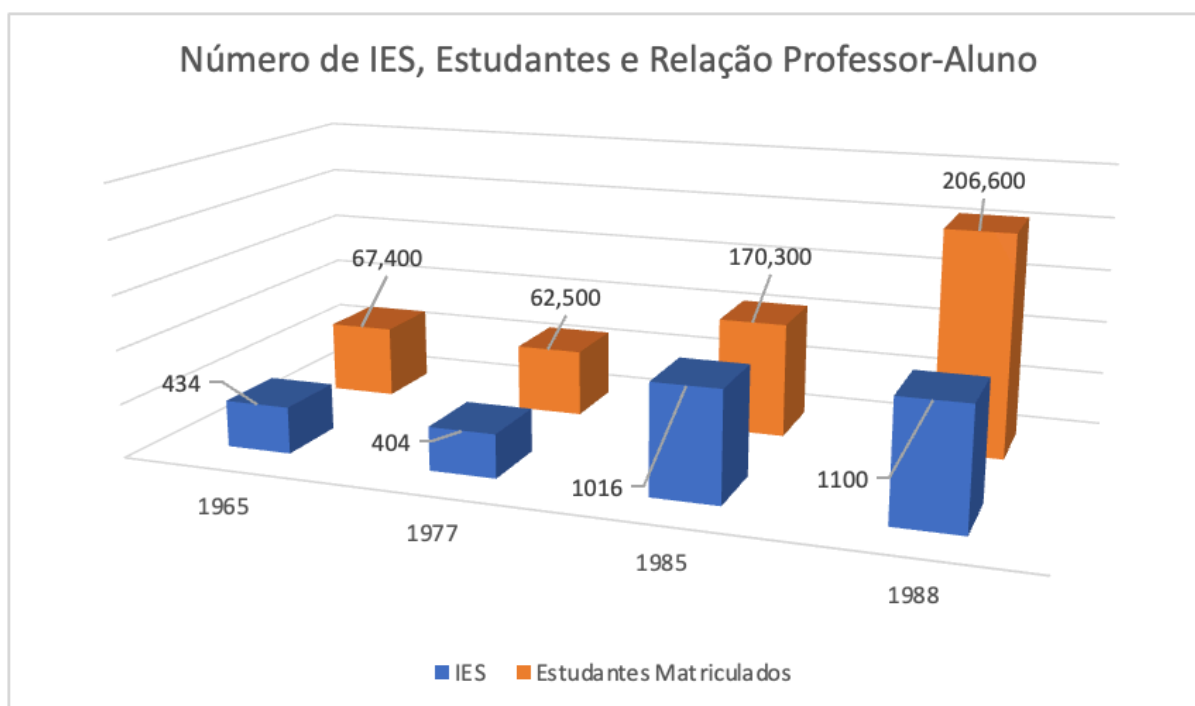
---

<sup>63</sup> Henry Kissinger ocupou diversos cargos na estrutura diplomática e do executivo dos Estados Unidos e foi o principal interlocutor deste país durante o período caracterizado como *diplomacia triangular* em sua relação com a União Soviética e a China durante a Guerra Fria. Falecido em 2023, foi acusado e teve participação comprovada em uma série de crimes de guerra, como mandante direto ou consultor, especialmente na posição de Conselheiro Especial na Casa Branca, (BBC, 2023; Moura, 2023; Veja, 2023).

Após a Revolução Cultural, a expansão da educação básica manteve seu curso. Até a década de 1990, os índices de analfabetismo continuaram a cair, e o número de crianças e adolescentes em idade escolar matriculadas em instituições de ensino alcançou patamares inéditos. Adotou-se, na educação superior, um modelo massificado, firmado a partir da década de 1980, com a própria consolidação da política de portas abertas.

Durante a Revolução Cultural, os motes centrais da condução das políticas educacionais envolviam tornar trabalhadores e camponeses em intelectuais (Pomar, 2003), através da massificação da educação secundária e da adequação dos currículos, em todos os níveis, conforme as necessidades materiais da produção de riqueza no campo e nas cidades, bem como tornar intelectuais em trabalhadores, através do envio de pessoal acadêmico à realização de trabalhos nas fábricas e no campo. Esta lógica foi invertida com as reformas na década de 1980 (Pepper, 1990).

Gráfico 2 - Expansão das matrículas e IES na China após a Revolução Cultural



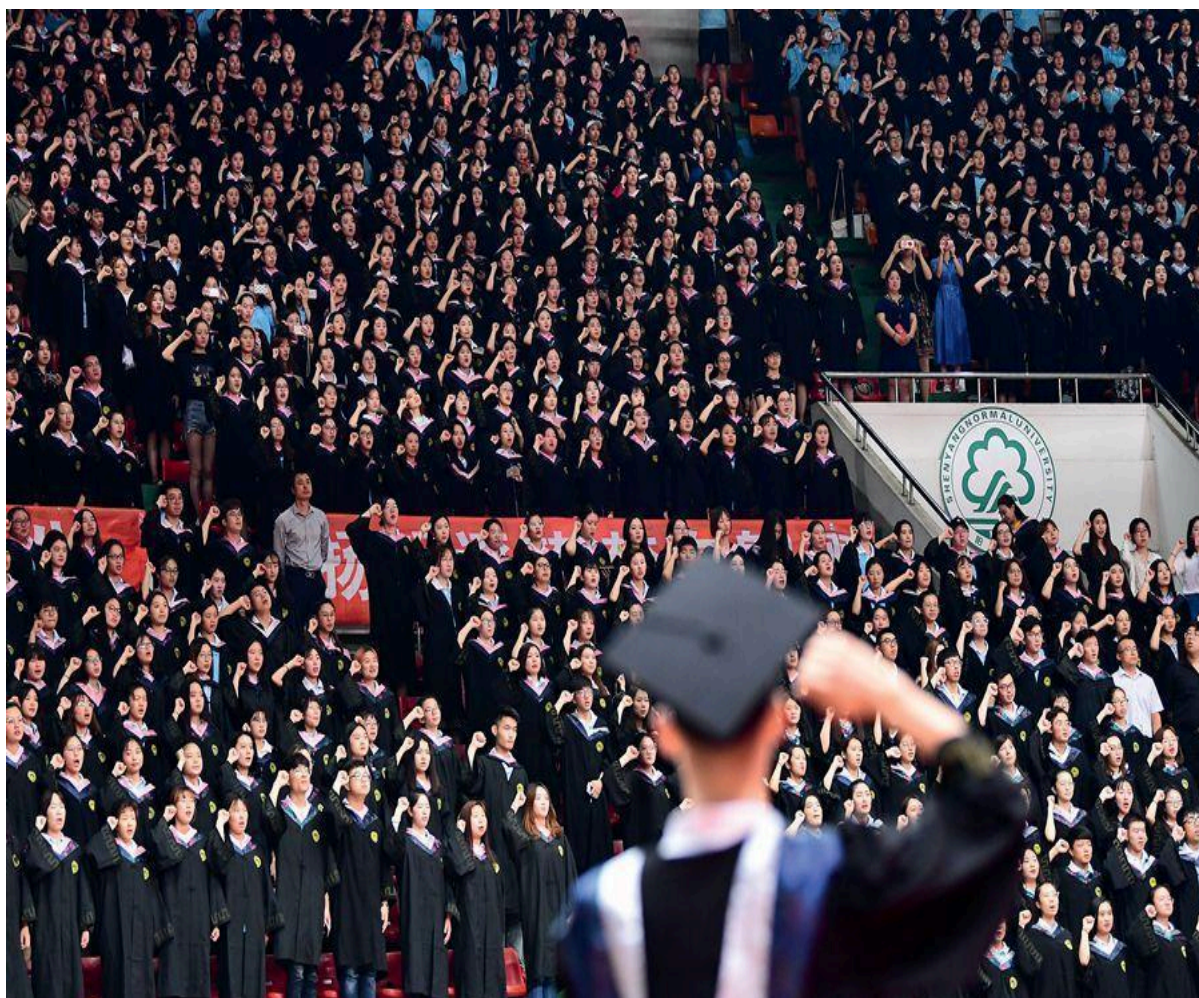
Fonte: Statista, 2021. Elaboração própria.

Estes novos esquemas exigiram concepções próprias a cada segmento, e distintas de concepções que Deng Xiaoping e a nova cúpula que se formou no PCCh a partir de 1978 consideravam como rígidas (Deng, 1984). Na política para educação, parâmetros ocidentais foram largamente incorporados, com o objetivo de contribuir para os almejados avanços em

tecnologia e inovação e a qualificação de força de trabalho para uma economia de larga escala.

Na educação superior, o estabelecimento das reformas de Deng Xiaoping, a partir de 1978, levou a uma série de mudanças na organização do sistema de educação superior chinês, agora conectado com os novos paradigmas da construção do socialismo com características chinesas. Universidades privadas foram reintroduzidas nos anos 1980, quando ocorreram fusões e incorporações de universidades menores por aquelas de maior porte. Se estabeleceu, já no final dos anos 1990, o objetivo pela massificação e, nos anos 2010, estabeleceram-se, no país, algumas das mais renomadas *world-class universities* (Wu; Zha, 2018).

O Ministério da Educação, em seu último relatório (2023), aponta que a taxa de matrícula de crianças em idade pré-escolar é de 89,7%, sendo que 90% dos professores de pré-escolas já alcançaram formação equivalente em nível superior; em 2022, 95,5% de estudantes concluíram a educação compulsória (equivalente à educação básica e ensino médio no Brasil). Alcançar estes objetivos fazia parte das novas determinações históricas da relação da China com o capitalismo mundial.



Formandos da Universidade Shenyang em 2018. Um dos grandes fenômenos do pós-1978 na educação superior na China é o da massificação. Fonte: China Today (2019).

#### 4. A EDUCAÇÃO SUPERIOR DE PORTAS ABERTAS

A 3ª Sessão Plenária do 11º Comitê Central do PCCh, - realizada entre 18 e 22 de dezembro de 1978 – foi um momento de viragem na história da China. Anteriormente à Sessão Plenária, ocorreu uma reunião de trabalho do Comitê Central. Nessa ocasião, Chen Yun e diversos outros dirigentes da velha geração revolucionária defenderam a necessidade da correção, em diversos terrenos, dos erros da Revolução Cultural e a revogação das condenações injustas. Dessa forma, a proposta de Hua Guofeng de fazer uma discussão unicamente econômica foi superada pela proposta de Deng de priorizar uma discussão mais geral de balanço dos erros da Revolução Cultural e de retificação dos rumos da construção socialista na China. Ao final da reunião Deng Xiaoping fez um importante discurso intitulado “Emancipar a mente, atuar em função da realidade e olhar unidos para frente”, dando as diretrizes fundamentais para a 3ª Sessão Plenária (Carrion, 2004, p. 43).

Antes da morte de Mao, em setembro de 1976, Deng Xiaoping reagiu a um relatório interno do Partido a respeito do trabalho científico e tecnológico, afirmando que “prioridade deveria ser dada à pesquisa científica” (Deng, 2015, p. 2). Tocou em diversos temas que seriam marca registrada da política para educação no período subsequente: a necessidade de ênfase em ciência e tecnologia para o desenvolvimento da economia chinesa; a reprofissionalização da força de trabalho chinesa; e o encorajamento do talento e da iniciativa individual – precisamente as qualidades que, segundo Deng, haviam sido paralisadas pelos expurgos políticos, especialmente pelo fechamento de universidades durante a Revolução Cultural e a promoção de indivíduos tidos como incompetentes por conta de sua ideologia (*idem*, 2015).

A reabilitação de Deng Xiaoping no PCCh se deu justamente enquanto conselheiro para assuntos educacionais, numa posição autodeclarada após boa reação do Comitê Central a seu relatório, e, posteriormente, oficializada pelo Comitê Central, especialmente após uma de suas mais famosas intervenções no discurso “Respeite o conhecimento, respeito por pessoal capacitado” (Deng, 2015), publicada em agosto de 1977, dirigida aos membros do Partido em maio do mesmo ano. Alguns pilares para a condução da educação superior no país nas décadas que se seguiram já se faziam presentes nestas intervenções:

A chave para alcançar a modernização é o desenvolvimento da ciência e tecnologia [...] Devemos reconhecer nosso atraso, pois apenas este reconhecimento oferece esperança [...] Para promover a educação, devemos andar sobre duas pernas, isto é, elevar os padrões educacionais ao mesmo tempo em que a tornamos disponível para mais e mais pessoas. É necessário estabelecer escolas primárias chave, escolas secundárias chave e faculdades e universidades chave [...] Devemos selecionar centenas do nosso mais qualificado pessoal no campo da ciência e tecnologia e criar condições que os permitam dedicar atenção integral à pesquisa [...] Devemos criar no interior do Partido uma atmosfera de respeito pelo conhecimento e respeito por pessoal qualificado. A atitude equivocada de não respeitar intelectuais deve ser

combatida. Todo trabalho, seja intelectual ou manual, é trabalho [...] Também no exército, é necessário encorajar pesquisa científica e educação ao mesmo tempo [...] Todo comércio e profissões devem ter seus próprios órgãos de ciência e tecnologia e pessoal. Todo departamento profissional deve conduzir pesquisa científica (Deng, 2015, s.p.).

Este excerto antecipa alguns princípios para a condução da educação superior no contexto das reformas estruturais pelas quais passaria o país. Evidencia-se a dura crítica ao modelo de influência soviética que vigorou até o período que antecedeu a Revolução Cultural, tratando-o como insuficiente para conduzir o novo projeto de desenvolvimento. A própria Revolução Cultural é colocada em questão quando Deng afirma a necessidade de respeitar os intelectuais, numa referência ao período em que estes perderam boa parte de sua influência na definição dos rumos das organizações locais e nacionais. Fica evidente a perspectiva de massificação, bem como a diferenciação entre instituições de ensino superior no país.

“Nada temos a temer com a educação ocidental” (1984, s/p, tradução nossa), afirmou Deng Xiaoping ainda em 1977, indicando que parâmetros ocidentais deveriam fazer parte do léxico da política para a educação no futuro próximo. Em dezembro do mesmo ano, o exame nacional de admissão (*Gaokao*) às universidades foi restaurado, pois havia sido interrompido durante a primeira metade da Revolução Cultural, e posteriormente substituído por exames alternativos, vinculados às necessidades das fábricas ou da produção agrícola.

Os chamados para “gerenciamento da economia através de instrumentos econômicos” (Deng, 1984, p. 161) representavam não apenas sua noção de desenvolvimento, mas a demarcação de uma posição interna ao Partido, de frontal ruptura com quadros remanescentes da Revolução Cultural, em busca do que considerava eficiência operacional:

No que diz respeito aos métodos de gerenciamento, devemos dedicar foco particular na superação da burocracia. Nossa burocracia, que é o resultado de produção em pequena escala, é completamente incompatível com produção em grande escala. Para alcançar as quatro modernizações e alterar a base tecnológica de toda nossa economia socialista para uma de produção em grande escala, é essencial superar as mazelas da burocracia. Nosso gerenciamento econômico é marcado pelo excesso de pessoal, atropelos organizacionais, procedimentos complicados e baixíssima eficiência. Tudo está sempre imerso em conversas políticas vazias [...]. Se nós mesmos não conhecemos os métodos avançados de gerenciamento, devemos aprender com aqueles que sabem, dentro de casa ou no exterior. Estes métodos devem ser aplicados não só na operação de novas empresas, com tecnologias e equipamentos recém-incorporados, mas também na transformação tecnológica das empresas já existentes (Deng, 1984, p. 162).

Deng foi hábil em redimensionar a estatura de Mao enquanto líder soberano, rejeitando as “duas quaisquer” (*two whatevers*) defendidas por Hua Guofeng<sup>64</sup>, e negando qualquer tipo de

---

<sup>64</sup> Sucessor de Mao Zedong, após sua morte, como Presidente do Comitê Central do PCCh. Foi removido e afastado de funções centrais no interior do Partido pela coalizão liderada pelo próprio Deng Xiaoping. As “duas

ortodoxia instrumental a uma grande narrativa pré-estabelecida. É possível conceber suas referências a Mao como espécies de negação apenas na medida do que é possível fazê-lo, considerando a magnitude de seu antecessor (Kissinger, 2011).

#### **4.1 Os marcos da ocidentalização sob Deng Xiaoping**

A política de portas abertas, expressão política e econômica da emergência de Deng Xiaoping, é um ponto de inflexão para conceber a experiência chinesa e sua dimensão global na contemporaneidade. Mudanças estruturais na condução do país pelo PCCh, a partir de 1978, envolveram flexibilização nas modalidades de gestão e de produção agrícola, acesso e distribuição de renda da terra, acesso a bens imóveis nos principais centros urbanos, ingresso e participação de capitais estrangeiros em economias locais, reorganização interna de empresas estatais, redefinição de estratégias diplomáticas e incorporação do país a parâmetros de organismos internacionais multilaterais, entre muitas outras (Howell, 2006).

Para estas mudanças, novas estratégias políticas e econômicas foram definidas. Estas estão expressas nos Planos Quinquenais e outros planos de projetos estruturantes, e exigiu também a redefinição das estratégias dos governos Central e Provinciais para as políticas econômica e social no país, que, por sua vez, em atenção ao novo cenário de abertura econômica, exigiam<sup>65</sup> a incorporação de paradigmas que também se apresentavam como tendência na economia política ocidental. Neste novo cenário, o governo central dedicou esforços para que a política para educação correspondesse à produção das novas estruturas do trabalho, bem como aos novos sujeitos do trabalho<sup>66</sup>. O grande marco desta viragem, argumentamos, é a incorporação de paradigmas ocidentais, que influenciaram a organização, execução, e avaliação do sistema de educação superior no país. Sua intencionalidade, contudo, é particular à realidade do assim chamado socialismo com características chinesas.

A consolidação das reformas econômicas de abertura do país obrigou a adoção de estratégias de *reajuste* da estrutura organizacional do PCCh. Das quatro modernizações apresentadas

---

quaisquer” são referidas como a declaração de Hua Guofeng de que “vamos defender resolutamente quaisquer políticas conduzidas pelo Presidente Mao, e seguir de forma incontestável quaisquer instruções dadas pelo Presidente Mao” (Carrion, 2004). Significa, portanto, a mais evidente expressão do maoísmo como estratégia para condução do país após 1976, e que acabou por ser derrotada com o afastamento de Hua em 1980.

<sup>65</sup> Perry Anderson (2010) pondera justamente sobre a relação entre história, conjuntura e escolhas políticas como determinantes do crescimento da China desde a Revolução em 1949.

<sup>66</sup> Deng Xiaoping (1984), em diversos momentos, fazia referência às “massas”, distinguindo operários, camponeses e agricultores familiares e trabalhadores no setor agrícola em processo de industrialização.

como parâmetro por Deng Xiaoping na ocasião da 3ª Sessão Plenária do Comitê Central, em dezembro de 1978, apresentou-se apenas de forma genérica alguns focos das reformas, notadamente na indústria, agricultura, ciência e tecnologia e forças armadas. Em 1979 foi promulgada a Lei de Joint-Ventures (*Joint-Venture Law*), que promovia a entrada de capital estrangeiro no país, com a condição de que empresas estrangeiras operassem em associação com empresas chinesas. A visita de Deng Xiaoping aos EUA, neste mesmo ano, simbolizava o movimento da China rumo à abertura ao capital estrangeiro e, em 1980, o Senado norte-americano aprovou a elevação da China ao *status* de *most-favored nation*, que previa dispositivos mais dinâmicos para estabelecimento de parcerias diplomáticas e comerciais entre os dois países (Silva; Dathein, 2014). A medida foi prontamente seguida pela Comunidade Econômica Europeia (European Economic Community - EEC), protoforma da atual União Europeia.

O rápido fortalecimento das empresas estatais, a partir deste período operando em empreendimentos conjuntos com capital estrangeiro, também deveu-se a uma maior flexibilidade operacional nas recém criadas Zonas Econômicas Especiais<sup>67</sup> (ZEE), argumentam Silva e Dathein (2014), uma vez que, nestas regiões, empresas podiam operar com orçamento próprio, ao invés do modelo tradicional de orçamento fiscal indexado pela política econômica do PCCh.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), aperfeiçoados após a *Joint-Venture Law* e incorporados ao léxico comercial nas ZEE's, argumentam Carvalho e Nogueira (2023), não foram adotados isoladamente, mas inseridos em um amplo contexto de políticas macroeconômicas e industriais subordinadas à uma estratégia de desenvolvimento que tinha como objetivo restabelecer sua relação com o circuito mundializado do capital, dominado pelo dólar. A política econômica chinesa, neste período, não realizou uma viragem para uma direção em que os IED se tornassem a principal estratégia de crescimento de capital. Taxas de câmbio fixas ou administradas, controle sobre contas de capital, baixas taxas de juros, crédito público subsidiado para companhias nacionais e incentivos fiscais marcaram a primeira década de reformas econômicas (Carvalho; Nogueira, 2023).

---

<sup>67</sup> Territórios em cidades - e não necessariamente municipalidades inteiras - onde atividades de exportação passaram, a partir de 1979, a ser estimuladas. Primeiras ZEE's estavam compreendidas nas cidades de Shenzhen, Zhuhai, Shanton e Xiamen, todas no litoral. Atualmente, Distrito Pudong, nas redondezas litorâneas de Xangai, e a Província Hainan, extremo sul do país em sua costa do Mar do Sul da China, foram incorporadas como ZEE (Nabuco; Barreto, 2011).

Quanto ao Investimento Estrangeiro Direto (IED), contudo, argumentam Carvalho e Nogueira (2023) que seu efeito positivo foi também resultado de fortes regulações estatais:

Regras para o IED na China não foram adotadas em isolamento e, ao contrário, foram inseridas em um contexto macroeconômico mais amplo de políticas industriais subordinadas ao desenvolvimento econômico estratégico, tais como taxas de câmbio fixas ou altamente controladas (sempre favoráveis à exportação), controle sobre contas de capital, baixas taxas de juros, crédito público subsidiado e incentivos tributários para empresas nacionais, entre outras. Desta forma, os impressionantes resultados alcançados pela China em termos de desenvolvimento econômico e industrial são resultado de conjunto de políticas, instrumentos e regulações, incluindo a regulação de IED [...] Significa dizer que IED nunca definiu os índices de acumulação de capital na China. Com um significativo índice de investimento de 40% do PIB [em industrialização, infraestrutura, ciência e tecnologia] por três décadas, sustentou o maior destes indicadores entre qualquer das grandes economias globais na história. De fato, o crescimento foi sustentado em balanças comerciais favoráveis, bancos estatais e agências domésticas de produção e investimentos (Carvalho; Nogueira, 2023, p. 257).

Importa notar o papel de regulação do PCCh junto a estes empreendimentos, no controle das remessas de lucros ao exterior, obrigatoriedade de compartilhamento de tecnologias e a própria regulação sobre a força de trabalho disponível no país. Já em 1986, empresas foram autorizadas a operar nas ZEE com capital 100% estrangeiro, com os dispositivos de Investimento Direto no País (IDP). A modalidade de IDP, impulsionada a partir da abertura econômica, foi condicionada ao compartilhamento de tecnologia nas ZEE e em setores específicos (Nogueira, 2021).

A integração civil-militar foi fortalecida e tornou-se um importante elemento para o desenvolvimento industrial, assumindo a forma de um complexo industrial-militar que aproximou empreendimentos públicos em defesa nacional de institutos de pesquisa e cursos de graduação para composição de força de trabalho qualificada nos campos de tecnologias de informação, automação, sistemas complexos, microeletrônicos, telecomunicação, etc. (Nogueira, 2021).

As aproximações comerciais aos EUA e Europa desde o início da década de 1980 nem de longe neutralizaram os interesses dessas grandes potências no Mar do Sul da China e Estreito de Taiwan, e o PCCh, admitindo a necessidade de aprimoramento de sua defesa diante do potencial beligerante de potências capitalistas, criou o Programa de Pesquisa e Alta Tecnologia 863<sup>68</sup> (*862 High-Tech Research Program*). Este último, por sua vez, concretizou a proposta de conversão do complexo industrial-militar, de uma estrutura concentrada e gestão

---

<sup>68</sup> Programa lançado em março de 1986 para desenvolvimento de tecnologia de ponta nas áreas de biotecnologia, exploração espacial, tecnologia da informação, energia, automação, materiais e tecnologias de projeção e captura de imagens (Fu, 2015).

centralizada na alta cúpula do PCCh, para o setor civil, através de empresas públicas e institutos de pesquisa descentralizados (Treat; Medeiros, 2013).

O controle governamental às ações de abertura econômica envolveu, também, uma série de dispositivos no setor agrícola, como estratégias de aproveitamento de maquinaria para o aumento da produtividade nas áreas rurais; inovações industriais no campo impulsionadas desde a criação das Empresas de Distritos e Comitês de Vilas<sup>69</sup> (Township and Village Enterprises - TVEs); a separação da gestão das empresas estatais da estrutura do governo, sem, contudo, perder seu controle, que se combinaram à abertura de fronteiras territoriais nas ZEE's, com regimes próprios de tributação e incentivos à produção (Carvalho; Nogueira, 2023).

A industrialização rural ganhou impulso com a oferta de crédito abundante oferecida pelos bancos comerciais públicos e cooperativas rurais de crédito e por conta de um mercado doméstico crescente e até então protegido da concorrência estrangeira [...] As TVEs especializaram-se na produção de bens que seriam consumidos pela classe camponesa em ascensão e rapidamente tornaram-se fornecedoras de insumos para a indústria exportadora e mais pujante da costa. A expansão das empresas coletivas foi tão rápida que a participação das atividades não-agrícolas na renda rural subiu de 7% para 24% entre 1978-1985 [...] (Nogueira, 2021, p. 8).

A crescente urbanização e a industrialização do campo se combinavam ao necessário<sup>70</sup> fortalecimento do campesinato que, na era Deng Xiaoping, viu emergir o regime de uso da terra ser alterado para o Sistema de Responsabilidade Familiar (Household Responsibility System - HRS). Este Sistema, reverso àquele de produção baseada em “times” ou “equipes” autogestionadas de camponeses organizados em propriedades coletivas, distribuiu o uso de pequenos lotes de terra a famílias camponesas que dispunham de autonomia na escolha das culturas e não exigia mecanismos exógenos de monitoramento da produção, estando esta última centralizada nas próprias famílias (Sit, 2018). Somava-se à emergência das TVEs e Sistema de Responsabilidade Familiar uma política estatal de intervenção nos preços agrícolas, especialmente através do estabelecimento de termos de trocas favoráveis aos produtos agrícolas e programas de compras públicas (Nogueira, 2021).

O programa de reformas de Deng envolveu o enfrentamento de uma situação que o novo líder considerava calamitosa no campo educacional. Em 1982, 34% da força de trabalho da China tinha nível de ensino apenas primário, 28% era considerada analfabeta e apenas 0,87% tinha

<sup>69</sup> Classe de empresas de propriedade coletiva e comitês de vilas. Na virada do século as TVEs foram responsáveis pela absorção de 18% da força de trabalho e 40% da produção industrial chinesa (Masiero, 2006).

<sup>70</sup> Cf. Wen Tiejun, 2021, para retomada do conceito de *soft landing*, apresentado pelo autor como a capacidade que teve o país de transferir custos de crises internas aos setores agrícolas - *sannong* - recorrendo aos sistemas de propriedade coletiva e produção planificada.

nível superior. Há de se levar em consideração os programas de alfabetização conduzidos durante o governo de Mao.

Aspectos educacionais do programa de reformas deveriam enfrentar a trágica combinação aos pressupostos do desenvolvimento tecnológico, econômico e social do período, que envolveu, durante a República da China, a cópia de materiais ocidentais - Suzanne Pepper (1990) chegou a relatar que materiais didáticos na educação superior faziam referência a fauna e flora jamais vistas no país, por exemplo - e durante os primeiros trinta anos da RPC, uma extemporânea influência soviética absolutamente desconectada da realidade das recentemente *abertas* grandes cidades do litoral chinês e de seu ainda incipiente potencial produtivo no campo. A pergunta de Suzanne Pepper (1990, p. 128) ao se deparar com este cenário é simbólica: “é possível que frutos estadunidenses nasçam de uma árvore russa plantada em um jardim chinês?” A primeira metade da década de 1980 serviu, portanto, para a superação não só da influência ocidental meramente cosmética herdada da República da China e, sobretudo, da noção de que qualquer suposta intelectualidade acadêmica ou científica levava ao aburguesamento ideológico, propagação típica da Revolução Cultural e defendida pelos opositores de Deng no PCCh antes de sua chegada à Presidência.

Algumas medidas do período para essa superação foram a remoção oficial de termos como “direitistas” e “contrarrevolucionários históricos”, e o fim de checagens ao passado familiar ou individual como critério para ingresso em IES, e, oficialmente, trabalho intelectual e manual passaram a ser considerados no mesmo patamar (Pepper, 1990). Iniciou-se o processo de descentralização administrativa, atribuindo maior autonomia às administrações das IES para que decidissem a respeito de currículo, avaliações, alocação e (a novidade) alocação de recursos.

Emanam deste período a adoção de ciclos básicos e a possibilidade de eletivas constituídas junto aos setores produtivo e comercial das regiões onde se situavam as IES, além da prática de que acadêmicos compusessem as reitorias e conselhos universitários, à diferença de políticos de carreira nos ranques do PCCh. Significava, neste caso, a aplicação no ambiente acadêmico de arrebentar a tigela de arroz de aço (*smash the iron rice bowl*) - que se refere ao fim da segurança vitalícia no emprego, até então tradicional na ES, empresas públicas e serviço militar.

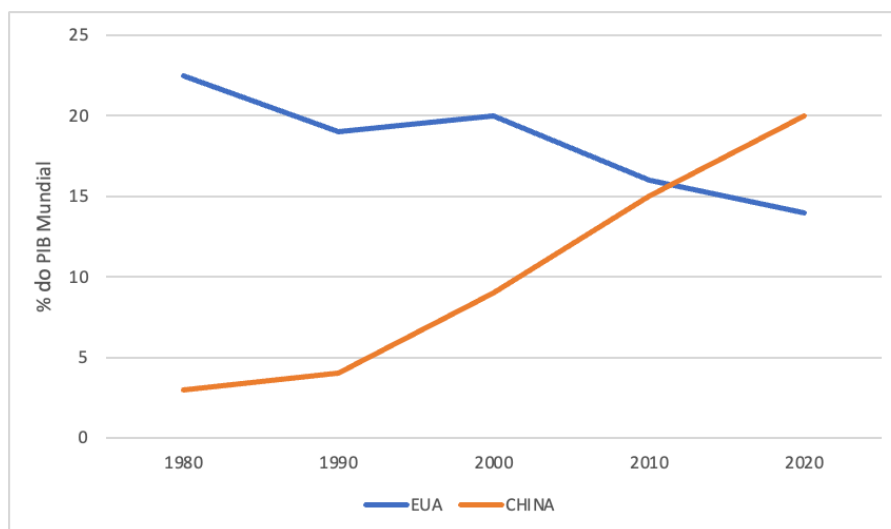
À metade da década de 1980, universidades foram tão bombardeadas com demandas por mudanças que um estado geral de estagnação parecia se consolidar. “Por conta da pressão de críticos, inércia social”, nota um acadêmico em 1984, “a

maior parte das instituições de ensino superior não têm sido capazes de adotar as reformas, mesmo que quisessem”. Este relato é de Zheng Xuchu, Secretário do PCCh na Universidade Shanghai Jiaotong, ao discutir os últimos cinco anos dos esforços de reforma nas universidades chinesas. Para encerrar os impasses, Deng Xiaoping, Wan Li, Wang Zhen e Zhao Ziyang emprestaram seus nomes às campanhas de publicidade para promoção dos experimentos de reforma econômica e administrativa da Jiaotong como modelo a ser emulado por outras IES. Mas em 1985 e 1986, estes experimentos na Academia e sociedade como um todo contribuíram para provocar os primeiros protestos não autorizados em nível nacional da era pós-Mao e colocar em curso a cadeia de eventos que levou diretamente à Tiananmen Square, 1989 (Pepper, 1990, p. 136, tradução nossa).

Questões orçamentárias quanto à alocação de recursos e investimentos em regiões mais pobres ou ZEE permaneciam em disputa, e salários e pagamentos de pessoal acadêmico mantiveram-se virtualmente inalterados durante toda a década, por conta dos desafios da expansão do número de IES. O ingresso unificado (que permanece até os dias atuais - o *gaokao*) foi viabilizado, e, a partir de 1985, é retomada a internacionalização através de procedimentos esquemáticos no seio dos planejamentos centrais e das administrações das IES (MOE, 2018a).

No seio das reformas propostas, o bom desempenho econômico do país, entretanto, possibilitou o aumento dos investimentos do governo central em ES - significativamente maior do que em educação básica, por exemplo.

Gráfico 3 - Participação da China e Estados Unidos no PIB Global entre 1980 e 2020.



Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2022.

O maior volume de investimentos, contudo, não alterou a rota na concepção do Governo Central para a educação superior, e a “Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre a Reforma do Sistema Educacional”, em 1985, reitera premissas para fortalecimento das ciências duras e integração do sistema educacional com setores produtivos. Concebe o período do Revolução Cultural como um “erro”, que trata a educação

em seu aspecto ideológico, com prejuízos enormes para a formação de quadros profissionais e partidários nos anos que a seguiram, além de provocar o aumento da lacuna entre sistemas de educação da China e chamados países desenvolvidos (MOE, 2015).

O diagnóstico do PCCh, quando da publicação do documento, é de que esta concepção ideologizada a respeito da educação ainda não havia sido superada, e, portanto, não haviam sido criadas as condições para formação de quadros necessária ao desenvolvimento do país sob os marcos do proclamado socialismo com características chinesas.

A incorporação oficial da teoria do capital humano, expressa na valorização do que o léxico institucional concebe como talentos no desenvolvimento da educação superior. Aparece nos discursos de Deng Xiaoping, desde a década de 1970, e compõem distintas frentes propostas em planos quinquenais para o que o PCCh entende como valorização de recursos humanos.

O objetivo fundamental da reforma, declarado na publicação, é produzir mais e melhores talentos, considerados como pontos focais para o sucesso do planejamento econômico e social do país. Indica que as IES devem assumir, como tarefa principal “cultivar talentos especializados de alto nível”. A partir de sua publicação, materializa-se a orientação para reduzir a “gestão excessiva” do governo central no sistema de educação superior, atribuindo maior autonomia às próprias instituições e localidades onde estão vinculadas.

Propõe-se algumas tarefas imediatas, como a descentralização administrativa, ou da gestão das IES, atribuindo maior autonomia às reitorias para implementação de ações de otimização e captação de recursos, bem como mecanismos de gestão de pessoal acadêmico. O documento expressa preocupação com gastos excessivos do governo central em educação, o que também justifica a transferência de atribuição administrativa das IES às cidades e províncias, apontando que:

[...] o investimento do Estado em educação é limitado pelo nível de desenvolvimento econômico. A situação só pode ser melhorada gradualmente. Portanto, a questão agora é como melhorar a educação sob as condições de recursos financeiros e materiais limitados para atender as necessidades da modernização socialista (MOE, 2015, p. 3, tradução nossa).

Daí surgiram as iniciativas para estabelecimento das *minban* na educação superior, concebidas como instituições não-estatais (*non-state*), mas com particularidades em relação às instituições privadas à maneira ocidental. Algumas diferenças fundamentais envolvem o *financiamento*, pois são custeadas pelas mensalidades/anuidades pagas pelos estudantes, a ausência de aporte financeiro por empresas privadas, e um modelo de gestão civil ou popular.

Não há óbices legais à obtenção de lucros pelas entidades que realizam a gestão. Contudo, o governo central não cofinancia o funcionamento destas IES, o que, segundo Wan-hua Ma (2003), posicionou esta modalidade em descrédito em relação ao modelo predominante, integralmente estatal.

Ao final de década de 1980, após mobilização de representantes desta categoria, foram fortalecidos os parâmetros para atuação das *minban* no seio do sistema de educação superior chinesa, que se materializou em normativas legais publicadas em 1993, nas deliberações que a tornam presentes na Lei da Educação Superior de 1998 e na publicação de promoção da educação *minban*, de 2002. Em 2022 havia cerca de 764 IES na modalidade *minban* no país e aproximadamente 9 milhões de estudantes matriculados (MOE, 2022).

Referindo-se pela primeira vez em documento oficial a respeito da internacionalização da educação superior, o PCCh decidiu sobre a necessidade de “cooperar com instituições estrangeiras para realizar pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico e estabelecer consórcios de ensino, pesquisa científica e produção acadêmica” (MOE, 2015, p. 8).

Depreende-se do documento que os esforços para internacionalização são dedicados àquelas instituições ainda sob controle do governo central, posicionadas hierarquicamente no topo do sistema de educação superior chinês, e que constituíam os esforços para a chamada modernização socialista, impulsionada pelo Programa 863.

Após a publicação “Decisão” em 1985, novos modelos de gestão e ações descentralizadas de internacionalização foram rapidamente implementadas. Aumentou-se significativamente o número de IES não-governamentais, o envio de estudantes chineses para o exterior e o recrutamento de estudantes internacionais ganhou imenso destaque (MOE, 2004).

Bernet (2020) reitera que, quanto ao planejamento da internacionalização, os planos quinquenais existem desde o começo da década de 1950 e sempre envolveram ações no campo educacional, mas não foi até o oitavo plano quinquenal, em 1990, que a internacionalização, apoiada nos programas de reforma de 1985, iniciou sua fase orientada para o exterior.

O Plano Quinquenal 1991-1995 foi o primeiro a sugerir ações de internacionalização da educação superior. Indica a intensificação das relações de intercâmbio, cooperação, envio e recebimento de estudantes por instituições internacionais, e marcava a necessidade de incorporar elementos chave da educação superior ocidental considerada de ponta.

Tentativas de melhorias nas condições ao retorno de estudantes chineses no exterior também deveriam constituir as ações de internacionalização, através de garantias ao trabalho e/ou continuidade de pesquisas - *dai yu*.

A partir deste período, o custo da educação superior passou a ser compartilhado entre estudantes (e suas famílias) e o Estado. Outra alteração significativa, parte da tradição administrativa do país no regime, foi a descentralização, com a transferência do controle de 90% das instituições de educação superior do governo central para autoridades locais/provinciais. Houve, ainda, a construção de novas universidades e a introdução de instituições não-estatais/privadas (NSP ou *minban*), que atualmente incorporam cerca de 20% das matrículas no país.

Em relação à descentralização, a extinção de antigos ministérios de indústrias e setores econômicos como consequência da própria abertura dos mercados no país fez transferir para as províncias as responsabilidades pela administração das instituições de ensino superior. Em 2022, cerca de 90% das IES eram provinciais (MOE, 2023), que acabam por se tornar responsáveis, junto à administração local, por modelos de desenvolvimento e distribuição da força de trabalho (Wu; Zheng, 2008). Houve, ainda, a fusão de instituições independentes.

Há de se ressaltar a diferenciação entre as universidades e instituições de educação terciárias. A expansão da educação superior para um modelo considerado massificado fez emergir uma série de desafios. Entre eles, estão o desemprego de estudantes formados em cursos de graduação e pós-graduação, fenômeno bastante relevante para um mercado planejado em diferentes setores. Foi possível perceber, também, após a década de 1990, um declínio na qualidade da educação, com o governo chinês propondo-se a elevar os índices da relação estudante-professor para o melhor aproveitamento dos recursos humanos das instituições em troca de aumento dos salários, conforme Wu e Zheng (2008).

A viagem de Deng Xiaoping ao sul da China<sup>71</sup> (*southern tours*), em 1992, foi determinante para a definição das políticas para as décadas seguintes, reforçando seu tom reformador, em oposição ao tradicionalismo maoísta que voltava a se fortalecer após seguidas crises internas e externas durante a década de 1980, entre elas os episódios em Tiananmen. O adágio de que “desenvolvimento é o princípio absoluto” de Deng, em meio a visitas a fábricas e instituições de ensino, deram o tom para a condução por Jiang Zemin no período que se seguiu.

---

<sup>71</sup> A Viagem ao Sul da China (tradução do inglês *Southern Tour*) tornou-se um marco para retomada das reformas de abertura econômica no país, que, após o Massacre da Praça da Paz Celestial, estiveram sob forte escrutínio da comunidade internacional (Letizia, 2007).

## 4.2 Novas lideranças no PCCh e a continuidade do projeto de massificação e diferenciação

A década de 1990 marcou a reafirmação das propostas de reforma do sistema educacional. Jiang Zemin, Secretário Geral do PCCh desde 1989, assumiu a Presidência em março de 1993, assumindo o posto de 3º líder supremo da República Popular da China, ou, como denominação tradicional de estudos chineses em relações internacionais, o líder da 3ª geração da RPC, após Mao Zedong e em sucessão a Deng Xiaoping (Teiwes, 2006).

Sua ascensão ao posto deveu-se graças, de todas as coisas, às repercussões dos protestos estudantis que culminaram com o Massacre da Praça da Paz Celestial - Tiananmen Square. O final da década de 1980 expôs os dilemas da abertura econômica, com resultados econômicos positivos, aumento em importações de bens e serviços, consolidação do país como “fábrica do mundo” e do fenômeno *Made in China*, expansão do potencial agrícola com a produção de alimentos para abastecimento interno e industrial que exigiu a ampliação de fronteiras extrativistas. Ao mesmo tempo, inflação, especulação imobiliária e aumento do custo de vida amargaram as condições de sociabilidade de dezenas de milhões de pessoas, num contexto de crescente desigualdade social. Desde a metade da década de 1980, chamados por mais liberdades individuais fizeram parte do cotidiano político e intelectual do país, levando ao afastamento de membros do PCCh, quando a morte de Hu Yaobang, antigo Secretário Geral do Partido e vocal defensor de reformas em sua estrutura de funcionamento, levou milhares de jovens às ruas. O movimento foi ferozmente reprimido por forças militares, e dados oficiais apontam para cerca de 250 mortos após o início dos confrontos, enquanto organizações sociais e associações estudantis estimam cerca de 2 mil vítimas fatais (Oksenberg et al, 1990).

Reações internas do PCCh às manifestações dividiram-se em duas grandes forças: posição defendida pelos “Oito Anciãos”<sup>72</sup> de supressão absoluta das manifestações, e posição mais reformista, advogando concessões aos manifestantes. Zhao Ziyang, Secretário Geral do Partido no período dos protestos em Pequim, e que se espalhavam pelo país, defendeu posições mais moderadas, consideradas reformistas, e foi, então, afastado. Jiang Zemin se

---

<sup>72</sup> Imponente grupo político não-oficial no final da década de 1980 no interior do PCCh. Quando dos episódios em Pequim, advogavam a supressão das manifestações temendo o avanço de ideias “liberais burguesas”. Seus membros: Deng Xiaoping, Yang Shangkun, Chen Yun, Li Xiannian, Peng Zhen, Wang Zhen, Bo Yibo, Song Renqiong (Kissinger, 2011).

fortaleceu como liderança capaz de prosseguir as reformas de abertura econômica no contexto da viagem de Deng ao sul do país, assumindo seu lugar como Presidente em exercício em março de 1993 (Ribeiro, 2017).

Marco da segunda metade da década de 1990, o 9º Plano Quinquenal (1996-2000) concentrou-se na construção de modelos de administração da educação superior, tendo em vista tendências internacionais e as perspectivas do país para a virada do século. O sistema deveria estimular maior protagonismo das IES chinesas no resto do mundo, através do desenvolvimento de uma elite *world-class*. Foi nesse período, portanto, que foram criadas as condições para a implementação do Projeto 211 e Projeto 985.

Reafirmando a necessidade de continuar os programas da Reforma de 1985, encorajou o desenvolvimento da educação técnica (vocational) e continuada (adult/lifelong), bem como de IES não-governamentais ou em parcerias entre governo e sociedade civil, sem perder de vista que havia, no interior do sistema, “primazia de instituições geridas pelo governo” (Ministry of Science and Technology of the People’s Republic of China, 1996, p. 9).

A profunda diferenciação entre estas instituições pode ser remetida à própria estrutura descentralizada de governo e suas particularidades de planificação do processo produtivo, bem como pela necessidade de organizar a força de trabalho e produção de ciência e tecnologia, foco das atenções do governo no campo da educação superior, considerando sua concepção de organização e administração de setores industriais e comerciais estratégicos ao desenvolvimento econômico, em diferentes regiões do país. A massificação da educação superior vinculou-se com a diferenciação entre as instituições. O elitista modelo de influência administrativa soviética e filosoficamente herdado do confucionismo que se fortaleceu após a República de 1911 já não correspondia às expectativas da nova conjuntura, após as reformas econômicas de abertura na China.

Carro-chefe da educação superior no período foi o Projeto 211 que, iniciado em 1995, contou em sua primeira fase (1996-2000) com fundos concedidos em torno de 2.2 bilhões de dólares para 100 universidades, expandindo-se para 112 até o fim do programa. Seus objetivos declarados eram aprimorar a formação de força de trabalho doméstica para atuar em setores estratégicos do novo período de desenvolvimento econômico do país para o início do século XXI, superando seu papel de “fábrica do mundo”, para se tornar pioneiro no desenvolvimento de tecnologias avançadas em escala global.

No período foi aprovada a Lei da Educação Superior da República Popular da China, adotada na Quarta Sessão Plenária do 9º Congresso Nacional da RPC, em agosto de 1998, em vigor a partir de janeiro de 1999. Lei aplicável a toda a RPC, e que incorpora, portanto, conforme sua Constituição, as Regiões Administrativas Especiais (RAE) de Hong Kong e Macau.

Se refere às IES nas modalidades universidades, faculdades independentes, faculdades especializadas (tais como escolas vocacionais e escolas para adultos). Em seu Artigo 5ª apresenta a tarefa (da tradução para o inglês *task*) da educação superior: “treinar pessoas para se tornarem especialistas sênior imbuídos do espírito de criatividade e habilidades práticas, para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e cultura e a promoção do esforço de modernização socialista” (MOE, 2009).

A lei permite - a rigor, encoraja (*encourages*) - que todos os setores da sociedade conduzam a oferta da educação superior sob seus termos, tais como empresas, instituições, organizações públicas ou associações, bem como empreendimentos individuais. Também incorpora legalmente os parâmetros da diferenciação entre IES<sup>73</sup>, legislando, inclusive, sobre a possibilidade de oferta, no âmbito da Educação Superior, de cursos acadêmicos e não acadêmicos. A diferenciação regula a oferta de cursos à distância (da tradução para o inglês *long distance means*).

Educação Superior na oferta de grau acadêmico envolve as seguintes qualificações: *a*) cursos especiais: teorias básicas e habilidades práticas específicas preliminares das áreas de trabalho/conhecimento escolhidas, com duração de 2 a 3 anos; *b*) cursos regulares: apreensão sistemática de teorias e habilidades requeridas pelas áreas de conhecimento, métodos básicos para alcance de habilidades práticas no campo escolhido, com duração de 4 a 5 anos; *c*) cursos de pós-graduação (*graduate courses*): mestrado, com duração de 2 a 3 anos, e doutorado, com duração de 3 a 4 anos.

Referindo-se diretamente à internacionalização, a Lei dispõe, em seu Art. 12, que o “Estado encoraja e apoia intercâmbios e cooperações internacionais na educação superior” (MOE, 1998, p.4). Regula apenas genericamente sobre intercâmbio de estudantes estrangeiros no país, especificamente em seu Art. 67, que dispõe que “Indivíduos de fora do território da

---

<sup>73</sup> Da tradução do original para o inglês: In light of the needs of the socialist modernization drive and of development of a socialist market economy, the State, on the basis of the different types and levels of the existing higher education institutions, advances the restructuring of higher education and the reform of teaching in higher education institutions, and optimizes the structure of higher education and the distribution of resources, in order to improve the quality and increase the efficiency of higher education (MOE, 1998, p.2).

China que possuem os critérios prescritos pelo Estado e que completaram os trâmites necessários podem ingressar em IES na China para realização de estudos e pesquisas, participar de intercâmbios ou lecionar, e seus direitos e interesses serão garantidos pelo Estado”.

A lei regula o pagamento de taxas de matrícula, mensalidade e outros serviços nas IES. Há a possibilidade de redução de taxas, subsídios ou isenção, após comprovação de renda.

É fundamental ressaltar que as IES na China devem planejar, executar e avaliar suas ações institucionais conforme parâmetros estratégicos estabelecidos como prioridade pelo governo central. Entretanto, as IES dispõem de significativa autonomia administrativa/gerencial, para utilização de recursos provenientes do governo e, sobretudo, para captação e alocação de recursos provenientes de parcerias com setores públicos ou privados nas regiões onde atuam. Neste sentido, o Projeto 211 tinha o objetivo, também, de designar o perfil do que seriam as instituições de excelência no país, designando, conseqüentemente, suas regiões de atuação. Emanaram daí, portanto, os padrões contemporâneos de qualidade, competências desejadas aos egressos, currículos, estrutura física e pesquisa científica.

Em 2013, três fases do Projeto 211 já haviam sido implementadas, e estima-se que entre 1995 e 2005, aproximadamente 5,38 bilhões de dólares haviam sido investidos pelo governo central, que se somaram aos recursos obtidos via corporações controladas ou de propriedade das universidades, sob a modalidade das empresas conduzidas por universidades (do inglês University-run Enterprises - URE) (Rose et al, 2020).

Concomitantemente ao Projeto 211, Jiang Zemin lançou o Projeto 985 em maio de 1998. Nove universidades foram inicialmente contempladas com o recebimento de recursos do governo central e governos locais para a constituição de centros de ensino e pesquisa de excelência, consideradas, segundo o próprio Ministério da Educação, como *world-class*. Até o fim do Projeto 985, em 2015, 39 IES foram contempladas, todas já anteriormente parte do Projeto 211, lançado poucos anos antes. O objetivo era tornar estas universidades referências globais até a metade do século XXI, em concorrência com algumas das já estabelecidas universidades consideradas “de ponta” nos EUA e Europa. Até o lançamento da terceira fase do Projeto, em 2010, cerca de 10,39 bilhões de dólares haviam sido investidos nestas universidades, apontam dados de Rose et al (2020).

Aos fins de 1999, coube ao então Ministro da Educação a tarefa de promover o aumento radical do número de instituições pós-secundárias no país. As motivações para tais medidas

incluíam a) amenizar a pressão de egressos do segundo grau sobre o mercado de trabalho, b) satisfazer a crescente demanda da população pelo acesso à educação superior, c) estabelecer estratégia de governo para desenvolver a educação superior de acordo com tendências internacionais, também de expansão (Wang; Liu, 2010).

Entre as motivações externas a este movimento realizado pelo governo chinês, está a crise financeira asiática de 1997. A duplicação no número de ingressos na educação superior, para os seguintes quatro anos na China, por exemplo, chegou a ser proposta pelo Banco de Desenvolvimento da Ásia (ADB) em 1998 para superar a estagnação econômica, desde que coubesse aos próprios estudantes arcar com todos os custos de sua formação (Wang; Liu, 2010).

Já em um cenário de *going global*, que coincide com a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, o governo central se beneficiou do aumento nos fluxos de entrada e saída de IED, em um contexto de chamado conforto macroeconômico caracterizado pelo grande volume de reservas internacionais e superávits na balança comercial (Nogueira, 2021).

Mesmo não tendo sido a China uma das primeiras impactadas pela crise financeira asiática do período - pesadamente sentida por Coreia, Tailândia, Indonésia e que afetou profundamente as atividades econômicas em Taiwan - esta não passou impune pelo modelo de acumulação que marcou o crescimento dos tigres asiáticos desde a década de 1980, como explicita Medeiros (1998, p.3).

[...] importantes mudanças ocorreram entre 1995 e 1997 na dinâmica do crescimento regional asiático resultando numa maior fragilidade financeira externa. Com a nova paridade entre o dólar e o iene estabelecida em 1995, com a parcial liberalização financeira e valorização cambial que se generalizou entre os países da ASEAN-4 [Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia] e na Coreia, interrompeu-se em alguns países a macroeconomia do desenvolvimento regional criada em 1985. No caso dos países da ASEAN-4 um aspecto central foi a redução do investimento direto japonês como componente estratégico do financiamento externo destas economias. A meteórica expansão da China como receptora de investimentos e exportadora de manufaturados deprimiu, nos últimos anos, a competitividade não apenas dos países da ASEAN-4 mas também da Coreia, esta última comprimida entre o seu crescente déficit com o Japão e sua decrescente presença no mercado americano.

Mesmo em países em que não houve resgate (*bailout*) do Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>74</sup>, como foi o caso da China - impune às medidas de ajuste estrutural impostas pelo FMI - o rescaldo da crise envolveu condicionalidades desta e de outras agências

---

<sup>74</sup> Pacotes de resgate pelo FMI no período foram enormes, direcionados, especialmente, à Coreia (58,2 bilhões de dólares), Indonésia (36,6 bilhões de dólares) e Tailândia (17,1 bilhões de dólares) (Medeiros, 1998).

internacionais, como maior abertura comercial e desregulamentação financeira, que influenciaram no aprofundamento da privatização de setores considerados não-essenciais, como o mercado educacional em sua forma ampla. O compartilhamento dos custos foi uma das mudanças formalizadas no período, universalizando a prática de cobrança de mensalidades em todas as instituições de ensino superior, independente de sua natureza (Medeiros, 1998).

A adesão do país à OMC e o fortalecimento de corporações internacionais que atuam no país contribuíram significativamente, desde os anos 2000, para o crescimento da demanda por estudantes internacionais no próprio país. A presença de companhias transnacionais também exigiu força de trabalho qualificada e envolvida nos quadros de internacionalização.

Jong-Hak, Keun e Guisheng (2006), retomam a questão sobre qual deve ser o papel das universidades na economia nacional, ou a chamada relação entre universidade e indústria (UIR, do inglês *university-industry relation*). Os autores argumentam que há duas grandes perspectivas em confronto quanto ao tema: a primeira perspectiva, considerada dominante nos modelos acadêmicos ocidentais e desemboca no modelo da trílice hélice da inovação (*triple helix*), indicando que as universidades devem capitalizar ao máximo seus produtos e pesquisas - capitalização do conhecimento, evidenciando uma lógica favorável aos países centrais do capitalismo mundial; a segunda perspectiva, com presença significativa em países considerados em desenvolvimento, é aquela da nova economia da ciência (*new economics of science*), que professa sobre a necessidade de distanciamento, ou uma rigorosa divisão do trabalho entre indústria e comércio e atividades e produtos acadêmicos, devido à natureza absolutamente distinta entre as duas frentes.

Este frutífero debate sempre se vincula, então, ao que se convencionou chamar estágio de desenvolvimento econômico dos países, que motiva pesquisas nas próprias universidades ao argumentar que o desenvolvimento de uma determinada nação está relacionado à incorporação ou não incorporação de paradigmas já utilizados ou em utilização por economias avançadas. Pressupõe o desenvolvimento social e econômico como a incorporação adequada de receitas.

Ao adentrar na década de 2000, a palavra de ordem era justamente a integração entre o sistema nacional de inovação e o sistema de educação superior. Em maio de 1998, em comemoração ao centésimo aniversário da Universidade de Pequim, o então presidente do país e Secretário Geral do Partido Comunista da China, Jiang Zemin, anunciou o Projeto 985,

um plano para desenvolvimento e aumento da reputação do sistema de educação superior chinês através da fundação de universidades de classe mundial (*world-class universities*) no século XXI. Entre as medidas, estiveram presentes aumentos no financiamento dos governos central e provinciais para a construção de novos centros de pesquisa, reforma de infraestrutura acadêmica, sedes para conferências internacionais e políticas de atração de estudantes estrangeiros, bem como o estímulo à participação de pessoal acadêmico chinês em atividades no exterior (MOE, 2004).

É possível perceber, contudo, que a geografia dos maiores investimentos em educação superior são integralmente conectados com os maiores investimentos em indústria, tecnologia e inovação.

Figura 3 - Localização das principais IES na China



Fonte: Chinasage, 2024.

O 10º Plano Quinquenal (2001-2005) é explícito ao relacionar crescimento econômico com desenvolvimento da política para educação. De fato, tem a intenção de promover “melhor integração entre ciência, tecnologia e educação” (p.2), através do treinamento de pessoal qualificado.

Busca a manutenção do processo de abertura econômica e estreitar laços internacionais de cooperação, posicionando a educação como um dos pilares para alcançar este objetivo, em

acordo com princípios estabelecidos para as relações internacionais sob Zhu Rongji<sup>75</sup>, Premiê no período (Ministry of Ecology and Environment, 2001).

Alguns objetivos propostos a partir de maiores investimentos em educação superior são a revigoração da agricultura, pelo aprimoramento dos cultivos e pela própria industrialização e aplicação de novas tecnologias, contribuir para o desenvolvimento da região central e oeste do país, pelo fortalecimento de rotas logísticas da Nova Rota da Seda, recuperação ecológica e prevenção da desertificação, através de projetos para formação de um cinturão verde em torno da ferrovia Qinghai-Tibet<sup>76</sup>. Estes objetivos mostram a tentativa do PCCh em relacionar a educação com elementos de construção e infraestrutura.

O 10º P.Q. reafirma a necessidade de maior autonomia das instituições, desassociando sua gestão e execução do governo central. Mesmo assim, há orientação para aumento de aporte financeiro do governo central em programas e projetos a IES localizadas em regiões mais empobrecidas do país.

Desde 2001, foram construídas 47 IES nas regiões Central e Oeste do País, após estímulos do 10º Plano Quinquenal. Contudo, a maior parte ainda reside na região da costa leste da China, como evidenciamos na Figura 3.

A expansão da internacionalização da educação superior pela Tsinghua em Shenzhen e seu foco em ciência e tecnologia se relacionou com avanço das forças produtivas nas regiões onde se encontram as IES que compunham os Projetos 211 e 985, e que coincidem com as ZEE originárias. Especificamente na região de Shenzhen são desenvolvidas algumas das iniciativas mais robustas do desenvolvimento tecnológico chinês sob os marcos das, ainda tímidas, ações de renovação da matriz energéticas, sobre as quais Faleiros (2024, p.6) aponta que:

[...] a China vem buscando implementar uma base produtiva mais tecnológica e, portanto, mais limpa, o que pode ser observado no Plano Diretor Industrial “Made in China 2025”, no âmbito do 13º Plano, cujo objetivo é o de obter uma maior participação nas cadeias globais de valor encorajando a substituição gradual de tecnologias estrangeiras por autóctones, preparando-se o espaço para as suas empresas nos mercados internacionais. O plano demarca a entrada definitiva dos chineses na chamada “Indústria 4.0” e se concentra no desenvolvimento de manufaturas inteligentes em dez setores-chave, quais sejam: nova tecnologia da informação (TI), ferramentas de controle numérico, equipamentos aeroespaciais,

---

<sup>75</sup> Egresso da Universidade Tsinghua, graduado em Engenharia Elétrica, foi o 5º Premiê da RPC, de 1998 a 2003 (Ranker, 2024).

<sup>76</sup> Com cerca de 2 mil quilômetros de extensão, conecta as províncias de Qinghai, no centro-oeste, e Tibet, no sudoeste do país, por onde passa o chamado “Trem do Céu”, devido à alta altitude das instalações, com mais 5 mil metros em alguns trechos (Jigme, 2024).

navios de alta tecnologia, equipamentos ferroviários, economia de energia, novos materiais, dispositivos médicos, máquinas agrícolas e equipamentos de energia.

Desta maneira, a internacionalização da educação superior caminha lado a lado com o que Faleiros (*idem*, p. 9) concebe como internacionalização coordenada do capital chinês, especialmente através da Iniciativa Cinturão e Rota, no sentido de viabilizar tecnologias futuras cada vez mais sustentáveis em termos de matriz energética integrando-se vasta região do globo aos circuitos de valorização sediados em Pequim. A internacionalização aí tratada diz respeito aos investimentos diretos, construção de centros de pesquisa e construção ou aquisição de plantas industriais, coordenadas aos parâmetros estabelecidos nos próprios Planos Quinquenais e que incorporam os avanços planejados conforme o Sistema Nacional de Inovação.

Desde o 10º Plano Quinquenal (2001-2005), a inovação aparece como um dos objetivos declarados ao desenvolvimento, o cultivo de talentos ganha força como expressão da valorização de capital humano, e as colaborações internacionais são estimuladas no clima da entrada do país na OMC (Ministry of Ecology and Environment, 2001).

No início dos anos 2000, emergiu ao poder Hu Jintao<sup>77</sup>, como representante máximo da 4ª geração de líderes supremos. Primeiro entre os líderes supremos a não ter estado em combate durante a Guerra Civil que culminou com a criação da RPC, ganhou notoriedade nos ranques do PCCh como Secretário do Comitê Central na Região Autônoma do Tibet. Seu mandato como Secretário Geral do PCCh iniciou-se em 2002, e sua Presidência em março de 2003, durou até março de 2013. Sua administração foi marcada pelo legado do conceito científico de desenvolvimento (Theory China, 2021), dedicando esforços ao aperfeiçoamento da relação entre educação, comércio, indústria e serviços, ou *university-industry relations* (UIR) (Lam, 2006).

Foi publicado em 2003 o Plano de Ação para Revigoração da Educação - 2003-2007 (MOE, 2004) apresenta como uma de suas justificativas a necessidade de “revigorar o país através do desenvolvimento de recursos humanos”, que interpretamos como mais uma expressão de que a posição oficial do Governo Central é aquela que se relaciona com o capital humano:

---

<sup>77</sup> Egresso da Universidade Tsinghua, graduado em Engenharia Hidrelétrica (Ranker, 2024)

no século XXI e com o contexto de globalização econômica e economia do conhecimento, competição econômica, ciência e tecnologia estão fincadas na competitividade educacional e vantagens em recursos humanos<sup>78</sup> (MOE, 2004, p.1).

O Plano de Ação estipula “uma missão”, que é a de servir a população com educação satisfatória para a consolidação da perfeição de uma economia socialista de mercado (Zhou, 2004, p. 2), e “três tarefas”<sup>79</sup>, todas elas identificadas com processos de mercadização da educação superior no ocidente: a primeira tarefa é o estabelecimento de um sistema nacional de educação competitivo e compreensivo para ações de educação ao longo da vida (tradução do original para o inglês *lifelong learning*); a segunda tarefa é de um número extraordinário de talentos, através do treinamento da força de trabalho; a terceira tarefa é a integração entre educação, inovação tecnológica e construção industrial.

A internacionalização é tida como uma das medidas chave (tradução do original para o inglês como *key measures*) para garantir e aprofundar a reforma do sistema educacional:

[...] expandir ainda mais a abertura da educação para o mundo exterior. Isto inclui a expansão de cooperações e intercâmbios internacionais no campo da educação, o aprimoramento do envio de estudantes e pessoal acadêmico para o exterior para estudos e pesquisas e receber maior número de estudantes internacionais na China, a promoção do ensino e aprendizagem do idioma chinês em outros países e a exploração do mercado internacional de serviços educacionais (MOE, 2004, p.4).

Especificamente para a educação superior, o Plano indica que o sistema deve incrementar seu *status* na competitividade global - que novamente implica o reconhecimento e enquadramento aos parâmetros e métricas internacionais - e que deve fazê-lo através do aumento da qualidade - evidenciando a apreensão de um destes parâmetros, comum aos sistemas avançados no processo de mercadização da educação superior.

No que diz respeito à pesquisa científica, o foco designado foi direcionado para tecnologia da informação, defesa nacional e sistemas de desenvolvimento regional - para lidar com as grandes diferenças regionais, entre campo e cidade e entre diferentes grupos étnicos.

Mergulhando ainda mais no conceito de qualidade global, relacionando-o com o processo de internacionalização do sistema de ES na China, há a indicação para a constituição de instituições *world-class*, especialmente através dos Projetos 211 e 985:

---

<sup>78</sup> Tradução do original para o inglês: “In the 21st century and with the context of economic globalization and knowledge economy, the competition in economy, science and technology lies its root in the competition of education and the advantage in human resources” (Moe, 2004, p.1).

<sup>79</sup> Tradução do original para o inglês como *one mission, three tasks*.

A construção de universidades e pessoal acadêmico de primeira-classe deve ser acelerada. O Projeto 985 deve ser conduzido de forma inovadora ao estabelecer disciplinas e pessoal cruciais e uma plataforma para inovação em disciplinas vantajosas. O projeto 211 deve prosseguir, e projetos dedicados a disciplinas distintas e vantajosas devem ser iniciados. A governança das faculdades deve ser aprimorada, mecanismos competitivos introduzidos, avaliações de performance conduzidas, bem como modelos dinâmicos de gestão. Instituições de ensino superior devem ser encorajadas a abrir suas melhores iniciativas ao mundo, e participar ou colaborar com organizações acadêmicas internacionais ou planos científicos globais; devem também ser encorajadas a juntar-se a instituições de ensino e pesquisa de ponta no exterior para estabelecimento de centros de pesquisa e desenvolvimento conjuntos. A construção de universidades de *world-class* e de alto nível deve ser acelerada, a fim de cultivar disciplinas *world-class* de ponta, alcançar resultados originais em nível global, e contribuir com os esforços para elevar a força geral da nação (PCCh, 2010, p. 21, tradução nossa).

Há um capítulo dedicado ao “Prosseguimento da abertura da Educação da China”, estabelecendo como princípios a promoção das colaborações e cooperações internacionais, introdução, com qualidade, de instituições no exterior, aprimoramento do sistema de créditos internacionais entre China e demais países, regiões e continentes.

Tratando da reforma do sistema de educação superior, o Plano menciona o “forte apoio a educação não-governamental”, que não está restrito a um novo princípio de gestão, mas também no aspecto fiscal e orçamentário:

O investimento não governamental é uma parte importante do investimento na educação. O entusiasmo de todos os sectores da sociedade em relação à educação deve ser mobilizado e os canais devem ser alargados para que mais fundos sociais sejam canalizados para a educação. Devem ser implementadas políticas financeiras, fiscais, monetárias e de utilização da propriedade imobiliária favoráveis para canalizar as doações e os investimentos não governamentais para as escolas. Os mecanismos de co-participação nos custos do ensino não obrigatório devem ser melhorados e as normas de ensino devem ser reajustadas em função das condições de desenvolvimento econômico, do custo da formação e da capacidade de absorção da força de trabalho recém capacitada. Os mecanismos de incentivo aos donativos para a educação devem ser melhorados, incluindo a regulamentação para garantir que esses donativos para o bem-estar público sejam deduzidos do rendimento antes de impostos dos doadores (PCCh, 2010, p. 39, tradução nossa).

Também pode ser considerada uma relevante medida do governo central para o processo de internacionalização a utilização de novos materiais didático-acadêmicos e científicos. Após 1978, importantes medidas foram tomadas para a consecução deste aspecto, sendo a primeira delas a importação e tradução de livros e demais obras acadêmicas amplamente utilizadas nas instituições consideradas de ponta entre as universidades ocidentais (Huang, 2003). Contudo, o carro-chefe da internacionalização curricular tem sido a adoção na íntegra de tais materiais, utilizando o idioma inglês para atividades de ensino e pesquisa em diferentes áreas do conhecimento. Após a década de 1990, não só livros, mas vídeos e áudios de conferências e apresentações, ambientes de armazenamento de dados e outros materiais acadêmicos são

utilizados no original em inglês e, atualmente, cerca de 10% das atividades de ensino são realizadas em também inglês (MOE, 2017).

Evidenciando alguns aspectos da abordagem à educação no período, transcreve-se, abaixo, excerto do Plano de Ação para Revigoração da Educação (MOE, 2004):

### **Promovendo colaborações e cooperações internacionais**

É essencial reformar e desenvolver a educação abrindo-a ao mundo exterior, realizando intercâmbios e colaborações educativas a vários níveis e num âmbito alargado, e elevando o nível de internacionalização da educação. Os conceitos e experiências avançadas em matéria de educação no mundo devem ser assimilados para a reforma e o desenvolvimento da educação a nível interno, bem como para reforçar a posição, influência e competitividade globais do país no domínio da educação. Para satisfazer a exigência de abertura da economia e da sociedade chinesa ao mundo, devem ser cultivados grandes números de talentos imbuídos de uma visão global, conhecedores dos temas internacionais e capazes de participar nos assuntos e concorrência internacionais.

### **Atualizando trocas e cooperações**

A China deve facilitar o reconhecimento mútuo das credenciais e dos diplomas académicos entre as suas faculdades e as instituições académicas de mais países e regiões. Deve ser dado mais apoio ao intercâmbio de estudantes e professores, ao reconhecimento mútuo de créditos académicos e à atribuição mútua ou conjunta de graus académicos entre faculdades chinesas e estrangeiras. A colaboração entre as faculdades chinesas e as suas congéneres estrangeiras deve ser intensificada, devem ser criadas plataformas para projetos de ensino e investigação em colaboração e deve ser promovida a investigação de alto nível em colaboração no domínio da tecnologia de base ou de alta tecnologia. Serão intensificados os intercâmbios e a cooperação entre as escolas primárias e médias e as escolas profissionais chinesas e estrangeiras. A educação destinada a melhorar a compreensão internacional deve ser promovida a fim de promover o nível de comunicação intercultural e de ajudar os estudantes a compreender melhor os diferentes países e culturas, para isso, será reforçado o ensino destinado a melhorar a compreensão internacional.

O mecanismo através do qual os estudantes financiados pelo governo são enviados para estudar no estrangeiro deve ser renovado e melhorado, e os estudantes chineses que

pleiteiam estudar em universidades e institutos de investigação de elite no estrangeiro devem ser selecionados através de um concurso justo e aberto. Práticas de orientação devem ser intensificadas para os estudantes que estudam no estrangeiro a expensas próprias, enquanto a ajuda financeira e os prémios para aqueles que se destacam devem ser aumentados. Será mantida a política de apoio aos estudantes que estudam no estrangeiro, encorajando-os a regressar após a conclusão dos seus estudos, sendo livres de regressar ou permanecer, e serão melhorados os serviços de apoio aos que estudam no estrangeiro.

Serão admitidos mais estudantes internacionais para estudar neste país. As bolsas de estudo do governo chinês devem ser aumentadas, sendo a assistência financeira oferecida principalmente a estudantes de outros países em desenvolvimento, e a composição dos estudantes que vêm estudar para este país deve ser otimizada. Devem ser ministrados cursos de base aos estudantes internacionais antes de iniciarem os estudos universitários na China. A qualidade do ensino para os que estudam na China deve ser melhorada.

A cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e outras organizações internacionais será intensificada. A China participará mais ativamente na colaboração bilateral, multilateral, regional e mundial no domínio da educação. A China também participará ativamente e promoverá o estudo e a formulação de políticas, regras, regulamentos e normas de educação das organizações internacionais. Serão criadas plataformas para intercâmbios internacionais de alto nível, cooperação e diálogos políticos em matéria de educação; e serão intensificados os intercâmbios e a cooperação a nível mundial no domínio da investigação e da inovação em matéria de educação.

O intercâmbio e a cooperação no domínio da educação entre a China Continental e Hong Kong, Macau e Taiwan devem ser intensificados. O desenvolvimento educativo comum deve ser promovido através do alargamento do conteúdo dos intercâmbios e da inovação dos modos de cooperação.

### **Introduzindo recursos para educação de qualidade no exterior**

É necessário realizar a cooperação entre escolas, instituições de ensino, institutos de pesquisa e empresas de renome no exterior para estabelecer organizações de educação,

ensino, formação e investigação e empreender tais projetos. [...] Devem ser procuradas várias abordagens para a utilização de recursos educativos de qualidade provenientes do exterior. Devem ser envidados esforços no sentido de atrair mais especialistas e acadêmicos de nível mundial para o ensino, a investigação e os cargos de gestão na China, e convidar profissionais e equipes acadêmicas de alto nível do estrangeiro de forma planejada. Devem ser importados livros didáticos de qualidade e incrementada a percentagem de professores estrangeiros no corpo docente das universidades. Os estudantes chineses mais destacados devem ser atraídos para servir a nação depois de terem concluído os seus estudos noutros países e regiões (MOE, 2004).

Apenas a partir do 11º Plano Quinquenal (2006-2010), aparece o chamado *conceito científico de desenvolvimento*, cujas origens são atribuídas a manifestações de Hu Jintao a partir de 2003, formalizadas em 2004 pelo então Primeiro Ministro Wen Jiabao no “Discurso na cerimônia de encerramento da aula especial de investigação sobre "Estabelecer e Implementar a Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento" para os principais quadros dirigentes a nível provincial e ministerial”:

A Terceira Sessão Plenária do 16º Comitê Central do Partido Comunista da China [ocorrida entre 08 e 14 de novembro de 2002] afirmou claramente a necessidade em **aderir a uma abordagem orientada para as pessoas, estabelecer um conceito de desenvolvimento abrangente, coordenado e sustentável e promover o crescimento integral da economia, da sociedade e das pessoas**. Sublinhou que **de acordo com o planejamento global do desenvolvimento urbano, rural, regional e econômico** o desenvolvimento social deve ser coordenando a uma relação harmoniosa do homem com a natureza, e coordenando as exigências do crescimento interno e da abertura ao mundo exterior para promover a reforma [...]. Uma proposta tão completa da Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento é um novo aspecto da ideologia orientadora do nosso partido para a modernização socialista. Estabelecer firmemente e implementar plenamente a Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento é de grande importância e de longo alcance para o grande objectivo de construir uma sociedade próspera de uma forma abrangente rumo à modernização” (Wen, 2004, p. 2, destaques nossos).

O conceito científico de desenvolvimento, posteriormente ratificado e incorporado à Constituição do Partido Comunista da China e da Constituição Chinesa, passou a ser reconhecido como extensão oficial dos princípios incorporados do Pensamento de Mao

Zedong<sup>80</sup>, da Teoria de Deng Xiaoping<sup>81</sup> e da Teoria das Três Representações<sup>82</sup>. Compreende 1) desenvolvimento econômico, aprimoramento dos padrões de sociabilidade material, cultural e de saúde; 2) permanentemente aprimorar cultura, moral e ideologia; 3) criação de um ambiente propício ao desenvolvimento de talentos e inovação; 4) respeito e proteção aos direitos humanos, políticos, econômicos e culturais da população.

O 11º Plano Quinquenal (2006-2010) expressou pela primeira vez em um Plano Quinquenal a Teoria das Três Representações de Deng Xiaoping, após sua incorporação oficial aos princípios do PCCh e da Constituição Chinesa. Sistematizada por Jiang Zemin, as Três Representações de Deng Xiaoping significam a incorporação, pelo PCCh, da tendência da China pelo avanço das forças produtivas, pela orientação ao avanço cultural, e pela assunção dos interesses da maioria do povo chinês.

Reproduz-se a noção de capital humano, em sua relação com a política para a educação, orientando que é preciso “aprimorar as condições de inovação independente [...] implementar profundamente a estratégia de revigorar o país através da ciência e educação, utilizando estratégias de inovação através do desenvolvimento de recursos humanos” (State Council, 2006, p. 3).

Algumas atribuições ao sistema de educação superior para o 11º Plano Quinquenal se relacionam ao aprofundamento das reformas no setor agrícola, pela consolidação de novas técnicas e tecnologias; ao desenvolvimento ativo da indústria de serviços e informação, contribuindo, no meio acadêmico, para fortalecimento de um ambiente propício para competitividade do país em âmbito internacional; apoiar o desenvolvimento de antigas bases revolucionárias, minorias étnicas e regiões de fronteira, pela construção de IES dedicadas a estes públicos.

Permanecem as orientações da “Decisão” de 1985 para reforma do sistema educacional, no que diz respeito à descentralização administrativa e massificação, além de sua interação com

---

<sup>80</sup> Sumariamente resumido aqui, comumente chamado de Maoísmo, vislumbra o fortalecimento de frente única de forças progressistas que conduzem e são conduzidas por vanguardas revolucionárias, por considerar que os principais conflitos na construção do socialismo são aqueles advindos da exploração do trabalho (Zhang; Zong; Zeen, 2023)

<sup>81</sup> Sumariamente resumido aqui, encoraja a construção do socialismo com características chinesas, isto é, pela realização de reformas que aprimorem o potencial econômico do país para realização de objetivos da transição socialista (Wang, 2016).

<sup>82</sup> Preza pela incorporação, pelo PCCh, do avanço das forças produtivas, do avanço da cultura, dos interesses da grande maioria da população chinesa (Bo, 2004).

o sistema nacional de inovação para promover ações de CT&I como força motriz do desenvolvimento científico.

Já o 12º Plano Quinquenal (2010-2015) não faz referências específicas à internacionalização da educação superior, relacionando educação - no sentido da política em geral - com os esforços de desenvolvimento de ciência e tecnologia. Outra referência presente - expressa genericamente em *improve education for workers* - se relaciona com a prática do *lifelong learning* (cuja tradução literal para o português é aprendizado ao longo da vida), e que consiste em mecanismos para qualificação permanente da força de trabalho em um contexto de profundas mudanças no próprio mundo do trabalho. Retoma, também, a continuidade da reforma do sistema educacional, mencionando, contudo, a necessidade de “abertura” (*open up*) a educação (em seu sentido amplo) (State Council, 2011).

Ao final de 2012, mais de 5 milhões de estudantes chineses cursavam a graduação em nível superior, em um total de 2.442 instituições, número significativamente superior às 598 existentes quando da ascensão de Deng Xiaoping ao governo central. Dados do Ministério da Educação da RPC dão conta da existência, em 2017, de um total de 1.633.248 professores vinculados a instituições regulares de educação superior e mais de 7 milhões de estudantes de graduação (MOE, 2018).

Em 2015, o MOE declarou que os investimentos aos Projetos 211 e 985 seriam encerrados a partir de 2017, entrando em vigor uma fusão e aprimoramento entre os dois, denominada *Double First Class Universities* (tradução do Pinyin *shuāng yī liú* para o inglês).

A iniciativa da Double First Class reavaliou ações das IES que compunham os projetos anteriores e, até 2022, todas puderam manter seu *status* de instituições *world-class*. A segunda fase do programa, iniciada em 2022, foi publicada em Portaria Conjunta entre Ministério da Educação, Ministério de Finanças e a Comissão Nacional em Reformas e Desenvolvimento (MOE, 2022). As ações da iniciativa *Double First Class* objetivam aumentar o número e qualidade de IES chinesas no topo dos sistemas de educação superior globais para a metade do século XXI.

Tabela 3 - Lista de universidades que compõem o vigente projeto Double First Class

<b>PROVÍNCIA</b>	<b>UNIVERSIDADE</b>	<b>TIPO</b>	<b>STATUS PRÉVIO</b>
Anhui	University of Science and Technology of China	A	985 & 211
Beijing	Beihang University	A	985 & 211
Beijing	Beijing Institute of Technology	A	985 & 211
Beijing	Beijing Normal University	A	985 & 211
Beijing	China Agricultural University	A	985 & 211
Beijing	Peking University	A	985 & 211
Beijing	Renmin University of China	A	985 & 211
Beijing	Tsinghua University	A	985 & 211
Beijing	Minzu University of China	A	985 & 211
Chongqing	Chongqing University	A	985 & 211
Fujian	Xiamen University	A	985 & 211
Gansu	Lanzhou University	A	985 & 211
Guangdong	South China University of Technology	A	985 & 211
Guangdong	Sun Yat-sen University	A	985 & 211
Heilongjiang	Harbin Institute of Technology	A	985 & 211
Hubei	Huazhong University of Science and Technology	A	985 & 211
Hubei	Wuhan University	A	985 & 211
Hunan	Central South University	A	985 & 211
Hunan	National University of Defense Technology	A	985 & 211
Jiangsu	Nanjing University	A	985 & 211
Jiangsu	Southeast University	A	985 & 211

Jilin	Jilin University	A	985 & 211
Liaoning	Dalian University of Technology	A	985 & 211
Shaanxi	Northwestern Polytechnical University	A	985 & 211
Shaanxi	Xi'an Jiaotong University	A	985 & 211
Shandong	Ocean University of China	A	985 & 211
Shandong	Shandong University	A	985 & 211
Shanghai	East China Normal University	A	985 & 211
Shanghai	Fudan University	A	985 & 211
Shanghai	Shanghai Jiao Tong University	A	985 & 211
Shanghai	Tongji University	A	985 & 211
Sichuan	Sichuan University	A	985 & 211
Sichuan	University of Electronic Science and Technology of China	A	985 & 211
Tianjin	Nankai University	A	985 & 211
Tianjin	Tianjin University	A	985 & 211
Zhejiang	Zhejiang University	A	985 & 211
Hunan	Hunan University	B	985 & 211
Liaoning	Northeastern University	B	985 & 211
Shaanxi	Northwest A&F University	B	985 & 211
Henan	Zhengzhou University	B	211
Xinjiang	Xinjiang University	B	211
Yunnan	Yunnan University	B	211

Fonte: Australian Embassy in Beijing, 2017.

Na virada para a década de 2010, foram redigidas as Linhas Gerais do Plano Nacional Para Reforma e Desenvolvimento da Educação a Médio e Longo Prazo 2010-2020 (*Outline of China's National Plan for Medium and Long-term Education Reform and Development*). O plano introduz a expressão “educação socialista com características chinesas” (MOE, 2010, p. 2), em referência ao próprio *socialismo com características chinesas*, que abordamos previamente. Retoma a noção de que “educação deve avançar se uma nação deseja prosperar” (MOE, 2010, p. 2), evidenciando uma concepção de progresso via desenvolvimento educacional, típica justificativa do processo de mercadização da ES. Para o início da segunda década do século XXI, o Governo Central identifica o que considera como avanços na transição “de um país com vasta população para o país com escala aumentada de recursos humanos” (MOE, 2010, p. 9), numa compreensão notadamente vinculada à perspectiva da Teoria do Capital Humano.

Ao incorporar a Teoria do Capital Humano, o governo central lança mão de um dos mais consolidados constructos teóricos da relação trabalho-educação. Tal incorporação, contudo, carrega as particularidades do desenvolvimento do capital na China. A firme incorporação de elementos da Teoria do Capital Humano, até para relacionar a educação com outras políticas e com propostas de desenvolvimento social e econômico, configuram um verdadeiro deslocamento filosófico da educação, eliminando sua objetividade estrutural, e transferindo-a para um conjunto de habilidades e valores presentes em cada indivíduo.

As formulações mais críticas sobre a educação e educação superior dizem respeito a seu tratamento como escolas de formação para o mercado e que, neste sentido, devem responder aos anseios do mundo do trabalho em transformação, através da massificação, da diferenciação entre instituições de elite e aquelas dedicadas ao treinamento de grandes massas de trabalhadores, transformações gerenciais quanto à administração e orçamento através da captação de recursos privados e novas arquiteturas curriculares.

Pablo Gentili (2002) recorda que a Teoria do Capital Humano teve sua origem e consolidação no cenário de criação e fortalecimento dos Estados de Bem-Estar na Europa e EUA e, portanto, sob a exegese do pleno emprego. Surgiu, por isso, concebendo a educação como componente de integração social. Tomam à frente no discurso e na proposição de sistemas educacionais a função econômica da escolaridade, ou a promessa integradora da educação como instrumento para o acúmulo social proveniente da incorporação de ativos individuais (*stocks*) de capital humano, caracterizando uma das promessas integradoras para o alcance da

tão almejada cidadania na Europa do Pós Segunda Guerra. Gentili (2002) ainda reforça que a ruína desta promessa integradora é expressão da ruína do próprio Estado de Bem-Estar, e foi justamente a desintegração desta suposta promessa que permitiu uma mudança drástica no sentido atribuído à educação, para uma lógica econômica estritamente privada e guiada pela ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional para atingir uma melhor posição no mercado de trabalho, e que se tornou a lógica dominante para organização da educação superior como proposta por organizações internacionais multilaterais, do próprio Processo de Bolonha<sup>83</sup> e das contrarreformas experienciadas pelos sistemas de educação superior na América Latina.

A repaginação da Teoria do Capital Humano com o ocaso do padrão de acumulação taylorista-fordista abriu caminho para o fortalecimento do discurso da sociedade do conhecimento, já apresentando elementos típicos do regime de acumulação flexível, que se expressaram nas propostas para os sistemas de educação superior através dos parâmetros de qualidade, flexibilidade, polivalência, e o fortalecimento da absolutamente individualizante pedagogia das competências. Não se pode considerar menor o aspecto ideológico que envolve a Teoria do Capital Humano e a chamada sociedade do conhecimento num contexto europeu e estadunidense de substituição de tecnologias rígidas por tecnologias flexíveis, pela informatização, microeletrônica e microbiologia, novos materiais e fontes de energia, e a emergência conservadora do fim da história após o dito colapso do socialismo real e emergência do conceito de sociedade pós-industrial.

Este cenário impactou de maneiras distintas as diferentes regiões e economias no capitalismo global, e de maneira particular o desenvolvimento do sistema de educação superior na China. Concordamos com Wen Tiejun (2021) que a China, além das crises internas que emanam do desenvolvimento das forças produtivas no país, sente também os impactos de períodos de crise ou recessão no ocidente ou enfrentados por países do centro do capitalismo mundial, que tendem a impactar o sul global. Entretanto, o controle sobre a força de trabalho na China, à diferença das demais potências econômicas do planeta, se dá sob a égide do planejamento econômico, controle migratório interno e, principalmente, as propriedades imobiliárias urbanas e o uso e distribuição de renda da terra, pela existência de centenas de gigantescas

---

<sup>83</sup> Assim chamado por emergir da Declaração assinada na cidade de Bolonha em junho de 1999 por ministros da educação de vários países membros da União Europeia para constituição de um Espaço Europeu de Educação Superior (EEES), com o objetivo de promover maior atratividade e competitividade em relação a sistemas de educação superior não europeus através de maior compatibilidade entre sistemas nacionais europeus (European Higher Education Area, 1999)

empresas estatais e rígida administração, pelo PCCh, das atividades envolvendo os chamados setores estratégicos<sup>84</sup> no país.

O processo de abertura através das reformas acarretou, de fato, já no final da década de 1980, em um amplo processo de privatização das empresas estatais, mesmo que seletiva, considerando a manutenção do que o governo considerava áreas estratégicas, como o núcleo militar, metalurgia, telecomunicações e produção de energia, combinando poderoso potencial econômico integrado à economia capitalista tradicional/ocidental com significativo controle estatal. Neste sentido, áreas do conhecimento dedicadas a estes setores estratégicos designados pelo governo central recebem, também, atenção especial ao desenvolvimento de suas atividades (MOE, 2018a), e nestas áreas são posicionados os recursos de investimento estatal, com prioridade à avaliação predominante expressa nos diferentes Planos Quinquenais, mas desde a década de 1990 dedicados especialmente em CT&I.

Cassiolato (2013) considera que o desenvolvimento de políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na China pode ser dividido em quatro grandes etapas:

*1ª etapa - 1978-1984:* “[...] reconstrução do aparato de CT&I que havia sido negligenciado na Revolução Cultural” (Cassiolato, 2013, p.70), com a revitalização de laboratórios e centros tecnológicos que passaram a fazer parte da estratégia de desenvolvimento nacional a partir do esforço de Deng Xiaoping em dissociar o desenvolvimento tecnológico de noções puramente capitalistas.

*2ª etapa - 1985-1995:* Flexibilizar a organização das instituições de pesquisa. Em 1988, foi lançado o programa Torch, para incentivar as chamadas novas empresas de tecnologia – New Technology Enterprises (NTEs) –, *spin-offs* das universidades e institutos de P&D existentes. Fundamental nesta direção foi a permissão para que universidades pudessem se tornar proprietárias e principais acionistas destas pequenas empresas.

*3ª etapa - 1996-2005:* Os Planos Quinquenais passam a expressar a centralidade da CT&I como estratégias para o desenvolvimento. Prosseguiu-se com reformas na governança (de militar para civil) e financiamento dos projetos e constituição de arcabouço legal que estimulava parcerias internacionais ao passo que protegia projetos nacionais. Houve, ademais, o estímulo a amplas reformas em instituições governamentais ligadas à P&D, como

---

<sup>84</sup> Produção e inovação energética; nova geração de tecnologia da informação; novos materiais; biotecnologia; produção de tecnologia avançada - para diferentes fins; robótica e automobilística renovável; proteção e conservação ambiental. Segurança e Defesa Nacional não pode ser considerado um setor econômico, mas impulsiona e tende a incorporar inovações nos setores mencionados (Ungaretti, 2021).

a fusão de institutos ligados à Comissão de Economia e Comércio junto a empresas nacionais ou convertidos em empresas tecnológicas.

Durante este período, nova legislação foi aprovada para permitir que as universidades conduzissem empresas próprias a partir de seus projetos/instituições de pesquisa. Isto permitiu que Escolas e/ou Departamentos atuassem em parceria com empresas públicas ou privadas, nacionais ou transnacionais, para desenvolvimento de atividades de P&D em parceria, um fenômeno em crescimento no país.

*4ª etapa* - 2006-presente: Superação do modelo *world-factory* (manufatura e exportação de produtos de baixo valor agregado) rumo ao planejamento, processamento, desenvolvimento e exportação de tecnologia de ponta em setores com demanda global e estratégicos à defesa, soberania e autonomia nacional.

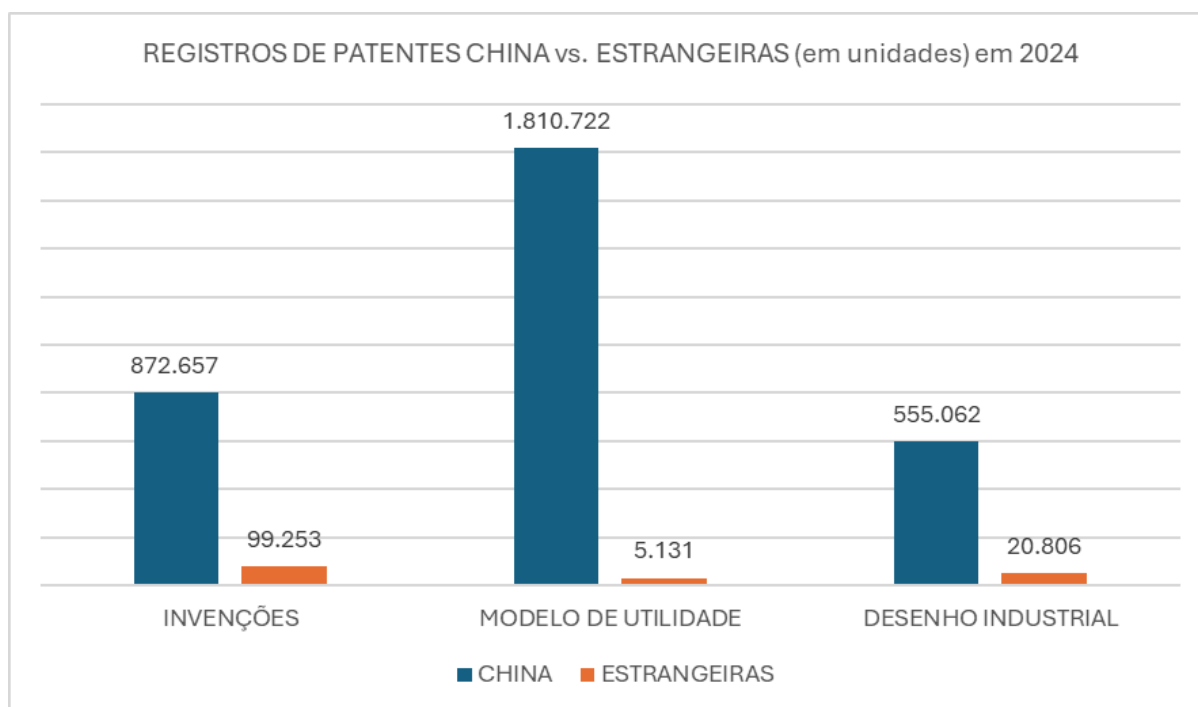
No período em questão o país assumiu definitivamente o lema da economia impulsionada pela inovação (*innovation-driven economy*), assumindo posição de destaque na submissão de patentes domésticas e globais, na aplicação de resultados de pesquisa na indústria, na fabricação e utilização da internet das coisas<sup>85</sup> para construção de cidades e indústrias inteligentes, bem como aplicação de energias renováveis nestes mesmos setores estratégicos, diminuindo o abismo entre fontes solares, eólicas e hidrelétricas em relação às termelétricas, dependentes de carvão mineral.

A China se tornou o país com o maior número de patentes domésticas aplicadas, o 3º no ranking global de aplicação e o país com o maior número de empresas de ciência e tecnologia no top 100 do Índice de Inovação Global da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (World Intellectual Property Organization - WIPO).

---

<sup>85</sup> Considerada aqui, conforme Appelbaum e Cong Cao et al (2018), como a aplicação de estruturas de tecnologia e nanotecnologia em objetos do dia a dia, conectando-os à internet e permitindo que sensores e condutores colem e troquem dados, criando oportunidades para consumidores, negócios e governos.

Figura 4 - Expansão da China no cenário da propriedade intelectual global



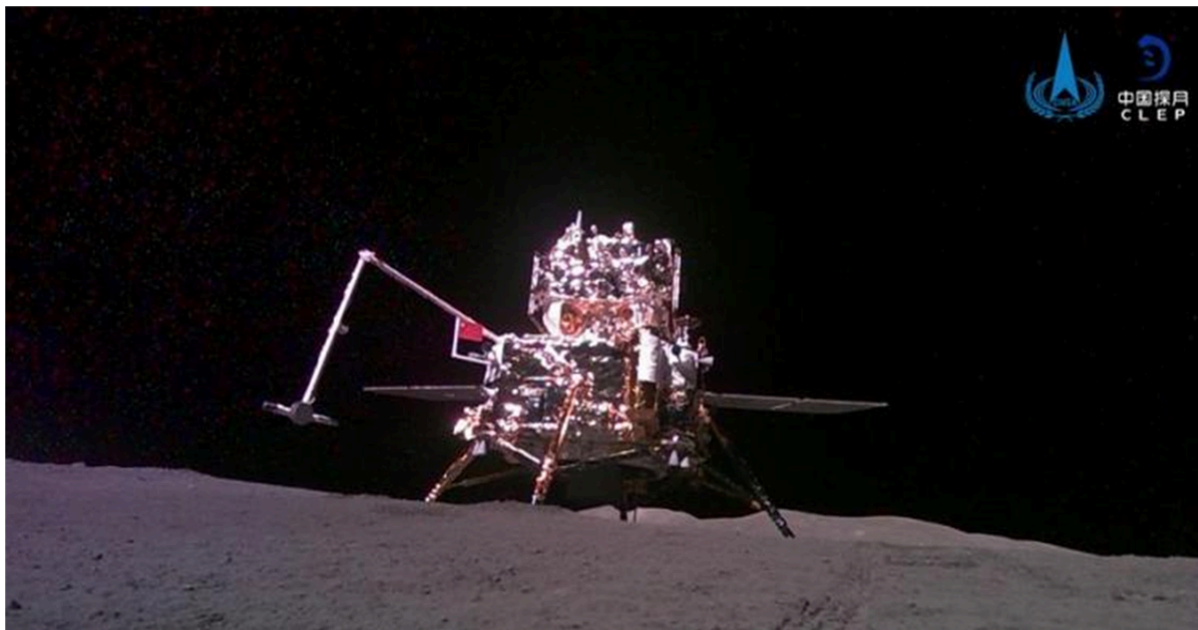
Fonte: China National Intellectual Property Administration (CNIPA), 2024.

No seio da 4ª etapa do desenvolvimento de CT&I se encontra o *Made in China 2025*, que consolida o país numa potência tecnológica globalmente competitiva, congregando feitos dos últimos 20 anos com algumas das mais demandadas inovações da atualidade, tais como os trens-bala de acoplamento magnético, rodovias capazes de recarregar carros elétricos, robôs e satélites exploradores espaciais, tais como sua própria estação espacial, atualmente com maior capacidade de tripulação permanente no espaço (dezenove pessoas), a Tiangong Space Station, e o Chang'e, sonda lunar que, em junho de 2024, retornou à Terra com as primeiras amostras de solo e rochas da parte distante da Lua<sup>86</sup>, desenvolvida em parceria com Centros de Tecnologia e Universidades na China Continental e Hong Kong (Huizhong, 2024).

86

<https://thediplomat.com/2024/06/in-global-first-chinas-lunar-probe-returns-to-earth-with-samples-from-the-far-side-of-the-moon/>

Figura 5 - Fotografia da sonda lunar Chang'e



Fonte: CNN, 2024.

Cassiolato (2013) argumenta que a estratégia do setor de inovação na China foi a de não concorrer diretamente com as líderes tecnológicas globais, via inovações radicais, mantendo seu foco, contudo, no desenvolvimento de tecnologia e inovação para o mercado local, para posteriormente ingressar em mercados no exterior. Assim foi o caso de algumas das gigantes chinesas com maior competitividade global, como a Huawei, cujas atividades iniciais remontam ao complexo militar industrial durante a década de 1980, e a Zhong Xing Telecommunication (ZTE), criada em 1985 por um grupo de empresas estatais do Ministério da Indústria da Aviação. Da integração entre o sistema de inovação e as universidades, atuando em P&D, algumas gigantes como a Haier e a Chery tem papel de destaque, e a Lenovo, que tem como uma das maiores acionistas a Chinese Academy of Sciences através da Legend Holdings Ltda, é a experiência exitosa de maior familiaridade nos mercados ocidentais (Cassiolato, 2013).

Esta dinâmica confirma a hipótese de Ricardo Silva (2017) a respeito do papel condutor do Estado em CT&I:

[...] conforme amadurecem as capacidades internas nacionais de aquisição, da assimilação e do aperfeiçoamento de tecnologias existentes na fronteira do conhecimento, os canais de atuação do Estado chinês na indução das inovações têm-se alterado ao longo do tempo em resposta às demandas estratégicas constituídas pelo avanço econômico do país. Essa situação demonstra que o

processo de melhoria das condições tecnológicas da China não é um processo espontâneo guiado pelas forças de mercado, mas sim, liderado em grande parte, por ações executadas pelo Estado chinês na intenção de criar um ambiente institucional favorável à inovação (Silva, 2017, p. 66).

Toda esta dinâmica de impulso à CT&I perpetrada pela China repercute sobre os mercados globais, considerando ser neste setor a disputa com os EUA por liderança global em patentes, desenvolvimento e exportações. Quando da entrada da China na OMC, em 2001, esta respondia por cerca de 4,5% das exportações globais. Estima-se que em 2025 a participação do país no mesmo índice seja de aproximadamente 15%, num aumento sem precedentes e que tem em CT&I uma de suas grandes forças motrizes.

Ao Projeto Cinturão e Rota (B&RI) ou Nova Rota da Seda, soma-se a Rota da Seda Digital (RSD) como elemento central do desenvolvimento econômico e tecnológico da República Popular da China contemporânea no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Retomando as direções estratégicas do *going global, attracting in*, que no campo da internacionalização da educação superior é concebida como *outward oriented, inward oriented*, o fortalecimento das TIC a partir da segunda metade da década de 1990 - quando do 9º Plano Quinquenal (1996-2000) exigiu uma *dimensão doméstica*, marcada pela popularização de tecnologias de comunicação e conectividade, pelo acesso à internet e aparelhos eletrônicos, num movimento que Bomfim (2023) concebe como inclusão das TIC nas Cadeias Globais de Valor (CGV)<sup>87</sup> no ramo da tecnologia.

É possível compreender a trajetória da inovação na China desde Deng Xiaoping a partir dos estágios apresentados por Chung e Kim (2017): Yin (引), Tiao (調) and Chuang (創), no qual

Yin representa o estágio inicial de desenvolvimento da inovação, tal como a “imitação duplicada”, e significa a introdução e adoção de conhecimentos ou experiências de outros. O estágio seguinte é o Tiao, uma “transição” entre imitação e inovação que envolve o ajuste e aprimoramento de produtos, serviços e tecnologias já existentes. O último estágio é o de “inovação original” definido como Chuang, que significa a criação de novos itens e desenvolvimento de inovação própria. Mais importante, este processo em movimento é fortemente influenciado por características chinesas, tais como funções, conhecimento absorvido-aplicado, capacidades e ecossistemas produtivos (Chung, 2017, p. 82, tradução nossa).

---

<sup>87</sup> Expressão ganhou recente notoriedade fazendo referência a conjuntos de atividades inter-relacionadas na produção de mercadorias, primordialmente, ou oferta de serviços. Aprofundamento no tema das CGV pode ser iniciado em Zhang e Schimanski (2014), número 18 do Boletim de Economia e Política Internacional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A utilização de TIC, ainda no âmbito doméstico, promoveu a conexão de sistemas logísticos e industriais internos (Bomfim, 2019), que eventualmente são expandidos para uso civil após intervenção de *startups* não raramente vinculadas às universidades de ponta, sob a lógica das *University-run Enterprises* (URE).

A dimensão expansiva internacional do fortalecimento das TIC caminha lado a lado com a expansão dos investimentos estatais em CT&I, e encontra precisamente no seio da Iniciativa Cinturão e Rota e a viabilidade para a Rota da Seda Digital. Esta permitiu a expansão veloz dos chamados ciberespaços no próprio território nacional, o que exige a ocupação física de espaços para construção de infraestrutura e servidores. Entre a expansão no próprio território e no exterior, Bomfim (2019) ressalta que a distância percorrida pelos cabos de fibra óptica quase dobrou, passando de cerca de 25 milhões de quilômetros em 2015 para quase 52 milhões em 2020. Além disso, o país espera estabelecer sua própria rede transnacional de infraestrutura através de ligações submarinas, terrestres e de satélites, e que, em complemento aos acordos estabelecidos bilateralmente ou multilateralmente pela BR&I, tende a ser viabilizada por intenso processo de compra de terras no exterior pela China, conforme destaca Nakatani *et al.* (2014, p. 63):

É difícil rastrear a origem exata das aquisições de terra em âmbito mundial, uma vez que, por mais que se registre o país-sede da inversão, é frequente tratar-se de um emaranhado de investidores internacionais. Em certa medida, a China tem se constituído como uma plataforma de aquisição de terras pelo mundo, a partir da qual operam capitais de diversos fundos e empresas internacionais. Evidentemente, as compras também podem estar partindo de filiais dessas empresas transnacionais sediadas na China ou de instituições que pouco ou nada tem a ver com a atividade agrícola, como gigantescos fundos de pensão de vários países. Ademais, há que se considerar a possibilidade de efetivar a compra de terras via China como forma de entrada de capitais nos mercados financeiros locais.

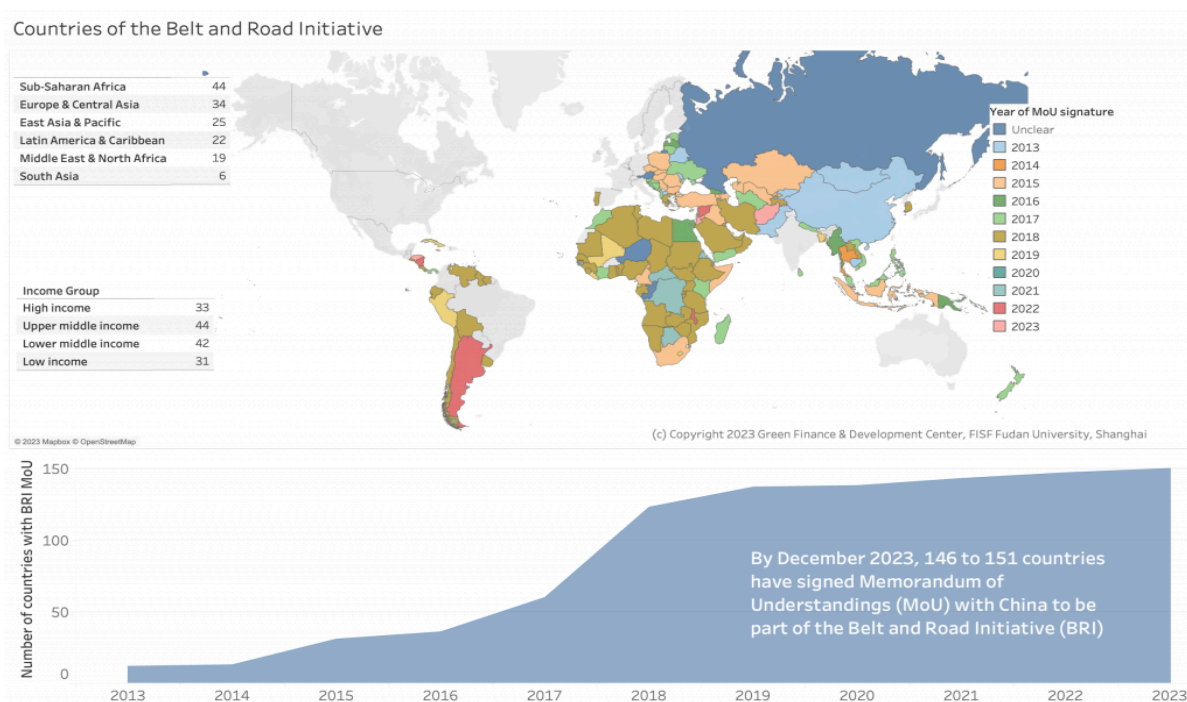
A combinação entre compra de terras e BR&I e outros acordos internacionais como a Organização de Cooperação de Xangai e ASEAN<sup>88</sup> culminou no protagonismo da China na constituição da Estratégia de Cooperação Internacional em Ciberespaços (*International Strategy of Cooperation on Cyberspace*), lançada em 2017.

Vinculado ao desenvolvimento de infraestrutura ao longo da B&RI, está o projeto Made in China 2025, que tem por objetivo encorajar tecnologias, padrões, equipamentos e know-how em engenharia chinesa, de forma a incrementar o setor industrial da China e que impreterivelmente se utiliza da tecnologia chinesa 5G, que garante a transferência em alta velocidade de dados e informações ao longo da B&RI (Bonfim, 2019).

---

<sup>88</sup> Associação de Nações do Sudeste Asiático, criada em 1967, composta por Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnã (ASEAN, 2024).

Figura 6 - Países que compõem a Belt and Road Initiative (Cinturão & Rota - a Nova Rota da Seda) em dezembro de 2023



Fonte: Nedopil, 2023.

À ocasião da publicação do 13º Plano Quinquenal (2016-2020), elementos relacionados à pesquisa científica são, novamente, implicados no mercado de capital:

A inovação é a primeira força motriz que conduz o desenvolvimento. A inovação deve ser colocada no centro da situação geral do desenvolvimento do país, e as inovações em inovações teóricas, institucionais, tecnológicas e culturais devem ser promovidas continuamente, para que a inovação possa permear todo o trabalho do partido e do país, e que a inovação pode se tornar prática comum em toda a sociedade.

Reforçando o conceito científico de desenvolvimento de Jiang Zemin, este Plano Quinquenal posiciona a educação superior como elemento estratégico na articulação com a indústria na tentativa de desenvolver economicamente as regiões central e oeste do país, apesar de não aprofundar em estratégias para tal feito.

Áreas consideradas estratégicas ainda receberam o maior volume de investimentos em CT&I, como alternativas energéticas, defesa nacional, tecnologia da informação, comunicações, mineração e materiais, aeronáutica e exploração espacial, biomedicina e nanotecnologias.

Secundariamente, aventa-se a necessidade de fortalecer pesquisa básica (*basic research*) - “como”, “o quê”, “por quê”.

O 13<sup>a</sup> Plano Quinquenal estipula, ainda, uma Seção dedicada a projetos de modernização da educação, e indica, para a ES, que esta deve se adaptar a formatos online, viabilizando ensino remoto, com vistas a aumentar o número de instituições e matrículas em IES vocacionais/técnicas ou em especialidades aplicadas (State Council, 2016).

A suposta disputa com os EUA no chamado conflito comercial é predominantemente tratada como os impactos e respostas às sanções norte-americanas a práticas de espionagem pela China, ameaças à segurança nacional ou condições degradantes de trabalho. Sobre isso, Baker (2019, p. 5) sintetiza que:

[...] o contencioso Estados Unidos e China não é apenas uma questão comercial. Para parte do eleitorado de Trump, a guerra comercial responde a alegações que perdas de emprego em alguns setores se devem à concorrência desleal chinesa e aos investimentos estadunidenses na China. No entanto, a resposta Trump se insere no contexto das mudanças na configuração do poder econômico e do comércio mundial. Liderança tecnológica se traduz na detenção dos padrões, normas e certificados da produção e dos fluxos de comércio. Esse é o tema central da disputa entre a China e os Estados Unidos.

Argumentamos, contudo, em concordância com Sit Tsui (2020), que práticas restritivas ao comércio entre China e Estados Unidos são recorrentes desde o início dos anos 2000, e significam não apenas o bloqueio de operações de empresas chinesas e suas afiliadas em situações pontuais, passíveis de enquadramento jurídico pelas normas de comércio norte-americanas, mas tentativas de garantir a viabilidade e predominância do dólar como moeda internacional e, portanto, a manutenção do controle dos EUA sobre transações em indústria, tecnologia e especulação.

Em 31 de outubro de 2013, o Federal Reserve dos EUA, o Banco Central Europeu e os bancos centrais do Reino Unido, Japão, Canadá e Suíça chegaram a um acordo de swap de moeda de longo prazo para substituir acordos temporários de swap de liquidez mútua. Dada a contração da liquidez do dólar americano, o monopólio dos seis bancos centrais domina a polarização do sistema monetário, financeiro e econômico mundial. Os mercados monetários e financeiros que entram nesse sistema teriam suporte de liquidez, bem como um "prêmio de linha de fundo de crise" avaliado pelo capital internacional. Os sistemas econômicos em todo o mundo que não têm a sorte de se juntar a essa aliança seriam vulneráveis a ataques nas taxas de câmbio e nos mercados financeiros (Sit, 2020, p. 2)

Aos seis bancos centrais que inicialmente compuseram o acordo, foram incorporados outros nove no ano de 2020: Reserve Bank of Australia, o Banco Central do Brasil, o Bank of Korea, o Banco de Mexico, a Monetary Authority of Singapore, sueco Sveriges Riksbank, dinamarquês Danmarks Nationalbank, o noruguês Norges Bank e o neo-zelandês Reserve

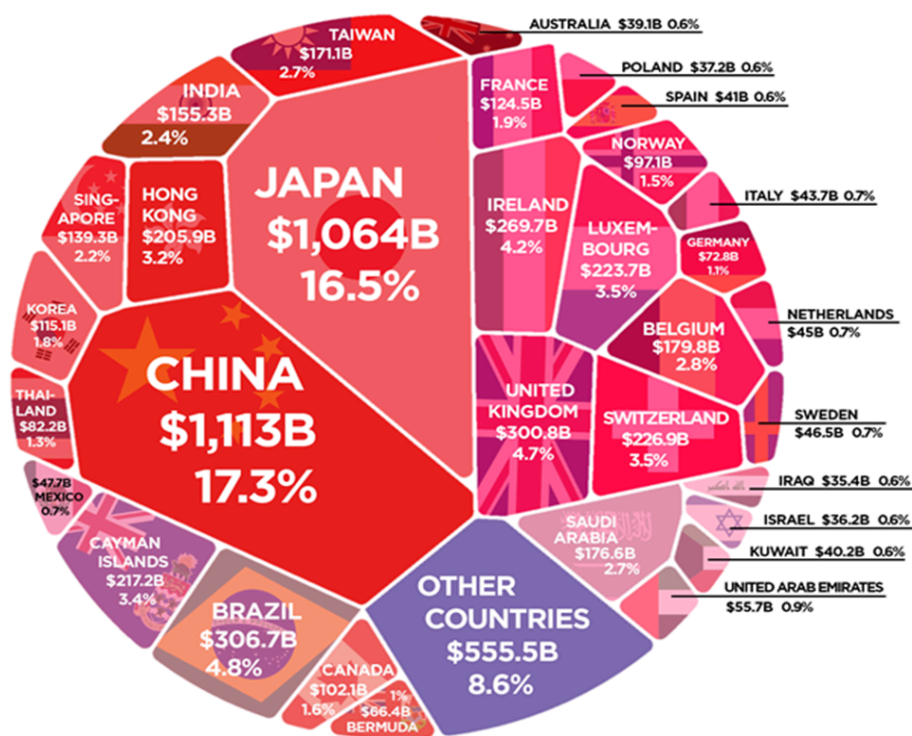
Bank of New Zealand. Mantém-se o histórico de predominância do dólar (USD), seguindo por euro (EUR), yen japonês (JPY), libra esterlina (GBP), dólar australiano (AUD), dólar canadense (CAD), franco suíço (CHF), renminbi (CHN), dólar de Hong Kong (HKD) e dólar da Nova Zelândia (NZD) (Sit, 2020).

Destaca-se que além da absoluta predominância do dólar como moeda comercial internacional, a China contribuiu sobremaneira para a permanência do dólar como reserva internacional de moeda, aparecendo, em 2019, como o maior portador de títulos do tesouro estadunidense (Amoros, 2019).

Gráfico 4 - Maiores portadores de títulos do tesouro estadunidense

## Foreign Holders of U.S. Debt 2019

Countries Owning U.S. Debt in Billions of Dollars and Percentage













Fonte: Amoros, 2019.

Das práticas restritivas e realinhamento dos EUA, excluindo a China e outros países periféricos de uma aliança financeira global pós-crise de 2008, até o ápice do chamado conflito comercial já no mandato de Donald Trump em 2018, cresceu a imponência chinesa no mercado financeiro mundializado, no que Sit Tsui (2020, p. 5) concebe como armadilha da financeirização:

A mais proeminente situação entre 2013 e 2018 foi a falha do governo (chinês) em reverter a tendência à financeirização da economia. Os mecanismos de oferta monetária na China nos últimos vinte anos contaram pesadamente com a entrada de moedas estrangeiras. Por regulação, todo fluxo interno de câmbio deve ser vendido ao Banco Central e a base monetária expande-se em conformidade. Desta forma, enormes saldos positivos são postos em rápida expansão da base monetária [...]. Liquidez cresceu sem que houvesse crescimento correspondente na economia real. Ademais, os problemas do mecanismo condutor da política monetária tornaram difícil a obtenção de crédito por pequenas e médias empresas junto aos bancos. Diante de taxas de lucro em queda na produção da economia real, capital migrou para setores especulativos, como os mercados de ações e imobiliário. Conseqüentemente, a China experimentou grandes flutuações nos mercados de ações e imobiliários entre 2013 e 2018. Esta crise é, essencialmente, o custo institucional da incorporação da China na financeirização global sob pressão da mundialização financeira.

A armadilha, a despeito das contradições internas que promove, não alterou a imponência do país no mercado financeiro mundial. Múltiplas fontes<sup>89</sup> reconhecem que, dentre os dez maiores bancos do planeta, quatro bancos chineses, ao menos desde 2014, figuram distantes nas primeiras posições.

Tabela 4 - Os maiores bancos em 2024 por ativos em posse

RANKING	BANCO
1	Industrial and Commercial Bank of China 
2	Agricultural Bank of China 
3	China Construction Bank 
4	Bank of China 
5	JPMorgan Chase 
6	Bank of America 
7	HSBC 
8	BNP Paribas 
9	Mitsubishi UFJ Financial Group 
10	Crédit Agricole 

Fonte: Jimenea, 2024. Elaboração própria.

Em um cenário em que o dólar aparece como moeda dominante no comércio global, assegurado, em grande medida, por títulos da dívida do tesouro estadunidense, cujos principais portadores são justamente os grandes bancos chineses, o conflito comercial representa as tentativas dos EUA de manutenção dos mecanismos de subsunção econômica

<sup>89</sup> Forbes, Investopedia, Financial Times, entre muitas outras.

da China (Sit, 2020). Isto porque grande volume de ativos dos *big four* chineses estão relacionadas à manufatura, infraestrutura, CT&I e TIC em atividades cujas propriedades são, principalmente, 1) coletiva, ao tratarmos da particularidade do campo no país; 2) estatal, através das gigantescas empresas públicas consolidadas no país e que se expandem pelo sul global; 3) sob forte regulamentação e planejamento estatal, através de gigantescas empresas privadas chinesas, que operam sob escrutínio da política monetária e macroeconômica conduzida pelo PCCh. Trata-se, a rigor, de um enorme volume de capitais não disponíveis aos tradicionais mercados especulativos ou de propriedade de transnacionais europeias e estadunidenses.



Teclado de método Wubi, que permite que leigos em *chinês simplificado*, padrão de escrita oficialmente adotado pela República Popular da China, possam introduzir caracteres inteligíveis a falantes de mandarim, cantonês e outros dialetos na China.

## 5. EDUCAÇÃO SUPERIOR E INTERNACIONALIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE CHINESA

É fundamental a compreensão de que o desenvolvimento da China nos últimos 50 anos não significa o resultado de uma liderança política individual ou de alas internas do PCCh, mas o resultado de mudanças no processo de exploração da força de trabalho e recursos naturais dentro e fora do país, bem como dos padrões de importações e exportações. Algumas das estratégias adotadas para o alcance da massificação, diferenciação e diversificação da ES, entre elas, incentivos à iniciativa privada pelo Governo central, que se expressaram de distintas maneiras nos níveis locais e em diferentes setores da economia nacional (Jaguaribe, 2015).

Dados apresentados por Goodman (2015) evidenciam a significativa expansão desde 1978 e as dramáticas alterações ocorridas a partir da década de 1990: em 1978, de uma população total de aproximadamente 962,590 milhões de pessoas, o número de estudantes de graduação no país girava em torno de 856 mil. No ano de 1990, já com uma população que ultrapassava 1,1 bilhão, mais de 2 milhões de estudantes de graduação estavam matriculados em instituições de educação superior de diferentes naturezas. Ao final de 2012, mais de 5 milhões de estudantes chineses cursavam a graduação em nível superior, em um total de 2.442 instituições, número significativamente superior às 598 existentes quando da ascensão de Deng Xiaoping ao governo central. Dados do Ministério da Educação apontam a existência, em 2017, de um total de 1.633.248 professores vinculados a instituições regulares de educação superior e mais de 7 milhões de estudantes concluindo anualmente a graduação entre 2009 e 2019 (MOE, 2018). Em 2022, cerca de 46 milhões de estudantes estavam matriculados em diferentes modelos de instituições consideradas terciárias ou pós-secundárias (Statista, 2021).

Tabela 5 - Expansão da Educação Superior desde a República Popular da China

ANO	1949	1979	2022
NÚMERO DE INSTITUIÇÕES	400	598	3.003
ESTUDANTES MATRICULADOS	116.000	850.000	46.500.000

Fonte: MOE, 2018; Statista, 2021. Elaboração própria.

Li Wang (2013) menciona mudanças nas prioridades em relação à internacionalização da educação superior nas últimas três décadas, desde a promoção das primeiras iniciativas nos anos 1980, quando da incorporação da chamada *qualidade*<sup>90</sup>, à intencionalidade explícita em consolidar instituições *world-class*. Práticas adotadas desde o período, como intercâmbios, cooperações internacionais, pesquisas conjuntas, pessoal e estudantes internacionais matriculados no país, avaliação conforme parâmetros internacionais, permanecem no léxico político.

Entre os motivos/justificativas (*rationales*) para a internacionalização da educação superior estão quatro categorias principais: políticos, econômicos, acadêmicos e sociais/culturais. Estas motivações podem se sobrepor, superar-se umas às outras bem como coexistir entre si. Contudo, sua natureza sempre pode ser identificada quando analisamos a educação superior no contexto mais geral da política para a educação de determinado país, bem como o amplo contexto sócio econômico de determinado país ou região se altera (Wang, 2013).

Para Wu (2018), há um esforço da China de sair da periferia para o centro do sistema cultural e do conhecimento através da ambiciosa estratégia de promover sua influência e ir rumo a um *status global*. Esta é uma diferença em relação à tradição da educação superior moderna no país, e mesmo após as reformas de 1978, quando, considerando o excerto de que não se deve temer a educação ocidental de Deng Xiaoping, a China preocupou-se em incorporar elementos estrangeiros. Trata-se da utilização da internacionalização como instrumento para otimizar sua influência, criar espaços de poder e exercer diferentes alternativas diplomáticas, sem conseguir alcançar integralmente sua intencionalidade, tendo em conta que há ainda, em nível internacional, considerável resistência dos países, instituições e sujeitos envolvidos com sistemas de educação superior em relação à China, quanto a seus aspectos ideológicos, sua organização política e social.

Planejamento e execução da política para a educação no país são de responsabilidade dos departamentos de administração local, respondendo sempre ao Conselho de Estado. O Ministério da Educação é o mais alto órgão da política de educação.

As divisões administrativas do Sistema Administrativo Local envolvem, em maior escala, a) as províncias - que podem ser comparadas aos estados do sistema político brasileiro, por

---

<sup>90</sup> Gaudêncio Frigotto (2013) atribui o sentido de qualidade no léxico educacional como um dos princípios da apregoada sociedade do conhecimento, ou seja, pelo alcance de stocks de capital humano compatível com mercados flexíveis, com instituições capazes de formar profissionais polivalentes, e em um contexto em que a participação governamental na gestão e avaliação das IES deve ser residual, considerando o cenário de crise fiscal.

exemplo; b) as municipalidades - municípios administrados diretamente pelo Governo Central, não vinculados a nenhuma administração provincial<sup>91</sup>; e c) as regiões autônomas<sup>92</sup> - marcadas pela presença de etnias diversas daquele que é o maior grupo étnico do país, os Han. A administração é descentralizada, em seguida, entre condados, cidades, e vilas, vinculadas a províncias ou municipalidades.

O dispêndio total do Governo Central em educação na China, em 2022, foi de aproximadamente 6,4 trilhões de renminbi - aproximadamente 89 bilhões de dólares - sendo cerca de 1,7 trilhão renminbi gasto em educação superior (MOE, 2023).

Fuhui Li (2016) argumenta que instituições de ensino superior na China desempenham um papel diferente ou extra em relação a instituições no ocidente, pelo fato de serem entidades que têm finalidade de implementar políticas e ações governamentais. Contudo, a tendência de privatização das funções públicas da educação superior levou estas políticas e ações para o campo privado – que jamais se dissocia do público, em nosso entendimento – mas continuam a existir à conveniência dos governos.

No presente destas contradições está o 14º Plano Quinquenal, aprovado pelo Parlamento do Congresso Popular Nacional em março de 2021, vigendo até 2025. Este segue o curso dos documentos oficiais anteriores de valorização de um ambiente de pesquisa e desenvolvimento que favoreça ciência, tecnologia e inovação, dedicando toda uma Seção do 14º Plano Quinquenal à “adesão de desenvolvimento conduzido pela inovação e compreensivamente elaborar novas vantagens ao desenvolvimento” (Xinhua News Agency, 2021, p. 11), através de 1) fortalecimento do poder estratégico da CT&I; 2) aprimoramento da capacidade de inovação das empresas; 3) estímulo à vitalidade inovadora de talentos; 4) refino de instituições e mecanismos de inovação.

A alocação de recursos para IES e atividades de P&D aparecem no mesmo patamar de investimentos que institutos de pesquisa e empresas públicas, de acordo com o PQ (Xinhua News Agency, 2011). Ganham destaques campos de pesquisa específicos, tais como IA, informação quântica, circuitos integrados, ciências da vida e saúde, ciências do cérebro, bio-engenharias, tecnologia aeroespacial, profundidades terrestres, marítimas e polares, que representam a continuidade de algumas das conquistas recentes do país em âmbito internacional.

---

<sup>91</sup> Pequim, Tianjin, Xangai e Chongqing.

<sup>92</sup> Tibet, de maioria Tibetana; Guangxi, com forte presença Zhuang; Xinjiang, majoritariamente Uyghur; Inner Mongolia, majoritariamente Mongol; e Ningxia, com forte presença Hui (Briney, 2019).

Novidade no atual Plano Quinquenal é a dedicação de esforços em P&D para prevenção e controle de doenças infecciosas e riscos biológicos, que envolve farmacêutica, materiais e componentes para equipamentos e, para alcançar estes objetivos, desenvolvimento de técnicas e equipamentos para exploração de gases e outros minerais. Cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa e desenvolvimento nos ramos descritos acima não são novidades no país. Contudo, pode-se perceber que o atual Plano Quinquenal, ao fazer referência a estes setores, dirige-se expressamente aos desafios advindos da pandemia de Covid-19.

Especificamente quanto à ES, o fortalecimento das *Double First Class* aparece como ordem do dia, através de parâmetros como a própria internacionalização, mas, sobretudo, pelo aprimoramento da relação entre universidades e indústria (UIR). Aparecem, mais uma vez, propostas para reformas curriculares, transformando IES fora do circuito das *world-class* em instituições voltadas à aplicação de técnicas específicas, sempre relacionadas com os problemas de suas próprias regiões geográficas. Isto exige, portanto, reformas nos ciclos básicos curriculares e, conseqüentemente, nas especialidades disponíveis.

Reconhece-se as diferenças entre as IES nas regiões oeste e central do país, ainda majoritariamente distantes em qualidade das principais universidades do país.

A formação de professores, em todos os níveis, também aparece como estímulo geral, e que, para aqueles vinculados ao sistema de ES, deve envolver ações de internacionalização.

Como parte do plano para fortalecimento dos institutos de pesquisa e IES no sistema de ES chinês para a metade do século XXI, o presente 14º Plano Quinquenal estipula a criação de novos polos de pesquisa, independentes, vinculados a *campi* universitários ou corporações, para ampliação da chamada pesquisa básica (*basic research*) - notadamente pesquisas motivadas por curiosidades iniciais, ou o olhar sobre determinado fenômeno/objeto em que se pergunta “como”, “o que” e “por quê - expandindo, portanto, o foco da pesquisa acadêmica, institucional ou corporativa, para além das análises aplicadas que a P&D chinesa tem se dedicado e obtido sucesso.

No que concerne à internacionalização, o governo central desempenha, ainda, papéis fundamentais: a) define programas e estratégias a nível nacional, concedendo, porém, autonomia para desenhos institucionais descentralizados, desde que de acordo com planos nacionais; b) maior financiador, a despeito da cobrança de mensalidades e privatizações, já que ações governamentais como *Double First Class* e estímulos às URE ainda podem ser vistos como carros-chefe da política nacional, o que o coloca numa posição de c) diretor executivo, responsável por estabelecer critérios de execução e avaliação, tornando-o,

portanto, d) regulador, subordinando ações de internacionalização a parâmetros coordenados por órgãos que respondem ao Conselho de Estado.

Tamanha participação governamental nas ações de internacionalização não caracterizam a particularidade das experiências na China, mas sim, a intencionalidade do modelo de desenvolvimento assumido pelo país e que requisita da política para educação superior determinados perfis de egressos e a constituição de quadros para atuação, especialmente nos setores industriais e defesa.

Deve-se ao próprio crescimento da economia do país a possibilidade de criar e financiar projetos de internacionalização, através da concessão de bolsas parciais ou integrais, de cooperação com países de todos os continentes, e do estímulo ao retorno de estudantes que saíram para estudar no exterior<sup>93</sup>, três das principais medidas adotadas pelo governo central para posicionar o país no cenário de ponta da educação superior globalmente.

Jane Knight (2004) pondera que ações de internacionalização podem emanar de programas ou projetos em diferentes níveis, desde iniciativas de pessoal acadêmico ou administração das próprias IES, até propostas dos mais altos escalões da gestão da educação dos países. Em todos os cenários, contudo, é possível apreender alguns elementos para definição de objetivos e da avaliação dessas ações: Qual seu propósito? Seus benefícios? Que valores formam suas bases? Quem são os principais atores, subsidiários e beneficiários? Quais os resultados não intencionais e quais as implicações negativas? A internacionalização tem um papel na homogeneização/hibridização da cultura e da mobilidade internacional da força de trabalho?

Respostas a estas perguntas permitem conceber, por exemplo, que não há um conceito unívoco sobre internacionalização na China. Há, de fato, um estímulo do Governo Central para ações de internacionalização conforme os objetivos de cada região e, singularmente, do papel atribuído às diferentes IES, num cenário de profunda diferenciação.

A estrutura administrativa, as estratégias governamentais e a legislação que impulsiona a participação internacional contribuem para a presença de instituições estrangeiras na China. Contudo, o governo concebe a existência de um déficit de estudantes estrangeiros matriculados em instituições chinesas. A criação de institutos culturais nos *campi* tem sido uma estratégia para estimular o ensino do idioma, história e cultura a estudantes do exterior.

---

<sup>93</sup> Nas traduções ao inglês dos diferentes Planos Quinquenais analisados, tais estímulos ao retorno usam diferentes expressões, como *improving treatment* (8º e 9º Planos) e *catering* (10º Plano Quinquenal em diante). A rigor, o conceito utilizado em mandarim para tratar destas ações é o mesmo, *dai yu*.

Por ser o processo de internacionalização regulado pelo governo central e parte das estratégias para desenvolvimento do país, desde a abertura política e econômica em 1978, estimulam-se estudos nas áreas de engenharias, ciência, tecnologia e inovação, além de agricultura, economia, administração e finanças, tanto para chineses no exterior, quanto para estrangeiros em instituições chinesas. Continua significativo o estímulo, através de bolsas e criação de institutos, o ensino de línguas e idiomas, com vistas a viabilizar o próprio processo de internacionalização (Huang, 2003).

De acordo com a Times Higher Education World University Rankings (2024), 50 universidades chinesas estão entre as 1000 instituições *world-class*, as universidades de Peking e Tsinghua estão entre as 100 melhores do planeta e, em 2020, os departamentos de engenharia civil, ciências da computação e engenharia da Universidade de Tsinghua superaram os respectivos departamentos das universidades de Harvard, Stanford e MIT no *Best Global University Discipline Rankings*, do mesmo *Times Higher Education Reports*.

### 5.1 Panorama da Educação Superior na China contemporânea

Ministério da Educação (2018) apontava a existência de 2.631 instituições na China, organizadas em duas grandes categorias: estatais ou governamentais, que correspondem à maioria das unidades, 1.831 no total, e incluem instituições regulares de educação superior, instituições independentes, faculdades superiores vocacionais e instituições de educação superior para adultos; as instituições não governamentais ou privadas, que já alcançavam mais de 800 unidades.

Tabela 6 - Número de IES por tipo e pessoal acadêmico

Instituições	Total	Servidores	Professores Tempo-Integral
Higher Education Schools	3.013	2.870.866	2.005.188
IES Acadêmicas	1.239	1.976.771	1.318.556
IES independentes entre as Acadêmicas	164	83.915	61.316
IES Profissionais	32	34.196	27.903
IES Técnicas	1.489	832.026	643.704

Fonte: MOE, 2023<sup>94</sup>. Elaboração própria.

<sup>94</sup> Disponível em: [http://en.moe.gov.cn/documents/statistics/2022/national/202401/t20240110\\_1099540.html](http://en.moe.gov.cn/documents/statistics/2022/national/202401/t20240110_1099540.html)  
Acesso em: 03/01/2025.

A China tem, atualmente, o maior sistema de educação superior do planeta, com mais de 3 mil instituições de educação terciária e aproximadamente 40 milhões de matriculados - entre cursos técnicos, graduação e pós-graduação, superando os 20 milhões nos EUA e 17 milhões na Índia, em dados de 2017 (MOE, 2018b). A estrutura administrativa da educação superior respeita a soberania da Assembleia Popular Nacional, sob a qual encontra-se o Sistema de Administração Central ou Conselho de Estado. Este último compreende os órgãos administrativos centrais, como o Ministério da Educação (MOE), por exemplo, e as relações de direção desses órgãos com as entidades de níveis locais.

Tabela 7 - Número de estudantes em educação formal por tipo e nível em 2022<sup>95</sup>

Ensino Superior	Total	Dos quais são minorias étnicas	Porcentagem de minorias étnicas em relação ao total (%)
Pós-Graduação	3.65.3613	217.112	5,94
Doutorado	556.065	33.460	6,02
Mestrado	3.097.548	183.652	5,93
Graduação	19.656.436	1.936.478	9,85
Graduação Profissionalizante	16.937.739	1.852.913	10,94
Cursos normais	228.740	18.681	8.17
Cursos de curta duração	16.708.999	1.834.232	10,98
Graduação em IES Adultos	9.336.481	675.831	7.24
Cursos normais	5.277.598	401.948	7,62
Cursos de curta duração	4.058.883	273.883	6,75
Alunos de graduação baseados na Web	8.446.500	613.058	7.26
Cursos normais	3.419.642	235.122	6,88
Cursos de curta duração	5.026.858	377.936	7,52

Fonte: MOE, 2023. Elaboração própria.

<sup>95</sup> Disponível em: [http://en.moe.gov.cn/documents/statistics/2022/national/202401/t20240110\\_1099535.html](http://en.moe.gov.cn/documents/statistics/2022/national/202401/t20240110_1099535.html). Acesso em: 03/01/2025.

A Iniciativa Cinturão e Rota <sup>96</sup> (do inglês *Belt & Road Initiative* - B&RI) também contribuiu para que a China se torne um importante recebedor de estudantes estrangeiros. Apenas de estudantes de países que compõem tal política, o número de estrangeiros na China aumentou em aproximadamente 20% desde sua proposição até o ano de 2016 (Center for China and Globalization, 2018). Mesmo assim, deve-se considerar que os aproximadamente 450 mil estudantes estrangeiros presentes em instituições de educação superior na China representam um número significativamente menor do que o de estudantes chineses no exterior.

Este cenário, entretanto, marcado pela referida série de reformas da política de portas abertas ilustra uma nova realidade nas medidas de internacionalização: dados resgatados por Philip Altbach (2009) chamam atenção que, desde o marco da abertura econômica e reestruturação da educação superior no país, 815 mil chineses atenderam a instituições de ensino superior em outros países entre 1978 e 2005. Contudo, em 2010, após a adoção da Iniciativa Cinturão e Rota, houve uma explosão no número de estudantes chineses nos países que compõem tal estratégia, além de outros destinos, como América do Norte e Europa. Como resultado, apenas no ano de 2017, mais de 608 mil matriculados em instituições de ensino superior estudaram fora do país, tendo havido o número de recorde de bolsas concedidas pelo governo central para o financiamento destes estudos (MOE, 2018b). Houve aumento, ainda, no retorno à China. Aproximadamente 480.900 chineses estudantes em programas de graduação e pós-graduação no exterior regressaram, em 2017, ao país de origem.

Quando da publicação do Censo da ES de 2018, o MOE compilou dados do setor desde a abertura econômica no final da década de 1970. Em relatório publicado em 2018<sup>97</sup>, estimou-se que aproximadamente 5,1 milhões de estudantes chineses passaram por instituições no exterior desde a abertura econômica. No de 2017, entretanto, cerca de 1,5 milhões de estudantes chineses estavam matriculados em IES no exterior, sendo a maioria delas nos EUA, Oeste Europeu e Reino Unido, contribuindo, inclusive, para a sustentação financeira destas instituições<sup>98</sup>.

---

<sup>96</sup> A Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*) é uma política do governo central da China, proposta em 2013 por Xi Jinping, que incorpora medidas de investimento em infraestrutura no país e cooperação entre 65 países, envolvendo Ásia, Europa e África (Center for China and Globalization, 2018).

<sup>97</sup> Brief report on Chinese overseas students and international students in China 2017 (MOE, 2018).

<sup>98</sup> Entre 2014 e 2015, gastos de estudantes chineses de pós-graduação com mensalidades e outras despesas estiveram próximos de 550 milhões de libras no Reino Unido, apenas entre as 24 instituições que compõem a Russell Group - grupo das principais IES públicas do Reino Unido. Ao final de 2021, em pleno cenário de restrições por conta da pandemia de Covid-19, estimou-se um gasto total entre estudantes chineses no Reino Unido de aproximadamente 5,4 bilhões de libras. Os montantes geram preocupação no próprio sistema de educação superior na região, hoje absolutamente dependente de estudantes chineses (Wellington, 2024).

A B&RI também contribui para que a China se torne um importante receptor de estudantes estrangeiros. Apenas de estudantes de países que compõem tal política, o número de estrangeiros na China aumentou em aproximadamente 20% desde sua proposição até o ano de 2016 (CENTER FOR CHINA AND GLOBALIZATION, 2018). Mesmo assim, deve-se considerar que os aproximadamente 450,000 estudantes estrangeiros presentes em instituições de educação superior na China representam um número significativamente menor do que o de estudantes chineses no exterior.

A Iniciativa Cinturão e Rota proposta pela China conta, em dados de dezembro de 2023, com 146 países signatários<sup>99</sup>: 44 países da África Subsaariana; 34 países na Europa e Ásia Central, incluindo 17 países que compõem a União Europeia; 25 países da região do Leste Asiático e Pacífico, incluindo a própria China; 22 países da América Latina e Caribe; 19 países no Oriente Médio e Norte da África; 6 países da região do Sudeste Asiático (Nedopil, 2023).

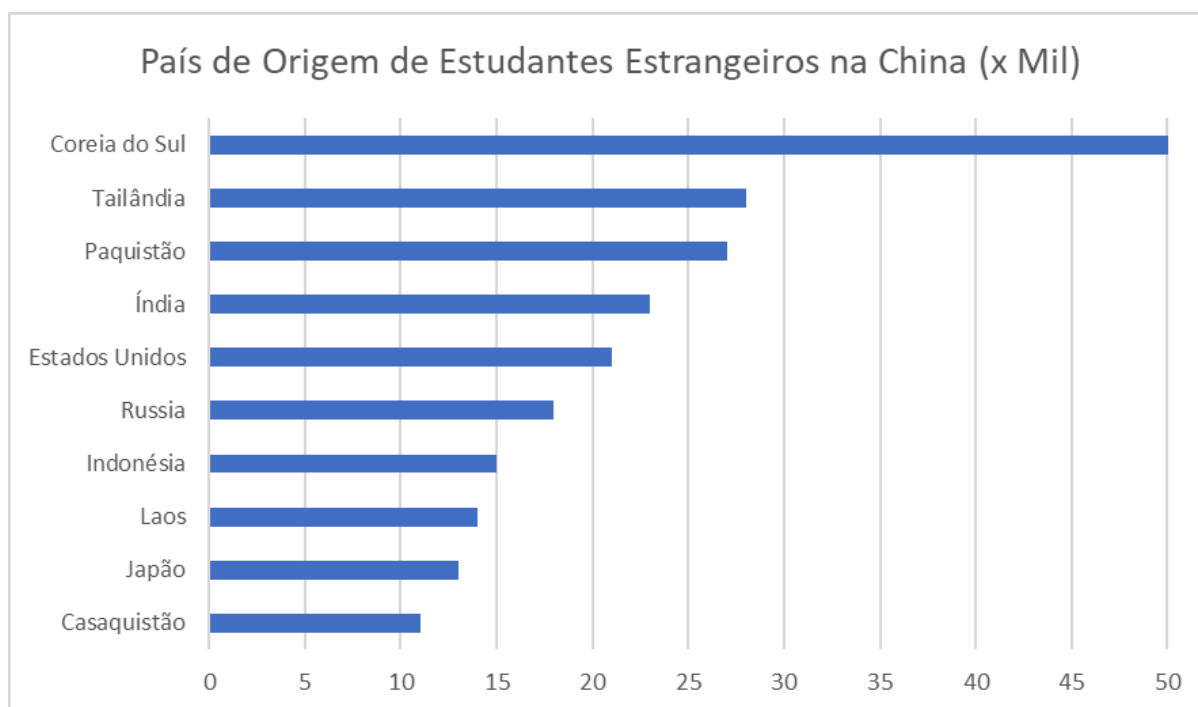
Também foram realizados esforços para o aumento do número de estudantes internacionais de pós-graduação na China. Apenas em 2017, eram 75,8 mil estudantes de mestrado e doutorado oriundos de outros países.

Em 2018, o número de estudantes internacionais na China aumentou para 432,1 mil, entre graduação e pós-graduação, matriculados em 31 províncias/regiões autônomas/municipalidades, sem contar estudantes internacionais em IES em Hong Kong, Macau e Taiwan.

---

<sup>99</sup> Governo da Palestina, reconhecido pela RPC, desde então assinou o Memorando de Acordo (*Memorandum of Understanding*). Contudo, apesar de ser um governo reconhecido pelo Governo chinês, não é internacionalmente reconhecido pelas Nações Unidas (Nedopil, 2023).

Gráfico 5 - Países de origem de estudantes internacionais na China



Fonte: Ministério da Educação, 2019. Elaboração própria.

O mais evidente fenômeno que emana destes investimentos e concepção de educação superior para a criação de universidades globalmente reconhecidas e competitivas é a criação da Liga C9 (*C9 League*), equivalente na China da *Ivy League*, uma aliança oficial de nove universidades chinesas a partir do Projeto 985 que configuram-se como modelo para a educação superior no país.

Compõem a Liga C9 as universidades Tsinghua, Peking, Zhejiang, Fudan, Shanghai Jiao Tong, Nanjing, Xi'an Jiaotong, a Universidade de Ciência e Tecnologia da China e Harbin Instituto de Tecnologia, amplamente consideradas como as mais prestigiadas e influentes em diferentes áreas do conhecimento, concentrando aproximadamente 10% de todo o recurso para pesquisa e inovação no país, 20% das publicações e 30% do total de citações em produções acadêmicas (People's Daily, 2015). As instituições que compuseram as diferentes etapas dos Projetos 211 e 985, hoje Double First Class, bem como aquelas que hoje integram a Liga C9, são financiadas e administradas pelo governo central.

A diferenciação e massificação da educação superior na China promoveu um aumento sem precedentes no número de estudantes em busca de emprego após o término dos estudos (Mok; Han, 2016). Desde o início dos anos 2000, cresce o desemprego entre graduados da educação superior na China em comparação com graduados de outros níveis educacionais,

confrontando a amplamente disseminada teoria do capital humano, que estabelece que o acúmulo de *stock* educacional influencia diretamente o aumento de competitividade no mercado e, em última instância, o próprio desenvolvimento local, regional e nacional. A internacionalização tem sido concebida como alternativa estratégica para superar o aumento da concorrência entre recém-formados (Xiaoyan; Jian, 2010).

O número de publicações por pesquisadores chineses tem crescido exponencialmente, com um aumento de mais de 50% entre 2016 e 2020 (marco temporal que altera significativamente a pesquisa e produtividade acadêmica no cenário da pandemia de Covid-19), período este em que a China ultrapassou submissões por pesquisadores nos EUA e União Europeia (Zhuoling; Pan, 2022).

Esse crescimento não está restrito ao volume de publicações, mas também a seu impacto, levando-se em consideração o impacto de citação ponderado por campo de conhecimento (*field-weighted citation impact*). Também entre 2016 e 2020, Zhuoling e Pan (2022) retomam que pesquisadores chineses figuraram em 29% das publicações dos jornais considerados *top 10* pelo CiteScore<sup>100</sup>, e consolidou a China como a maior publicadora de trabalhos nos moldes *gold open access*<sup>101</sup>.

A internacionalização da educação superior não pode ser concebida de forma unívoca, uma vez que seus princípios, planejamento, execução e avaliação referem-se a sistemas de educação específicos. Ao considerarmos que cada sistema de educação superior concerne aos problemas das sociedades em que se encontram, podemos depreender que a internacionalização da educação superior se vincula aos esforços de ou para tais sistemas em superarem os desafios com os quais se deparam.

Conceitos mais amplos podem ser utilizados para situar ou identificar a internacionalização, a despeito de que as estruturas particulares dos sistemas de ES apresentam, invariavelmente, motivações e justificativas próprias. Altbach e Knight (2007, p. 290, tradução nossa) caracterizam internacionalização como “políticas e práticas adotadas por sistemas acadêmicos, instituições ou até mesmo indivíduos para lidar com um ambiente acadêmico

---

<sup>100</sup> Métrica oficial da publicadora Elsevier, uma das mais conceituadas do mundo, para aferição de impacto, relevância, alcance, consistência e validade de dados, etc.

<sup>101</sup> Apesar de o nome em inglês desta modalidade de negócios indicar acesso livre, ela permite que artigos estejam disponíveis em plataformas pagas e de responsabilidade dos autores, à diferença do modelo em que o pagamento para acesso é realizado por leitores e responsabilidade editorial competente à publicadora.

global<sup>102</sup>. Esta definição pretende incorporar conceitos mais gerais em torno de justificativas que tendem a ter suas próprias particularidades.

Para o caso da China, argumentamos que o propósito das ações coordenadas ou estimuladas pelo Governo Central possui tripla dimensão. A primeira delas é a necessidade de posicionamento global de destaque internacional no setor, através de métricas e paradigmas internacionalmente estabelecidos, como relação professor-aluno<sup>103</sup>, o chamado ambiente de pesquisa<sup>104</sup> (do inglês *research environment*), a qualidade da pesquisa<sup>105</sup>, e o próprio posicionamento internacional<sup>106</sup> (do inglês *international outlook*).

Esta intencionalidade está expressa nos documentos oficiais analisados e os valores que orientam tal intencionalidade estão, geralmente, relacionados à chamada teoria do capital humano. Nos apropriamos da concepção de Hantian Wu (2018) sobre a dualidade das prioridades do governo para seu sistema de educação superior, quanto às orientações prioritárias para dentro e orientações prioritárias para fora, a depender da estratégia macro adotada para determinado período histórico e expressa nos distintos Planos Quinquenais.

Há, porém, uma novidade em curso: o aumento da influência chinesa nos sistemas internacionais. Para esta finalidade, medidas como *Teaching of Chinese as a Foreign Language* (TOCFL) e a criação dos exames de proficiência *Chinese Bridge* e *Hanyu Shuiping Kaoshi* (HSK) assumiram posição de destaque, além do fortalecimento dos Institutos Confúcio (*Confucius Institutes*)<sup>107</sup>.

Seguindo a tradição de planejamento das ações para a política de educação do PCCh, o foco dos princípios e medidas adotadas se alterou conforme a definição de estratégias em uma leitura global ampliada das necessidades do país. Se na década de 1990, o foco esteve na

---

<sup>102</sup> No inglês original: “policies and practices undertaken by academic systems and institutions, and even individuals, to cope with the global academic environment” (Altbach; Knight, 2007, p. 290).

<sup>103</sup> Cálculo da quantidade de estudantes para cada professor. China vem incorporando princípios da eficiência na educação superior também no que tange ao aumento da relação professor-aluno (*student-teacher ratio*), no que diz respeito ao máximo aproveitamento em performance utilizando volume considerado ótimo de recursos (Alspaugh, 1994).

<sup>104</sup> Ivar Bleiklie e Haldor Byrkjeflot (2002) partem do paradoxo da ampliação dos conceitos de conhecimento, ponderando as condições materiais endógenas e sistemáticas para seu desenvolvimento, intencionalidade e ambiente externo para caracterizar o ambiente de pesquisa (*research environment*).

<sup>105</sup> Asknes, Langfeldt e Wouters (2019) concebem a qualidade da pesquisa como um conceito multidimensional em que plausibilidade, solidez teórico/prática, originalidade, valores científico e social tem grande papel, e geralmente é associada ao volume ou alcance de citações, métricas presentemente em disputa.

<sup>106</sup> Se relaciona à percepção ou conceito internacional para determinada universidade (Times Higher Education, 2024)

<sup>107</sup> TOCFL é o teste padrão para fins educacionais ou corporativos quando alcançado o certificado de proficiência, utilizado na República da China (Taiwan), enquanto o HSK é utilizado em Macau, Hong Kong e China Continental com as mesmas finalidades (Lanzhou Jiaotong University, 2024)

construção de instituições, disciplinas e atividades *world-class*, a partir dos anos 2000, a valorização e fortalecimento da cultura chinesa passaram a ser a prioritárias em ações internacionais, numa tentativa de elevar sua própria influência no exterior.

Hantian Wu (2018) propõe a utilização do termo *inward-oriented* quando um país incorpora conteúdos, métodos e princípios vindos do exterior, e *outward-oriented* quando um país exporta para o exterior seus conteúdos, métodos e princípios. Este movimento se relaciona aos princípios adotados como estratégias de desenvolvimento pelo PCCh como *going out* e *attracting in*, referindo-se ao ingresso de companhias chinesas no mercado internacional e abertura do mercado chinês a capitais estrangeiros. Para Hantian Wu (2018), as três dimensões da educação superior “orientada para fora” da China são: diplomacia cultural (conceito utilizado por Knight (2004), entre outros proponentes da teoria do capital humano) baseada em colaborações internacionais (como os Instituto Confúcio, por exemplo); ajudas internacionais para desenvolvimento da educação superior (prática cada vez mais presente junto a países africanos); recrutamento internacional de estudantes de nível superior.

Argumenta-se que nas últimas três décadas, houve no país uma drástica mudança da abordagem *inward* para uma mais balanceada. A importância da educação superior no processo de reformas para abertura do país ficou evidente desde a chegada de Deng Xiaoping ao poder, e evidenciava-se já em 1985, ano da primeira publicação oficial numa plenária do PCCh a respeito da educação desde o fim da Revolução Cultural, apresentando, inclusive, elementos a respeito do processo de internacionalização como parte dos futuros Planos Quinquenais<sup>108</sup> (*Five Year Plan for National Economic and Social Development – ou Five-Year Plans*).

Os Institutos Confúcio se tornaram grande referência para esta política de valorização da influência chinesa no exterior no campo educacional, impulsionados pelo crescimento do *status* global da China, como centros educacionais que se dedicam ao ensino da língua e cultura do país. Atuam, hoje, em mais de 100 países e contribuem para que o chinês seja o idioma com o mais rápido crescimento nos cursos de línguas de países como Coreia do Sul, Japão, França e Estados Unidos, além de se tornar essencial aos negócios em países como Austrália e Nova Zelândia (Wang, 2013; Hanban, 2016).

---

<sup>108</sup> Instrumento de planejamento do governo central, lançado quinquenalmente desde 1953, com metas gerais ao desenvolvimento econômico e social do país.

A ajuda educacional, estratégia ampliada nos planos governamentais mais recentes<sup>109</sup>, trata do oferecimento de materiais, pessoal e programas de cooperação internacional capitaneados pela China para treinar pessoal qualificado em instituições de nível chamado pós-secundário, especialmente na África, através do Forum on China Africa Cooperation (FOCAC). A estratégia chinesa diverge da ajuda educacional tradicionalmente oferecida por países do ocidente, geralmente caracterizada pelo oferecimento de empréstimos para impulsionar matrículas na educação básica. Geralmente direcionada aos chamados países em desenvolvimento, com forte presença no Sudeste Asiático (ASEAN) África e ilhas do Pacífico, com a intencionalidade fundamental de formar força de trabalho especializada nas regiões em que se insere (Wang, 2013). Pode-se expressar via melhoria nas condições de estudo e aprendizagem, formação de professores, apoio ao ensino técnico/vocacional, apoio a concessão de bolsas governamentais.

Inúmeras ações de internacionalização foram elaboradas e/ou trazidas de experiências pioneiras em outras regiões, com o intuito de que o sistema de ES na China pudesse lidar com o ambiente acadêmico global. Destacamos, contudo, cinco grandes elementos integradores do processo de internacionalização do sistema de educação superior chinês, dos quais emanam boa parte dos programas, projetos, ações governamentais ou institucionais: 1) concessão de bolsas, tanto para chineses no exterior, quanto para estrangeiros na China; 2) incentivo a criação de programas internacionais na China; 3) utilização do idioma inglês no ambiente acadêmico, através de classes, materiais didáticos, cursos de ensino da língua e outras ações para familiarização ao idioma; 4) incentivo ao retorno de estudantes chineses que estudaram no exterior; 5) programas internacionais de iniciativa institucional chinesa ou do governo chinês, como os Instituto Confúcio, programas de cooperação e parceria econômica ou ajuda humanitária, especialmente com o Forum on China Africa Cooperation (FOCAC), e a intensificação do intercâmbio entre países que fazem parte da chamada Nova Rota da Seda.

A partir de 2015, o governo central aumentou o valor das bolsas para estudantes de graduação, mestrado e doutorado. Os novos valores por ano, divulgados pelo portal People's Daily (2015), para cursar programas internacionais na China para alunos estrangeiros são, respectivamente, 10.347 dólares, 12.379 dólares, e 15.598 dólares.

---

<sup>109</sup> Wang Li (2013) aponta as estratégias de ajuda educacional pela China à África e Sudeste Asiático vem se intensificando desde o início dos anos 2000, como parte do princípio da internacionalização voltada para fora (outward-oriented), que se relaciona às medidas de expansão global do país (going global), após longo período de adaptação de modelos internacionais às estruturas internas do sistema de educação superior.

Em 2017, a China tornou-se o país com o maior número de estudantes no exterior, compreendendo os níveis secundário e terciário (MOE, 2018b). A internacionalização, neste sentido, relaciona-se com as políticas de abertura econômica, massificação e diferenciação das instituições de ensino superior no país. Contudo, o aumento significativo na última década é fortemente influenciado pelo ingresso de instituições chinesas no rol das elites acadêmicas globais, pela presença de instituições internacionais no país, responsáveis pela preparação e construção de dispositivos de intercâmbios entre países, mas, sobretudo, pela condução estratégica de tais instituições em relação às próprias estratégias de desenvolvimentos do governo.

Melhores condições ao retorno de estudantes chineses do exterior também continuam sendo estimuladas pelo governo. Em 2018, cerca de 520 mil estudantes regressaram à China, cerca de 90% do total de estudantes internacionais chineses, evidenciando ainda um aumento considerável em relação aos cerca de 184 mil que regressaram em 2010, cerca de 75% de chineses internacionais (Statista, 2020).

Estima-se que, em 2023, cerca de um milhão de estudantes chineses estiveram matriculados em IES no exterior e que este número pode ter aumentado em 2024, a despeito de ainda não alcançar marcos pré-pandemia de Covid-19 (University World News, 2024).

## **5.2 Universidade Tsinghua como expressão do projeto do PCCh para Educação Superior**

O papel da educação superior, especificamente, das universidades, na condução dos sistemas de inovação no planeta é multifacetado, e envolve educação e treinamento, produção de conhecimento sob a forma de publicações e patentes, e tendem a receber investimentos públicos para desenvolver suas atividades. Xiaolan Fu (2015), contudo, apresenta dois grandes papéis das universidades em países emergentes no processo de inovação, em adição a seu papel educacional: produção de conhecimento em ciências básicas e aplicadas, bem como decifrar e adaptar tecnologias estrangeiras avançadas.

Ao concebermos que o nível de desenvolvimento de uma economia determina seu tipo de política econômica, industrial e sua capacidade de inovação, pode-se depreender que é o próprio desenvolvimento econômico o determinante para o planejamento, expectativas e avaliação de um sistema de educação superior. Xiaolan Fu (2015) ressalta que estes

determinantes foram o ponto de viragem da ES chinesa, que, à diferença dos EUA ou Reino Unido, apenas nos últimos trinta anos conseguiu superar uma condução baseada no treinamento da força de trabalho, assegurando que suas instituições de ponta se caracterizassem como centros de aprendizagem, institutos de pesquisa básica e aplicada e locus governamental de empreendimentos públicos e privados independentes ou em parceria.

Esta diferenciação permite o posicionamento do sistema de educação superior junto ao sistema de inovação na China e para a China, em referência ao sentido endógeno de desenvolvimento de CT&I. A autora argumenta que, em países emergentes - como aqueles compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) - instituições de ES de ponta são capazes de colaborar com setores industriais para assimilar tecnologias advindas do exterior, adaptando-as a seus contextos técnicos, econômicos e sociais, podendo fazê-lo de forma superficial, ou seja, pela mera facilitação da incorporação de uma determinada tecnologia estrangeira em um país de destino, ou de forma aprofundada, através de engenharia reversa e ações de P&D, promovendo a transição da imitação para a inovação (*idem*, p. 205).

Ponto focal na relação universidade-indústria, argumentamos, é a Universidade Tsinghua. Nos debruçamos, a seguir, no papel desempenhado pela Universidade Tsinghua no processo de internacionalização da educação superior chinesa, como expressão do projeto educacional do governo central, bem como em sua relação com o atual projeto de desenvolvimento, através de ações de pesquisa e desenvolvimento, e que coloca o sistema nacional de inovação e desenvolvimento de C&T no centro das estratégias nacionais.

Fundada em 1911 como a Tsing Hua Imperial College, em pleno contexto de revoltas urbanas do fim da Dinastia Qing, especificamente da supressão da Revolta dos Boxers por alianças estrangeiras no país, que forçou a autoridade imperial ao pagamento de pesadas reparações, porém vinculada a uma elite imperial em decadência no país. As negociações entre comissários imperiais e estadunidenses, principais credores dos beligerantes contra a Dinastia Qing, impuseram o pagamento de cerca de 10 milhões de dólares e algumas condições, dentre elas, o envio de jovens estudantes chineses aos EUA para estudos no país. As instalações da instituição foram, então, construídas e finalizadas em abril de 1911. Seu *campus* está localizado em uma região de passeio e jardins de membros da Dinastia Qing, no atual distrito de Haidian, em Pequim, e, a partir de 1912, com a instauração da República da China, foi redefinida sua estrutura administrativa, sendo removidos da gestão o pessoal imperial,

passando a chamar-se Tsing Hua College. Até 1925, não tinha o *status* de Universidade (Tsinghua, 2024a).

Após a reestruturação da educação superior para adequação aos parâmetros do modelo soviético, iniciada em 1952, a Tsing Hua University foi transformada em um instituto politécnico. Desde a década de 1980, já denominada Tsinghua, a Universidade se tornou uma das pioneiras no desenvolvimento de pesquisas e inovação, inicialmente em Engenharias, e posteriormente ganhando destaque em todas as áreas do conhecimento que incorpora em sua estrutura contemporânea (Tsinghua, 2024).

Nos últimos vinte anos, a experiência da China colocou em evidência um modelo de natureza endógena de desenvolvimento de ciência e tecnologia (C&T)<sup>110</sup> rumo à inovação para o desenvolvimento econômico (e, no caso chinês, social). Os mesmos mecanismos que possibilitaram o aprimoramento do sistema nacional de inovação chinês, notadamente o processo de abertura econômica, trazem o desafio de ampliar ainda mais a expertise doméstica na direção da competitividade internacional (Xiaolan; Soete; Sönne, 2010).

A incorporação de C&T ao desenvolvimento dos países foi tradicionalmente concebida - sob o viés da neutralidade axiológica da epistemologia do que é o próprio desenvolvimento - como mudanças de paradigmas em setores específicos, descobertas científicas ou invenções em estruturas tecnológicas que podem contribuir para superação dos desafios do chamado subdesenvolvimento. Tal “milagre”, contudo, exige políticas industriais que, por sua vez, estão disponíveis aos países no topo da hierarquia do capital mundializado, servindo apenas como horizonte possível de transferências de tecnologia do norte para o sul global, supostamente possibilitado pela chamada globalização (Xiaolan; Soete; Sönne, 2010).

### 5.2.1 Mapa Situacional da Universidade Tsinghua

Missão central e declarada da Universidade Tsinghua, em concordância com os princípios do próprio Governo Central para a Educação Superior na China, é o *cultivo de talentos* (Tsinghua, 2024c). A Universidade oferece 93 cursos de graduação em ciclos básicos e 44 complementações e especializações correlacionadas aos ciclos básicos<sup>111</sup>. Estes cursos estão

---

<sup>110</sup> De acordo com Xiaolan Fu (2015) C&T não é um conceito unívoco seu desenvolvimento ocorre, geralmente, em distintas etapas, necessárias à constituição de estrutura nativa adequada, relação com ambientes e mercados internacionais e a capacidade que têm os governos e empresas na aplicação de processos.

<sup>111</sup> *Undergraduate studies*, em outras partes do mundo são completos em 3 anos, na China e Universidade Tsinghua são completos em 4 anos, e podem ser complementados por um ano adicional em alguma

dispostos em 11 grandes áreas (*disciplines*), a saber, Ciências da Natureza, Engenharias, Literatura, História, Filosofia, Ciências Econômicas, Administração, Direito, Medicina, Artes e Educação. Vinculados às grandes áreas estão os Programas de Talentos Tsinghua Xuetaang: Matemática, Física, Química, Ciências da Natureza, Ciências da Computação, Mecânica, Cultura e Literatura Mundial, Filosofia e Economia.

Os programas de graduação (*undergraduate studies*) e alguns programas de pós-graduação (*graduate e postgraduate studies*) estão localizados no *campus* de Pequim. O *campus* compreende aproximadamente 3,5km<sup>2</sup>, situado no distrito de Haidian<sup>112</sup>, na região nordeste da cidade. Ali estão as sedes de todas as Escolas e Departamentos dos cursos de graduação, as moradias estudantis, com capacidade para cerca de 2 mil estudantes (apenas internacionais), as instalações de recreação e práticas esportivas e culturais. Existem 10 restaurantes universitários espalhados pelo *campus*, onde é possível utilizar a carteira de identidade estudantil para conseguir descontos em refeições. Um hospital de atenção clínica e internação é dedicado a estudantes, pessoal acadêmico e dependentes. Há, no *campus*, inúmeras galerias de arte, estúdios musicais, teatros, salas de cinema, conchas acústicas, centros de vivência, etc. A administração da Tsinghua encoraja a utilização de toda a estrutura no *campus* de forma permanente, por isso, ocorrem durante todo o ano letivo (que tem por exceção os períodos mais frios do inverno), eventos esportivos, culturais e artísticos, congressos, conferências, seminários etc. A Biblioteca e Livraria Central, fundada em 1912, tem um vasto acervo com obras asiáticas e ocidentais, e há dezenas de bibliotecas setoriais. O *campus* abriga, ainda, o Museu de História, o Museu de Arte e o Museu de Ciências (Tsinghua University, 2024c).

Exemplo típico da diferenciação entre as IES no sistema de educação superior chinês, a Tsinghua é considerada uma das mais importantes universidades de pesquisa no país. Isto significa o fortalecimento da pós-graduação, que é realizada nas modalidades acadêmica e profissional, regulares e internacionais. São 62 cursos de pós-graduação acadêmica, entre mestrado e doutorado, e 29 programas de pós-graduação profissional, incluindo o tradicional mestrado profissional e o não-ortodoxo doutorado profissional. Em adição, são oferecidos 33 cursos de pós-graduação, profissional e acadêmica, totalmente em inglês. O primeiro destes

---

especialização correlacionada. As exceções são Arquitetura e Escultura, completos em 5 anos, Medicina e Matemática Aplicada, ambos completos em 8 anos.

<sup>112</sup> Distrito universitário, abriga as sedes dos campi de graduação da Universidade Renmin e Universidade Peking.

curso, ofertado pela Faculdade Ciências Econômicas e Administração, foi iniciado em 1996 (Tsinghua University, 2022b).

Na pós-graduação, a Tsinghua Shenzhen International Graduate School – SIGS, fundada em 2001, buscou incorporar elementos compreensivos globalmente para formar egressos capazes de contribuir com o desenvolvimento econômico e social da região de Shenzhen, parte da chamada Área da Grande Baía (Guangdong–Hong Kong–Macao) (SIGS, 2020).

Para tratar da posição global da Universidade Tsinghua, optamos pela utilização das métricas e rankings da Times Higher Education (THE). Optamos por fazê-lo por ser um dos mais prestigiados portais de avaliação de IES, com caráter compreensivo ao incorporar as missões mais relevantes das IES na atualidade (THE, 2024): ensino - ou ambiente de ensino; ambiente de pesquisa - publicações, retorno e reputação; qualidade na pesquisa - áreas de pesquisa; gestão (do inglês *industry*) - mecanismos para publicização de saberes; panorama internacional - pessoal, estudantes e pesquisas.

O ranking reputacional da THE é baseado em respostas de questionários enviados a acadêmicos *publicados*<sup>113</sup>, e que pergunta sobre a opinião dos mesmos sobre as melhores universidades para ensino e pesquisa em seus campos de atuação.

No último World University Rankings, em 2024, a Universidade Tsinghua ocupou a 12ª posição global, saltando da 16ª posição em 2018. Ocupa a 1ª posição entre as universidades asiáticas, lugar que mantém desde 2016, tendo ultrapassado, desde 2008, as Universidades de Peking e Renmin.

Tabela 8 - World University Rankings 2024

Posição	Nome/País ou Região	Relação professor-aluno	Estudantes internacionais
1	Universidade de Oxford/Reino Unido	10.9	42%
2	Universidade de Stanford/Estados Unidos	6.4	23%
3	Massachusetts Institute of Technology/Estados Unidos	8.0	33%
4	Universidade de Harvard/Estados Unidos	9.0	25%
5	Universidade de Cambridge/Reino Unido	11.5	38%

<sup>113</sup> Em periódicos revistos por pares e internacionalmente conceituados.

6	Universidade de Princeton/Estados Unidos	7.3	23%
7	California Institute of Technology/Estados Unidos	6.1	33%
8	Imperial College London/Reino Unido	11.8	61%
9	Universidade da Califórnia, Berkeley/Estados Unidos	17.9	22%
10	Universidade de Yale/Estados Unidos	5.2	21%
11	ETH Zurich/Switzerland	15.4	43%
12	Universidade Tsinghua/China	11.2	10%
13	Universidade de Chicago/Estados Unidos	6.2	36%
14	Universidade Peking/China	10.9	14%
15	Johns Hopkins/Estados Unidos	4.1	28%

Fonte: THE, 2024.

Outros rankings internacionais posicionam a Tsinghua entre as mais prestigiadas do planeta, mantendo-a entre as 3 melhores na China e da Ásia em 2024: QS World University Rankings<sup>114</sup>, US News Global University Rankings<sup>115</sup> e ARWU World University Rankings<sup>116</sup>.

Importa ressaltar que há inúmeros marcadores mais voláteis, que utilizam metodologias específicas para avaliar elementos distintos da gestão e funcionamento das universidades, tais como a chamada empregabilidade de egressos<sup>117</sup> das IES ou os próprios rankings por disciplinas. Desde 2022, a Tsinghua também ocupa as primeiras posições nestes marcadores, estando na 6ª posição geral do ranking de empregabilidade da QS Graduate Employability Rankings (2024). Quanto aos rankings por disciplinas, cuja principal referência é a US News and World Report, a Tsinghua alcançou em 2020 seus patamares mais elevados, e em 2022 seus marcadores por disciplinas apontavam (Tabela 9):

<sup>114</sup> Disponível em: <https://www.topuniversities.com/world-university-rankings>. Acesso em: 03/10/2024

<sup>115</sup> Disponível em: <https://www.usnews.com/education/best-global-universities/rankings>. Acesso em: 03/10/2024

<sup>116</sup> Disponível em: <https://www.shanghairanking.com/news/arwu/2024>. Acesso em: 03/10/2024

<sup>117</sup> Sendo melhores avaliadas aquelas IES que oferecem as melhores *soft skills*, ou habilidades de integração aos novos paradigmas do mundo do trabalho (Shanghai Rankings, 2024)

Tabela 9- Rankings por Disciplina da Universidade Tsinghua na US News and World Report (2022)

Disciplina	Posição Global
Engenharias	#1
Ciências da Computação	#1
Ciência de Materiais	#6
Química	#7

Fonte: US News and World Report, 2022. Elaboração própria.

Panorama institucional da Tsinghua em 2022 (último censo realizado) mostra que existem (Tabela 10):

Tabela 10 - Números da Tsinghua em 2022

Escolas	21
Departamentos	59
Docentes	3.837
Pesquisadores em Pós-Doutorado	2.838
Total de estudantes	59.300
Estudantes de Graduação	16.300
Estudantes de Pós-Graduação	42.400
Total de Estudantes Internacionais	3100

Fonte: Tsinghua, 2024c. Elaboração própria.

Os dados deste último Censo, realizado em 2022, dão conta de que estudantes internacionais matriculados são provenientes de 130 países, de todos os continentes; estima-se que, até 2019, aproximadamente 30 mil egressos da Tsinghua tenham participado de ações de internacionalização; estavam em curso 150 programas de intercâmbio, em parceria com aproximadamente 290 universidades e/ou institutos de pesquisa; mais de 200 conferências internacionais haviam sido realizadas no *campus* de Pequim e aproximadamente 16.500 estudantes haviam regressado de participação em programas de intercâmbio no exterior (Tsinghua, 2024).

Iniciativas de internacionalização compõem o currículo dos programas de graduação e pós-graduação. Há aproximadamente 500 disciplinas ofertadas integralmente no idioma

inglês. Além dos cursos de graduação e pós-graduação regulares ofertados, há uma série de programas continuados de internacionalização vinculados à Universidade Tsinghua.

No âmbito curricular, a agenda de internacionalização é conduzida pela *Global Competence*, que pode ser traduzida como Competência Global, entendida como a busca permanente pela incorporação de seis competências fundamentais para o convívio e trabalho com diferentes culturas e ambientes acadêmicos e profissionais (Tsinghua, 2022b). Seus núcleos fundamentais envolvem, no chamado aspecto cognitivo, competências em linguagens e conhecimento de mundo e questões globais; no âmbito chamado intrapessoal, incorporação de valores éticos e responsabilidade, bem como autoconhecimento e autoconfiança; no chamado aspecto interpessoal, capacidade receptiva e respeito, além de comunicação e colaboração.

Figura 7 - Competências Globais



\* 源自“全球胜任力自评自测工具研究课题”阶段成果

\*Interim results of the "Global Competency Self-Assessment Research Project"

Fonte: Tsinghua University, 2022b

Com o intuito de aprimorar a incorporação das competências estabelecidas pelo Global Competence, o Escritório de Educação Internacional da Universidade Tsinghua<sup>118</sup> (*Office of International Education at Tsinghua University*) foi fundado em 2015 com o objetivo de potencializar abordagens internacionais entre estudantes. Já em 2018, foi lançado o Centro para o Desenvolvimento de Competência Global<sup>119</sup> (*The Center for Global Competence Development – CGCD*), dedicado a promover orientações e apoio para estudantes vivenciando o processo de internacionalização, bem como para a realização de ações de divulgação da internacionalização em diferentes setores da Universidade.

Estudantes internacionais de graduação e pós-graduação podem fazer parte do Centro para Estudantes e Pesquisadores Internacionais<sup>120</sup> (*International Students and Scholars Center - ISSC*), que promove atividades semestrais de orientação e boas vindas, além de apoio à vida no campus (*campus life*), aquisição e renovação de vistos e passaportes ou comprovantes de residência e demais formalidades para estadia legal e segura no país. Atrações e exposições culturais promovidas pelo ISSC fazem parte do dia a dia no *campus* de Pequim, e há serviços de apoio e orientação disponíveis para o público na graduação, pós-graduação, visitantes, pesquisadores e instituições (ISSC, 2020).

A Tsinghua Global Strategy foi lançada em 2016 e, desde então, consiste na criação ou incorporação de Escolas Internacionais vinculadas à sua estrutura administrativa para oferta de cursos de graduação, pós-graduação e cursos não-acadêmicos. Trata-se da concentração de iniciativas esparsas em uma política institucional de internacionalização. Fazem parte da Global Strategy as seguintes Escolas Internacionais:

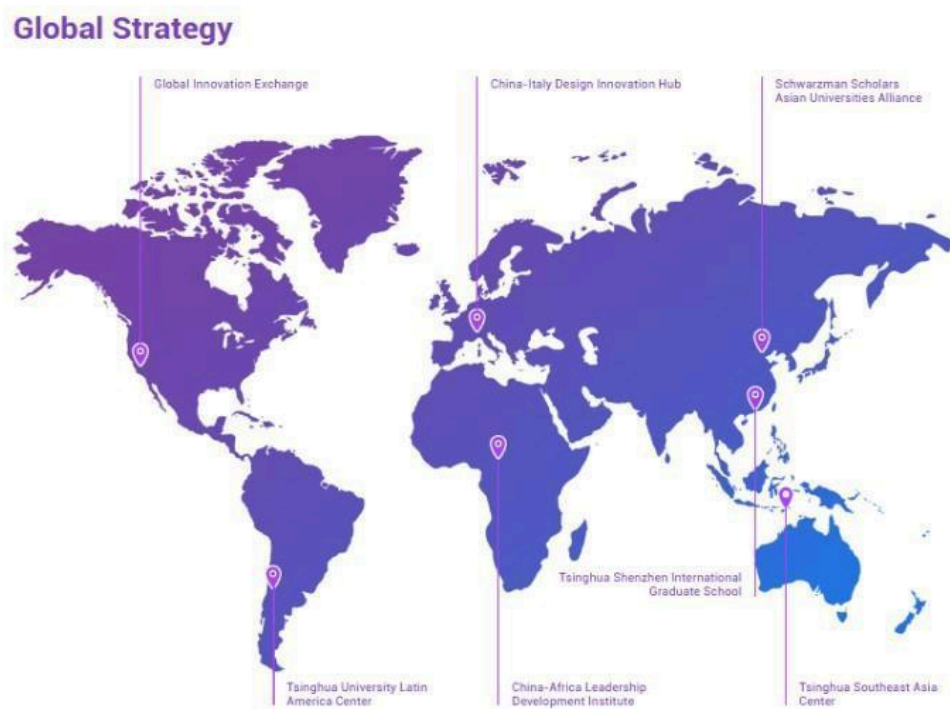
---

<sup>118</sup> Localizado no endereço: B425-1 Lee Shau Kee Science and Technology Building Tsinghua University Beijing 100084 People's Republic of China.

<sup>119</sup> Localizado no endereço: Room 226, Zijing Student Service Center (C Building) Tsinghua University Beijing 100084 People's Republic of China.

<sup>120</sup> Zijing Apartment Building No.23, Tsinghua University, Haidian District, Beijing, 100084 People's Republic of China

Figura 8 - Escolas Internacionais que compõem a Tsinghua Global Strategy



Fonte: Tsinghua, 2024a.

### **China-Africa Leadership Development Institute (CALDI)<sup>121</sup>**

Instituto de pesquisa na área da Educação e Administração Pública, criado em 2018, tendo emergido do Congresso de Pequim do Fórum de Cooperação África-China (FOCAC). Tem papel estratégico para a China em sua aproximação com países da Iniciativa de Cinturão e Rota no desenvolvimento de pesquisas conjuntas. É sediado no *campus* da Tsinghua, em Pequim, administrado pela Escola de Saúde Pública e Escritório de Assuntos Internacionais, e concede bolsas de estudos e programas de intercâmbio a estudantes de 53 países da África, bem como a possibilidade de intercâmbio de estudantes chineses no continente africano (Vanke School of Public Health, Tsinghua University, 2024).

### **Tsinghua Southeast Asia Center (SEA)**

Criada em 2018, a SEA funcionou até 2022 nas instalações da United in Diversity (UID), em Jacarta, até a inauguração de sede própria, em Bali, Indonésia. Posicionada estrategicamente

<sup>121</sup> <https://vsph.tsinghua.edu.cn/en/info/1187/1750.htm>

em território diplomaticamente parceiro da China e que, ademais de compor a BR&I, propôs sua própria iniciativa macroeconômica de investimentos em infraestrutura, o Cinturão Econômico da Nova Era Bali Kerthi. Oferece programas de graduação e intercâmbio entre os países.

### **Global Innovation Exchange Institute (GIX)<sup>122</sup>**

Primeiro *campus* Tsinghua no exterior, localizado na Universidade de Washington, em Seattle, nos Estados Unidos. Através de projetos interdisciplinares, combinação de recursos e orientada por um esforço na inovação, a GIX dedica-se à formação de pesquisas em áreas consideradas práticas, como a integração entre Inteligência Artificial e a Internet das Coisas, cuidados em saúde, energias limpas, etc.

Estudantes de pós-graduação podem ingressar diretamente na GIX na condição de estudantes do Programa de Mestrado em Dispositivos Conectados (*Connected Devices*), único *curso* oferecido pelo Instituto, que congrega suas atividades através dos chamados Modelos de Aprendizagem via Projetos (*Project-based learning model*). Após a conclusão, são concedidos os títulos de Mestre de Ciências em Tecnologia pela Universidade de Washington e Mestre de Ciências em Engenharia, Ciências de Dados e Tecnologia da Informação pela Universidade Tsinghua.

### **Schwarzman College<sup>123</sup>**

Escola de Pós-Graduação para bolsistas do programa Schwarzman Scholars, orientado para a formação em Assuntos Internacionais. Foi lançado em 2013, com sede em Pequim inaugurada em 2015, tem processo seletivo altamente competitivo, com ingresso aproximado de 200 estudantes por ano, oriundos de todos os continentes.

---

<sup>122</sup>Disponível em: <https://gix.uw.edu/>. Acesso em: 10/11/2024.

<sup>123</sup> Disponível em: <https://en.sc.tsinghua.edu.cn/>. Acesso em: 01/03/2020.

### **China-Italy Design Innovation Hub (CIDIH)<sup>124</sup>**

Coincide com a estratégia de Cinturão e Rota ao estabelecer mecanismos na ES para “bases espelhadas” na criação de projetos. Com foco em design, tem o objetivo declarado de transformar a mundialmente conhecida expressão *Made in China* para *Designed in China* (CIDIH, 2024), aproximando o país europeu de estratégias produtivas e industriais capitaneadas pela China, e potencializando a estética em design e inovação chinesa pela região da Iniciativa Cinturão e Rota. O projeto foi iniciado em 2017, situado na Faculdade de Artes da Tsinghua, sendo a sede italiana do CIDIH o prestigioso Politecnico di Milano.

### **Tsinghua University Latin America Center (TULAC)<sup>125</sup>**

O Centro Latinoamericano da Universidade Tsinghua surge da aproximação da instituição chinesa com a América Latina, em um primeiro momento, através do programa de intercâmbio estabelecido entre China e Chile, em 2006, para estudantes de economia e administração. Em 2010, foi criado o Centro de Estudos Latinoamericanos em Administração, na Escola de Ciências Econômicas e Administração da Tsinghua.

Do estreitamento de laços com o governo chileno, foi inaugurada a primeira sede da Tsinghua na América Latina, em 2018, em Santiago. O Centro Latinoamericano da Universidade Tsinghua não é associado a nenhuma outra IES, mas projetos de pesquisa e programas de intercâmbio foram estabelecidos com a Universidade do Chile (Universidad de Chile), Universidad Adolfo Ibáñez e com a Pontificia Universidade Católica do Chile (Pontificia Universidad Católica de Chile), com financiamento das atividades pelos próprios órgãos competentes nas IES envolvidas, além da gigante do ramo de mineração Grupo Luksic e Banco de Chile (TULAC, 2020). O Chile é signatário dos acordos da Iniciativa de Cinturão e Rota com a China.

### **Tsinghua Shenzhen International Graduate School (SIGS)<sup>126</sup>**

Fundada em 2001 como Escola de Pós-Graduação de Shenzhen, Universidade Tsinghua (GSST), buscou incorporar elementos compreensivos globalmente para formar egressos

<sup>124</sup>Disponível em: [https://www.cidih.tsinghua.edu.cn/en/About\\_Us/Global\\_Strategy.htm](https://www.cidih.tsinghua.edu.cn/en/About_Us/Global_Strategy.htm). Acesso em: 01/03/2020.

<sup>125</sup> Disponível em: <https://lac.tsinghua.edu.cn/en/>. Acesso em: 03/03/2020.

<sup>126</sup> Tsinghua SIGS: <https://www.sigs.tsinghua.edu.cn/en/>. Acesso em: 10/01/2024.

capazes de contribuir com o desenvolvimento econômico e social da região de Shenzhen e da chamada Área da Grande Baía (Guangdong–Hong Kong–Macao) (SIGS, 2020). Após a incorporação de novos cursos e currículos, foi reinaugurada em 2019, como Escola Internacional de Graduação Tsinghua Shenzhen em 2019. Oferta cursos de mestrado e doutorado acadêmicos e já se consolidou como uma das mais importantes instituições de pesquisa no país, nas áreas de energia e materiais, ciências e tecnologia da informação, medicina e saúde pública, engenharia, ciências e tecnologias marinhas, meio ambiente e ecologia (Tsinghua, 2020).

Algumas ações e cooperações de internacionalização exclusivas da SIGS também já estão consolidadas, como a ação conjunta entre a Universidade Tsinghua e a Universidade da Califórnia - Berkeley, com apoio do Governo Municipal de Shenzhen, iniciada em 2015. Dedicar-se a explorar o que designa cooperação tripartite universidade-governo-empresas (TBSI, 2022), explicitando seu conceito de interdisciplinaridade, internacionalização e cooperação industrial e seu objetivo de preparar lideranças globais para o setor de tecnologia e gestão de negócios em engenharias, construção, tecnologia e inovação. No mesmo ano, foram iniciadas as atividades da Faculdade Aberta para Inovação, Educação, Ciência, Tecnologia e Arte (Open Faculty for Innovation, Education, Science, Technology and Art – Open FIESTA), em parceria com o Centro de Pesquisa e Interdisciplinaridade de Paris. As atividades do Tsinghua-Berkeley Shenzhen Institute (TBSI) e Open FIESTA são realizadas na sede da SIGS.

### **5.3.2. Principais ações e indicadores de internacionalização da Universidade Tsinghua**

As Escolas/Faculdades na Universidade Tsinghua desfrutam de significativa autonomia para condução de suas atividades e ações de internacionalização são encorajadas. Os Departamentos, que compõem as Escolas/Faculdades, também gozam de relativa autonomia para elaboração de planos de trabalho próprios, que muitas vezes envolvem, também, ações de internacionalização.

Dentre as ações de cooperação destas Escolas e Departamentos, os Programas Conjuntos (*Joint-Programs*) estão em destaque. Oferecidos entre duas ou mais IES, estes Programas permitem que, ao final do curso, estudantes de graduação ou pós-graduação recebam titulação referente aos conteúdos apreendidos. Daí, algumas modalidades possíveis são: a) titulação

dupla ou múltipla, em que as IES envolvidas participam de toda a elaboração e execução do Programa e, ao final, a certificação é válida integralmente nas IES e países de origem; b) cursos conjuntos, em que cada IES tem atribuições específicas na elaboração e execução dos cursos, e responsável pela acreditação estritamente do que lhe cabe, conforme definição do plano de trabalho proposto; c) grau ou acreditação conjunta ou múltipla, em que, após plano de trabalho e ações conjuntas entre IES, diplomas integralmente válidos sejam emitidos para egressos dos programas com conteúdos correspondentes. Abaixo, Programas Conjuntos em da Universidade Tsinghua em 2023:

Tabela 11: Programas Conjuntos na Universidade Tsinghua

Nome oficial do curso	Escola/Faculdade ou Departamento	IES parceira(s)
Tsinghua University-RWTH Aachen University Joint Master's Program	School of Mechanical Engineering	RWTH Aachen University (Germany)
Tsinghua University-Tokyo Institute of Technology Joint Master's Program	Department of Chemical Engineering School of Materials Science and Engineering School of Humanities School of Medicine School of Life Sciences etc.	Tokyo Institute of Technology (Japan)
Tsinghua University-HEC Paris Joint MBA Program	School of Economics and Management	HEC Paris (France)
Sino-Franco Advanced Master's Program in International Environmental Management	School of Environment	École Nationale Supérieure des Mines de Paris (France)
Tsinghua University-European Institute of Business Administration Joint EMBA Program	School of Economics and Management	European Institute of Business Administration (France)
Tsinghua University MBA-Massachusetts Institute of Technology Master of Management Dual Degree Program	School of Economics and Management	Massachusetts Institute of Technology (USA)
Tsinghua University-Chiba University Joint Master's Program	School of Architecture	Chiba University (Japan)

Tsinghua University-Tsing Hua University Joint Master's Program	Department of Industrial Engineering School of Aerospace Engineering etc.	Tsing Hua University (Tai Wan, China)
Tsinghua University-Politecnico di Milano Joint Master's Program	Academy of Arts and Design	Politecnico di Milano (Italy)
Tsinghua University- University of California at Berkeley Joint Master's Program in Financial Engineering	School of Economics and Management	University of California at Berkeley (USA)
Tsinghua University-HEC Paris Joint Master's Program in Management	School of Economics and Management	HEC Paris (France)
Tsinghua University-HEC Paris Joint Master's Program in International Finance	School of Economics and Management	HEC Paris (France)
Tsinghua University-Melbourne University Jointly-awarded PhD Program	Department of Chemical Engineering	Melbourne University (Australia)
Tsinghua University-Technical University of Berlin Joint Master's Program	Department of Mechanical Engineering	Technical University of Berlin (Germany)
Tsinghua University-KTH Royal Institute of Technology Joint Master's Program	Institute of Nuclear and New Energy Technology Department of Engineering Physics	KTH Royal Institute of Technology (Sweden)
Tsinghua University - Johns Hopkins University Dual Master's Degree Program (in Global Politics and Economics)	School of Social Sciences	Johns Hopkins University (SAIS) (USA)
Tsinghua University-Technical University of Berlin Joint Master's Program in Architecture	School of Architecture	Technical University of Berlin (Germany)
Tsinghua University-Politecnico Di Torino Joint Master's Program	School of Architecture	Politecnico Di Torino (Italy)
Tsinghua University-Cornell University Joint MBA Program	PBC School of Finance	Cornell University (USA)
Tsinghua University-Columbia University Joint Master's Program	School of Economics and Management	Columbia University (USA)
Tsinghua University-Yale University Joint Master's Program	School of Environment	Yale University (USA)

Tsinghua University-École Nationale Supérieure de Techniques Avancées Joint Master's Program	School Vehicle and Mobility	École Nationale Supérieure de Techniques Avancées (France)
Tsinghua University-University of California at Berkeley Joint Master's Program in Data Science	Shenzhen International Graduate School	University of California at Berkeley (USA)
Tsinghua University-Center for Research and Interdisciplinarity Joint Master's Program	Shenzhen International Graduate School	Center for Research and Interdisciplinarity (France)
Tsinghua University-University of Washington Joint Master's Program in Connected Devices	Global Innovation Exchange Institute Academy of Arts and Design School of Architecture	University of Washington (USA)
Tsinghua University-Korea Advanced Institute of Science and Technology Joint Master's Program	Department of Mechanical Engineering	Korea Advanced Institute of Science and Technology (South Korea)
Tsinghua-Politecnico di Milano Joint Degree Program	Department of Industrial Engineering	Politecnico di Milano (Italy)
Tsinghua University-Ecole des Ponts Paris Tech Joint Master's Program	School of Environment	Ecole des Ponts Paris Tech (France)
Tsinghua University-Cheng Kung University Joint Master's Program	School of Architecture	Cheng Kung University (Tai Wan, China)
Tsinghua University-University of Exeter Jointly-awarded PhD Program	Department of Earth System Science	University of Exeter (Britain)
Tsinghua University-Politecnico di Torino Jointly-awarded PhD Program	School of Architecture	Politecnico di Torino (Italy)
Tsinghua University-Johns Hopkins University Dual Master Program	Department of Electronic Engineering School of Medicine	Johns Hopkins University (USA)
Tsinghua-City University of Hong Kong MPA-EMBA Dual Degree Program	School of Public Policy and Management	City University of Hong Kong (Hong Kong, China)

Tsinghua-Geneva Dual Master of Public Policy for Sustainable Development Goals	School of Public Policy and Management	Université de Genève (Switzerland)
Tsinghua-Kyoto University Double Master Program	Shenzhen International Graduate School	Kyoto University (Japan)
Tsinghua-University of Manchester Jointly Awarded PhD Dual Degree in Synthetic and Systems Biology	School of Life Sciences	University of Manchester (Britain)
Tsinghua-Universita degli Studi di Padova Double Master's Degree Program	School of Environment	Universita degli Studi di Padova (Italy)
Tsinghua-Waseda University Dual Master's Program in Social Sciences	School of Social Sciences	Waseda University (Japan)
Tsinghua-Politecnico di Milano Double Degree Program of Master in Architecture	School of Architecture	Politecnico di Milano (Italy)
Tsinghua-USC Communication Data Science Dual Degree Program	School of Journalism and Communication	University of Southern California (USA)
Tsinghua Master of Finance & London Business School Master's in Financial Analysis Dual Master's Degree Program	School of Economics and Management	London Business School (Britain)
Tsinghua University-Leiden University Joint PhD Programme in Astrophysics and Astronomy	Department of Astronomy	Leiden University (the Netherlands)
Tsinghua University-Yale University MA-MPH Double Degree Program in Health Care Management	Shenzhen International Graduate School	Yale University (USA)
Tsinghua University-Leibniz University Hannover Dual Master's Degree Program in Resources and Environment	Shenzhen International Graduate School	Leibniz University Hannover (Germany)
Tsinghua University-Kanazawa University Double Master's Degree Program in Resources and Environment	Shenzhen International Graduate School	Kanazawa University (Japan)
Tsinghua University-London School of Economics and Political Science Dual Master's Program in Health Policy	Shenzhen International Graduate School	London School of Economics and Political Science (Britain)
Tsinghua-UNSW Dual Master's Degree Program in Law	School of Law	University of New South Wales (Australia)

Fonte: Tsinghua University, 2024. Elaboração própria.

A Universidade Tsinghua participa como proponente ou membro fundador de alguns programas/projetos de cooperação internacional entre IES. Destacamos, aqui, a Asian Universities Alliance (AUA) (que pode ser traduzida ao português como Aliança de Universidades Asiáticas), a United Kingdom-China Humanities Alliance (que pode ser traduzida ao português como Aliança Reino Unido-China em Humanidades), a Global Alliance of Universities on Climate (GAUC) (que pode ser traduzida como Aliança Global de Universidades para o Clima), e a Global Massive Open Challenge (GMOOC) and Online Education Alliance<sup>127</sup>.

### **Asian Universities Alliance (AUA)**

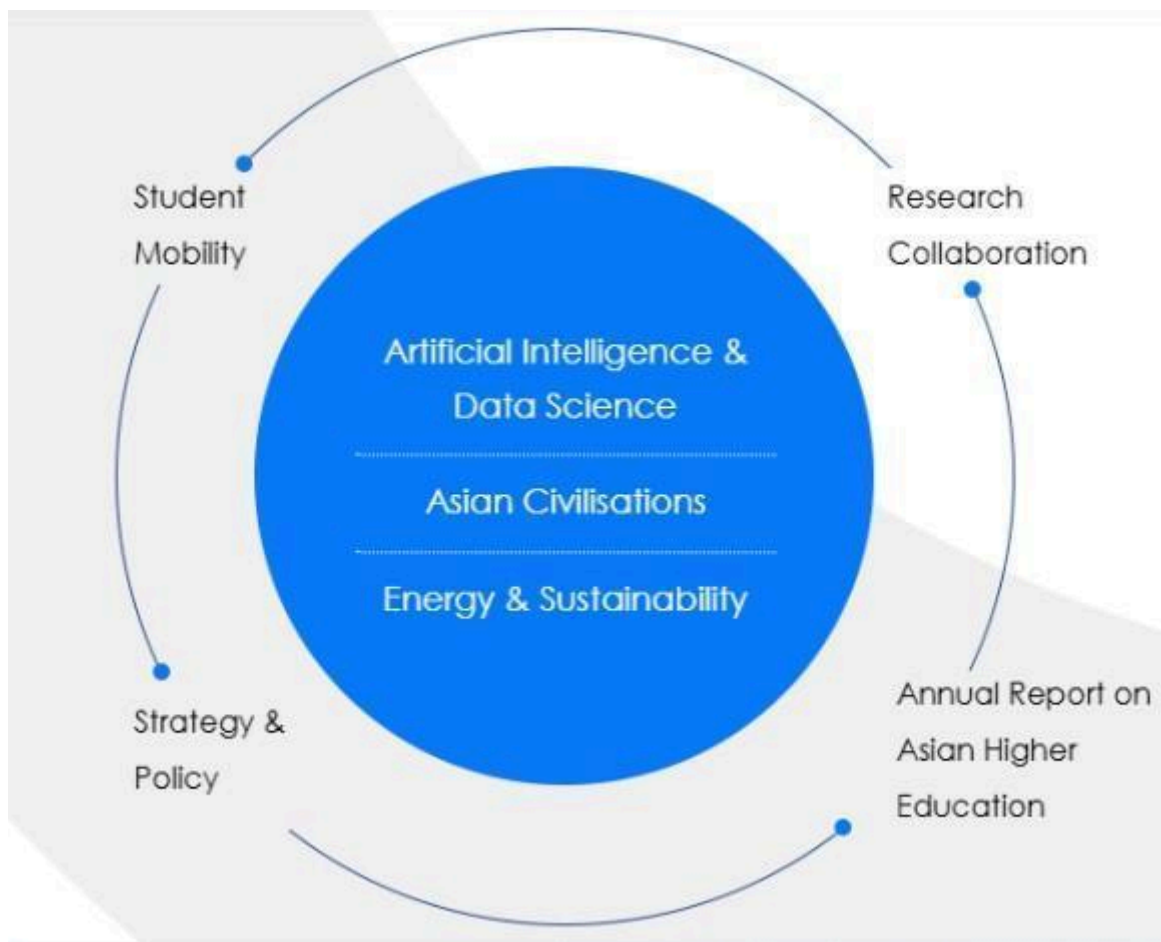
Proposta pela Tsinghua em 2016, a Aliança de Universidades Asiáticas foi lançada no ano seguinte, após definição de escopo, plano de trabalho e regimento interno. A inauguração oficial ocorreu em Pequim, no *campus* da Tsinghua, e ainda em 2017 a Universitas Indonesia promoveu o lançamento do primeiro Programa de Estudos no Exterior (*Overseas Study Program*). Atualmente conta com programas de intercâmbio de estudantes e professores entre IES membros, prêmio anual de estudantes e pesquisadores de destaque e relatórios periódicos das ações da AUA.

O Plano de Trabalho para o período 2020-2023 da AUA (Figura 9) foi definido em torno de três temas-chave: inteligência artificial e dados; civilizações asiáticas; energia e sustentabilidade. São estes os temas que definem os tópicos preferenciais para as formas de ações da Aliança, separados em mobilidade acadêmica, estratégia e política regimental, colaborações em pesquisa, e confecção do relatório anual em educação superior na Ásia (AUA, 2024).

---

<sup>127</sup> MOOC é a modalidade. Global Mooc é a empresa afiliada da Tsinghua que desenvolve o Mooc. Para mais informações: <https://mooc.global/challenge/>. Acesso em: 05/01/24.

Figura 9 - Estrutura do Plano de Trabalho da AUA 2020-2023



Fonte: AUA, 2024.

Quinze IES compõem o quadro de membros plenos, enquanto a Universidade do Catar foi apenas recentemente incorporada como membro associado:

Tabela 12 - IES membros da AUA

<b>IES Membros Plenos</b>	<b>País</b>
Chulalongkorn University	Tailândia 🇹🇭
King Saud University	Arábia Saudita 🇸🇦
Peking University	China 🇨🇳
United Arab Emirates University	Emirados Árabes Unidos 🇦🇪
University of Colombo	Sri Lanka 🇱🇰
National University of Singapore	Singapura 🇸🇬
The Hong Kong University of Science and Technology	China - Região Administrativa Especial (RAE) 🇭🇰

Seoul National University	Coreia do Sul 🇰🇷
Universitas Indonesia	Indonésia 🇮🇩
The University of Tokyo	Japão 🇯🇵
Indian Institute of Technology Bombay	Índia 🇮🇳
Nazarbayev University	Cazaquistão 🇰🇪
Universiti Malaya	Malásia 🇲🇾
University of Yangon	Myanmar 🇲🇲
Tsinghua University	China 🇨🇳
<b>IES Membro Associado</b>	<b>País</b>
Qatar University	Catar 🇶🇦

Fonte: AUA, 2024. Elaboração própria

### United Kingdom China Humanities Alliance (UKCHA)

Busca intensificar a cooperação internacional em humanidades e educação através de publicações e pesquisas multilaterais, da busca por novas fontes de financiamento à pesquisa e inovação, viabilização de oportunidades bilaterais, intercâmbio entre estudantes e pessoal acadêmico e conexões com especialistas internacionais no campo das artes e humanidades (British Council, 2021).

Fundada em 2016, é constituída por IES membros no Reino Unido e na China, possui um Conselho Executivo e um Secretariado. Realiza Conferências anuais e conduz projetos de pesquisa com financiamento conjunto entre as IES e governos participantes. As IES líderes são Tsinghua, na China, e Universidade de Exeter, no Reino Unido:

Tabela 13 - IES membros da UKCHA

<b>China 🇨🇳</b>	<b>Reino Unido 🇬🇧</b>
Tsinghua University (Universidade Líder)	University of Exeter (Universidade Líder)
Beijing Foreign Studies University	University of Cambridge
Chinese University of Hong Kong	King's College London
Fudan University	Loughborough University
Peking University	University of Manchester

Shanghai Foreign Studies University	University of Oxford
Wuhan University	University of Reading
	University of London
	University of Warwick












Fonte: British Council, 2024. Elaboração própria.

### Global Alliance of Universities on Climate (GAUC)

Lançada em maio de 2019, teve a Universidade Tsinghua como primeira sede e presidência. Há um Conselho e um Comitê Executivo, com representantes de todas as IES membros. O Secretariado coordena as ações conjuntas. Atualmente representantes da Tsinghua presidem o Conselho, Comitê Executivo e o Comitê Acadêmico, responsável pela curadoria das publicações do GAUC.

Os Projetos Estruturantes (*Flagship Projects*) do GAUC são: caminhos para emissão zero e neutralidade de carbono e a descarbonização dos campi universitários. Participa, através da formação de quadros de juventude na graduação e pós-graduação, de discussões globais a respeito de mudanças climáticas e meio ambiente. Desenvolvimento de pesquisas conjuntas entre IES membros é encorajado, tendo como foco as populações mais vulneráveis/ameaçadas por mudanças climáticas.

Tabela 14 - IES membros do GAUC

University of Cambridge	Inglaterra 
London School of Economics and Political Science	Inglaterra 
University of California, Berkeley	EUA 
Sciences Po (Instituto de Estudos Políticos de Paris)	França 
Columbia University	EUA 
Stellenbosch University	África do Sul 
Oxford University	Inglaterra 
Imperial College London	Inglaterra 
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Brasil 
Yale University	EUA 
India Institute of Science	Índia 

Tsinghua University	China 🇨🇳
Massachusetts Institute of Technology	EUA 🇺🇸
University of Tokyo	Japão 🇯🇵
Australian National University	Austrália 🇦🇺

Fonte: GAUC, 2024. Elaboração própria.

O programa de formação de quadros de lideranças do GAUC 2024 está em curso e inclui atividades de imersão, seminários com referências internacionais sobre o tema do desenvolvimento ambiental, e certificação acreditada em todos os países onde estão localizadas as IES membros.

### Global MOOC and Online Education Alliance

Proposta pela Universidade Tsinghua 2020, a Global Mooc (GMOOC) incorpora aspectos tradicionais dos ambientes Mooc<sup>128</sup> (*Massive Online Open Courses*) em parceria com algumas das instituições de educação superior mais prestigiadas do planeta:

Tabela 15 - IES presenciais co-fundadoras e/ou participantes do Global Mooc

Tsinghua University	China 🇨🇳
Cornell University	EUA 🇺🇸
Peking University	China 🇨🇳
Politecnico di Milano	Itália 🇮🇹
Saint Petersburg University	Rússia 🇷🇺
University of Auckland	Nova Zelândia 🇳🇿
University of Manchester	Inglaterra 🇬🇧
Universidad Nacional Autónoma de México	México 🇲🇽
University of Nairobi	Quênia 🇰🇪
University of Toronto	Canadá 🇨🇦
Universidad de Chile	Chile 🇨🇱
Mongolian University of Science and Technology	Mongólia 🇲🇳
Nanyang Technological University	Singapura 🇸🇬

<sup>128</sup> As iniciativas Mooc se caracterizam pela oferta de cursos rápidos, à distância, geralmente incorporando materiais elaborados pelos próprios estudantes, seguindo a tendência contemporânea das mídias sociais (SHEA, 2015).

Rice University	EUA 
RWTH Aachen University	Alemanha 
Shanghai Jiao Tong University	China 
Zhejiang University	China 

Fonte: Global Mooc, 2024. Elaboração própria.

A particularidade da Global Mooc é a incorporação de plataformas digitais de educação à distância, como a edX, FutureLearn, Indonesia Cyber Education Institute, LPI (Learning Planet Institute), Thai MOOC e a própria XuetangX, a primeira plataforma Mooc, lançada em 2013 pela Tsinghua, antes mesmo das cooperações entre IES estrangeiras e nacionais. A Global Mooc tem se caracterizado como uma das mais relevantes redes de trabalho e cooperação internacional para oferta de cursos que podem, a depender de critérios próprios de validação, conceder créditos acadêmicos.

Entre as principais atividades desenvolvidas pela Global Mooc estão a condução de cursos híbridos para desenvolvimento de habilidades pedagógicas (*Joint Teaching*), a construção de capacidades (*Capacity Building*), que visa o desenvolvimento de aptidões e talentos individuais e treinamento pedagógico, o compartilhamento de conhecimento (*Knowledge Sharing*) através de publicações, seminários online, reuniões, conferências e oficinas, e o serviço público (*Public Advocacy*) na construção da imagem dos próprios ambientes Mooc e programas de conscientização sobre importância da cooperação internacional para educação superior e o desenvolvimento social (GMOOC, 2024).

Em 9 de dezembro de 2021, a Tsinghua University sediou a Global Mooc and Online Education Conference, com o apoio da Global Mooc and Online Education Alliance e da UNESCO.

A internacionalização da educação superior na Universidade Tsinghua não pode ser concebida descolada da ampliação de suas ações de P&D e, por isso, é indissociável do papel atribuído às universidades na economia chinesa. Desde o início da política de portas abertas, que tratamos aqui como a virada para foco em ciência e tecnologia pelo Governo Central, a Tsinghua se consolidou como uma das instituições de pesquisa mais relevantes do país e incorporou em seu léxico institucional o aprimoramento de CT&I como estratégico para desenvolvimento local, regional, nacional e internacional.

Parcerias com corporações e administração pública fazem parte do cotidiano das atividades acadêmicas e de gestão da Universidade Tsinghua desde o final da década de 1980, sempre vinculadas ao seu diferencial no sistema de educação superior chinês, que são as ações de P&D. Estas podem ocorrer sob a forma de parcerias com governos provinciais, distritais ou municipais, ou diretamente junto às empresas, que, por sua vez, podem ser nacionais/domésticas ou internacionais.

A Tsinghua (2024) apresenta três formas distintas de parcerias com a administração pública, e elas podem envolver a participação direta de empresas públicas ou privadas, a saber: 1) Colaboração entre Universidade e Indústria Através de Projetos de Pesquisa, via articulação para utilização de projetos de pesquisa em andamento junto aos governos locais e/ou empresas públicas; 2) Estabelecimento de Fundos de Colaboração Científica entre Universidade e Indústria, especificamente junto aos governos de Wuxi (nordeste), Hebei (norte), Yunnan (centro-oeste) and Guangdong (Cantão) (sudeste), que funcionam conforme as necessidades de cada região e com as empresas ou setores designados conforme prioridades do sistema nacional de inovação e dos Planos Quinquenais; 3) Estabelecimento de Escritórios de Pesquisa em Conjunto, com o intuito de acelerar a articulação entre Universidade e indústria local.

O caso chinês, cujas particularidades nos últimos 150 anos apresentamos na primeira parte do trabalho, evidencia projetos de desenvolvimento em contraste e, que explicitam perspectivas das distintas gerações de governo e, especificamente após a década de 1980, exige que a relação entre universidades e indústria seja mediada por mecanismos de planejamento do Governo Central.

As primeiras empresas conduzidas por universidades (URE) do país foram criadas ainda na década de 1980, sua participação junto ao sistema nacional de inovação foi encorajada na década de 1990, e, logo em 2001, o Ministério da Educação orientou pela separação gradativa das URE das estruturas administrativas das universidades (Jong-Hak, Keun e Guisheng, 2006).

Para acelerar a integração entre Universidade e corporações, a Tsinghua criou, em 1995 em âmbito doméstico, o Comitê de Cooperação Universidade-Indústria (*University-Industry Cooperation Committee* - UICC), e já no ano seguinte, 1996, deu início à ala internacional desta entidade, pelo Escritório Internacional de P&D. O UICC opera num sistema de associação de membros e tem por objetivos declarados:

- Fortalecer a cooperação da Universidade com empresas do setor de tecnologia, através do intercâmbio de informações e de pessoal para melhor aproveitamento de recursos acadêmicos e de gestão;
- Construir plataformas de integração entre indústrias e entre indústria e Universidade, educação e P&D para o alcance de resultados em alta tecnologia (hi-tech);
- Provisão multidimensional e diversificada de serviços para assistir empresas na solução de gargalos tecnológicos e organizacionais, e fortalecer sua capacidade de inovação e competitividade no mercado;
- Servir como ponte para empreendimentos domésticos e seus parceiros internacionais para promover troca de tecnologia, intercâmbio de pessoal e informação;
- Acelerar desenvolvimento e cultivo de talentos na Universidade Tsinghua e fortalecer sua autonomia na capacidade de inovação (Tsinghua, 2024).

Sua operação é baseada em serviços como: informação, tecnologia, talentos, cooperação internacional, instituições de pesquisa, visitas técnicas e intercâmbios, encontros e conferências. Algumas corporações da China Continental associadas de destaque incluem Baosteel Group, China Telecom, Shanghai Automotive, China Metallurgic Group Corporation, China Huaneng Group Corporation, Shenhua Group, Yalong Hydropower, Huawei, Sichuan Changhong Electric, Dongfang Electric, Guangdong Nuclear Energy Development Group, Juhua Group, Ningxia Pagoda Petrochemical Group, and Hainan Development Holding, etc. Dentre as principais associadas internacionais estão:

- AT&T Company
- Asahi Chemical Industry Co., Ltd.
- Asahi Trading Co., Ltd.
- Boeing
- Cummins Inc.
- Deloitte Touche Tohmatsu
- Electricity de France
- EMC
- Emco Maier GesmbH
- Eternal
- France Telecom R&D
- Freescale Semiconductor
- General Motors Overseas Cooperation
- Hewlett Packard
- Hitachi Ltd.
- IBM Co., Ltd.
- Intel China Research Center
- KONE
- Matsushita Electronic Industrial Co.
- Mentor Graphics Company
- Microsoft
- Mitsubishi Electric Corporation
- Motorola Electronics Ltd.
- NEC Company
- Nippon Shooter Ltd.
- Nissan
- Procter & Gamble Far East Inc. P&G
- Rockwell Company
- Samsung
- Shell China Ltd.
- Showa Highpolymer Co., Ltd.(Japan)
- Siemens Ltd.

- SMC Corporation
- Sony Corporation
- Sun Microsystems Co., Ltd.
- Sunstar Engineering Inc.
- Synopsys Company
- Texas Instrument Hongkong Ltd.
- Tekes
- Toshiba Corporation
- Toyota
- UPM
- UTC
- Veolia
- Viewlogic Systems Company

Além dos serviços desenvolvidos entre corporações membro, há uma série de colaborações estratégicas, através de projetos desenvolvidos pela Universidade Tsinghua através dos Escritórios Doméstico e Internacional de P&D, junto à UICC e em parceria com projetos de outras gigantes corporativas nacionais e internacionais. Alguns parceiros (não membros) na China Continental incluem China Electronics Corporation, Commercial Aircraft Corporation of China (COMAC), Sichuan Changhong, China Hydropower Engineering Consultant Group, China Dongfang Electric Corporation, China Huaneng Group, Datang Electric Group, China State Construction Engineering Corporation, Hainan Rubber Group, Capital Airport Holding Company, CSPC Pharmaceutical Group Limited, China Three Gorges Corporation, and Sichuan Railway Group Co. Ltd.

Ao todo, considerando atividades acadêmicas de graduação, pós-graduação e em parceria com corporações e administração pública, a Universidade Tsinghua conta com mais de 300 institutos de pesquisa (Tsinghua, 2024):

Tabela 16 - Principais laboratórios de P&D para atividades acadêmicas e em parceria via UICC










<b>Instituição</b>	<b>Instalações</b>
Laboratórios Nacionais	2
Laboratórios Estatais Chave	18
Laboratórios Nacionais em Engenharias	5
Centro Nacional de Pesquisas em Engenharias	7
Laboratórios-Chave do Ministério da Educação	19
Laboratórios do Ministério da Saúde	8

Laboratórios-Chave da Cidade de Pequim	12
--	----

Fonte: Tsinghua, 2021a. Elaboração própria.

Em adição, nove Centros de Pesquisa exclusivos às parcerias ou associações internacionais estão em operação nas cidades de Pequim e Shenzhen, e dedicados aos temas de alternativas energéticas, energias limpas e otimização energética em procedimentos industriais e produtos finais.

Tabela 17 - Centros de Pesquisa com instalações próprias nos campi Pequim e Shenzhen

Centro de Pesquisa	Parceiros
Tsinghua-Toyota Joint Research Center	Toyota 
Tsinghua-United Technologies Corporation Research Institute for Integrated Building Energy, Safety and Control Systems	Múltiplos
China Automotive Energy Research Center of Tsinghua University	GM  e SAIC Motor Corp 
Tsinghua-MHI R&D Center	Mitsubishi Heavy Industry (MHI) 
Tsinghua-Siemens Centre of Knowledge Interchange	Siemens 
Tsinghua-Veolia Advanced Environmental Technology Joint Research Center	Veolia 
Tsinghua-Boeing Joint Research Center	Boeing 
Tsinghua-Toshiba Energy and Environment Research Center	Toshiba 
Tsinghua University-Swire Properties Joint Research Center for Building Energy Efficiency and Sustainability	Swire Properties 

Fonte: Tsinghua, 2021b. Elaboração própria.

Atuando ativamente junto à indústria e serviços, a Universidade Tsinghua deu o passo adiante no processo de internacionalização, no âmbito da UIR, através da Tsinghua Holdings. Registrada junto ao Conselho de Estado em 2003 com um capital de 395 milhões de dólares para gerir empreendimentos sob controle da Universidade Tsinghua. Em 2018, já ocupava alto patamar entre as principais empresas em operação no país, número 3 no ranking de empresas do ramo de Pesquisa e Desenvolvimento. Atualmente, o total de ativos da companhia está avaliado em cerca de 2,5 bilhões de dólares (Tsinghua Holdings, 2024a).

Seus princípios e serviços incluem a *inovação*, dedicada à mencionada integração entre o sistema de educação superior e a indústria local, regional, nacional e global, através de atividades de pesquisa e desenvolvimento, alcançando o significativo resultado de ter submetido, ao final de 2019, aplicações para mais de 18 mil patentes domésticas e no exterior; e *plataformas*, através de redes de empreendimentos para estímulo de produção e utilização de recursos em inovação, especialmente pela assessoria a *start-ups* e comércio local. Até 2017, a Tsinghua Holdings gerenciava 71 parques tecnológicos, 128 incubadoras, 14 comunidades de empreendimentos e 7 hubs de inovação em mais de 70 cidades e em todas as regiões do país, além de parcerias no exterior (Tsinghua Holdings, 2024a).

Atualmente opera seis grandes áreas: Tecnologias Avançadas (circuitos integrados, proteção ambiental e saúde pública); Serviços de Inovação em Incubadoras: integração de resultados de pesquisa a propostas operacionais (incluem Nuctech Company Limited, Beijing Global Safety Technology Co Ltd, Tianjin Hwatsing Technology Company Limited, Beijing Tongfang Microelectronics Co Ltd, Shijiazhuang Chengzhi/Yonghua Display Materials Co Ltd, Tsinghua Solar Energy Co Ltd, Tongfang Knowledge Network Technology Group); Tecnologias Financeiras; Indústria Cultural e Criativa; Educação Online.

Como uma corporação 100% pública, tem a missão de aplicar em negócios, investimentos, parcerias e demais atividades industriais e comerciais os produtos de suas pesquisas, especialmente em Tecnologia e Inovação. É detentora de ações em dezenas de companhias listadas nas bolsas de valores de Xangai, Shenzhen e Honk Kong<sup>129</sup>. Algumas de suas inovações mais proeminentes sob a forma de produtos finalizados são: Primeiro reator nuclear resfriado a gás (gas cooled reactor - GCR), o HTR-PM, iniciado em Shandong em 2021, como parte da Planta de Energia Nuclear de Shidao Bay; Desenvolvimento de sistemas de inspeção de cargas em containers para atividades portuárias e rodoviárias; Protocolo de respostas e emergências para segurança pública; Sistemas para polimento químico-mecânico (CMP polishing) para desenvolvimento de condutores e semicondutores; Primeiro chip para testagem genética e aferição de surdez. Listamos suas organizações afiliadas na Tabela 18 e as subsidiárias na Tabela 19.

---

<sup>129</sup> Entre elas listamos: Tongfang Co., Ltd. (600100), Chengzhi Shareholdings Co., Ltd. (000990), Unisplendour Co., Ltd. (000938), Guoxin Micro, Tongfang Technovator (01206.HK), Tus-Guhan Group Corp Ltd. (000590), Neo-Neon Holdings Limited (01868.HK), Tus-Sound (000826), Tus International (00872.HK), and GSAFETY (300523) (Tsinghua Holdings, 2024a).

Tabela 18 - Empresas afiliadas da Tsinghua Holdings

Companhia	Ramo	Posição de mercado
<p>Tongfang Co.</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecnologia Avançada em informática;</li> <li>• Energia nuclear para uso civil;</li> <li>• Conservação ambiental;</li> <li>• Tecnologia Financeira</li> </ul>	<p>Empresa pública listada na Shanghai Stock Exchange</p> <p><a href="#">The Official Website of Tongfang Co., Ltd.</a></p>
<p>TusHoldings Co., Ltd.</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rede Global de Inovações</li> <li>• Tecnologia Avançada em informática</li> <li>• Incubadora de projetos em inovação</li> </ul>	<p>Empresa pública listada na Shanghai Stock Exchange</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 300 projetos em incubadoras</li> <li>• 160 projetos</li> <li>• 100 programas de cooperação</li> <li>• 80 cidades</li> <li>• 66 universidades</li> <li>• 9 países/regiões fora do Cinturão e Estrada</li> </ul> <p><a href="#">启迪控股</a></p>
<p>Chengzhi Shareholding Co., Ltd.</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Biotecnologia</li> <li>• Engenharia Química e Energias renováveis</li> <li>• Medicina</li> <li>• Materiais para Semicondutores</li> </ul>	<p>Empresa pública listada na Shanghai Stock Exchange</p> <p><a href="#">Cheng Zhi</a></p>
<p>THTI Holdings</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento e operação de parques industriais e tecnológicos</li> <li>• Desenvolvimento e operação de energias inovadoras</li> </ul>	<p>Empresa pública vinculada à Tsinghua Holdings Co. Ltd. para fortalecimento de marcas e consultoria, desenvolvimento de tecnologias em informação e energias.</p>
<p>Tianjin Hwatsing Technology Co Ltd</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento e assessorias em semicondutores e polimentos químicos</li> </ul>	<p>Empresa pública listada na Shanghai Stock Exchange</p>

Fonte: Tsinghua Holdings, 2024b, elaboração própria.

Suas subsidiárias:

Tabela 19 - Subsidiárias da Tsinghua Holdings Co. Ltd.

<b>Companhia</b>	<b>Ramo</b>	<b>Posição institucional</b>
Tsinghua Holdings Habitat Development Group	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisas em indústria e políticas habitacionais</li> <li>• Infraestrutura urbana</li> <li>• Projetos arquitetônicos especiais</li> <li>• Proteção ambiental e biológica</li> <li>• Comunicação, arte e cultura</li> <li>• Segurança pública</li> </ul>	<p>Primeiro grupo empresarial do país dedicado ao tema das ocupações humanas. Compreende, na Universidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• School of Architecture</li> <li>• School of Environment</li> <li>• Academy of Arts and Design</li> <li>• School of Civil Engineering</li> </ul>
Tsinghua University Press	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Editorial</li> <li>• Livrarias</li> <li>• Periódicos acadêmicos</li> <li>• Apostilas e produções acadêmicas</li> <li>• Material digital e plataformas acadêmicas internacionais</li> </ul>	<p>Expansão de atividades para além daquelas relacionadas à Tsinghua, ocupa significativa parcela do mercado editorial e acadêmico no continente</p>
CapitalBio Technology Co., Ltd.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medicina e saúde pública</li> <li>• Instrumentos</li> <li>• Sequenciamento genético</li> <li>• Diagnósticos</li> <li>• Medicina <i>in vitro</i></li> </ul>	<p>Plataforma industrial do Centro Nacional de Pesquisas e Engenharia Genética e Biochip de Pequim, vinculada como subsidiária da Universidade Tsinghua</p>
Tsinghua Holdings Nuclear	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa e industrialização em energia nuclear</li> <li>• Energia solar</li> <li>• Reciclagem e tratamento de ar e resíduos sólidos e líquidos</li> </ul>	<p>Fornece subsídio em pesquisas e materiais às companhias da Tsinghua Holdings, especialmente TusHoldings Co Ltd e Tsinghua Tongfang Artificial Environment Co Ltd</p>
MOOC-EN Education	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação acadêmica complementar virtual</li> <li>• Plataformas virtuais de formação profissional ou acadêmica</li> </ul>	<p>Primeiro conglomerado internacional de plataformas de formação profissional ou acadêmica do país.</p>

Fonte: Tsinghua Holdings, 2024b, elaboração própria.

Algumas de suas mais proeminentes *spin-offs* (uma vez controladas integralmente pela Universidade Tsinghua, agora controladas parcialmente ou integralmente por outros grupos governamentais ou privados):

Tabela 20 - Maiores Spin-offs da Tsinghua Holdings

Companhia	Ramo	Controlador majoritário atual
Nuctech  	Controle, auditoria e segurança operacional	China National Nuclear Corporation
GSAFETY (Beijing Global Safety Technology Co., Ltd.)  	Aplicação de tecnologias para segurança pública	China Telecom

Fonte: Tsinghua Holdings, 2024b, elaboração própria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o esforço metodológico de cotejar a particularidade da formação capitalista na China desde o século XIX com as condições presentes para o desenvolvimento econômico e social do país, argumentamos, aqui, que algumas tendências internacionais à educação superior não podem ser transpostas à realidade chinesa. Nos referimos, especificamente, aos princípios estabelecidos e propagados por organismos internacionais multilaterais que atribuem à educação superior “influência direta na produtividade nacional, à qual determinada em grande parte o nível de vida e a capacidade de um país para competir na economia mundial” (Banco Mundial, 2022).

A retomada dos condicionantes históricos para a emergência do PCCh serve para colocar em evidência a inadequação teórica de colocações apriorísticas a respeito da natureza do modo de produção na China, se capitalista ou socialista (Amin, 2014), remetendo-a ao campo da educação superior: está a educação superior na China em um curso rumo à ocidentalização? Será o sistema de educação superior chinês autônomo e à serviço da transição ao socialismo?

Ao discutirmos a internacionalização da educação superior, fez-se necessário tratar de determinantes políticos, econômicos e sociais que constituíram o projeto de educação em curso na China, para uma compreensão adequada das intencionalidades de dado projeto educacional e sua relação com as formas de propriedade e modelos de desenvolvimento na contemporaneidade.

Um modelo chinês, ou o modelo chinês, pode ser apreendido sob diferentes perspectivas. Algumas das mais importantes tratam o modelo chinês como a soma dos conceitos, estratégias, políticas e práticas desde o estabelecimento da RPC. Outras tendem a conceber o modelo chinês como uma experiência a ser exportada, particularmente uma lição ao ocidente. Há uma compreensão de que o modelo é a síntese das medidas pós-abertura econômica e social e modernização, com sua distinta característica de regulação interna. Também há o entendimento de que o modelo é a combinação da trajetória/caminho chinês com determinadas conjunturas históricas (Cheng; Xin, 2011).

Cheng Enfu e Xin Xiangyang (2011) ponderam, justamente, uma crítica a noções exógenas e extemporâneas de um suposto modelo chinês, ressaltando que o estabelecimento de modelos a partir de esquemas filosóficos apriorísticos, mesmo que sustentados por categorias típicas da economia política, antropologia, história ou qualquer outra ciência, tende a conceber uma

realidade social complexa a partir de conceitos rígidos, pré-estabelecidos. Argumentam, a partir desta crítica, que um modelo deve sintetizar os mecanismos internos de um objeto e as várias formas sob as quais as diferentes características deste objeto são sistematicamente exibidas. Um equívoco possível desta representação é a constituição de noções sobre China que podem ou devem se articular a um encaixe ocidental, se realizada a partir de modelos ideais que possam caracterizar experiências socialistas ou capitalistas.

Cheng e Xin (2011) trazem, ainda, a necessária distinção entre um modelo, a trajetória/caminho (*path*), a experiência e o caso chinês. O país apresenta vários casos exitosos de desenvolvimento social, econômico e mobilização cultural que, em conjunto, caracterizam a experiência chinesa. No projeto para educação superior conduzido pelo PCCh para suas IES consideradas de excelência, podem ser considerados exitosos apenas os aspectos vistos sob a ótica de paradigmas ocidentais, como alcance da massificação - o país tornou-se o maior sistema de educação superior, ou educação terciária do planeta; dos fatores de impacto - altíssimo volume de publicações em periódicos de excelência e submissão de patentes; de critérios tradicionais de internacionalização - publicações chinesas de alto impacto global e pesquisadores chineses em publicações de alto impacto internacional; do envio e recebimento de estudantes e pessoal acadêmico internacional. Tratam-se, portanto, de aspectos típicos do processo de ocidentalização, fundamentais ao processo de mercadização da educação superior.

Sob a ótica do desenvolvimento local, regional e nacional, temos um sistema de educação superior que, a partir das reformas iniciadas na década de 1980, e especificamente após o peso institucional atribuído pelo governo central quando da Decisão para Reforma do Sistema de Educação, logrou uma aproximação entre ambiente acadêmico, ambiente de pesquisa, pesquisa e inovação, ciência e tecnologia, e produção cultural e material em escala global, efetivamente contribuindo para o alcance dos objetivos de defesa e soberania nacional, autossuficiência alimentar no campo<sup>130</sup>, ampliação de fronteiras energéticas, desenvolvimento de tecnologia de ponta em incontáveis setores do conhecimento e mercado internacional.

Encontra-se nesta última dimensão a particularidade da educação superior chinesa e de sua internacionalização: à diferença dos sistemas ocidentais<sup>131</sup>, que, via de regra, buscam a integração de cada país a um esquema mercadológico mundializado, estudamos aqui um

---

<sup>130</sup> China é a maior importadora global de alimentos, aparecendo, ainda, como uma das maiores produtoras e exportadoras no segmento (People's Daily, 2023).

<sup>131</sup> Nos reservamos a não tratar aqui da educação superior na Índia, outro gigante que foge aos paradigmas ocidentais, porém, por sua formação social, bastante distinto dos demais países asiáticos.

sistema de educação superior que se vincula aos problemas reais de uma formação social particular - que buscou/busca romper com mecanismos de dominação econômica através de regimes de propriedade, direito, controle da força de trabalho - e de uma perspectiva de desenvolvimento particular - que se utiliza destes mesmos mecanismos de propriedade, direito e controle da força de trabalho para alcançar os objetivos dispostos em uma economia planificada em setores estratégicos e altamente regulada para mercados globais.

Em suma, a educação superior chinesa assume formas cada vez mais integradas aos sistemas ocidentais, expressando, contudo, uma intencionalidade própria e típica da formação social possível nos últimos 150 anos e escolhida pelo povo chinês no futuro a curto a prazo<sup>132</sup>. Ao compreendermos as saídas possíveis e escolhidas a partir do início do choque com o ocidente, temos a manutenção de uma estrutura de dominação capitaneada por potências capitalistas no ocidente que controlava diretamente o governo da República da China e indiretamente a estrutura de propriedade latifundiária sob a égide dos *Dujun*.

A ascensão do movimento revolucionário comunista e sua vitória na Guerra Civil (que envolveu reacionários defensores do retorno ao modelo imperial, reformistas, conservadores nacionalistas, radicais, estrangeiros e, após 1937, beligerantes da II Guerra Mundial!), e a manutenção do Partido Comunista da China ao poder representou, procuramos demonstrar, a possibilidade de uma alternativa nacional e popular aos chineses.

Desde a década de 1980, quando efetivamente entram em vigor as reformas da era pós-Mao, com a flexibilização ao fluxo de capital no país, novos debates surgiram quanto à natureza do Estado na China, se capitalista ou socialista. Neste trabalho, concordamos com Samir Amin (2014), afirmando que a pergunta é, antes de tudo, mal colocada. No que tange à questão agrária, a terra redistribuída jamais foi privatizada; a industrialização alcançada - e não há distinção categorial entre industrialização capitalista ou socialista - permitiu ao país a alocação de recursos em setores considerados estratégicos ao mesmo tempo em que logrou um dos maiores fenômenos sociais da humanidade, ao retirar, em pouco mais de 60 anos, cerca de 800 milhões de pessoas da pobreza, justamente pela própria industrialização do campo.

A crítica, contudo, pesa ao nos depararmos com a implacável integração da China no circuito da mundialização financeira, o que acirrou crises internas e a própria dependência do país a

---

<sup>132</sup> Em dezembro de 2023, o PCCh renovou a concessão do uso de terras agricultáveis por mais 70 anos, decidindo, ainda, que o prazo não pode ser revisto pelos próximos 30 anos, medida extremamente popular e que deve garantir ainda mais estabilidade política (Donnellon-May, 2023).

mecanismos de endividamento e piora nas condições de vida de sua população, a despeito de rigorosos esquemas de planificação e regulação impostos pelo PCCh. Mesmo assim, a estrutura financeira dependente do país está subsumida a mecanismos de propriedade que inviabilizam a entrega de setores inteiros da economia e sociedade chinesa às ordens do centro do capitalismo mundial.

A crítica à utilização do termo socialismo com características chinesas pode se apoiar numa concepção dialética do modelo chinês, pois é válida a concepção de que esta expressão permite o posicionamento de quaisquer medidas, ações, políticas, etc., no âmbito do socialismo, utilizando a particularidade chinesa como escusa metodológica para um ecletismo na concepção de desenvolvimento do país. Entretanto, argumentamos que a sinonização<sup>133</sup> do conceito de socialismo até uma trajetória/caminho próprio é válida, e as experiências que daí derivaram possibilitaram a emergência do que pode ser considerado um modelo chinês.

Em países da periferia do capitalismo mundial, a educação passou a ser componente fundamental de um estratégico constructo ideológico na difusão de um projeto de sociabilidade burguesa, e organismos multilaterais como Banco Mundial (BM), Unesco e OMC se posicionam como verdadeiros condutores da política para a educação superior aplicando contrapartidas sob a forma de diretrizes políticas vinculadas aos instrumentos normativos e de investimentos que gerenciam.

Estas diretrizes são produzidas e acabam por reproduzir o arrocho na hierarquia capitalista mundializada pois forçam uma integração entre centro e periferia econômica através de medidas de ajuste estrutural, a fim de promover a famigerada governabilidade aos países da periferia do capitalismo e o projeto hegemônico capitaneado pela lógica do endividamento e mundialização financeira.

Outro princípio fundamental das ações educacionais orientadas por organismos multilaterais envolve a concepção de que a própria política para educação é instrumento para a superação da pobreza. Tal concepção permite justificar a massificação da educação superior - ou, conforme léxico típico de organismos multilaterais, a educação terciária - através de instituições privadas, considerando que os Estados, em cenário de crise fiscal e ajustes estruturais, não possuem recursos adequados ou sequer atribuição política para organizar sistemas modernos e inovadores.

---

<sup>133</sup> Do inglês *sinonization* ou *sinicization*, transformar, qualificar como chinês (Cheng, 2021).

A concepção instrumental da educação dá lugar a uma concepção utilitarista da mesma, submetendo-a a uma racionalidade integralmente mercadológica, podendo ser ofertada nos campos públicos ou privado de acordo com sua conveniência e eficácia financeira, conduzindo-a ao processo de empresariamento da educação, seja através do financiamento público de instituições privadas ou pela inserção sistemática de recursos privados no setor público na educação superior.

Nosso primeiro argumento quanto à conformação atual da educação superior na China é de que a tríade imposição de medidas, superação da pobreza e mercadização das atribuições da educação superior, marca da periferia do capitalismo mundial, não retrata o panorama da educação superior chinesa. As universidades de excelência desenvolvem seus projetos e ações em relação direta com a administração pública junto ao governo central, governos provinciais ou locais, através de empresas também públicas, geralmente vinculadas à sua própria estrutura administrativa, e tem por objetivo o alcance das metas propostas pelos mecanismos de planejamento governamentais, também em todos os níveis.

A internacionalização, no caso chinês, evidencia a particularidade do modelo de desenvolvimento e tipo de Estado conduzido por seu governo, desde a abertura do país, mas que não pode desconsiderar aspectos de sua história milenar, da constituição da educação superior moderna no país, de sua influência soviética durante determinado período histórico e de sua regressão durante a Revolução Cultural. Trata-se, portanto, de conceber a internacionalização com características comuns àquela preconizada no modelo ocidental, e, seguramente, conveniente àquelas perspectivas para ambos os sujeitos, mas com finalidades distintas, tanto do ponto de vista estratégico, quanto de uma determinada compreensão de história e desenvolvimento conduzida pelo PCCh.

Pode-se dizer que tais características comuns dizem respeito à adoção de estudos globais, utilização da língua inglesa, intercâmbio cultural, abertura do mercado educacional como elementos transnacionais presentes na educação superior do país. Mesmo assim, o enfoque transnacional não caracteriza o paradigma central da internacionalização conduzida pelo governo. Para concebê-lo, seria necessária uma completa reforma do sistema de educação superior chinês, com base em estudos globais para promover a mobilidade e internacionalização das unidades de ensino.

Compreendendo a educação superior como campo estratégico para seu modelo de desenvolvimento, o governo central não adota as medidas destacadas e, a despeito das

condições que emergem da intensificação do mercado educacional e da existência de regiões administrativas especiais, um modelo de educação superior chinês ainda é fortemente valorizado pela estrutura organizativa central (García, 2016), mas de materialização inviável devido às diferenças regionais e às próprias estratégias de desenvolvimento locais, regionais e nacional. Diferencia-se, então, do processo ocidental de internacionalização à medida em que, neste, eliminam-se, abrupta ou gradativamente, as restrições para a construção de um programa de estudos globais, enquanto no caso chinês, a construção dos programas de estudos, seja nos âmbitos administrativos, pedagógicos, de concepção ou financiamento, vinculam-se fortemente com suas estratégias políticas e econômicas rumo ao desenvolvimento à maneira chinesa.

A Universidade Tsinghua pode ser concebida como um corolário da política para educação superior no país: conta com robusta estrutura de estímulo e apoio às colaborações internacionais, seja por intercâmbio de estudantes ou professores, ou ações conjuntas com IES no exterior. Em lugar de destaque entre as maiores universidades do planeta, materializa estratégias governamentais de aproximação com países que compõem a Iniciativa Cinturão e Rota, através de cursos acadêmicos, não acadêmicos, pesquisas e intercâmbios.

Ressalta-se, como estratégia, o fato de que a Universidade Tsinghua desenvolve soluções práticas ao desenvolvimento local, regional, nacional e internacional, através de ações de pesquisa e desenvolvimento e articulando-se com iniciativas de ciência, tecnologia e inovação. Para tanto, conta com uma corporação sob seu controle, que dispõe de significativo número de empresas afiliadas e associadas, também em cooperação internacional, evidenciando, ao mesmo tempo, os motivos que motivam esta tese: *tendência* e *intencionalidade*.

## REFERÊNCIAS

ALTBACH, Phillip; KNIGHT, Jane. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. *Journal of Studies in International Education*, 11(3–4), 2007, p. 290–305.

ALSPAUGH, John W. The relationship between school size, student teacher ratio and school efficiency. *Project Innovation Austin; Factors Affecting Higher Education Outcomes and Experiences*, Volume: 114; Issue: 4, 1994.

AMIN, Samir. A China é capitalista ou socialista? *Argumentum*, Vitória (ES), v. 6, n.2, p. 259-294, jul./dez. 2014.

AMOROS, Raul. The Biggest Foreign Holders of U.S. Debt. *HowMuch.net: a financial literacy website*, 28 june, 2019.

ANDERSON, Perry. Duas revoluções: anotações. *Revista Serrote*, n. 5, jul./2010. Disponível em: [serrote 5 - revista serrotorevista serrote](#). Acesso em: 20/03/2019

APPEL, Thiago Nasser. Por que não houve capitalismo na China imperial? Uma contribuição marxista. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 27, n. 2, 2015.

APPELBAUM, Richard; CONG, Cao *et al.* *Innovation in China: challenging the global science and technology system*. China Today, Polity Press, 22 de out. de 2018.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. *História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

ASIAN UNIVERSITIES ALLIANCE (AUA). Framework. AUA Secretariat, Tsinghua University, Beijing, 2024. Disponível em: [AUA Framework-Asian Universities Alliance](#). Acesso em: 10/01/2024.

AKSNES, Dag W; LANGFELDT, Liv; WOUTERS, Paul. Citations, Citation Indicators, and Research Quality: An Overview of Basic Concepts and Theories. *Sage Open*, 9(1), January 2019.

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS - ASEAN. *About Us*. ASEAN Secretariat, 2024. Disponível em: <https://asean.org/what-we-do/>. Acesso em: 24/10/2024.

AUSTRALIAN EMBASSY IN BEIJING. “Double First-Class” initiative disciplines development list. Education and Research Section. Australian Government, Department of Education, 2017. Disponível em: [Double First-Class university and discipline list policy update](#). Acesso em: 17/02/2023.

BAI, Ying. Farewell to Confucianism: the modernizing effect of dismantling China’s imperial examination system. *Journal of Development Economics*, n. 141. Elsevier, 2019.

BANCO MUNDIAL. *Government expenditure on education, total by percentage of GDP - 2022*. Disponível em:

[https://data.worldbank.org/indicator/SE.XPD.TOTL.GD.ZS?end=2019&most\\_recent\\_value\\_desc=true&start=2012](https://data.worldbank.org/indicator/SE.XPD.TOTL.GD.ZS?end=2019&most_recent_value_desc=true&start=2012). Acesso em: 08/02/2024.

BANCO MUNDIAL. *Produto Interno Bruto: China*. World Bank National Accounts Data, and OECD National Accounts Data Files. World Bank Group, 2024. Disponível em: [GDP \(current US\\$\) - China](#). Acesso em: 19/03/2025

BARAN, Paul Alexander; SWEEZY, Paul Malor. *Capitalismo Monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. 2ª ed. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1974.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BBC. *Quem foi Henry Kissinger, o polêmico diplomata 'solidário' com Pinochet que considerava o poder 'o maior afrodisíaco'*. BBC, 30 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cld964x655ro>. Acesso em: 18/01/2025.

BEDESKI, Robert E. The Evolution of the Modern State in China: Nationalist and Communist Continuities. *World Politics*, Vol. 27, No. 4 (Jul., 1975), p. 541-568. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2010014?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 08/01/2024.

BELLO, Walden. O capitalismo com características chinesas. 27/12/2019. *Carta Maior*. Disponível em:

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Poder-e-ContraPoder/O-capitalismo-com-carateristicas-chinesas/55/46142>. Acesso em: 05/01/2024.

BERNET, Abigail. *The evolution of Chinese higher education institutions and policies between 1990 to 2019: the far-reaching impact of internationalization as a norm*. Political Science Master's thesis. Malmö University, 2020.

Bleiklie, Ivar, Byrkjeflot, Haldor. Changing knowledge regimes: Universities in a new research environment. *Higher Education* 44, 519–532, 2002.

BO, Zhiyue. Hu Jintao and the CCP's ideology: a historical perspective. *Journal of Chinese Political Science*. v. 9, n. 2, 2004.

BOND, Patrick. *Which way forward for the BRICS in Africa, a year after the Durban summit?*. Pambazuka News. Website, april 9th, 2014. Disponível em: [Which way forward for the BRICS in Africa, a year after the Durban summit? | Pambazuka News](https://www.pambazuka.org/which-way-forward-for-the-brics-in-africa-a-year-after-the-durban-summit/). Acesso em: 02/03/2025.

BORÓN, Atilio. *Imperio & Imperialismo: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri*. CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, Argentina, 2004.

BRINEY, Amanda. *China's Autonomous Regions*. Website, ThoughtCo, Geography, october 24, 2019. Disponível em: <https://www.thoughtco.com/chinas-autonomous-regions-1434425>. Acesso em: 17/01/2025.

BRITISH COUNCIL. *China-UK Alliance for the Humanities in Higher Education*. College of Humanities, University of Exeter, Tsinghua University. British Council, The United Kingdom's international organization for cultural relations and educational opportunities, 2021. Disponível em: [UK China Humanities Alliance | British Council](https://www.britishcouncil.org/uk-china-humanities-alliance). Acesso em: 11/01/2024.

BROPHY, David; GARNAUT, Anthony; TIGHE, Justin. Introduction: The Xinhai Revolution and Inner Asia. *Inner Asia*, v. 14, n. 2, p. 319-322, 2012.

BRUNNER, José Joaquín. *Mercados Universitarios: ideas, instrumentaciones y seis tesis en conclusión*. Santiago, março de 2006. Disponível em: [MERCADOS UNIVERSITARIOS: Ideas, Instrumentaciones y Seis Tesis en Conclusión José Joaquín Brunner\\* Santiago, marzo 2006](https://www.brunner.com.br/mercados-universitarios-ideas-instrumentaciones-y-seis-tesis-en-conclusion). Acesso em: 06/05/2024.

CARRION, Raul. *A construção do socialismo na China e as reformas econômicas pós-Revolução Cultural*. Monografia. Porto Alegre, 2004. Disponível em: [http://www.raulcarrion.com.br/rev\\_china.asp](http://www.raulcarrion.com.br/rev_china.asp). Acesso em: 03/02/2023.

CARVALHO, Paula; NOGUEIRA, Isabela. The role of the State on foreign direct investment regulation in China. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 43, p. 256-274, 2023.

CASSIOLATO, José Eduardo. As políticas de ciência, tecnologia e inovação na China. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 13, p. 65-81, 2013. Disponível em: [Repositório do Conhecimento do Ipea: As Políticas de ciência, tecnologia e inovação na China](#). Acesso em: 03/02/2023.

CENTRAL COMMITTEE OF THE COMMUNIST PARTY OF CHINA. *The 13th Five-Year Plan for Economic and Social Development of the People's Republic of China - 2016-2020*. Compilation and Translation Bureau, Central Compilation and Translation Press. Beijing, 2016.

CHENG F. The Evolution of “Sinicisation.” *Journal of the Royal Asiatic Society*. Royal Asiatic Society, Cambridge University Press, 2021; vol. 31, ed. 2, p. 321-342.

CHENG, Enfu; XIN, Xiangyang. Fundamental elements of the China model. *International Critical Thought*, 1:1, p. 2-10, jun/2011.

CHINA DAILY. *Evolution of China's education system*. Disponível em: [Evolution of China's education system | govt.chinadaily.com.cn](#). Acesso em: 08/01/2024.

CHINA TODAY. *Education development in China*. Disponível em: [Leapfrog Progress in China's Education](#). Acesso em: 15/07/2024.

CHINA-ITALY DESIGN INNOVATION HUB (CIDIH). *Tsinghua University Global Strategic Institution*. Global Strategy, Milão, 2024. Disponível em: [Global Strategy-CHINA-ITALY DESIGN INNOVATION HUB](#). Acesso em: 01/06/2023.

CHINASAGE. *Top Chinese Universities*. Universities in China, 17 Oct 2024. Disponível em: [Top Chinese Universities](#). Acesso em: 07/03/2025.

CHINESE POSTERS. 我国第一个五年计划主要工业建设分布图 (Woguo diyige wunian jihua zhuyao gongye jianshe fenbu tu) Map of the important industrial projects in our nation under the First Five Year Plan. Designer unknown (未知). *Wo guo diyige wunian jihua zhuyao gongye jianshe fenbutu*, fevereiro de 1956.

CHINESE POSTERS. 爸爸, 这个字是这样写的 (Baba, zheigezi shi zheyang xiede) - Daddy, this is how you write this character. Zhu Peilin (朱沛霖). 新美术出版社 (*Xin meishu chubanshe*), Shanghai, outubro de 1954.

CHUNG, Leanne; KIM, Hua Tan. The unique Chinese innovation pathways: Lessons from Chinese small and medium-sized manufacturing firms. *International Journal Production Economics*, v. 190, p. 80–87, 2017.

COBLE, Parks M. China's “new remembering” of the Anti-Japanese War of Resistance, 1937–1945. *The China Quarterly*, v. 190, p. 394-410, 2007.

CNN. China's Chang'e-6 probe lifts off with samples from moon's far side in historic first. Nectar Gan and Simone Mcarthy, CNN, June 4, 2024. Disponível em: [China's Chang'e-6 probe lifts off with samples from moon's far side in historic first | CNN](#). Acesso em 27/06/2024.

China National Intellectual Property Administration (CNIPA). *Statistics on Domestic and Foreign Patent Grants Jan.-Nov.2024*. Statistics. Disponível em: [China National Intellectual Property Administration Statistics](#). Acesso em: 18/03/2025.

DE BARY, Theodore; BLOOM, Irene. *Sources of Chinese Tradition*, 2. ed., vol. 1. New York: Columbia University Press, 1999, p. 11-12. Disponível em: [ORACLE-BONE INSCRIPTIONS OF THE LATE SHANG DYNASTY Introduction](#). Acesso em: 14/01/2025.

DENG, Xiaoping. Emancipate the mind, seek truth from facts and unite as one in looking to the future. *Selected works of Deng Xiaoping*. 1ª ed. Editorial Committee for Party Literature, Beijing, 1984.

\_\_\_\_\_. Respect Knowledge, Respect Trained Personnel. Discurso ao Comitê Central do Partido Comunista da China, 24 de maio de 1977. *China Daily*, 10 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/>. Acesso em: 01/03/2020.

\_\_\_\_\_. *Selected works of Deng Xiaoping*. Vol. II (1975-1982). 1. ed. Beijing: People's Publishing House, 1984.

DONNELLON-MAY, Genevieve. *Why Food Security is a Top Priority for China*. The Diplomat, dec. 29th, 2023. Disponível em: [Why Food Security is a Top Priority for China – The Diplomat](#). Acesso em: 15/11/2024.

EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA (EHEA). *Declaração de Bolonha*. Council of Europe, Bolonha, 1999.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. *China: a new history*. 2<sup>nd</sup> edition. The Belknap Press of Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts, 2006.

FALEIROS, Rogério. O processo contemporâneo de eletrificação automotiva na China e seus desdobramentos para a América Latina. *XX Congresso de AHILA*, “Entre America y Mediterraneo: actores, ideas, circulaciones en los mundos ibéricos”, Napoles, 2024.

FAN, Guoroi; Zou, Jiaxin. Refreshing China’s Labor Education in the New Era: Policy Review on Education Through Physical Labor. *ECNU Review of Education*, 3(1), p. 169-178, 2020.

FU, Xiaolan. *China’s path to Innovation*. University Printing House, Cambridge. United Kingdom, University of Cambridge, 2015.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Panorama Econômico Global. Participação do PIB, porcentagem do mundo. *IMF Datamapper*. Outubro de 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/PPPSH@WEO/CHN/USA?year=2023>. Acesso em: 01/07/2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 19ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

GARCÍA, Manuel Pérez. Internacionalización y reformas del sistema de educación superior en China. *Revista Problemas del Desarrollo*, nº 187, vol. 47, outubro-dezembro de 2016.

GE, Yi. Study of the Overseas Educational Missions in the Self-Strengthening Movement. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour and Research*, nº 9 (3), p. 77, 2011.

GLOBAL ALLIANCE OF UNIVERSITIES ON CLIMATE (GAUC). *Flagship Project*. Tsinghua University, Beijing, 2024. Disponível em: <https://www.gauc.net/>. Acesso em: 25/02/2024.

GOODMAN, David Stephen Gordon. China's Universities and Social Change: expectations, aspirations and consequences. *Análisis*. México y la Cuenca del Pacífico, Septiembre-diciembre de 2015.

GOMES, Helder. Aprendizados da experiência chinesa: sobre as relações de Estado numa transição ao socialismo. Tese (Doutorado em Política Social). *Programa de Pós-Graduação em Política Social*. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

GORDON, David M. The China-Japan War, 1931-1945. *The Journal of Military History*, v. 70, n. 1, p. 137-182, jan. 2006.

GUIA GEOGRÁFICO. *Mapa da China*. Disponível em: [Mapa da China - Divisões Políticas](#). Acesso em: 06/08/2022.

HANBAN. About Confucius Institutes & Hanban. International Educational Exchange Information Platform. Office of the International Council of Chinese Language. Website, Beijing, 2016. Disponível em: [About Confucius Institutes & Hanban - International Educational Exchange Information Pla](#). Acesso em: 22/03/2019.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Edição Revista. Paz e Terra: São Paulo, 2012.

HONG, L. China engages the Global South: From Bandung to the Belt and Road Initiative. *Global Policy*, v. 13, n. S1, p. 11–22, 2022.

HOWELL, Jude. Reflections on the Chinese state. *Development and Change*, v. 37, n. 2, p. 273-297, 2006.

HSU, Wilbur W. *Survival through adaptation: the Chinese Red Army and the encirclement campaigns, 1927-1936*. 2012. Tese de Doutorado. Fort Leavenworth, KS: US Army Command and General Staff College. Disponível em: [Survival through Adaptation: The Chinese Red Army and the Encirclement Campaigns, 1927-1936](#). Acesso em: 13/01/2025.

HSIUNG, James Chieh; LEVINE, Steven I. (eds). *China's Bitter Victory: The War with Japan, 1937–1945*. Armonk: M.E. Sharpe, 1992.

HUIZHONG, Wu. In Global First, China's Lunar Probe Returns to Earth With Samples From the Far Side of the Moon. *The Diplomat*, june 25, 2024. Disponível em: [In Global First, China's Lunar Probe Returns to Earth With Samples From the Far Side of the Moon – The Diplomat](#). Acesso em: 27/06/2024.

INTERNATIONAL STUDENTS AND SCHOLARS CENTER (ISSC). Tsinghua University. Brochure. Tsinghua University, 2020. Disponível em:

<https://is.tsinghua.edu.cn/qinghuaxuanchuanceyingwenban2020.pdf>. Acesso em: 05/01/2024.

JABBOUR, Elias. *China hoje: projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado*. 1.ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Mauricio Grabois; Paraíba: EDUEPB, 2012.

\_\_\_\_\_. *Elias Jabbour fala sobre o socialismo versão 4.0*. 12/12/2019. Disponível em: [Elias Jabbour fala sobre o socialismo versão 4.0 - Vermelho](#). Acesso em: 05/03/2020.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2021.

JAGUARIBE, Anna. *Capacidades estatais comparadas: China e a reforma do sistema nacional de inovações*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

JIGME, Catherine. *Qinghai Tibet Railway: All about the World's Highest Train. Tibet Travel*. Qinghai-Tibet Railway. Disponível em: [Qinghai Tibet Railway: All about the World's Highest Train](#). Acesso em: 18/01/2025.

JIMENEZ, Adrian, et al. "The world's largest banks by assets, 2024". spglobal.com. S&P Global Market Intelligence, 8th May, 2024. Disponível em: [The world's largest banks by assets, 2024 | S&P Global](#). Acesso em: 03/12/2024.

JIN, Er. 新中国扫盲路起步艰难，曾差点折戟沉沙 (Xīn zhōngguó sǎománg lù qǐbù jiǎnnán, céng chàdiǎn zhé jǐ chén shā). Disponível em:

[https://www.guancha.cn/EErJin/2016\\_10\\_10\\_376639\\_1.shtml](https://www.guancha.cn/EErJin/2016_10_10_376639_1.shtml). Acesso em: 08/01/2025.

JOWETT, Philip. *China's wars: rousing the dragon. 1894-1949*. Ed. 1, Epub & Mobi. Osprey Publishing, Bloomsbury Publishing, nov. 2013.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: definitions, approaches and rationales. *Journal of Studies in International Education*, Vol. 8 No. 1, Spring, 2004.

KOON, Yeewan. The Face of Diplomacy in 19th Century China: Qiyong's Portrait Gifts. In: JOHNSON, Kendall. *Narratives of Free Trade: The Commercial Cultures of Early US-China Relations*. School of Modern Languages and Culture. The University of Hong Kong. Hong Kong University Press, 2012.

KWOK, Viem; LELAND, Hayne. An economic model of the Brain Drain. *The American Economic Review*, Vol. 72, No. 1 (Mar., 1982), p. 91-100. Disponível em: [An Economic Model of the Brain Drain](#). Acesso em: 18/09/2023.

LAM, Willy Wo-Lap. *Chinese Politics in the Hu Jintao Era: New Leaders, New Challenges*. 1st ed. New York: Routledge, 2006. Disponível em: [Chinese Politics in the Hu Jintao Era: New Leaders, New Challenges | N](#). Acesso em: 18/01/2025.

LANZHOU JIAOTONG UNIVERSITY. *International Chinese Promotion*. Exam Description. Lanzhou Jiaotong University International Education College International Exchange Center Hong Kong, Macao and Taiwan Affairs Office, 2024.

LETIZIA, Vito Antonio. A pesada herança histórica da China Moderna. *CEMAP-Interludium*. Reflexões anticapitalistas, 09 de abril de 2007. Disponível em: <https://cemap-interludium.org.br/vito-letizia/a-pesada-heranca-historica-da-china-moderna/17/10/2011/>. Acesso em: 01/02019.

LI, Fuhui. The Internationalization Of Higher Education In China: The Role Of Government. *Journal of International Education Research*, First Quarter, v. 12, n.1, 2016.

LI, Hongbin; MENG, Lingsheng. The scarring effects of college education deprivation during China's cultural revolution. *Economic Development and Cultural Change*, v. 70, n. 3, p. 981-1016, 2022.

LIU, Bocheng. Recordações da Longa Marcha. *A Nova Democracia*, ano XIV, nº158, outubro de 2015. Disponível em:

<https://anovademocracia.com.br/no-158/6109-recordacoes-da-longa-marcha>. Acesso em: 01/09/2019

LIU, Qiang; TURNER, David; JING, Xiaoli. The “double first-class initiative” in China: Background, implementation, and potential problems. *Beijing International Review of Education*, v. 1, n. 1, p. 92-108, 2019.

LIU, Xu. The governance in the development of public universities in China. *Journal of Higher Education Policy and Management*, v. 39, n. 3, p. 266-281, 2017.

LUO, Yan; YANG, Po. Chinese higher education: expansion and social justice since 1949. In: *Fairness in Access to Higher Education in a Global Perspective*. Leiden: Brill, 2013. p. 95-110.

LYRIO, Maurício Carvalho. *A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos*. Brasília: FUNAG, 2010.

MA, Wan-hua. *Economic Reform and Higher Education in China*. Center for International & Development Education (CIDE) and UCLA Graduate School of Education & Information Studies (GSEIS). CIDE Contributions Number 2, julho de 2003. Disponível em: <https://www.usp.br/feafuturo/assets/files/China.pdf>. Acesso em: 01/08/2020

MACROTRENDS. *China Economic Growth*. Historical Data: 1960-2023. Disponível em: <https://www.macrotrends.net/global-metrics/countries/CHN/china/economic-growth-rate>.. Acesso em: 01/03/2024.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. I, Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MASIERO, Gilmar. Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) chinesas. *Revista de Economia Política*, vol. 26, no 3 (103), p. 425-444 julho-setembro/2006.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Raízes estruturais da crise financeira asiática e o enquadramento da Coreia. *Economia e Sociedade*, Campinas, (11): 151-72, dez. 1998.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. & TREBAT, Nicholas. Military modernization in Chinese technical progress and industrial innovation. In: *WORLD KEYNES CONFERENCE: “Attacking the Citadel: Making Economics Fit for Purpose”*, 26-29 jun. 2013, Izmir, Turkey.

MINISTRY OF ECOLOGY AND ENVIRONMENT OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA. *The 10th Five-Year Plan for Economic and Social Development*. State Council of the People’s Republic of China, 2001. Disponível em:

<https://english.mee.gov.cn/Resources/Plans/>. Acesso em: 20/12/2022.

MINISTRY OF EDUCATION OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA (MOE). *Aviso do Ministério da Educação, do Ministério das Finanças e da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma sobre o anúncio da segunda fase de construção da “Double First Class” e lista de disciplinas da iniciativa*. Ministério da Educação, Ministério das Finanças, Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento. Carta de Ensino e Pesquisa Nº 1, 9 de fevereiro de 2022.

\_\_\_\_\_. *Action Scheme for Invigorating Education towards the 21st Century*. Published on 24 December 1998. Acervo documental do Ministério da Educação, 2004. Disponível em: [Action Scheme for Invigorating Education towards the 21st Century](#). Acesso em: 18/01/2024.

\_\_\_\_\_. *2003-2007 Action Plan for Invigorating Education*. China Education and Research Network (CERNET). Zhou Ji, Ministério da Educação, 2004. Acervo documental do Ministério da Educação.

\_\_\_\_\_. *Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre a Reforma do Sistema de Educação*. Comitê Central do Partido Comunista da China, Pequim, 1985. Acervo documental do Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <http://old.moe.gov.cn/publicfiles/business/htmlfiles/moe/>. Acesso em: 10/03/2022.

\_\_\_\_\_. *Higher Education Law of the People's Republic of China*. Fourth Session of the Standing Committee of the Ninth National People's Congress on August 29, 1998, promulgated by Order No. 7 of the President of the People's Republic of China on August 29, 1998 and effective as of January 1, 1999. Ministry of Education, Documents, Laws and Policies, 2009. Disponível em: [Higher Education Law of the People's Republic of China](#). Acesso em: 18/03/2019.

\_\_\_\_\_. *Overview of educational achievements in 2016*, 11 de novembro de 2017. Disponível em: [Overview of educational achievements in China in 2016](#). Acesso em: 01/03/2019.

\_\_\_\_\_. *China's education: 40 years of epic achievements*. People's Daily, december 19, 2018a. Disponível em: [China's education: 40 years of epic achievements](#). Acesso em: 21/08/2022.

\_\_\_\_\_. *Educational Statistics in 2017*. August 10, 2018b. Disponível em: [National Base Situation - Ministry of Education of the People's Republic of China](#). Acesso em: 01/03/2019.

\_\_\_\_\_. *Outline of China's National Plan for Medium and Long-term Education Reform and Development*. State Council of the People's Republic of China. Xinhua News Agency, July 29, 2010. Disponível em: [Outline of the National Plan for Medium- and Long-Term Education Reform and Development | Center for Security and Emerging Technology](#). Acesso em: 20/08/2022.

\_\_\_\_\_. *Statistical Report on China's Educational Achievements in 2022*. 02 de Abril de 2023. Disponível em: <http://en.moe.gov.cn/documents/reports/>. Acesso em: 08/01/2024.

\_\_\_\_\_. *Compulsory Education Law of the People's Republic of China*. Fourth Session of the Sixth National People's Congress on April 12, 1986, amended at the 22nd Session of the Standing Committee of the Tenth National People's Congress on June 29, 2006. Ministry of Education, July 22, 2009. Disponível em: [Compulsory Education Law of the People's Republic of China](#). Acesso em: 08/01/2024.

MINISTRY OF SCIENCE AND TECHNOLOGY OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Report on the outline of the 9th Five Year Plan for Economic and Social Development - 1996-2000. State Council, 1996. Disponível em:

[https://www.gov.cn/english/special/115y\\_rs.htm](https://www.gov.cn/english/special/115y_rs.htm). Acesso em: 17/12/2020.

MOK, Ka Ho; HAN, Xiao. From 'brain drain' to 'brain bridging': transnational higher education development and graduate employment in China. *Journal of Higher Education Policy and Management*, vol. 38, Nº. 3, p. 369–389, 2016.

MOURA, Sebastião. *Henry Kissinger: diplomata ou criminoso de guerra?* CARTA CAPITAL, 5 de dezembro de 2023. Disponível em: [Henry Kissinger: Diplomata ou criminoso de guerra? – CartaCapital](#). Acesso em: 18/01/2025.

NABUCO, Paula. *Sob o mandato do Céu: o processo de modernização da China*. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

\_\_\_\_\_. *Hukou e migração na China: alguns apontamentos sobre divisão do trabalho*. *Rev Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 237-258, mai-ago/2012.

\_\_\_\_\_. “Sem medo dos dragões que ficaram para trás nem dos tigres à frente”: coletivização e o Grande Salto Adiante chinês. *XI Congresso Brasileiro de História Econômica. 12ª Conferência Internacional de História de Empresas*. UFES, 2015.

NABUCO, Paula; SÁ BARRETO, Eduardo. *China Town: o grande salto para o oriente e seus desdobramentos ambientais*. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2011, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: [s.n.], 2011.

NAKATANI, Paulo, et al. A Expansão Internacional da China Através da Compra de Terras no Brasil e no Mundo. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 13, n. 1, p. 58 - 73, jan./jun. 2014.

NEDOPIL, Christoph. *Countries of the Belt and Road Initiative*. Shanghai, Green Finance & Development Center, FISF Fudan University, 2023.

NOGUEIRA, Isabela. O Estado na China. *OIKOS*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2021.

NYLAN, Michael. *The five "Confucian" classics*. Connecticut: Yale University Press, 2008.

O’SULLIVAN, Barry; CHENG, Liying. Lessons from the Chinese imperial examination system. *Language Testing in Asia*, v. 12, n. 1, p. 52, 2022. Disponível em: [Lessons from the Chinese imperial examination system | Language Testing in Asia | Full Text](#). Acesso em: 12/01/2025.

OKSENBERG, Michel, et al. *Beijing Spring, 1989: confrontation and conflict*. M. E. Sharpe: New York, 1990.

OTSUKA, Yutaka. University enrollment and State Admission Policy in China: the swing between redness and expertness. *Journal of International Development*, Vol 4, n. 1, 1998, p. 69-88.

PALISZEWSKA-MOJSIUK, Monika. Education along the Belt and Road. *Scientific Journals of the Maritime University of Szczecin*, n. 60, p. 211 a 219, Szczecin, 2019.

PARTIDO COMUNISTA CHINÊS. Decisões do Comitê Central do Partido Comunista Chinês quanto à Grande Revolução. Trad. JOSE, Paulo; CABRAL, Pedro. *Revista Leste Vermelho*, v. 1, n. 1. Disponível em:

<https://sites.google.com/view/portalleste/inicio/volume-1/decisões-do-comitê-central-do-partido-comunista-chinês-quanto-a-grande-revo?authuser=0>. Acesso em: 18/01/2025.

PEOPLE’S DAILY. China increases Government scholarships for international students. *People’s Daily*, 23 de Janeiro de 2015. Disponível em: [China increases government scholarships for international students - People's Daily Online](#). Acesso em: 04/10/2021.

PEOPLE'S DAILY. *China becomes world's largest food importer*. People's Daily Online, December 04, 2023. Disponível em: [China becomes world's largest food importer - People's Daily Online](#). Acesso em: 15/11/2024.

PEPPER, Suzanne. *China's education reform in the 1980's: policies, issues and historical perspectives*. Institute of Asian Studies, University of California at Berkeley. University of California, 1990.

POMAR, Wladimir. *A Revolução chinesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

QS Top Universities. QS Employability Rankings 2020: out now. Craig O'Callaghan, Website, april 29, 2024. Disponível em: [QS Graduate Employability Rankings 2020: Out Now | Top Universities](#). Acesso em: 19/01/2025.

RANKER. Famous Tsinghua University Alumni. Website, 2024. Disponível em: [Famous Tsinghua University Alumni](#). Acesso em: 29/12/2024.

RIBEIRO, Valéria Lopes. A expansão chinesa recente e novas determinações do imperialismo no século XXI. *Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas*, v. 5, n. 1, p. 121-140, 2017.

ROSE, Heath; MCKINLEY, Jim; XIN, Xu; SIHAN, Zhou. *Investigating policy and implementation of English-medium instruction in higher education institutions in China: a report by EMI Oxford Research Group in collaboration with the British Council in China*. University of Oxford, Department of Education. British Council, London, 2020. Disponível em: [Investigating policy and implementation of English-medium instruction in higher education institutions in China](#). Acesso em: 20/01/2024.

ROUSSET, Pierre. Chinese ambitions: an imperialism in formation. *International Viewpoint*, IV Online Magazine, july 2014. Disponível em: [Chinese ambitions - An imperialism in formation - International Viewpoint - online socialist magazine](#). Acesso em: 04/03/2025

SAYWELL, William G. Education in China since Mao. *The Canadian Journal of Higher Education*, Vol. X-1, 1980.

SHANGHAI RANKINGS. Shanghai Ranking's Academic Ranking of World Universities (ARWU) 2024 Press Release. Website, Shanghai, People's Republic of China, August 15, 2024. Disponível em: [Academic Ranking of World Universities \(ARWU\)](#). Acesso em: 20/08/2024.

SHEA, Michael. MOOC: A university qualification in 24 hours? *The Skinny*, 25 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.theskinny.co.uk/tech/features/moocs>. Acesso em: 04/01/2021.

SILVA, Ricardo Muniz Muccilo. *O Sistema Nacional de Inovação da China em Transição: a dinâmica de atuação do Estado na indução das inovações nativas - Zizhu Chuangxin*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

SILVA, Silas Thomaz da; DATHEIN, Ricardo. Formação, expansão e internacionalização de grandes grupos empresariais chineses como estratégias de Estado. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo. N. 37, p. 67-95, jan. 2014.

SIT, Tsui et al. Rural Communities and Economic Crises in Modern China. *Monthly Review*, p. 35–51, 1 set. 2018.

SIT, Tsui; WONG, Erebus. China's modernization, rural regeneration and historical agency. *Argumentum*, v. 5, n. 2, p. 139–166, 2014. Disponível em: [China's modernization, rural regeneration and historical agency | Argumentum](#). Acesso em: 04/08/2024.

SIT, Tsui et al. Towards Delinking: an alternative chinese path Amid the new Cold War. *Monthly Review*, Volume 72, Number 5, October 2020.

SMEDLEY, Agnes. *China en Armas*. Cidade do México: Editorial Nuevo Mundo, 1944.

SNOW, Edgar. *A Longa Revolução*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 1973.

SPENCE, Jonathan. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

STATE COUNCIL. *The Ten-year Layout for National Economy and Social Development and 8th Five-Year Plan - 1991-1995*. Seventh National People's Congress. State Council of The People's Republic of China, 1991.

\_\_\_\_\_. *Guidelines of the Eleventh Five-Year Plan for National Economic and Social Development - 2006-2010*. State Council of the People's Republic of China, 2006. Disponível em: [Guidelines of the Eleventh Five-Year Plan for National Economic and Social Development](#). Acesso em: 17/03/2023.

\_\_\_\_\_. *Guidelines of the 12th Five-Year Plan for Economic and Social Development of the People's Republic of China*. The State Council of The People's Republic of China, 2011. Disponível em: <https://english.www.gov.cn/12thFiveYearPlan/>. Acesso em: 17/03/2023.

\_\_\_\_\_. *Guidelines of the Eleventh Five-Year Plan for National Economic and Social Development*. The State Council of The People's Republic of China, 2011. Disponível em: [Guidelines of the Eleventh Five-Year Plan for National Economic and Social Development](#). Acesso em: 17/03/2023.

\_\_\_\_\_. *China's government spending on education above 4% of GDP for 7 consecutive years*. October 17, 2019. Disponível em: [China's govt spending on education above 4% of GDP for 7 consecutive years](#). Acesso em: 18/01/2025.

\_\_\_\_\_. The 1st Five-Year Plan (1953-1957). *China.org.cn*. s.d. Disponível em: [The 1st Five-Year Plan \(1953-1957\) -- china.org.cn](#). Acesso em: 18/01/2025.

STATISTA. *Number of Chinese students returning from abroad from 2008 to 2018*. Education and Society, 29 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1029548/china-number-of-students-returning-from-abroad>. Acesso em: 29/10/2021.

\_\_\_\_\_. *Tertiary education in China: statistics and facts*. Education and Society, 30 de Agosto de 2021. Disponível em: [Tertiary education in China - statistics & facts | Statista](#). Acesso em: 29/10/2021.

STEPHENSON, Charles. *Germany's Asia-Pacific Empire: Colonialism and Naval Policy, 1885-1914*. Woodbridge: Boydell Press, 2009.

SU-YAN, Pan. *University Autonomy, the State and Social Change in China*. Hong Kong University. Hong Kong: The Green Pagode Press, 2009.

SUN, Jieqiong. 14-year War of Resistance Against Japanese Aggression a consensus among Chinese historians. *People's Daily Online*. 11 de janeiro de 2017. Disponível em: [14-year](#)

[War of Resistance Against Japanese Aggression a consensus among Chinese historians - People's Daily Online](#). Acesso em: 13/01/2025.

SUN, You-Li. *China and the Origins of the Pacific War, 1931-41*. New York: Palgrave Macmillan, 1993.

TEIWES, Frederick C. Politics At the "Core": *The Political Circumstances of Mao Zedong, Deng Xiaoping and Jiang Zemin*. Working Papers, esocialsciences.com, n. 15.

TER HAAR, Barend. *The White Lotus Teachings in Chinese religious history*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 1999.

THEORY CHINA. *The Scientific Outlook on Development*. 科学发展观. Communist Party of the People's Republic of China, Keywords in Party History, May 4, 2021. Disponível em: <https://en.theorychina.org.cn/c/2021-05-04/1393251.shtml>. Acesso em: 01/09/2023.

TIMES HIGHER EDUCATION. Eastern Stars: Universities of China's C9 League excel in select fields. Disponível em: [Eastern stars: Universities of China's C9 League excel in select fields | Times Higher Education \(THE\)](#). Acesso em: 01/08/2023.

TIMES HIGHER EDUCATION. *World University Rankings 2024*. Disponível em: [Tsinghua University | World University Rankings | THE](#). Acesso em: 07/08/2024.

TSINGHUA HOLDINGS. *Overview*. Tsinghua Holdings Co Ltd. China Daily. Website, 2024a. Disponível em: [Overview](#). Acesso em: 12/11/2024.

TSINGHUA HOLDINGS. *Business*. Tsinghua Holdings Co Ltd. China Daily. Website, 2024b. Disponível em: [Overview](#). Acesso em: 12/11/2024.

TSINGHUA UNIVERSITY. *Laboratories at Tsinghua*. Research at Tsinghua, Research & Development Affairs Office, Website, 2021a. Disponível em: [Laboratories at Tsinghua](#). Acesso em: 12/11/2024.

TSINGHUA UNIVERSITY. *Joint-Research Centers*. Research at Tsinghua, Research & Development Affairs Office, Website, 2021b. Disponível em: [Laboratories at Tsinghua](#). Acesso em: 12/11/2024.

TSINGHUA UNIVERSITY. History. General Information. Website, Tsinghua University, 2024. Disponível em: <https://www.tsinghua.edu.cn/en/About/History.htm>. Acesso em: 18/10/2024a.

\_\_\_\_\_. Library. *Tsinghua University Facilities*. Website, 2024b. Disponível em: [Tsinghua University Library](#). Acesso em: 05/01/2024

\_\_\_\_\_. Tsinghua University 2024. *Brochure*, 2024c. Disponível em: [TSINGHUA UNIVERSITY](#). Acesso em: 10/04/2024.

\_\_\_\_\_. *Discover Tsinghua*. Advantages. Beijing, 2024. Disponível em: [Advantages-Tsinghua Undergraduate Admissions](#). Acesso em: 10/01/2024d.

\_\_\_\_\_. *International Students*. Overview. Tsinghua, 2022a. Disponível em: [Overview-Tsinghua University](#). Acesso em 19/12/2022.

\_\_\_\_\_. *Global Competence: preparing for the world!* Tsinghua, 2022b. Disponível em: <https://goglobal.tsinghua.edu.cn/en/competence>. Acesso em: 19/11/2022.

TSINGHUA-BERKELEY SHENZHEN INSTITUTE (TBSI). *Overview*. Tsinghua-Berkeley Shenzhen Institute, 2022. Disponível em: <https://www.sigs.tsinghua.edu.cn/english/4817/list.psp>. Acesso em: 19/11/2022.

TSINGHUA UNIVERSITY LATIN AMERICA CENTER (TULAC). *Tsinghua University Latin America Center*. Website, Beijing, 2020. Disponível em: [Tsinghua University Latin America Center](#). Acesso em: 03/03/2020.

TSINGHUA SHENZHEN INTERNATIONAL GRADUATE SCHOOL (SIGS). *History*. A brief history. Tsinghua, 2020. Disponível em: [History](#). Acesso em: 19/12/2022.

UNGARETTI, Carlos Renato. *O 14º Plano Quinquenal (2021-2025) da China em Perspectiva Doméstica e Internacional: Economia, inovação e meio-ambiente*. Núcleo de Estudos do BRICS+ (NEBRICS), 30 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics-mais/2021/04/30/o-14o-plano-quinquenal-2021-2025-da-china-em-perspectiva-domestica-e-internacional-economia-inovacao-e-meio-ambiente/>. Acesso em: 18/01/2025.

UNITED NATIONS. *World Population Prospects 2022: Summary of Results*. Disponível em: [World Population Prospects 2022: Summary of Results](#). Acesso em: 14/03/2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. *Chinese Immigration and the Chinese Exclusion Acts*. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1866-1898/chinese-immigration>. Acesso em: 14/01/2025.

US News and World Report. *2020-2024 Best Global Universities Rankings*. Education, Global Universities, Global Universities Rankings. Website. Disponível em: <https://www.usnews.com/education/best-global-universities/rankings>. Acesso em: 03/10/2024.

VANKE SCHOOL OF PUBLIC HEALTH, TSINGHUA UNIVERSITY. *China-Africa Leadership Development Institute, Tsinghua (CALDI)*. Global Cooperation. Website, May 11, 2024. Disponível em: <https://vsph.tsinghua.edu.cn/en/info/1187/1750.htm>. Acesso em: 20/10/2024.

VEJA. *Morre, aos 100 anos, Henry Kissinger, ex-secretário de Estado americano*. Veja, 29 de dezembro de 2023. Disponível em:

[Morre aos 100 anos Henry Kissinger, ex-secretário de Estado americano](#). Acesso em: 18/01/2025.

WACHTEL, Howard. *Os mandarins do dinheiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WANG, Amber. Study abroad students no longer just the elite – Report. *World University News*, 23 may, 2024. Disponível em:

[Study abroad students no longer just the elite – Report](#). Acesso em: 18/09/2024.

WANG, Guidong. Joint Integration of Deng Xiaoping' Reform Theory and Chinese Reform. *Proceedings of the 2016 2nd International Conference on Social Science and Technology Education (ICSSTE 2016)*. Guangzhou, China: Atlantis Press, 2016.

WANG, Li. Going Global: The Changing Strategy of Internationalisation of Education in China. *Journal of Higher Education Policy and Management*, v. 35, n. 3, p. 305–315, jun. 2013.

WANG, Yu. Breve Intervenção sobre as Regiões Administrativas Especiais e o Sistema de Regiões Administrativas Especiais. *Revista de Estudos de Um País, Dois Sistemas*, Vol. III, 2012, p. 76-87. Disponível em:

[https://www.mpu.edu.mo/research/pt/academic\\_journal\\_pt\\_vol3.php](https://www.mpu.edu.mo/research/pt/academic_journal_pt_vol3.php). Acesso em: 05/01/2025.

WELLINGTON, Honor. *Examining UK universities' reliance on chinese students*. StuRents. Student accommodation news. Media coverage, 20 may, 2024. Disponível em: <https://sturents.com/student-accommodation-news/en/2024/05/20/examining-uk-universities-reliance-on-chinese-students-/3310>. Acesso em: 06/06/2024.

WEN, Jiabao. *Estabelecer firmemente e implementar conscientemente a Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento*. Discurso na cerimônia de encerramento da aula especial de investigação sobre "Estabelecer e Implementar a Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento" para os principais quadros dirigentes a nível provincial e ministerial. 21 fev. 2004. Disponível em: <https://news.sina.com.cn/c/2004-02-29/11221926301s.shtml>. Acesso em: 10/08/2024

WEN, Tiejun et al. China's real experience. China's course of industrialization: eight crises with subsequent soft landing in 60 years, 2011. Mimeo.

WEN, Tiejun. *Ten Crises: the political economy of China's Development (1949-2020)*. Global University for Sustainability Book Series. Palgrave Macmillan, 2021.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). *Intellectual property statistical country profile - 2023*. China. Website, january 1, 2024. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/statistics-country-profile/en/cn.pdf>. Acesso em: 24/10/2024.

WU, Hantian. Three dimensions of China's "outward oriented" higher education internationalization. *Springer Science and Media*, Springer, 2018.

WU, Hantian; ZHA, Qiang. History of Chinese Higher Education. In: PETERS, Michael A. (ed.). *Encyclopedia of Educational Philosophy and Theory*. Singapore: Spring Nature Singapore, 2018, p.1-7. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/331574378\\_History\\_of\\_Chinese\\_Higher\\_Educatio](https://www.researchgate.net/publication/331574378_History_of_Chinese_Higher_Educatio). Acesso em: 08/01/2025.

XIAOYAN, Wang; JIAN, Liu. China's higher education expansion and the task of economic revitalization. *Higher Education*, vol. 62, p. 213–229, 2011. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10734-010-9383-x>

XINHUA NEWS AGENCY. Backgrounder: Xi Jinping Thought on Socialism with Chinese Characteristics for a New Era. Website. Ed. Xiang Bo. Xinhuanet, march 17, 2018.. Disponível em: [https://archive.ph/20221117032951/http://www.xinhuanet.com/english/2018-03/17/c\\_137046261.htm](https://archive.ph/20221117032951/http://www.xinhuanet.com/english/2018-03/17/c_137046261.htm). Acesso em: 02/03/2025.

XINHUA NEWS AGENCY. *Outline of the People's Republic of China 14th Five-Year Plan for National Economic and Social Development and Long-Range Objectives for 2035*. Xinhua News Agency (新华社), March 12, 2021. Disponível em:

[https://www.gov.cn/xinwen/2021-03/13/content\\_5592681.htm](https://www.gov.cn/xinwen/2021-03/13/content_5592681.htm). Acesso em: 27/01/2022.

YING, Bai. Farewell to confucianism: the modernizing effect of dismantling China's imperial examination system. *Journal of Development Economics*, n. 141, vol. 1, 2019.

ZEDONG, Mao. On guerrilla warfare. *Selected Works of Mao Tse-Tung*, Vol. VI. Maoist Documentation Project. Maoist Documentation Project (2000); Mao Tse-tung Reference Archive (marxists.org) 2000. Disponível em: [On Guerrilla Warfare](#). Acesso em: 19/02/2021.

ZENG, Zhaojin; EISENMAN, Joshua. The price of persecution: The long-term effects of the Anti-Rightist Campaign on economic performance in post-Mao China. *World Development*, Volume 109, 2018, pages 249-260.

ZHANG, Min; ZONG, Haiyong; ZEEN, David. Mao Zedong's thought and the construction of socialist ideology. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 46, p. 211-232, 2023, Edição Especial.

ZHENG, Jie; KAPOOR, Dip. State formation and higher education (HE) policy: An analytical review of policy shifts and the internationalization of higher education (IHE) in China between 1949 and 2019. *Higher Education*, v. 81, n. 2, p. 179-195, 2021.

ZHUOLING, Liao; PAN, Zhang. Behind the rising influence of Chinese research. *Connect*. Elsevier, 27 jun. 2022. Disponível em:

[Behind the rising influence of chinese research](#). Acesso em: 18/11/2024.

ZONG, Xiaohua; ZHANG, Wei. Establishing world-class universities in China: deploying a quasi-experimental design to evaluate the net effects of Project 985. *Studies in Higher Education*, v. 44, n. 3, p. 417-431, 2019.

## ANEXO I - O Último Século da China Imperial. A China em 1900.



Fonte: Euratlas. China 1932-1945: chinese-japanese confrontation. historical maps. Disponível em: <https://www.euratlas.net/history/hisatlas/china/1945ChinaTRZ.html>. Acesso em: 18/01/2025.



ANEXO III - Poderes nacionais na RDC durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1932-1945). Região do Outer Tibet (Xizang) era um território independente e a Manchúria estava sob domínio japonês.



Fonte: Euratlas. China 1932-1945: Republic of China - National powers. Disponível em: <https://www.euratlas.net/history/hisatlas/china/1945ChinaTRZ.html>. Acesso em: 18/01/2025.

ANEXO IV - Tabela de países que compunham a Iniciativa Cinturão e Rota em dezembro de 2023 (em inglês)

<b>Country</b>	<b>Region</b>	<b>Income Group</b>	<b>Date of joining</b>
Afghanistan	South Asia	Low income	01/05/2023
Albania	Europe & Central Asia	Upper middle income	01/05/2017
Algeria	Middle East & North Africa	Upper middle income	10/07/2018
Angola	Sub-Saharan Africa	Lower middle income	01/09/2018
Antigua and Barbuda	Latin America & Caribbean	High income	01/06/2018
Argentina	Latin America & Caribbean	High income	06/02/2022
Armenia	Europe & Central Asia	Upper middle income	01/12/2015
Austria	Europe & Central Asia	High income	
Azerbaijan	Europe & Central Asia	Upper middle income	01/12/2015
Bahrain	Middle East & North Africa	High income	01/07/2018
Bangladesh	South Asia	Lower middle income	01/03/2019
Barbados	Latin America & Caribbean	High income	01/02/2019
Belarus	Europe & Central Asia	Upper middle income	01/12/2013
Benin	Sub-Saharan Africa	Low income	01/09/2018
Bolivia	Latin America & Caribbean	Lower middle income	01/06/2018
Bosnia and Herzegovina	Europe & Central Asia	Upper middle income	01/05/2017

Botswana	Sub-Saharan Africa	Upper middle income	07/01/2021
Brunei Darussalam	East Asia & Pacific	High income	01/11/2018
Bulgaria	Europe & Central Asia	Upper middle income	01/11/2015
Burundi	Sub-Saharan Africa	Low income	01/09/2018
Cabo Verde	Sub-Saharan Africa	Lower middle income	01/09/2018
Cambodia	East Asia & Pacific	Lower middle income	01/12/2013
Cameroon	Sub-Saharan Africa	Lower middle income	01/08/2015
Central African Republic	Sub-Saharan Africa	Low income	01/11/2021
Chad	Sub-Saharan Africa	Low income	01/09/2018
Chile	Latin America & Caribbean	High income	06/11/2018
China, P.R.	East Asia & Pacific	Upper middle income	01/12/2013
Comoros	Sub-Saharan Africa	Low income	01/12/2015
Congo, Dem. Rep.	Sub-Saharan Africa	Low income	06/01/2021
Congo, Rep.	Sub-Saharan Africa	Lower middle income	
Cook Islands	East Asia & Pacific	Upper middle income	01/11/2018
Costa Rica	Latin America & Caribbean	Upper middle income	01/09/2018
Côte d'Ivoire	Sub-Saharan Africa	Lower middle income	23/05/2017
Croatia	Europe & Central Asia	High income	01/05/2017
Cuba	Latin America & Caribbean	Upper middle income	20/06/2019
Cyprus	Europe & Central Asia	High income	01/04/2019

Dominican Republic	Latin America & Caribbean	Upper middle income	01/12/2019
Czech Republic	Europe & Central Asia	High income	01/11/2015
Djibouti	Middle East & North Africa	Lower middle income	01/09/2018
Dominica	Latin America & Caribbean	Upper middle income	13/07/2018
Ecuador	Latin America & Caribbean	Upper middle income	01/12/2018
Egypt, Arab Rep.	Middle East & North Africa	Lower middle income	01/01/2016
El Salvador	Latin America & Caribbean	Lower middle income	01/11/2018
Equatorial Guinea	Sub-Saharan Africa	Upper middle income	01/04/2019
Eritrea	Sub-Saharan Africa	Low income	25/11/2021
Estonia	Europe & Central Asia	High income	01/11/2017
Ethiopia	Sub-Saharan Africa	Low income	01/09/2018
Fiji	East Asia & Pacific	Upper middle income	01/11/2018
Gabon	Sub-Saharan Africa	Upper middle income	01/09/2018
Gambia, The	Sub-Saharan Africa	Low income	01/09/2018
Georgia	Europe & Central Asia	Lower middle income	01/12/2016
Ghana	Sub-Saharan Africa	Lower middle income	01/09/2018
Greece	Europe & Central Asia	High income	01/08/2018
Grenada	Latin America & Caribbean	Upper middle income	01/09/2018
Guinea	Sub-Saharan Africa	Low income	01/09/2018
Guinea-Bissau	Sub-Saharan Africa	Low income	24/11/2021

Guyana	Latin America & Caribbean	Upper middle income	01/07/2018
Honduras	Latin America & Caribbean	Lower middle income	18/10/2023
Hungary	Europe & Central Asia	High income	01/06/2015
Indonesia	East Asia & Pacific	Lower middle income	01/03/2015
Iran, Islamic Rep.	Middle East & North Africa	Upper middle income	01/11/2018
Iraq	Middle East & North Africa	Upper middle income	01/12/2015
Italy	Europe & Central Asia	High income	01/03/2019
Jamaica	Latin America & Caribbean	Upper middle income	01/04/2019
Jordan	Middle East & North Africa	Upper middle income	02/12/2023
Kazakhstan	Europe & Central Asia	Upper middle income	01/08/2015
Kenya	Sub-Saharan Africa	Lower middle income	01/06/2017
Kiribati	East Asia & Pacific	Lower middle income	01/01/2020
Korea, Rep.	East Asia & Pacific	High income	01/05/2018
Kuwait	Middle East & North Africa	High income	01/05/2018
Kyrgyz Republic	Europe & Central Asia	Lower middle income	01/12/2013
Lao PDR	East Asia & Pacific	Lower middle income	01/09/2018
Latvia	Europe & Central Asia	High income	01/11/2016
Lebanon	Middle East & North Africa	Upper middle income	01/09/2017
Lesotho	Sub-Saharan Africa	Lower middle income	01/06/2019

Liberia	Sub-Saharan Africa	Low income	01/04/2019
Libya	Middle East & North Africa	Upper middle income	01/07/2018
Lithuania	Europe & Central Asia	High income	01/11/2017
Luxembourg	Europe & Central Asia	High income	01/03/2019
Madagascar	Sub-Saharan Africa	Low income	01/03/2017
Malawi	Sub-Saharan Africa	Low income	24/03/2022
Malaysia	East Asia & Pacific	Upper middle income	01/05/2017
Maldives	South Asia	Upper middle income	01/08/2017
Mali	Sub-Saharan Africa	Low income	26/07/2019
Malta	Middle East & North Africa	High income	01/11/2018
Mauritania	Sub-Saharan Africa	Lower middle income	01/09/2018
Micronesia, Fed. Sts.	East Asia & Pacific	Lower middle income	01/11/2018
Moldova	Europe & Central Asia	Lower middle income	01/12/2013
Mongolia	East Asia & Pacific	Lower middle income	01/12/2013
Montenegro	Europe & Central Asia	Upper middle income	01/05/2017
Morocco	Middle East & North Africa	Lower middle income	01/11/2017
Mozambique	Sub-Saharan Africa	Low income	01/09/2018
Myanmar	East Asia & Pacific	Lower middle income	01/08/2016
Namibia	Sub-Saharan Africa	Upper middle income	01/09/2018
Nepal	South Asia	Low income	01/05/2017

New Zealand	East Asia & Pacific	High income	01/03/2017
Nicaragua	Latin America & Caribbean	Lower middle income	06/01/2022
Niger	Sub-Saharan Africa	Low income	
Nigeria	Sub-Saharan Africa	Lower middle income	01/09/2018
Niue	East Asia & Pacific	Lower middle income	01/07/2018
North Macedonia	Europe & Central Asia	Upper middle income	01/12/2013
Oman	Middle East & North Africa	High income	01/05/2018
Pakistan	South Asia	Lower middle income	01/12/2013
Panama	Latin America & Caribbean	High income	01/06/2017
Papua New Guinea	East Asia & Pacific	Lower middle income	01/07/2016
Peru	Latin America & Caribbean	Upper middle income	01/05/2019
Philippines	East Asia & Pacific	Lower middle income	01/11/2017
Poland	Europe & Central Asia	High income	01/11/2015
Portugal	Europe & Central Asia	High income	01/12/2018
Qatar	Middle East & North Africa	High income	01/01/2019
Romania	Europe & Central Asia	Upper middle income	01/06/2015
Russian Federation	Europe & Central Asia	Upper middle income	
Rwanda	Sub-Saharan Africa	Low income	01/07/2018
Samoa	East Asia & Pacific	Upper middle income	01/10/2018

Saudi Arabia	Middle East & North Africa	High income	01/08/2018
Senegal	Sub-Saharan Africa	Low income	01/07/2018
Serbia	Europe & Central Asia	Upper middle income	01/11/2015
Seychelles	Sub-Saharan Africa	High income	01/09/2018
Sierra Leone	Sub-Saharan Africa	Low income	01/08/2018
Singapore	East Asia & Pacific	High income	01/04/2018
Slovak Republic	Europe & Central Asia	High income	01/11/2015
Slovenia	Europe & Central Asia	High income	01/11/2017
Solomon Islands	East Asia & Pacific	Lower middle income	01/10/2019
Somalia	Sub-Saharan Africa	Low income	01/08/2015
South Africa	Sub-Saharan Africa	Upper middle income	01/12/2015
South Sudan	Sub-Saharan Africa	Low income	01/09/2018
Sri Lanka	South Asia	Lower middle income	01/04/2017
Sudan	Sub-Saharan Africa	Lower middle income	01/09/2018
Suriname	Latin America & Caribbean	Upper middle income	01/07/2018
Syrian Arab Republic	Middle East & North Africa	Low income	01/2022
Tajikistan	Europe & Central Asia	Low income	01/10/2018
Tanzania	Sub-Saharan Africa	Low income	01/09/2018
Thailand	East Asia & Pacific	Upper middle income	01/12/2014
Timor-Leste	East Asia & Pacific	Lower middle income	01/04/2017
Togo	Sub-Saharan Africa	Low income	01/09/2018

Tonga	East Asia & Pacific	Upper middle income	01/03/2018
Trinidad and Tobago	Latin America & Caribbean	High income	01/05/2018
Tunisia	Middle East & North Africa	Lower middle income	01/07/2018
Turkey	Europe & Central Asia	Upper middle income	01/11/2015
Turkmenistan	Europe & Central Asia	Upper middle income	06/2017
Uganda	Sub-Saharan Africa	Low income	01/09/2018
Ukraine	Europe & Central Asia	Lower middle income	01/12/2017
United Arab Emirates	Middle East & North Africa	High income	01/07/2018
Uruguay	Latin America & Caribbean	High income	01/02/2018
Uzbekistan	Europe & Central Asia	Lower middle income	01/06/2015
Vanuatu	East Asia & Pacific	Lower middle income	01/11/2018
Venezuela, RB	Latin America & Caribbean	Upper middle income	01/09/2018
Vietnam	East Asia & Pacific	Lower middle income	01/11/2017
Yemen, Rep.	Middle East & North Africa	Low income	01/11/2017
Zambia	Sub-Saharan Africa	Lower middle income	01/09/2018
Zimbabwe	Sub-Saharan Africa	Low income	01/09/2018

Fonte: Nedopil, 2023

ANEXO V - Número de instituições de ensino não-governamentais, servidores e professores tempo-integral por tipo e nível.

	<b>Instituições de Ensino</b>	<b>Servidores</b>	<b>Professores Tempo-Integral</b>
<b>Total</b>	178.250	5.448.046	3.331.726
Instituições de Ensino Superior	764	533.635	401.428
Escolas de Graduação	390	334.123	246.695
Instituições Independentes	164	83.915	61.316
Escolas Técnicas/Vocacionais	22	22.403	18174
Escolas Vocacionais Especializadas	350	177.075	136.546
Instituições de Ensino Superior para Adultos	2	34	13
Escolas Secundárias Senior	6.373	961.458	712.240
Escolas Secundárias Senior Regulares	4.300	798.874	593.951
Escolas Secundárias Combinadas ao Primário	856	180.041	137.970
Escolas de Ensino Médio	2.085	236.033	183.865
Escolas Anuais de Ensino Médio	1.359	382.800	272.116
Escolas Secundárias Técnicas	2.073	162.584	118.289
Escolas de Educação Compulsória	10.535	906.975	672.796
Escolas Secundárias Júnior	5.479	649.721	483.055
Escolas Secundárias Junior Regulares	982	100.776	78.199
Escolas Anuais de Educação Primária	4.495	548.945	404.856
Escolas Primárias Regulares	5.056	257.254	189.741
Escolas de Educação Especial	80	2.543	1.680
Educação Infantil	160.489	3.043.142	1.543.455
Escolas Especializadas	9	293	127

Fonte: MOE, 2023.

ANEXO VII - Desempenho da Universidade Tsinghua entre dez primeiras posições em rankings por área de acordo com a QS World University Rankings 2023

<b>Área</b>	<b>Posição Global</b>
História da Arte	5ª
Arquitetura e ambientes de construção	8ª
Ciências Ambientais	9ª
Engenharia e Tecnologia	9ª
Ciências Materiais	10ª

Fonte: Tsinghua, 2024d

Anexo VI - Desempenho da Universidade Tsinghua entre dez primeiras posições em rankings por área de acordo com a U.S.News Best Global Universities Rankings 2023.

<b>Área</b>	<b>Posição Global</b>
Engenharias	1ª
Ciência da Computação	1ª
Engenharia Química	1ª
Engenharia Elétrica e Eletrônica	1ª
Inteligência Artificial	1ª
Química	2ª
Energias e Combustíveis	

Fonte: Tsinghua, 2024d, elaboração própria.